

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 470 | Ano XV
17/08/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

O ovo da serpente

Intolerância no ninho da modernidade



Roberto Romano: *Medo, o triunfo da intolerância*

Maria Laura Lanzillo: *Intolerância – Um olhar para além da modernidade*

Francisco Foot Hardman: *Intolerância, a filha primogênita do ódio*

Dossiê Abrasco sobre agrotóxicos em debate:
Fernando Carneiro,
Leonardo Melgarejo e
Karen Friedrich

Peter Phan:
As ideias e
conceitos de um
papa para a Ásia

Dossiê RS:
A atual crise gaúcha
é analisada por Lucas
Henrique da Luz e João
Gilberto Lucas Coelho

O ovo da serpente. Intolerância no ninho da modernidade

Massacres, linchamentos, guerras fratricidas, perseguições religiosas e políticas. Os tempos sombrios previstos por Hannah Arendt não conhecem fronteiras, e expõem a fratura entre o potente avanço tecnocientífico que experimentamos enquanto humanidade e a face periclitante de uma ética que surge apenas em tempos de conveniência. O alvorecer da modernidade não teria feito desaparecer a intolerância que parecia ser uma prerrogativa de outras eras? Os fatos aos quais assistimos não apenas no Brasil, mas no mundo todo, nos mostram que fomos otimistas demais. Para refletir sobre tais questões a IHU On-Line ouviu inúmeros pesquisadores e pesquisadoras.

O professor **Roberto Romano**, da Universidade de Campinas - Unicamp, faz um longo e pertinente recorrido histórico e teórico para explicar que "a semente do ódio germina em setores que existiam antes da secularização laica e depois dela".

Para o filósofo **Guilherme Castelo Branco**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, o ódio destinado ao Outro no Brasil está enraizado, em última instância, na cultura escravocrata que cria parcelas da população "menos importantes" que as outras.

Francisco Foot Hardman, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, recorda o caso da menina Kayllane, 11 anos, praticante de candomblé, apedrejada ano passado por professar uma fé não respeitada por outras confissões religiosas. "Este é o Brasil real em que vivemos, onde a barbárie moderna está plenamente instalada."

O teólogo **Roger Haight** da Union Theological Seminary, de Nova Iorque, pondera que precisamos ir além de uma simples tolerância: é preciso "nos esforçarmos para aprender uns com os outros".

Dimitri D'Andrea, da Universidade Degli Studi di Firenze, observa que há uma conexão muito próxima entre a modernidade e a intolerância. E completa: "O caminho da luta contra a intolerância parece-me ser o da máxima liberdade de opiniões (todas) e ao mesmo tempo a máxima vigilância civil e os testemunhos pessoais".

Giuliana Di Biase, da Universidade D'Annunzio of Chieti-Pescara, Itália, analisa os escritos de John Locke contra a intolerância, e explica que esse autor teria muito a dizer ao capitalismo desenfreado de hoje, esteio da exclusão e da globalização da miséria e da indiferença.

Para **Maria Laura Lanzillo**, da Universidade de Bologna, a intolerância não é resultado exclusivo da modernidade, mas um processo complexo que se atualiza nos desdobramentos históricos da história humana.

O filósofo francês **Charles Yves Zarka**, da Universidade Paris Descartes - Sorbonne,

reflete acerca dos massacres de Paris, de 7 a 9 de janeiro deste ano. Segundo ele, "a barbárie jamais é espontânea, tampouco natural, ela não é o ato de 'loucos solitários', ela resulta de um doutrinamento das mentes que é ainda mais eficaz porque se enraíza numa forma de religião secularizada".

Dois entrevistas analisam a situação financeira do Rio Grande do Sul. **Lucas Henrique da Luz**, professor na Unisinos e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, busca entender as questões de fundo da crise econômica do estado gaúcho, desde a perspectiva da financeirização. **João Gilberto Lucas Coelho**, ex-vice-governador do RS, destaca que para superar este momento difícil é preciso pensar para além da lógica binária e da dicotomia de conceitos entre esquerda e direita.

Na segunda-feira, dia 24 de agosto, será lançado na Unisinos, o *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Participarão do *Seminário Agrotóxicos: Impactos na Saúde e no Ambiente*, realizado em parceria entre o IHU e o PPG em Saúde Coletiva da Unisinos, o Prof. Dr. **Fernando Carneiro**, da FIOCRUZ Ceará e Universidade de Brasília - UnB, Dr. **Leonardo Melgarejo**, da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RS e a Profa. Dra. Karen Friedrich, FIOCRUZ e UNIRIO. As entrevistas com os dois primeiros mencionados podem ser lidas nesta edição.

Veja também a entrevista com a Profa. Dra. **Natacha Silva Araújo Rena**, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que apresenta três palestras entre os dias 20 e 21 de agosto, no 2º *Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governamento da vida e o comum*.

A IHU On-Line inicia nesta semana uma parceria com o Curso de Relações Internacionais da Unisinos publicando, em cada edição, a coluna *Crítica Internacional*, com um artigo elaborado por professores e professoras do curso sobre Política Internacional. O texto desta edição é "A encruzilhada do Curdistão socialista" elaborado pelo Prof. Dr. **Bruno Lima Rocha**.

Carlos Gadea, professor da Unisinos, reflete sobre os Estudos Culturais e a sua aliança populista no artigo Os "filhos de Marx e da Coca-Cola".

Enfim, **Peter Phan**, teólogo vietnamita, pesquisador da Georgetown University de Washington, analisa, a partir de um ponto de vista asiático, o pontificado do Papa Francisco.

A todas e a todos uma boa leitura e uma ótima semana!

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joavovs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do site

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Carlos A. Gadea: Os “filhos de Marx e da Coca-Cola”. Os Estudos Culturais e a sua aliança populista
- 14 #DossiêRS - João Gilberto Lucas Coelho: A Complexidade da crise e a emergência de ação integral
- 18 #DossiêRS - Lucas Henrique da Luz: A barbárie da financeirização e a crise do RS

Tema de Capa

- 28 Roberto Romano: Medo, o triunfo da intolerância
- 38 Guilherme Castelo Branco: O mundo para além da casca da noz
- 43 Francisco Foot Hardman: Intolerância, a filha primogênita do ódio
- 48 Roger Haight: O longo caminho em busca do Outro
- 54 Dimitri D’Andrea: Núcleo inegociável da identidade: residência da intolerância
- 58 Giuliana Di Biase: Intolerância em Locke: luta pela coexistência pacífica
- 62 Maria Laura Lanzillo: Intolerância - Um olhar para além da modernidade
- 67 Yves Charles Zarka: Os massacres de Paris de 7-9 de janeiro de 2015

IHU em Revista

- 72 Agenda de Eventos
- 74 Natacha Silva Araújo Rena: Incapturável potência das vidas
- 80 Peter Phan: As ideias e conceitos de um papa para a Ásia
- 88 #Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos: A encruzilhada do Curdistão socialista
- 90 #DossiêAgrotóxicos: Seminário coloca em foco as consequências do uso de agrotóxicos
- 91 #DossiêAgrotóxicos - Fernando Carneiro: Agrotóxicos: uma conta alta que a sociedade ainda não se conscientizou de que pagará
- 95 #DossiêAgrotóxicos - Leonardo Melgarejo: Informação, protagonismo social e políticas públicas na promoção de uma agricultura amigável
- 99 Retrovisor

SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS METODOLOGIAS E IMPACTOS

DADOS PARTICIPAÇÃO

DATA:

28 e 29
setembro/2015

Local: Auditório Central
Unisinos - São Leopoldo | RS

ihu.unisinos.br

observasinos@unisinos.br | (51) 3590-8213



IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 10-08-2015 e 14-08-2015 no sítio do IHU.

Política brasileira é varejo do dia a dia

Entrevista com João Sicsú, doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde leciona no Instituto de Economia.

Publicada em 14-08-2015

Disponível em <http://bit.ly/1MoHVUP>

A crise política que o Brasil vive hoje é derivada de uma crise econômica, porque “as crises políticas que são tentadas e estimuladas só encontram terreno fértil se a economia está em crise”, afirma João Sicsú à IHU On-Line. Na entrevista concedida por telefone, ele é categórico ao afirmar que não devemos buscar as explicações para a crise no mercado internacional, seja na expansão da Eurásia, seja na desvalorização da moeda chinesa. Ao contrário, “a crise econômica que vivemos hoje é uma crise cuja responsabilidade é da política econômica do governo. O peso de movimentos internacionais é pequeno, ele é capaz de reduzir nossa taxa de crescimento, mas não é capaz de levar nossa economia à crise, desde que saibamos reagir”, explica. Segundo ele, “há duas saídas no campo da política: esse governo se alia com a direita e assume a Agenda Brasil ou olha para os movimentos sociais que estão emergindo, como a Marcha das Margaridas e se alia com esse lado e rompe com o outro. Só tem esses dois caminhos, não tem outro caminho. Ou vai se aliar aos conservadores ou vai abrir mão dos conservadores e ir para os braços dos movimentos sociais”



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Governo gaúcho e a extinção da Fundação Zoobotânica. Um ‘grande apagão’ no conhecimento da biodiversidade

Entrevista com Paulo Brack, mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Integrante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio e representante do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - InGá, no Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS - Consema/RS.

Publicada em 13-08-2015

Disponível em <http://bit.ly/1fc7gnl>

“Nós não acreditávamos que essa proposta tivesse realmente a profundidade que teve”, disse Paulo Brack à IHU On-Line, por telefone, ao comentar a proposta do governo gaúcho de privatizar ou extinguir a Fundação Zoobotânica do Estado. Embora a proposta ainda não tivesse sido oficializada, já estava sendo sondada desde o início do ano. Se a medida for aprovada, serão extintos ou privatizados o Zoológico, localizado na cidade de Sapucaia do Sul, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais, localizados em Porto Alegre. “Será um grande ‘apagão’ no conhecimento da biodiversidade e também nas políticas públicas ligadas à conservação da natureza no estado do Rio Grande do Sul. Será um retrocesso de pelo menos 30 anos em relação ao que foi construído em termos de políticas públicas e conhecimento da biodiversidade”, adverte o biólogo.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Redução da maioria penal: “O crime só inclui quando o Estado exclui”

Entrevista com Ariel de Castro Alves, coordenador Estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de SP - Condeca, e fundador da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB.

Publicada em 12-08-2015

Disponível em <http://bit.ly/1PddVum>

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 171, que trata da redução da maioria penal, “vai gerar mais insegurança pública”, adverte Ariel de Castro Alves. A afirmação do advogado é amparada nos dados do Ministério da Justiça, que demonstram que a reincidência no Sistema Prisional Brasileiro chega a 70%, enquanto “no sistema de internação de adolescentes, por mais que existam problemas, porque muitos estados ainda não cumprem a Lei, estima-se reincidência em torno de 30%”. Ao tratar do tema na entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail, Alves é categórico ao afirmar que as propostas de redução da maioria penal “são inconstitucionais e só poderiam prosperar através de uma nova Assembleia Nacional Constituinte”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

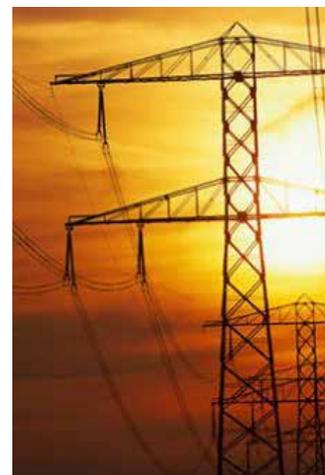
Setor elétrico: o achatamento da segurança e a submissão a uma sequência de erros desastrosos

Entrevista com Diogo Mac Cord de Faria, graduado em Engenharia de produção mecânica pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-PR, mestre em Desenvolvimento de Tecnologia com ênfase em sistemas energéticos pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e doutor em Sistemas de Potência pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é coordenador adjunto do MBA do Setor Elétrico da Fundação Getúlio Vargas nas cidades de São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte e Criciúma.

Publicada em 11-08-2015

Disponível em <http://bit.ly/1NggBJb>

“Se não fosse a crise [econômica], que no 1º semestre de 2015 fez com que o consumo de energia elétrica retraísse 1,1% (sendo que a indústria reduziu seu consumo em 4,2%), já estaríamos sem energia”, afirma Diogo Mac Cord de Faria à IHU On-Line. Na entrevista concedida por e-mail, o engenheiro menciona que o “descompasso entre oferta e demanda” é um dos principais dilemas do setor elétrico brasileiro há duas décadas. Ele lembra que entre 1995 e 2001 o PIB cresceu 16,91% e o consumo de energia elétrica subiu 43,85%. De lá para cá, o descompasso ainda não foi solucionado. “Entre 2011 e 2014 o PIB cresceu 6,42% e o consumo de energia aumentou apenas 13,96%. Veja que temos situações bastante diferentes, e mesmo assim não conseguimos equalizar oferta e demanda”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linchamentos: “É possível uma tranquilidade fundada na violência?”

Entrevista com Ariadne Natal, graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia e doutoranda na mesma área pela Universidade de São Paulo - USP.

Publicada em 10-08-2015

Disponível em <http://bit.ly/1PhFd3a>

A lógica que sustenta os casos de linchamento no Brasil está relacionada com “a existência de uma cultura de uso da violência para resolver conflitos”, diz Ariadne Natal à IHU On-Line na entrevista concedida por telefone. Autora da dissertação de mestrado “30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo - 1980-2009” (2013), a socióloga frisa que a democracia brasileira “não foi capaz de garantir que as instituições tomassem as rédeas em casos de conflitos, e tampouco garantir que os direitos fossem respeitados nos diversos aspectos, inclusive os direitos daquelas pessoas que são acusadas de algum crime”. Essa violência, explica, também é motivada por um desejo de “manter a ordem” e de eliminar as pessoas que cometeram crimes, para “manter a paz”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU entre os dias 10-08-2015 e 14-08-2015, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana.

A (des) Agenda Brasil desmonta o Estado e retira direitos dos brasileiros

“O que resta à Nação Brasileira quando o Congresso, que deveria representar os interesses e necessidades da população, é o primeiro a propor tantas medidas prejudiciais aos cidadãos? E quando um governo - eleito pela mobilização de sua base que confiou no seu programa eleitoral de ampliação de direitos, de alargamento das políticas públicas e de defesa do patrimônio nacional - elogia e assinala com a possibilidade de apoio a tais medidas?”, questionam Grazielle David e Alessandra Cardoso, assessoras políticas do Inesc, em artigo publicado por Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, 12-08-2015.

Segundo elas, “superação de crise e governabilidade se constroem com o povo, com transparência, com participação social, com garantia de direitos, com cumprimento de promessas eleitorais para sustentar o processo democrático”.

Leia mais em <http://bit.ly/1PuNukw>.

A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução

“O populismo de esquerda - que vem a ser a síntese prática atual da teoria Laclau-Mouffe assumida pela direção do Podemos - tem bases muito questionáveis do ponto de vista da construção de um sujeito político transformador e consequências práticas que conduzem inevitavelmente ao campo do eleitoral à custa das lutas sociais”, escreve o cientista ambiental Miguel Sanz Alcántara.

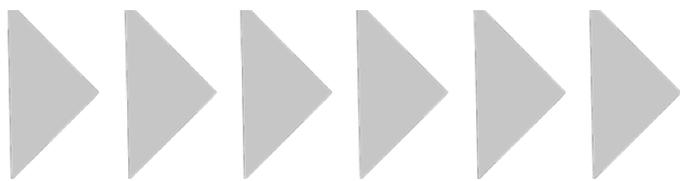
Também aponta que “a tradição marxista original concebe a luta, em diferentes níveis, como ferramenta para a ruptura com a ideologia dominante e a aquisição de consciência, processo que vimos em numerosas ocasiões, desde o impacto das mobilizações do 15M às revoluções do século XX e XXI. Por isso, é imprescindível recuperar o Gramsci original, hoje em dia, frente ao Gramsci do pós-marxismo: para contrapor uma alternativa revolucionária a um projeto, o do reformismo de esquerda, que já falhou muitas vezes ao longo da história”.

Leia mais em <http://bit.ly/1Lgt401>.

Projetos de lei ameaçam futuro hídrico, climático e a biodiversidade do país

O Congresso Nacional retomou as atividades na última semana, e com isso voltam a tramitar pela Câmara e o Senado diversos projetos de lei que colocam em risco o patrimônio natural brasileiro. Mesmo com as evidências sobre o papel das áreas protegidas na manutenção das fontes de água, do equilíbrio climático e manutenção da biodiversidade, os parlamentares insistem em reduzir as áreas protegidas do país. A reportagem é de Jaime Gesisky e publicada por WWF Brasil, em 07-08-2015. Entre projetos novos, apensados e aqueles que esperam nos escaninhos das duas casas legislativas, somam-se cerca de 40 iniciativas que diminuem a proteção daquilo que - por lei - deveria ser intocável.

Leia mais em <http://bit.ly/1DQFYiW>



Sem alívio à dívida, 3º pacote de ajuda à Grécia não é final feliz

Depois de meses de atraso e do agravamento da crise, a Grécia finalmente conseguiu chegar a um novo acordo (ou praticamente isso) com a União Europeia, por um novo empréstimo de 86 bilhões de euros (cerca de R\$ 331 bi) de crédito ao longo de três anos, para tentar manter o país na zona do euro e evitar a moratória de sua dívida. De acordo com o Ministério das Finanças grego, ainda há alguns detalhes a serem definidos. A reportagem é de Robert Peston, publicada por BBC Brasil, em 11-08-2015. O pacote precisará agradar tanto o Parlamento grego (que terá de dar seu aval ao plano), quanto o da Alemanha (maior credor da Grécia) e os países da zona do euro nos próximos dias. Mas esse deve ser o terceiro resgate feito na economia da zona do euro, que desde 2009, tem apresentado mais falhas na sua estrutura monetária do que qualquer outro sistema de moedas.

Leia mais em <http://bit.ly/1JXAa7V>

O campo de golfe da discórdia

Após 112 anos, o golfe volta aos Jogos Olímpicos em meio a uma polêmica ambiental. Para atender às recomendações da Federação Internacional de Golfe (IGF) e do Comitê Olímpico Internacional (COI), o Rio de Janeiro precisou construir um campo de golfe olímpico e, para isso, escolheu justamente uma área de preservação ambiental. A reportagem é de Tainã Mansani, publicada por Deutsche Welle, em 11-08-2015. "O COI não tem e não assume nenhuma responsabilidade", respondeu à DW o diretor de comunicação do Comitê Rio 2016, Mario Andrada, ao ser questionado sobre o papel do comitê internacional em eventuais crimes ambientais decorrentes de obras construídas para atender às especificações olímpicas. O Rio de Janeiro já tinha dois campos para a prática do esporte, mas, em 2011, dois anos após a escolha do Rio para sediar os Jogos, a IGF publicou um relatório alertando que os dois campos já existentes eram inadequados à prática olímpica.

Leia mais em <http://bit.ly/1HLURHq>

Desnecessário e inconstitucional. Proposto pelo governo federal, projeto que tipifica terrorismo ameaça liberdade de manifestação

A pauta da primeira sessão do plenário da Câmara depois do recesso parlamentar deu pistas de como deve ser tumultuada a agenda de direitos humanos no Legislativo no segundo semestre. Além de retomar os debates sobre a problemática PEC 171/1993, que reduz a maioria penal, a lista de projetos a serem debatidos na última terça-feira (04-08-2015) incluía a proposta do Executivo que tipifica o crime de terrorismo e ameaça os direitos ao protesto e à convicção política. Por tramitar em regime de urgência, o PL 2016/2015 apresentado no final de junho pelos ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Joaquim Levy, da Fazenda, tranca a pauta de votações a partir de segunda-feira (3/8). A proposta também pode passar simultaneamente, no próprio plenário, pelas três comissões que deveriam apreciá-la - Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Defesa Nacional e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Leia mais em <http://bit.ly/1J8WkDy>

ARTIGO

Os “filhos de Marx e da Coca-Cola”. Os Estudos Culturais e a sua aliança populista

Por Carlos A. Gadea

“**O** que parece apresentar no horizonte dos Estudos Culturais é uma aliança entre Marx e a Coca-Cola, conformando a noção de ‘cultura popular’ como a extensão de um ‘povo’ ao mesmo tempo ‘consciente’ (Marx) e ‘massificado’ (Coca-Cola) pela lógica dos meios de comunicação e do consumo de bens, modas e ideologias. (...) Quem sabe, a crise do próprio chavismo na Venezuela não esteja se convertendo numa espécie de premonição sobre a realidade que terminaria deslegitimando uma geração de acadêmicos sobre os Estudos Culturais que tem convertido a cultura em objeto disciplinado pela força da invenção política do ‘povo’”, escreve Carlos Gadea.

Carlos A. Gadea é mestre e doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e graduado em História pelo Instituto de Professores Artigas - IPA, Uruguai. Atualmente é coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e integrante do Conselho Universitário e da Câmara de Pós-graduação - Consun da UNISINOS. Tem pós-doutorado na University of Miami (Center for Latin American Studies, EUA). Realizou ainda estudos e pesquisas doutorais no Ibero-Amerikanischen Institut Berlin - IAI, Alemanha, e na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, México.

Confira o artigo.

Os Estudos Culturais¹ tiveram uma grande contribuição para as ciências humanas. Principalmente aqueles posteriores às suas origens na Escola de Birmingham².

1 Estudos Culturais: campo de investigação de caráter interdisciplinar que explora as formas de produção ou criação de significados e de difusão dos mesmos nas sociedades atuais. Nessa perspectiva, a criação de significado e dos discursos reguladores das práticas significantes da sociedade revelam o papel apresentado pelo poder na regulação das atividades cotidianas das formações sociais. Assim, os estudos culturais não se configuram exatamente como uma disciplina distinta, mas sim uma abordagem ampla dentro das disciplinas constituídas. O âmbito dos estudos culturais combina a economia política, a teoria da comunicação, a sociologia, a teoria social, a crítica literária, o cinema, a antropologia cultural, a filosofia e o estudo dos fenômenos culturais nas diversas sociedades. Os Estudos Culturais são um ramo das humanidades particularmente forte no mundo de fala inglesa, e se desenvolveram em particular nos Estados Unidos a partir dos anos 1960, no contexto do surgimento do pós-modernismo, pós-colonialismo e multiculturalismo e dos movimentos sociais, como o movimento negro e a segunda onda do feminismo. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Escola de Birmingham: nos finais dos anos 50 do século XX, alguns pesquisadores britânicos congregaram-se em torno do que haveria de se tornar, em 1964, no Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. O objetivo era investigar questões culturais desde a perspectiva histórica, tendo fundado um novo campo de pesquisa sobre os fenômenos comunicacionais em sociedade. Esse novo campo de pesquisa ficou conhecido pela denominação de Estudos Culturais, enquanto a nova escola de pensamento se denominava

A sua “energia desconstrutiva”, a sua crítica aos “binarismos reducionistas” (do tipo: homem-mulher, negro-branco, ocidente-oriente, etc.) e as suas noções descritivas sobre a cultura do contemporâneo, como o hibridismo e a ambivalência (embora de tradições teóricas mais antigas), podem ser alguns dos aspectos destacáveis dentre suas contribuições. Certos Estudos Culturais provinham de uma rica tradição pragmática da filosofia (no seu interesse pela “realidade” tal qual se apresenta), dos enfoques interacionistas da sociologia e do pós-modernismo dos anos 80 e 90. Estes aspectos se constituíram em fonte de vitalidade e riqueza acadêmica e intelectual, de inquietação teórica e empírica. No entanto, parecem ter-se perdido de vista, e no pior dos casos, terem sido “substituídos” por uma nova investida pós-marxista³ (a noção de “he-

Escola de Birmingham. Os trabalhos pioneiros em que se alicerçaram os estudos culturais foram *The uses of literacy* (1958), de Richard Hoggart, o fundador do Centro e seu primeiro diretor, *Culture and society* (1958), de Raymond Williams, e *The making for the english working class* (1963), de E. P. Thompson. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Pós-marxismo: é uma espécie de revisão do pensamento marxista e não sua atualização. De fato, em alguns aspectos vai na direção oposta como, por exemplo, a superposição do político diante da importância que teve a ciência para grande parte do marxismo clássico.

gemonia” na leitura de Ernesto Laclau⁴ foi importante a respeito).

Assim, o que se parece apresentar no horizonte dos Estudos Culturais é uma aliança entre Marx⁵ e a Coca Cola⁶, conformando a noção de “cultura popular” como a extensão de um “povo” ao mesmo tempo “consciente” (Marx) e “massificado” (Coca-Cola) pela lógica dos meios de comunicação e do consumo de bens, modas e ideologias. Sendo mais claro: trata-se de uma aliança que se estabeleceu, na América Latina com mais precisão, entre os Estudos Culturais com a “razão populista” (a dizer por Ernesto Laclau), entre os Estudos Culturais com diferentes processos políticos “populistas” (ou neopopulistas) recentes no continente. Isto, certamente, impacta nas reflexões sobre o Estado e os movimentos sociais, nas redefinições do “latino-americanismo” e nos contornos da política e da democracia.

Aqui reside, justamente, grande parte do dilema político da região, na tentativa de dar resposta à seguinte interrogação: qual o protagonismo dos Estudos Culturais (ou, para ser mais justo, de certos Estudos Culturais e de certos intelectuais adscritos a ele) sobre os recentes processos políticos “populistas” na região? Em que medida a “cultura popular” definida por estes Estudos Culturais se conecta com as narrativas e re-

As críticas a essa corrente, que possui entre seus maiores representantes Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, residem justamente em sua desconexão com áreas centrais do que foi o marxismo clássico. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Ernesto Laclau** (1935-2014): foi um teórico político argentino, frequentemente considerado pós-marxista. Pesquisador e professor da Universidade de Essex, recebeu o título de Doctor Honoris Causa de várias universidades: Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Rosário, Universidade Católica de Córdoba, Universidade Nacional de San Juan e Universidade Nacional de Córdoba. Em 10-03-2008 concedeu a entrevista *1968 e a construção de um novo discurso político* à edição 250 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/1gvx8Fu>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra *O Capital*, de Marx, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Refiro, aqui, à citação realizada por John Beverley: “Fuimos, en la frase de Godard, los ‘hijos de Marx y Coca Cola’”. E continua: “(...) mi generación en los Estados Unidos comparte con la Escuela de Birmingham el hecho de ser la primera generación formada culturalmente en gran medida por la televisión. De allí que para nosotros el terreno de la cultura de masas sea un terreno familiar, cotidiano, y no tan nefasto como se pensaba. (...) Nuestro radicalismo generacional incluía no sólo la defensa del derecho de disfrutar de la cultura popular, sino también una noción de las culturas populares como alternativas a la cultura dominante”. In: “Sobre la situación actual de los Estudios Culturales”, Mazzotti, J.A & Cevallos, Juan; *Asedios a la heterogeneidad cultural. Libro en homenaje a Antonio Cornejo Polar*, Pittsburg, Asociación Internacional de Peruanistas, 1996. (Nota do autor)

tórica política de governos como os de Chávez na Venezuela, Correa no Equador ou Kirchner na Argentina?

Não se deve perder de vista que certos intelectuais, adscritos a esses Estudos Culturais, e hoje muito influentes no contexto latino-americano, são os herdeiros dos fracassos eleitorais do “sandinismo” na Nicarágua em 1990, do desencanto da aventura cubana logo após a crise dos “balseiros” e os chamados “marielitos” no começo dos anos 90, bem como da transfiguração estética dos grupos armados centro-americanos, como o FMLN⁷ de El Salvador, nas denominadas “maras” delitivas juvenis, filhos do exílio californiano dos ex-guerrilheiros. São os espectadores, da mesma forma, dos “populismos de direita” e neoliberais de Fujimori⁸ no Peru e de Menem⁹ na Argentina, das FARC¹⁰ colombianas sendo parceiras do narcotráfico e da abertura liberal democrata nos Estados Unidos com Bill Clinton¹¹. São, inclusive, os que imediatamente conformariam os Grupos sobre a Subalternidade (os denominados “Subaltern Studies”), sob a inspiração de pesquisadores e pesquisadoras da Índia, em aliança

7 **Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional - FMLN**: partido de centro-esquerda/esquerda que foi a principal força política de oposição de El Salvador entre 1992 e 2009. A FMLN foi criada em 10 de outubro de 1980, como um órgão de coordenação das cinco organizações político-guerrilheiras que participaram da guerra civil entre 1980 e 1992 contra o governo militar da época, as quais foram estabelecidas como partido político legal desde a assinatura dos Acordos de Paz em 1992. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Alberto Fujimori**: engenheiro e político peruano, foi presidente do Peru de 1990 a 2000. Durante os últimos meses do ano de 2000 foi encerrado por uma série de escândalos em seu governo. Durante esses fatos, saiu do Peru na qualidade de presidente para assistir à convenção da APEC, em Brunei, de onde depois viajou ao Japão, onde renunciou à presidência e pediu asilo político. Em 2005, Fujimori mudou-se para o Chile na condição de exilado político, onde vivia desde então. Em setembro de 2007, a justiça chilena atendeu pedido de extradição do ex-presidente feito pelo Peru, para ser levado a julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas e genocídio, pela morte de 25 peruanos durante manifestação contra seu governo. No dia 12 de dezembro de 2007 foi condenado a seis anos de prisão pela revista ilegal da casa da mulher de seu ex-assessor Vladimiro Montesinos. A sentença, ditada pelo juiz Pedro Urbina, também obriga o ex-governante a pagar 400 mil novos sóis (US\$ 133 mil) como reparação civil ao Estado. Além disso, o condenado fica impedido de exercer cargos públicos por dois anos. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Carlos Saúl Menem** (1930): político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). É atualmente senador pela província de La Rioja. Foi muito criticado por um governo de corrupção, pelo seu perdão a ex-ditadores e outros criminosos condenados da guerra suja, o fracasso das suas políticas econômicas que levaram à taxa de desemprego de mais de 20% e a uma das piores recessões que a Argentina já teve, além do pouco empenho demonstrado nas investigações do ataque terrorista à comunidade judaica em 1994, que resultou na morte de 85 pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **FARC**: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, foi criada em 1964 como uma guerrilha revolucionária do Partido Comunista Colombiano. As FARC são a mais antiga e uma das mais capacitadas e melhor equipadas forças insurgentes do continente sul-americano. Foi durante a Conferência da Sétima Guerrilha, realizada em 1982 que a denominação Ejército del Pueblo ou Ejército do Povo (EP) foi adicionada ao nome oficial do grupo. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **William “Bill” Jefferson Clinton** (1946): nascido William Jefferson Blythe III e mais conhecido como Bill Clinton, é um político dos Estados Unidos que foi o 42º presidente do país, por dois mandatos, entre 1993 e 2001. Antes de servir como presidente, Clinton foi governador do estado do Arkansas por dois mandatos. Tomou posse aos 46 anos, sendo o terceiro presidente mais jovem na data em que tomou posse. Ele tomou posse no final da Guerra Fria e foi o primeiro presidente da geração *baby boomer*. (Nota **IHU On-Line**)

com a rede de pesquisadores sobre os Estudos Culturais na América Latina. Estes intelectuais, fundamentalmente, injetariam ao espaço dos Estudos Culturais a “teoria da hegemonia” e da contra-hegemonia; trariam, para o repertório de termos analíticos, palavras como resistência e subversão, em definitivo, uma particular “linguagem do poder”.

Sabendo-se que o núcleo dos Estudos Culturais está constituído pela defesa daquilo que é “comum e corrente”, o cotidiano das relações sociais, o interesse por outras formas de saber e cultura, pelo popular e o “senso comum” (na sua desconstrução do que se denominava “Cultura”, na medida em que ela é “experiência e prática social comum, da gente comum”), esta introdução da “teoria da hegemonia”¹² desenharia uma espécie de virada heurística que se pode denominar como “populismo cultural”: a partir de uma concepção ampliada de cultura e política se perceberá como dessa matéria do popular encarnado na “gente comum” se inventa o “povo”, o sujeito por excelência do projeto destes Estudos Culturais. Entende-se, assim, que se para o populismo clássico, por exemplo, na Argentina de Perón, o “povo” estaria conformado pelos “sem camisa” (os “descamisados”), os desempregados e excluídos dos processos de industrialização do século XX, os que moravam nas “villas miserias” de Buenos Aires, os migrantes das províncias mais pobres do país (estigmatizados como “cabecitas negras”), para este novo projeto dos Estudos Culturais o “povo” estava construído a partir da retórica da subalternidade, pelas chamadas “minorias” culturais, pelos “saberes minoritários”, pelas escolhas alternativas na sexualidade, pelos efeitos de uma crítica à modernidade muito próximos das terapias *psi* da crise da militância da esquerda clássica. Assim, hegemonia, Estudos Culturais e populismo se fundiriam num projeto bastante comum.

Porém, particularmente, meu olhar não está localizado na herança desses episódios políticos na Nicarágua ou em Cuba, no fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Meu olhar é mais influenciado pela experiência neozapatista¹³ do México dos anos 90, da ironia política e midiática da prosa do Subcomandante Marcos¹⁴ e a sua crítica às vanguardas e aos iluminis-

12 Seria de grande importância a recepção do livro de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe intitulado *Hegemonia y estrategia socialista* (Siglo XXI: Madri, 1987). (Nota do autor)

13 **Movimento Zapatista:** inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime autocrático de Porfirio Díaz, que encadeou a Revolução Mexicana em 1910. Os zapatistas tiveram mais visibilidade para o grande público a partir de 1º de janeiro de 1994, onde se mostraram para além das montanhas de Chiapas com capuzes pretos e armas nas mãos dizendo Ya Basta! (Já Basta!) contra o NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá), que foi criado na mesma data. O movimento defende uma gestão democrática do território, a participação direta da população, a partilha da terra e da colheita. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Subcomandante Marcos** (1957): porta-voz do movimento zapatista no sudeste mexicano. O Subcomandante Marcos é o principal porta-voz do comando militar do grupo indígena mexicano chamado Ejército Zapatista de Libertación Nacional - EZLN, que fez a sua aparição pública em 1º de janeiro em 1994, quando os militares lançaram uma ofensiva na qual conquistou seis municípios, no sulino estado mexicano de Chiapas, exigindo democracia, liberdade, terra, pão e justiça para os índios. (Nota da **IHU On-Line**)

mos políticos, que sempre andam procurando a asa da hegemonia para se esquentar. Os indígenas de Chiapas¹⁵ não eram o “povo”; eram mais parte de uma “multidão” que irrompia numa nova cena globalizada e adormecida. Nunca foram “sujeitos” (dignos de tal “prestígio” na teoria sobre a sociedade para alguns) a serem descobertos pelos Estudos Culturais: ao contrário, resistiram a essa tentativa por serem colonizados por um projeto acadêmico e político que, no fundo, pretendia atribuir-lhe uma identidade acorde ao mundo que queria ver e encontrar.

O Subcomandante Marcos resistiu até o cansaço, até a sua morte simbólica muito recentemente anunciada, tal qual aposentadoria de um profissional da palavra. Nas montanhas de Chiapas não havia “povo”, havia tão só indígenas, indígenas que se escondiam (e se deixavam ver) por trás das máscaras de lã de cor preta. Este olhar “pós-neo-zapatista” permite, em definitivo, estar atento para o “impulso populista” que muitos têm empreendido como resultado do programa acadêmico dos Estudos Culturais. Pelo menos, desconfia da possibilidade da existência de um “todo social harmônico”, tão caro para a “teoria da hegemonia” e certas esperanças políticas de esquerda na atualidade. Desconfia da pretensão dos Estudos Culturais por recuperar a “realidade dos homens comuns” subentendidos como “povo”, ao realizar, inevitavelmente, um exercício hermenêutico perigoso (e animaria a dizer, “anti-neo-zapatista”): dividir a realidade entre “povo” e “elite”, “povo” e “oligarquia”, “nós” e a “casta” ou “nós” e “os coxinhas”. O que não estava constituído como tal é inventado à força de interpretação dual da cultura: a “popular” e a da “elite”, convertendo-se em “povo” aquilo que estava amorfo, ausente ou sem identidade, sem ter assumido um processo de subjetivação política, demonstrando-se, assim, que essa virada para “o popular” não deixava de ser um projeto modernizante (sobre os corpos – nas suas diversas dimensões) para certa esquerda política atual.

Já o manifesto James Carey¹⁶, crítico da cultura bastante conhecido nos âmbitos dos Estudos Culturais: “os Estudos Culturais são um projeto revolucionário de ação política, um projeto de reconstrução do social”¹⁷. Assim, não seria este “projeto de reconstrução do social” análogo, por exemplo, ao projeto do “socialismo do século XXI” de Chávez na Venezuela, ou aos

15 **Chiapas:** é um dos 32 estados do México. Está localizado no extremo sudeste do país, na fronteira com a Guatemala. Com uma área de mais de 70 mil quilômetros quadrados, ocupa oitavo tamanho entre as entidades mexicanas. A capital do estado é Tuxtla Gutierrez, que concentra cerca de um oitavo da população de Chiapas. Chiapas tem vários dos destinos turísticos mais importantes do México, como o sítio arqueológico de Palenque, que atrai um grande número de turistas todos os anos. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **James William Carey** (1934-2006): teórico das comunicações, crítico de mídia e professor de jornalismo na Universidade de Illinois, e mais tarde Columbia University. Foi membro da Peabody Awards Board of Jurors de 1995 a 2002. Carey é creditado com o desenvolvimento da visão ritual de comunicação. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Ver Beverley, John (1996), “Sobre la situación actual de los Estudios Culturales”, In: Mazzotti, J.A & Cevallos, Juan; *Asedios a la heterogeneidad cultural. Libro en homenaje a Antonio Cornejo Polar*, Pittsburgh, Asociación Internacional de Peruanistas. (Nota do autor)

embalados da retórica dos Kirchner na Argentina? A “reconstrução do social”, como noção, supõe a morte de uma ordem social que a precederia e que, por força de uma “vontade popular” conduzida por uma liderança que se esconde no jogo da ausência do Estado, estaria prestes a surgir como efeito messiânico da própria invenção do “povo”. Por outro lado, e como bem afirma Beatriz Sarlo¹⁸, “os Estudos Culturais são uma espécie de neopopulismo seduzido pelo encanto da indústria cultural”¹⁹; quer dizer, um programa intelectual e acadêmico que realizou a profecia da Teoria Crítica, apesar de que, nas suas melhores versões, sempre tentou se afastar dela. Concretamente, chega-se a pensar que os Estudos Culturais são herdeiros de certa posição marxista, no século XXI, como “consciência social” da academia, como diria Jon Beasley-Murray²⁰. Para isso, alguns intelectuais críticos fazem peregrinações pelas montanhas da Bolívia para se alimentar dos mitos dos índios aymaras, permitindo conectar-se com aqueles “saberes outros”, tão caros, na atualidade, para a reedição constante das suas metanarrativas.

Mais do que marxista, pode-se dizer que os Estudos Culturais, no cerne do seu projeto acadêmico, têm um caráter eminentemente pós-marxista, por duas razões: primeiramente, porque apela a categorias marxistas, como a de ideologia e hegemonia. Em segundo lugar, porque também substitui o marxismo como perspectiva teórica, afastando-se de categorias como a de classe. Na paixão pelo cotidiano, pelo “comum”, pela “cultura popular”, os Estudos Culturais se aliam a propostas políticas de inclusão social que supuseram, antes de tudo, a invenção da noção de “povo”, pois sem ela não se poderia construir uma relação de antagonismo produtivo para a lógica do poder, e a sua reprodução, instaurado em diferentes lugares do continente. Sem a “oligarquia” (e a noção de oligarquia) não existiria Chávez, ou a sua construção como figura política emanada da crise do sistema de partidos da Venezuela. Sem a “oligarquia” (e a noção de oligarquia) não existiria o kirchnerismo, na medida em que o “povo” poderia ser ativado mediante a convocatória de movimentos sociais, como os “piqueteros”, confundidos com a estrutura do Estado. Com as denominadas “ajudas sociais” e o apoio financeiro aos “piqueteros”, por exemplo, cada vez que a “oligarquia” se ativava no horizonte da política do país, o kirchnerismo tinha suficientes aliados, grupos sociais que saíam às ruas na defesa do “projeto” como contrapartida à inclusão na dinâmica do Estado “social”.

Considero que, em parte, tudo não passa de uma grande confusão derivada de um abandono daquilo que se iniciou com a crítica pós-moderna. Uma leitura apressada do pós-estruturalismo, um abandono da tradição pragmática e da fenomenologia, e a ascensão

18 Beatriz Sarlo (1942): escritora e crítica literária argentina. Lecionou literatura argentina na Universidade de Buenos Aires por mais de 20 anos, até se aposentar, em 2003. Dirigiu a revista Punto de Vista entre os anos de 1978 e 2008. (Nota da IHU On-Line)

19 Idem 17.

20 Ver “Poshegemonía. Teoría política y América Latina”, Paidós, 2010. (Nota do autor)

dos “filhos de Marx e da Coca-Cola” no terreno sobre os estudos da cultura e do poder outorgaram um rosto algo perverso para os Estudos Culturais na América Latina. Dessa maneira, dois movimentos devem se realizar urgentemente para “libertar” os Estudos Culturais dos seus intelectuais da “razão populista”. Primeiramente, deve-se empreender uma crítica do “latino-americanismo”, entendido este como o resultado de um “populismo de esquerda” que não fez outra coisa do que voltar à ideia do Estado nacional-popular (e desenvolvimentista) como programa político. Num mundo globalizado, pense-se no anacronismo que isto representa. Este “latino-americanismo”, já criticado por várias gerações no século XX, não passa de ser um simples clichê que recria uma estética cultural (por exemplo, na música) que converte Mercedes Sosa²¹ em *hit* musical. Mercedes Sosa nos anos 80 adquiriu um sentido e uma carga simbólica indissociável com a abertura democrática da região, a crítica a uma cultura conservadora e a uma dinâmica social disciplinar instaurada por governos autoritários. Não obstante, escutada na atualidade, só pode se materializar como nostalgia e memória. A sua legitimidade não pode ser adquirida por uma aparente carga política, e sim por uma cenificação de um passado que se presentifica como memória. Assim, este “latino-americanismo” deixa de pertencer ao presente; à nossa experiência atual.

Em segundo lugar, o que esse populismo acadêmico desenvolveu, de fato, é a função de manter a “ficção da hegemonia” que perpetuaria o sonho de um “todo social harmônico”, como diria Beasley-Murray²². Deve-se libertar o povo (sem aspas) do “povo” (com aspas), e assim retirar-lhe a responsabilidade de “sujeito político” que se organiza em torno ao Estado; este, em definitivo, promotor, reproduzidor e desenhador de “cultura popular”. Materializando-se este gesto, a “multidão” pareceria ter o seu “minuto de fama”. Por que, então, não admitir que seja a “multidão” (esse sujeito dessubjetivizado) um dos principais alvos contemporâneos dos Estudos Culturais?

Quem sabe, a crise do próprio chavismo na Venezuela não esteja se convertendo numa espécie de premonição sobre a realidade que terminaria deslegitimando uma geração de acadêmicos sobre os Estudos Culturais que tem convertido a cultura em objeto disciplinado pela força da invenção política do “povo”. Os Aymaras da Bolívia, dessa maneira, vão começar a se sentir, novamente, com eles mesmos. ■

21 Mercedes Sosa (1935-2009): cantora argentina, uma das mais famosas na América Latina. A sua música tem raízes na música folclórica argentina. Ela se tornou uma das expoentes do movimento conhecido como Nueva canción. Apelidada de La Negra pelos fãs, devido à ascendência ameríndia (no exterior acreditava-se erroneamente que era devido a seus longos cabelos negros), ficou conhecida como a voz dos “sem voz”. (Nota da IHU On-Line)

22 Jon Beasley-Murray: professor na Universidade de British Columbia, aborda áreas como Estudos Latino-Americanos e onde também é diretor do programa de Estudos Latino-Americanos. Publicou uma ampla literatura sobre América Latina, política e cultura, bem como sobre a teoria social e cultural. (Nota da IHU On-Line)

#DossiêRS

A complexidade da crise e a emergência de ação integral

João Gilberto Lucas Coelho destaca que, para superar o difícil momento, é preciso pensar para além da lógica binária e da dicotomia de conceitos entre esquerda e direita

Por João Vitor Santos

A crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul é uma espécie de demonstração local dos efeitos da lógica da financeirização, impondo o monetário em detrimento do político e social. De um lado, um ente da Federação atolado em dívidas e incapaz de honrar os compromissos mais básicos, como pagamento da folha de servidores. De outro, a Federação, a União, no papel de credora algoz e incapaz de reconsiderar a dívida por receio dos efeitos e “retaliações” do mercado financeiro. O advogado e ex-vice-governador do Rio Grande do Sul João Gilberto Lucas Coelho apreende a materialidade desse momento. “Isto (relação estado—união—mercado) mostra bem a lógica dominante nas relações do Poder Público com o chamado mercado. Ou seja, a supremacia da dívida sobre tudo o mais”, destaca.

Na sua opinião, para pensar uma saída, é preciso destituir as ideias mais conservadoras de liberalismo ou intervencionismo. Como uma ideia de ação integral, envolvendo diversos agentes e superando o binarismo, essencial-

mente entre esquerda e direita. “A situação é prática, real, contundente e exige acordo entre forças e pensamentos muito diferentes e uma gama de medidas que escapam ao receituário de apenas uma visão”, sentencia. Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o advogado ainda destaca que a crise financeira gaúcha não é de hoje e de uma causa só.

João Gilberto Lucas Coelho é bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Santa Maria. Foi deputado federal por três legislaturas e presidente da Fundação Pedroso Horta, de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais. Foi vice-governador do Rio Grande do Sul durante o governo de Alceu Collares (1991-1995). Entre suas publicações estão *A Nova Constituição: Avaliação do Texto e Comentários* (São Paulo: Revan, 1991), *Cidadão Constituinte: a Saga das Emendas Populares* (São Paulo: Paz e Terra, 1989), *O Processo Constituinte 1987-1988* (Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1988).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender a crise do estado do Rio Grande do Sul? Que ações políticas e econômicas configuraram o atual cenário?

João Gilberto Lucas Coelho - A crise é de décadas, com alternância de agravamentos e tentativas de solução, estas em geral paliativas ou pontuais. Não dá para cir-

cunscrever a apenas uma causa, assim como não haverá solução de única via ou caminho. Pioneiro em algumas áreas há século ou mais, o Rio Grande do Sul, com o tempo, teve algumas de suas instituições ou organismos esclerosados, envelhecidos sem uma necessária renovação, manietados por burocracias e práticas superadas. Através

dos tempos se gastou mais do que o arrecadado, houve um vultoso endividamento.

A Federação Brasileira, todos sabem, é madrastra com os estados e municípios. A distribuição dos tributos privilegia a União que ainda impõe várias “renúncias fiscais” sobre a arrecadação dos federados. O déficit da Previdência é enorme,

aposentados e pensionistas equivalem já ao total do funcionalismo ativo na folha de pagamento. Os fundos setoriais e a tentativa de um fundo previdenciário foram sugados para o caixa único e comprometidos com a despesa corrente. Todas as mágicas fiscais e recursos alcançáveis — por exemplo, o uso emprestado dos depósitos judiciais — foram utilizados e esgotados.

Os denominados “outros Poderes”, com a autonomia assegurada pela Constituição Federal de 1988, mostram-se egoístas no trato das questões de gasto e de remuneração. Assim, acabam acumulando vantagens para os seus. Predomina a cultura dos recursos compartimentados pelas rubricas orçamentárias e os agentes perdem a noção do todo. Para exemplificar: o servidor que exagera no gasto com material de expediente não raciocina que o dinheiro vai faltar para o seu salário, afinal são rubricas diferentes (como se não existisse um bolo geral responsável por todas elas - a arrecadação). As corporações internas são poderosas e intransigentes. A tradição patrimonialista e corporativista promoveu uma dupla privatização ao longo do tempo: nos resultados, o Estado foi apropriado pelas elites econômicas e políticas; no âmbito interno, pelos seus quadros de servidores, com uma lógica de donos de cada órgão ou setor.

O papel de cada um

Creio que enfrentar hoje a crise, de forma verdadeiramente resolutive, somente seria possível através de uma mesa com todos os agentes, atores e forças, participando despojados de pré-requisitos ou conceitos prévios. Não adianta a mesa de negociação à qual chegam empresários dizendo que não aceitam qualquer aumento tributário, servidores não dispostos a abrir mão de sequer um penduricalho ou suposto direito daqueles que o restante da sociedade trata como privilégio, segmentos de opinião dizendo que não se pode de-

sativar algum órgão ou privatizar setor, credores afirmando a sacralização de seus créditos, etc. Por isto, evito debates mais profundos sob o enfoque ideológico ou conceitual. A situação é prática, real, contundente e exige acordo entre forças e pensamentos muito diferentes e uma gama de medidas que escapam ao receituário de apenas uma visão.

IHU On-Line - Que conexões é possível fazer entre a situação do Rio Grande do Sul e a realidade econômica e política do país e do mundo, tendo como horizonte a questão da Grécia, a situação de outros estados brasileiros e própria economia nacional?

João Gilberto Lucas Coelho - Há sim um aspecto estrutural universal nisso tudo: a questão de como se dão hoje as relações no mundo e a supremacia do capitalismo financeiro sobre as populações, estados, até mesmo sobre as forças produtivas como indústrias e agropecuária. A lógica desta submissão é um traço em comum entre situações tão diversas como as citadas e outras. Mas, a crise do Rio Grande do Sul tem também outras razões e origens que não podem ser desconhecidas ou menosprezadas na busca de soluções. Ou seja, o endividamento é uma parte importante do problema, não o esgota plenamente, existem outras.

IHU On-Line - Em que medida o modelo de gestão neoliberal e privacionista compromete a saúde econômica e financeira do Estado?

João Gilberto Lucas Coelho - Muitos conceitos hoje são usados de forma descomprometida com os fundamentos ou como mera propaganda na luta política. É preciso cuidado. Vamos tomar a “responsabilidade fiscal”. Dizem que ela é de direita. Neoliberal. Mas, como? Ser de esquerda é ser irresponsável do ponto de vista fiscal? Qual o grande teórico fundamental do socialismo que algum dia pregou de forma

embasada que as pessoas, coletividades ou governos deveriam gastar mais do que arrecadam ou que recursos estatais seriam infinitos?

Ser responsável no uso dos recursos coletivos, limitar os gastos às receitas deve estar no ideário de uns e outros, não é uma questão de dogma doutrinário. É simplesmente uma conduta adequada e responsável. Quando a responsabilidade fiscal se torna tributária do neoliberalismo ou da dita financeirização das relações humanas e comunitárias? Quando ela é usada para atrelar o equilíbrio das finanças públicas à necessidade dos superávits primários elevados para atender a demanda da dívida. Aí é diferente: passa a ser instrumento para alimentar a chamada “dívida eterna” das nações, instituições, unidades federadas. Mas, os pilares da responsabilidade fiscal são ferramentas de boa gestão e de comprometimento com o interesse comum.

Outra diferença a ser feita é entre a desativação ou mesmo privatização eventual de algum setor ou órgão, por necessidade ou até como solução para as necessidades da população, e a política de privatização ampla, irrestrita e generalizada presente no ideário dos liberais antigos e dos atuais neoliberais. Concordando com umas e discordando de outras das privatizações ocorridas na história deste País. Refleti — por exemplo — necessária a das telecomunicações, aceitando como respeitáveis as divergências que ainda restam sobre o modelo como foi feita, método utilizado ou os limites do que foi atingido. Mas, tinha consciência de que o Estado Brasileiro (e estados federados como o RS com a CRT) não conseguia acompanhar o salto tecnológico com os vultosos investimentos necessários para a época dos celulares e outras inovações. Teríamos ficado muito lentos e atrasados, prejudicando os interesses coletivos e a vida dos brasileiros. À época, me perguntava como seria tão estratégico o telefone, a ponto de não poder um particular

instalá-lo na casa da gente? Seria mais estratégico que o pão? E o pão é fornecido por milhares de padarias privadas. Ou que o remédio, cujos laboratórios e farmácias são privados em absoluta maioria?

Todavia, não sejamos ingênuos: há um discurso muito forte no mundo preconizando que o privado funciona e o estatal não (a realidade não confirma, apesar de em alguns casos estatais as corporações internas terem gerado privilégios que limitam a realização das atividades-fins). Enfim, essas coisas de estado mínimo, conceitos liberais antigos revigorados pelas correntes recentes do neoliberalismo. Se o receituário neoliberal compromete a saúde econômica e financeira do Estado? Não necessariamente. Mas, certamente, compromete o essencial do Estado: sua função social, a capacidade de promover o bem-estar da população e adotar políticas que favoreçam a ascensão social e a mais justa distribuição das riquezas.

IHU On-Line - A atual crise financeira do Rio Grande do Sul é, conjunturalmente, resultante da lógica da financeirização, em que o ideário econômico impõe sua lógica sobre outros campos, como a política?

João Gilberto Lucas Coelho - Considero, sim, que há, entre outros, um componente estratégico na crise gaúcha vinculado a razões da lógica da financeirização, tal qual a definem alguns pensadores. Ou seja, a atual ordem mundial está organizada de tal forma que pessoas, organizações, estados nacionais vivam atrelados aos interesses especulativos e lucrativos do capitalismo financeiro e subordinados ao que se está chamando de "dívida eterna". Esta dívida não é para ser resolvida, ao contrário, é para ser realimentada como uma nova forma de dependência, subordinação e transmissão de mais valia e poupança para uma classe. Dívidas são organizadas para que nunca se paguem. Em casos extre-

mos, quanto mais se paga, mais se deve.

Considero que se constituiu no mundo um bolo de riquezas financeiras sem lastro material, é dinheiro virtual ou papéis que não resultam de alguma produção primária ou industrial, sem uma geração de riqueza material, é especulação. E isto está fragilizando, talvez até venha a comprometer, o próprio capitalismo. Daí considerar que o debate sobre esta supremacia do financeiro e da especulação escape até aos limites da secular divergência entre socialismo e capitalismo. É fácil analisar assim teoricamente. Na prática, reverter esta situação necessita de legitimidade e poder.

No campo internacional, seria necessário um acordo envolvendo organismos multilaterais e incluindo as grandes potências. O que tem se manifestado inviável até agora. Devo fazer justiça que li, à época de cada um, com apreço, manifestações ou documentos veementes e bem fundamentados dos ex-presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva ante foros internacionais pregando mudanças substanciais nas relações mundiais a respeito dos capitais voláteis e especulativos. Isto ao ensejo das crises que atingiram os mercados financeiros norte-americano e europeu, com reflexos sobre os demais países.

Este tema é pauta crescente de movimentos de opinião em todo o mundo e, inclusive, nas nações mais ricas do planeta. Está na agenda de movimentos sociais, pensadores e alguns governantes, todavia, até agora sem conseguirem resultados práticos. Um estado nacional, sozinho, não tem a força necessária para saltar fora dessa lógica sem pagar um preço elevado para sua população. A recente tentativa da Grécia é mais um exemplo de tal limitação e do grau de virulência de tais interesses.

IHU On-Line - No caso do Rio Grande do Sul, há especulações

que entre as ações do Governo para reverter o déficit nas contas estão o aumento de impostos e privatizações. Em que medida essas ações correspondem a uma lógica de "financeirização", criando soluções paliativas e não subvertendo a lógica do endividamento?

João Gilberto Lucas Coelho - O dia em que enfrentarmos para valer a crise do Rio Grande do Sul será através de um conjunto heterodoxo de medidas. Não será possível superá-la realmente através da ortodoxia desta ou daquela escola econômica, deste ou daquele pensamento. Portanto, aceitaria um caminho destes, com limitação pontual e se for parte de um conjunto amplo de frentes de ação. Mas, não concordo quando alguém tenta reduzir a solução a duas ou três alternativas ou proponha privatização ampla, geral e irrestrita.

Vem alguém e diz que é preciso combater a sonegação fiscal, concordo. Vem outro e diz que basta isso para resolver tudo, discordo. Sobre este tema, ouço as corporações internas fortíssimas do Estado indicarem a solução para combater a sonegação: nomear muito mais funcionários para a Fazenda e Procuradores. Ora, exatamente duas das carreiras de maior remuneração no Executivo. Estaremos resolvendo? Não, estaremos comprometendo mais e para décadas e décadas... É preciso lembrar que no sistema atual o servidor público ingressa na carreira e fica na folha do Estado enquanto viver ele e também o seu cônjuge ou companheiro(a).

O Brasil tem essa cultura perigosa de reduzir tudo à forma de alguém ganhar mais um dinheiro. É tão forte isto que quando ouço bradar "vamos moralizar", penso logo: os contribuintes protejam suas carteiras e bolsos, alguém está querendo arrecadar mais. Outros pregam que a forma "progressista" e à esquerda para resolver a crise é contrair mais empréstimos!

Ora, não estamos justamente sentindo e nos rebelando com o peso da dívida? Não é ela uma parte significativa do problema? E aumentá-la seria o caminho não neoliberal para sair do atoleiro? Acho absurdamente contraditório.

IHU On-Line - Em entrevistas recentes, o senhor defende que o Supremo Tribunal Federal - STF libere o Rio Grande do Sul do pagamento das dívidas para usar esse recurso para quitar débitos com o funcionalismo. Gostaria que o senhor detalhasse sua tese. Em que medida essa ação se coloca em causa com a lógica da financeirização?

João Gilberto Lucas Coelho - Deve-se separar a crise estrutural do Rio Grande do Sul e suas soluções, de uma consequência imediata, aguda, atual e conjuntural que necessita de saída urgente. Refiro-me à suposta falta de recursos para honrar compromissos do cotidiano da administração, inclusive o salário dos servidores. Sobre este tema específico e a propósito de petições ante o Supremo Tribunal Federal, expressei uma pequena opinião em rede social, a partir da qual fui chamado a falar em algumas entrevistas.

Esta opinião é a de que o STF deveria autorizar o Rio Grande do Sul a atrasar o pagamento de parcelas da dívida com a União, se necessário, para viabilizar o pagamento em dia dos salários de servidores. E, assim, evitando punição por isto e contrariando, sim, a lógica que domina as relações mundiais e as nossas no que se refere à hegemonia da dívida. Salário é verba alimentar essencial para o sustento de cada família e, portanto, a decisão da Justiça costuma ser a de que o patrão tem de pagar. No caso ante o Supremo, qual a consequência se realmente os cofres do Estado não tiverem o volume suficiente de recursos? Para resolver o impasse sugeri, não fui o único, que a Corte Suprema tivesse uma decisão histórica: liberar o Estado das penas (inclusive o bloqueio

das contas estaduais) por atrasar o pagamento de parcelas da dívida, para usar estes valores nos salários. Afinal, juros de especulação ou do sistema financeiro não são “verbas alimentares”. Os salários são.

Pelo que foi noticiado, é possível que o tema tenha sido referido na conversa do governador com alguns ministros do Supremo. Uma decisão nessa linha teria enorme repercussão para repor as prioridades, contrariando a lógica da financeirização expressa na regra de primeiro satisfazer o tal mercado especulativo. E o Supremo tem, no plano interno brasileiro, legitimidade e poder para liberar o Estado das penas contratuais por atrasar parcela da dívida.

O governo gaúcho decidiu no mês de agosto liberar o saldo a pagar dos salários de julho dos servidores e deixou de quitar a parcela da dívida, que vencera no final de julho, até o dia 10 seguinte, prazo tolerado pela União. O Ministério da Fazenda, utilizando prerrogativa constante no contrato de financiamento, bloqueou as contas do RS recolhendo o que nelas for depositado até o total devido. Isto mostra bem a lógica dominante nas relações do Poder Público com o chamado mercado. Ou seja, a supremacia da dívida sobre tudo o mais. As autoridades federais se sentem desautorizadas a uma atitude diferente pelo receio das reações do dito mercado e pelo precedente para outras unidades federadas devedoras. Está exposto então que só uma decisão com a força e legitimidade do Supremo Tribunal Federal poderia romper esse entendimento dominante e afirmar a prioridade dos salários sobre a dívida, isentando das penalidades contratuais se o Estado necessitar atrasar esta para honrar aqueles.

A negociação com “o mercado”

Sobre a dívida do RS que, como já referi, é uma parte importante da crise gaúcha, mas não a única. Deve-se registrar que já foi pior.

Estive como membro da gestão deste Estado em tempos nos quais o Rio Grande do Sul negociava diretamente no mercado financeiro os seus títulos. Cada dia venciam lotes e era necessário resgatá-los (o Estado não conseguia recursos para isso) ou recolocá-los a juros cada vez maiores. Governadores ficavam de plantão até que o operador da mesa de negociação com papéis o avisasse que tinha conseguido recolocar os títulos daquele dia. Muitas vezes com juros mais altos na pressão para não restar inadimplente. Com a estabilização da moeda, o Governo Federal negociou com Estados e Municípios a federalização de suas dívidas, afastando-os desta relação diária e fragilizada com o mercado financeiro.

A negociação com a União

Hoje nossa dívida é com a União - salvo créditos novos de financiamentos de agências internacionais, estes mais razoáveis, e alguns outros ditos “extra-limite”. A União se relaciona com o mercado financeiro com sua fabulosa dívida e sucessivas emissões de títulos. Mas, a cobrança da União para os estados e municípios teve duas distorções que hoje pesam muito. Uma destas distorções, por exemplo, é o percentual que exigiu de comprometimento da Receita Estadual para honrar a dívida (13%). Outra: o indicador tomado para correção mensal do total desta, o qual se demonstrou, com o tempo, muito alto e inadequado. No caso do RS, a dívida vai formando um resíduo muito grande, de maneira que é possível dizer que paga toda ela, ainda estaremos devendo muito, provavelmente igual ou mais que o valor inicialmente financiado.

A correção do valor está sendo, pois, injusta e foi objeto de recente negociação para mudança do indicador via lei já sancionada, mas que não se concretizou de fato, ainda. E, assim, o RS ainda não teve qualquer alívio nessa questão da dívida. ■

A barbárie da financeirização e a crise do RS

Para Lucas Henrique da Luz, o que há de bárbaro na crise gaúcha é a forma como o Governo do Estado responde aos dilemas gerados a partir da lógica do capital

Por João Vitor Santos

Com objetivo de mergulhar nas questões de fundo do momento crítico pelo qual passa o Estado Rio Grande do Sul, o professor Lucas Henrique da Luz traz ao debate o conceito de financeirização. Ele entende que a crise econômica é, em alguma medida, a manifestação dessa ideia que toma o capital como forma de governo. No entanto, antes de discutir o conceito, busca entender os fatores que levaram às decisões que vêm sendo tomadas no governo de José Ivo Sartori. “Temos como pano de fundo uma crise do Estado do RS em termos econômico-financeiros. Porém, para além, parece-me que existem quatro fatores que auxiliam a pensar o que temos ‘por trás’ da estratégia dos cortes”, explica em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

O primeiro fator trata do *ethos*, da *persona*, de José Ivo Sartori. Em seguida, Lucas entra nas estratégias de gestão. É o que se chama de “espetáculo do caos”. A espetacularização do caos visa ao medo, e não ao caos fértil”, explica. Essa lógica de gestão é a que leva ao terceiro fator, denominado como “estratégia do medo”. “A estratégia do governo flertou com endividamento e com segurança. A adoção destas medidas deixou a sociedade em

um clima de tensão”. E, assim, chega ao fator que trata da inabilidade das instituições em lidar com o problema, desvendando uma “gestão da barbárie”. “Esse caos que cria ou aumenta um ‘estado de exceção’, que justifica a adoção de medidas ultrapassadas, é uma verdadeira gestão da barbárie”, dispara.

Lucas Henrique da Luz é graduado em Administração com habilitação em Recursos Humanos, mestre em Ciências Sociais Aplicadas e doutorando em Administração pela Unisinos, tendo realizado estágio doutoral em Ciências da Informação e Comunicação na Université de Poitiers, França. Atualmente é professor e um dos coordenadores do curso de Administração da Unisinos e integrante do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Entre suas publicações destacam-se os livros **O Profissional de RH: por uma visão integrada** (São Leopoldo: Unisinos, 2011), do qual foi um dos organizadores, e **Formação Profissional do Administrador: reflexões à profissão e ao planejamento de carreira** (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010), e a 20ª edição do Cadernos IHU, sob o título **Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização?**.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender a estratégia política do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para enfrentar a crise financeira?

Lucas Henrique da Luz - “Por detrás” dessa estratégia podem ter muitas coisas, muitos interesses e

lógicas que, quem sabe, somente serão “revelados” ao longo de muito tempo. Ou seja, partindo do paradigma da complexidade¹, temos

¹ **Paradigma da Complexidade:** Um dos principais nomes do pensamento complexo, Edgar Morin, que no conjunto de seis livros que compõem O Método, aborda as interrelações

sempre um limite em compreendermos o que está ocorrendo, para onde os caminhos podem ir e isso,

entre as diversas disciplinas do conhecimento humano como um modo de compreender as questões contemporâneas mais amplamente. (Nota da **IHU On-Line**).

ao invés de barrar a reflexão e os debates, deve intensificá-los.

Objetivamente, nas entrelinhas da estratégia do governo gaúcho há uma mescla de questões. Tanto questões objetivas, racionais, como questões subjetivas, “irracionais” não no sentido de descaído (apesar de o ser), mas, sim, como algo que foge à compreensão mais objetiva, ao fato em si. Temos como pano de fundo uma crise do Estado do Rio Grande do Sul em termos econômico-financeiros². Faltam recursos, o Estado historicamente se endivida e gasta mais do que arrecada. Não podemos negar este fato. Porém, para além desse fator, me parece que existem quatro fatores que auxiliam a pensar o que temos “por trás” da estratégia dos cortes.

O ethos do atual governador

Primeiro, apesar de não conhecer profundamente e pessoalmente o governador José Ivo Sartori, parece-me importante pensar um pouco da sua narrativa. A racionalidade de Sartori tem muito de uma racionalidade da região da Serra Gaúcha (onde nasci e região que visito seguidamente), uma região extremamente empreendedora. Esta racionalidade me parece adequada, e pode funcionar bem para o empreendimento privado, principalmente em suas fases iniciais, com união da família que, mesmo brigando e discutindo muito entre si, nas dificuldades e nos negócios se une para crescer.

É uma racionalidade que não compreende e que não gosta de dívida, onde é necessário poupar para investir depois. Isto como princípio do associativismo e do

² Crise que não é só econômica e financeira, é sistêmica. Porém dado o enfoque da entrevista não vou falar das outras dimensões desta crise, como estrutural, representação, democracia, etc, crise do estado e das instituições, crise de legitimidade, dentre outros, ainda que isso tudo permeie indiretamente as reflexões. (Nota do entrevistado)

cooperativismo que acompanhou a colonização da região pelos imigrantes italianos e alemães, por exemplo. Enfim, isso que coloco é muito intuitivo, não tenho um estudo sobre. No entanto, creio que a racionalidade de gestão que minimamente habita o pensamento de Sartori é boa para um tipo de empreendedorismo privado e ou para um ente público com dinheiro, com boa arrecadação, como a cidade de Caxias do Sul (tenho minhas dúvidas mesmo neste caso).

Porém, esta racionalidade não serve para um estado nas condições do nosso. Na Serra Gaúcha, pais de amigos meus que estavam iniciando seus negócios (negócios pequenos da família, muitas vezes no interior das cidades, como fábricas de esquadrias, agroindústrias, que depois tornaram-se grandes empreendimentos), passaram a privar os filhos da possibilidade de comprar um lanche, de fazer um passeio com a turma da escola, pois era necessário economizar para investir. Lembro ainda da minha vó (nona) que, ainda hoje, com 86 anos repete: “il buon cristiano pensa ancora per domani”³. Ou seja, uma racionalidade dos negócios e com influências religiosas que tem a dívida como algo ruim, feio, como sentimento de “devedor” mesmo. Fato que serve muito para a lógica devedor/credor, mas não serve para gerir um Estado.

Por isso, talvez, na racionalidade de Sartori, atrasar salário é um esforço necessário à família “Rio Grande” neste momento, para prosperar depois. Ainda que, no depois, pela pressão popular, diminua o atraso da segunda parcela e tente vender isso como conquista. E, aqui, quem sabe funcione aquela lógica política partidária bem batida, de que inicialmente eu mostro o caos, mostro que tudo está perdido. Então, se eu salvar algo ao lon-

³ Em tradução livre, “o bom cristão pensa o hoje pelo amanhã”. (Nota da do IHU On-Line)

go do mandato, tento vender como algo heroico.

O espetáculo do caos

Nessa direção, aparece o segundo - e para mim principal motivo - da estratégia dos atrasos, principalmente dos salários e do atraso nos repasses para áreas como saúde, onde a repercussão é alta. Estratégia que pode ser denominada como “espetáculo do caos”, na linha da sociedade do espetáculo⁴. As caravanas feitas pelo interior do RS para mostrar a “real situação do estado”, que muitos leram como uma tentativa de culpabilizar o governo anterior por tudo que ocorre de errado e pode até ser lida nesse sentido⁵, foram esquetes do teatro do que viria depois. O “espetáculo do caos”, o “espetáculo da crise” é baseado em fatos reais, mas tem uma amplificação, uma caricaturização própria de espetáculos. Isso fica claro nas coletivas de imprensa, no tom de vitimização e heroísmo que tenta passar o secretário da Fazenda, Giovanni Feltes⁶.

Aliás, o secretário da Fazenda é o que mais fala nas coletivas de

⁴ **Sociedade do Espetáculo:** é o trabalho mais conhecido de Guy Debord. Em termos gerais, as teorias de Debord atribuem a debilidade espiritual, tanto das esferas públicas quanto da privada, a forças econômicas que dominaram a Europa após a modernização decorrente do final da segunda grande guerra. Ele faz a crítica, como duas faces da mesma problemática, tanto ao espetáculo de mercado do ocidente capitalista (o espetacular difuso) quanto o espetáculo de estado do bloco socialista (o espetacular concentrado). (Nota da do IHU On-Line)

⁵ A situação do estado do RS não deve ser faturada apenas para este governo e para o passado, penso que deve ser vista historicamente e deve ser responsabilidades do estado, de seus governos e dos demais poderes, bem como das instituições em geral. (Nota do entrevistado)

⁶ **Giovani Batista Feltes** (São Leopoldo, 10 de abril de 1957): é um político brasileiro. É filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas eleições de 2014, em 5 de outubro, foi eleito deputado federal pelo PMDB gaúcho, mas em dezembro do mesmo ano foi indicado pelo governador José Ivo Sartori para ser o seu secretário da Fazenda. Antes, Feltes foi deputado estadual e prefeito de Campo Bom por três mandatos. É secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. (Nota da do IHU On-Line)

imprensa. E, no tom do próprio governador, penso que se está lidando com a lógica do espetáculo e da sociedade do riso. Acaba gerando medo para além de expor a situação real. Ou então, o que explica a não tomada de medidas em oito meses, deixar estourar o problema. Assim para, só depois disso, pensar em pacotes, em conversa com poderes e, nesse tempo todo, não questionar a dívida com a União - nada de medidas(?).

O atraso de salários, o não pagamento da dívida com a União e a ida do governador a Brasília, que sabemos que não teria resultado, são cenas deste espetáculo. Dirão alguns: não tinha como pagar a dívida da União, era ela ou a segunda parcela dos salários. Certo, deixe de pagá-la, mas ao invés de ir a Brasília e fazer cena com isso, assumo postura questionadora, conteste a dívida judicialmente, peça revisão, faça algo diferente. A espetacularização do caos visa ao medo, e não ao caos fértil, o caos que gera experimentação. Medo é algo que paralisa e coloca as únicas soluções viáveis nos trilhos não de caminhos novos, mas, sim, no aumento de impostos, nos cortes de recursos em áreas essenciais, nas privatizações. O medo impede de pensarmos para além de receitas velhas, que sabemos, resultarão em mais problemas ali adiante, na linha de um austericídio.

A estratégia do medo

O terceiro fator está ligado a este espetáculo do caos, principalmente com o atraso dos salários. A estratégia do governo flertou com endividamento e com segurança. Ou seja, mexeu em duas questões muito relevantes aos processos de subjetivação, atualmente. O medo do não pagamento dos salários e de bloqueios de ainda mais recursos do estado pelo não pagamento de dívidas do RS.

A adoção destas medidas deixou a sociedade em um clima de tensão,

de menos segurança ainda. Sem saber se as crianças teriam aulas, se o policiamento existiria, se cirurgias e outros procedimentos de saúde, ainda que muitas vezes precários, continuariam sendo realizados. Mais ainda: deixou servidores sem saber se teriam recursos para manter suas vidas, seus compromissos. Mexeu com securitização.

A insegurança, o medo gerado, são formas de pressão para aprovar medidas ultrapassadas para vencer a crise, na base do “não tem alternativa”. Tais formas só colocam a lógica da financeirização a serviço das finanças, de poucos, aprisionando ainda mais o Estado.

O limite das instituições

E, por fim, a crise revela uma total incapacidade das nossas instituições em resolver a complexidade do momento atual. Vejamos fatos que mostram isso: 1) ouvir, depois de oito meses de um governo, de salários atrasados, de repasses não feitos em áreas relevantes, que se monta um grupo de trabalho do Executivo, Judiciário e Legislativo para pensar a questão; 2) aumentos de salários de agentes políticos e de deputados, enquanto servidores e a maioria das categorias têm a crise como motivo para receberem zero aumento e, em muitos casos, nem reposição conseguiram ter; 3) total ausência de comunicação, de auscultar a sociedade em relação a tudo que passa, tentando até mesmo tirar plebiscitos das privatizações; 4) Governo Federal dizendo que precisa entender melhor a situação para poder dizer algo; entre outros. Enfim, são fatos que demonstram que nossas instituições estão longe de apontar caminhos e longe de representar alguém.

A gestão da barbárie

Esse caos que cria ou aumenta um “estado de exceção”, que justifica a adoção de medidas

ultrapassadas, é uma verdadeira gestão da barbárie. Usamos de receitas que parecem poder resolver um pouco a situação financeira do estado (aumento de impostos, privatizações, mais endividamento), mas não mexemos em questões estruturais (o medo nos paralisa - isso não seria seguro). Por isso, o que se opera é gestão da barbárie.

Não adianta aumentar impostos se a lógica é que quem mais os paga na proporcionalidade são pessoas de menos renda e se não se consegue cobrar os devedores históricos do Estado. Nem mesmo temos acesso para saber claramente quem são e o que está sendo feito para cobrá-los. E esse imposto, ao invés de potencializar algo diferente, capaz de mexer com desigualdades, com serviços à população, acaba sendo investido para pagar juros. Isto reforça a lógica do rentismo denunciada por Piketty⁷. Ou seja, o que concentra mais renda ainda na mão dos que mais têm capital, propriedades, aqueles que, logo ali na frente, em outra crise, vão emprestar mais dinheiro, aumentar juros, realimentando este ciclo.

Também não adianta propor privatizações sem realmente discutí-las, avaliar. E isso não apenas no sentido de quanto se pode arrecadar. Ora, não precisa ser gênio, é só sair um pouquinho da racionalidade estritamente econômico-financeira para perceber que privatizar a Fundação Zoobotânica⁸ e

⁷ **Thomas Piketty** (1971): Economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O Capital no Século XXI*, enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos, e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que a economia, o que gera desigualdade. A edição 449 da IHU On-Line, intitulada *A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia*, inspira-se na obra *O Capital no Século XXI* e foi publicada meses antes de a obra ser publicada traduzida no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **Fundação Zoobotânica**: é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul.

a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde⁹ significa não apenas vender seus patrimônios, mas privatizar biodiversidade, genética e saúde. Abrir o capital da Banrisul Cartões significa entregar o nobre do negócio financeiro, que usa da circulação, da polinização¹⁰, potencialmente gera muito valor, para alguém. Sim, vamos entregar menos de 50%, o estado ainda controlará. Certo, mas pagará dividendos, dividirá os ganhos com os investidores. É como pagar juros sobre empréstimos, coisa que o governo diz que não dá mais para fazer. É, novamente, fortalecer a lógica rentista.

Prisão no sonho alheio

Enfim, as medidas são ultrapassadas e não pensamos diferente pelo medo que nos paralisa, sendo que é o estado do caos criado. O espetáculo do caos contribui para isso. Vale destacar o que diz Zizek¹¹, ao

A Fundação administra três instituições que são seus órgãos executivos: o Jardim Botânico de Porto Alegre, o Parque Zoológico do Rio Grande do Sul e o Museu de Ciências Naturais, que atuam em uma variedade de linhas de pesquisa científica, educação ambiental e conservação da natureza, além de oferecerem uma série de oportunidades de lazer à população. (Nota da **IHU On-Line**)
9 Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS: é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria Estadual da Saúde e supervisionada pelo Secretário de Estado da Saúde. A Instituição foi criada em dezembro de 1994, através da Lei 10.349, pelo então governador Alceu Collares. A FEPPS tem como princípio prestar serviços de qualidade em saúde pública no Rio Grande do Sul, com o objetivo de impactar positivamente a vida e a cidadania da população gaúcha. A Fundação executa as políticas públicas de saúde definidas pelo Governo do Estado. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Polinização: Conceito cunhado pelo pesquisador Yann Moulier Boutang. Para saber mais ver entrevista **A financeirização e as mutações do capitalismo**, publicada na IHU On-Line, edição 468, de 29-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1Jd213u> (Nota da **IHU On-Line**).

11 Slavoj Žižek (Slavoj Žižek, 1949): filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da European Graduate School e pesquisador senior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubiana. É também professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais estão a Universidade de Columbia, Princeton, a New School for Social Research,

citar Deleuze¹²: “*Si vous êtes pris dans le rêve de l'autre, vous êtes foutus*”¹³. Assim, podemos perceber que os estados e nós estamos dentro do sonho dos outros, dentro do sonho dos investidores e cobradores de juro, dos credores, presos pela lógica da dívida e da securitização.

Em nome de uma suposta segurança, por medo da experimentação e por uma lógica finalística, que quer ter as metas e resultados definidos sempre antes de viver os processos, acabamos impossibilitados de sonhar, de tentar, de experimentar. É a lógica que o Governo Sartori¹⁴ tem usado para “enfrentar” a crise atual, a lógica da espetacularização, que só reforça esse aprisionamento.

IHU On-Line - Em que medida a situação financeira e política do Rio Grande do Sul pode ser associada à ideia de financeirização? De que forma o Estado é envolvido nessa lógica? Que relação é possível estabelecer entre o atual momento do RS com a situação de crise no Brasil e no mundo?

Lucas Henrique da Luz - Primeiro, devemos afirmar um pouco do que queremos dizer quando falamos “financeirização”. A financei-

de Nova York, e a Universidade de Michigan. Publicou recentemente *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético* (São Paulo: Boitempo, 2013). Ver artigo **A coragem da desesperança**, publicado nas Notícias do Dia, em 02-08-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1LfqNg> (Nota da **IHU On-Line**).

12 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérghson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Em tradução livre, se você está dentro do sonho de outro, está com problemas. (Nota do entrevistado)

14 Lógica que também se apresenta no governo federal e na Grécia, dentro outros – quicá lógica global hoje, como podemos ver nas questões seguintes. (Nota do entrevistado)

rização, com base em Boutang¹⁵, é um paradigma produtivo que permeia toda a sociedade, seu ser e fazer, trazendo um capitalismo que descobriu o “novo continente da polinização humana”¹⁶. Ou seja, um paradigma produtivo que se utiliza da potência das interações da multidão humana, das interações entre as singularidades. Interações que não se dão apenas em espaços “produtivos” tradicionais como a fábrica ou outras organizações/instituições, como é (ou foi) no fordismo. Refiro-me a interações que ocorrem principalmente na circulação em geral, nos espaços das metrópoles, das redes físicas e virtuais. É um paradigma produtivo que utiliza das pessoas capacitadas como: cooperar socialmente, estabelecer comunicações com os diferentes, agir autonomamente e de forma criativa, dentre outras, se apropriando dessas capacidades numa verdadeira produção biopolítica que se apossa, em verdade, do agir em comum. (NEGRI; COCCO, 2008).

E isso impacta a lógica da sociedade como um todo, uma vez que o paradigma produtivo não é algo apenas relevante à dimensão econômica e/ou à dimensão material das pessoas. Na realidade, ele opera verdadeiras transformações sociais e antropológicas. Significa dizer, então, que a financeirização impacta a dimensão mercantil, mas também a não mercantil, influenciando a produção do meio vivo em geral. Impacta a biosfera e a noosfera - que cobre todas as atividades mentais, culturais, espirituais, como afirma Boutang. Segundo o mesmo autor, ao se utilizar dessa lógica de criação e apropriação do valor a partir das interações, da

15 Para compreender melhor a financeirização e seus impactos ver a entrevista com Yann Boutang, *A financeirização e as mutações do capitalismo*, publicada na IHU On-Line, edição 468, de 29-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1Jd213u> (Nota da **IHU On-Line**)

16 Para uma ilustração da ideia de polinização ver a ilustração feita por Giuseppe Cocco em <http://bit.ly/1PpPdrd> (Nota do entrevistado)

circulação, a financeirização adquire potência produtiva muitíssimo maior que lógicas mais mecânicas de produção, como a fordista. E, ainda, precisa das tecnologias de informação e comunicação e das finanças para sua alavancagem. Precisa da lógica crédito e débito, da rentabilidade pelo endividamento para multiplicar o crédito. Com esta lógica de produção, temos um governo das organizações que lidam com “circulação e finanças”, com o imaterial, com os fluxos. Os exemplos são Google, Facebook e, é claro, os bancos e operadores do mercado financeiro, do mercado de capitais.

A financeirização e os governos

E o que tudo isso tem a ver com a crise do Rio Grande do Sul e que semelhanças pode ter com a crise Grega? De maneira mais abstrata, pode-se dizer que os estados e suas instituições não compreenderam e/ou não conseguem alcançar ainda esta lógica. Não conseguem minimamente regular e fazer frente a esta lógica da financeirização e das finanças, que não são sinônimos. Pelo contrário, os Estados, e o Rio Grande do Sul não está fora disso, acabam operando por meio desta lógica e reforçando o paradigma do endividamento e da securitização, produzindo processos de subjetivação que fomentam estas subjetividades - do endividado e do securitizado¹⁷ -, reforçando ainda mais a incapacidade de se usar esta lógica da financeirização em prol do comum. Isso cria uma economia que mata¹⁸, que (des)governa as vidas e coloca o(s) estado(s) como “gestor” da barbárie.

Tanto na Grécia, como na realidade do Brasil, quanto no Rio Grande do Sul, o Estado segue funcionan-

17 Para saber mais ver NEGRI, Antonio, Hardt, Michael. **Declaração**: Isto não é um manifesto, São Paulo: N 1 Edições, 2014. (Nota do entrevistado)

18 Para ver mais <http://bit.ly/1MozwR8> (Nota do entrevistado)

do com padrões de regulamentação, de taxação, de operação que não conseguem cobrar/tributar/compartilhar o verdadeiro valor gerado pela lógica da polinização, pela financeirização, colocando-a a serviço da vida. Reforça o domínio e a apropriação daquilo que é comum (a riqueza do Planeta e das interações é comum) por uma pequena parcela. Isso pode ser visto se nos apropriamos dos valores que o Rio Grande do Sul paga de juros das suas dívidas; ao ver que o valor que o Brasil gastou com juros nos últimos três anos daria para pagar o programa Bolsa Família, que atende a 14 milhões de famílias, durante 38 anos, como mostra Benjamin Steinbruch, empresário, diretor-presidente da CSN¹⁹; ao ver que a Grécia e toda a força da multidão foi barrada (ao menos até aqui) pela lógica do endividamento e do pagamento de juros em detrimento de condições de vida para o seu povo.

Financeirização e o RS

No Rio Grande do Sul, o atraso do pagamento da dívida com a União está atrapalhando repasses que resultariam em serviços de saúde, em transporte escolar. Há, ainda receio de que não se tenha dinheiro para pagar combustível para segurança pública. Ora, dá para ver que a lógica da financeirização, no momento, aprisiona os estados, coloca-os a serviço das finanças e não da vida. E, isso ocorre no Rio Grande do Sul, no Brasil, na Grécia e, quiçá, na nossa civilização atual.

Omissões

Os Estados e, eu diria, a sociedade em geral, a própria academia se esquecem da importância da economia política, da ética econômica, das dimensões consideradas menos “científicas”. Devemos admitir que falhamos muito ao não conseguir

19 Ver mais em <http://bit.ly/1J4UjUD> (Nota do entrevistado)

desenvolver a ética econômica, a política, como forças do comum. Forças capazes de colocar tecnologias de comunicação e informação e o capitalismo cognitivo a serviço da vida.

Por isso, o que resta são Estados endividados, sem poder para decidir e que, independente de questões morais como a corrupção e outros problemas que podem ser relevantes, atualmente têm incapacidade de governar. O que temos é uma legitimação do verdadeiro austericídio, tanto na Grécia, como no Brasil, como no Rio Grande do Sul, com suas particularidades.

IHU On-Line - Fala-se que o RS vive uma crise econômica. Mas como entender a atual situação do Estado para além da questão econômica?

Lucas Henrique da Luz - Penso que a situação do Rio Grande do Sul pode e deve ser entendida a partir do econômico, sim, mas que também precisamos olhar para aspectos culturais, históricos, políticos. Não sou especialista nestas questões, mas pelo que li a respeito, percebo que construímos uma cultura que tem muita dificuldade de se abrir ao outro, de ouvir o diferente, de não pensar que “são as nossas façanhas que devem servir de modelo a toda terra”. Operamos mais na base da polaridade, da desconfiança e de polarizações do que na base do entendimento, do acordo, da confiança. E, numa lógica de circulação, do múltiplo enquanto gerador de riquezas, gerador de valor, da polinização, do capitalismo cognitivo, conviver com diferentes modos de existência, aprender com o outro, com outras narrativas, é algo fundamental. Como mostram Negri e Hardt (2005),²⁰ no paradigma produtivo atual, produzir significa, cada vez mais, construir

20 NEGRI, Antonio, Hardt, Michael. **Mul-tidão**. São Paulo: Record, 2005. (Nota do entrevistado)

comunalidades²¹ de cooperação e comunicação. Nesse sentido, não sei se nosso modo de ser, nossa “cultura gaúcha”, contribui.

Mesmo em questões de nossa história, não valorizamos outros modos de existência. Não reconhecemos a relevância dos índios para o Estado, por exemplo. Sei que isso não é generalizado, mas é muito forte e faz com que, em geral, nos esqueçamos da presença indígena do passado e da atual, das experiências comunais que aqui existiram, bem como não olhemos para outros povos, pouco trocamos com nossas fronteiras. Para usar a lógica e os termos de Latour (2012)²², parece-me que temos muitas dificuldades em exercer o papel de diplomatas, no sentido de aproximarmos os diferentes modos de existência.

Isso tudo contribui para o momento atual, para a situação em que chegamos. Cria uma visão muito parcial da realidade. Pensamos ter uma verdade, a nossa verdade, muitas vezes colocadas em dois polos - isso ou aquilo. Isto dificulta um diagnóstico mais complexo da nossa situação enquanto Estado. Dificulta entendermos nossas debilidades e nossas potencialidades.

Por exemplo: ouvi um deputado estadual dizer que privatizar a Fundação Zoobotânica não é algo que deva preocupar, pois, primeiro: o Estado não deve ficar cuidando de bichos. E segundo: poucas pessoas visitam o Jardim Botânico em Porto Alegre (ouvi isso num debate em programa de rádio no dia 13/08/2015). Na afirmação, vejo esta racionalidade dona de uma verdade única e limitadíssima aflorar. Mais do que isso: percebo ainda mais fortemente que nossas instituições “democráticas” estão

²¹ Aqui, a palavra comunalidade é empregada como qualidade daquilo que é comum. (Nota da **IHU On-Line**)

²² LATOUR, Bruno. **Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des modernes**. Paris: La Découverte, 2012. (Nota do entrevistado)

falidas. Elas são incapazes de captar o que emerge da sociedade, da horizontalidade. Seja através de majorias e alguns consensos, seja pelos tensionamentos, pelo que emerge minoritariamente e/ou nos embates e encontros dos diferentes. Assim, são incapazes de ir para além das mesmas (não) soluções de sempre, já citadas nas outras questões. Estamos órfãos de projetos de país, de estado.

IHU On-Line - O que mais o atual cenário, político e econômico, do Rio Grande do Sul diz sobre a atual crise da democracia e suas instituições? De que forma a ideia de “reinvenção da democracia”, orientando as instituições democráticas para ideia do Comum, pode inspirar alternativas para superar crises como a do RS?

Lucas Henrique da Luz - O cenário político e econômico do Rio Grande do Sul não pode ser visto como algo isolado, como diferente do cenário brasileiro e de outras partes do mundo. Ou seja, o atual cenário mostra que nossas invenções democráticas não foram capazes de domar as finanças e não conseguiram dar à financeirização um rosto humano, colocá-la a serviço do bem comum, da vida em suas diferentes manifestações. Não fomos capazes disso ainda. Claro que cada contexto tem suas peculiaridades, mas, de forma geral, o contexto atual do Rio Grande do Sul, assim como o contexto brasileiro e de movimentos ao redor do mundo, revelam uma crise da democracia e suas instituições.

A lógica estado/sociedade, as formas democráticas de governo utilizadas, do socialismo ao capitalismo, mostraram-se e se mostram atualmente, em grande parte, esgotadas. Ou, ao menos, precisando ser repensadas. Com base em Negri e Hardt (2014), pode-se dizer que as formas de planejamento e gestão do socialismo sucumbiram diante da ineficácia de práticas

marcadas pela centralização do poder de tomada de decisão - uma estrutura burocrática que manteve a separação e o isolamento “daqueles do centro”. E o planejamento e o governo capitalista têm revelado redução nos poderes e capacidades do Estado, bem como sua progressiva retirada do campo social. Prova disso é que as despesas estatais só crescem e, ao mesmo tempo, os gastos em bem-estar social têm se reduzido. Já o Legislativo, que deveria ser fonte de reformas que permitissem a aproximação do estado da vontade geral ou dos anseios e tensionamentos da multidão, parece cada vez mais esvaziado das suas funções constitucionais. E, junto com os partidos e o próprio Judiciário, não tem conseguido representar a sociedade e suas posições na adoção de soluções ou ações que pudessem amenizar problemas.

Falência da representação

Problemas estes que estão se tornando cada vez mais complexos. E, para além dos problemas clássicos de representação, existem aqueles da dívida pública, das migrações, das políticas energéticas, das mudanças climáticas, etc. Diante dessa complexidade, as capacidades de representação deveriam se estender e se tornar mais especializadas. Na realidade, porém, essas capacidades representativas se desvanecem. Construímos um sistema parlamentar infestado de *lobbies*, que demonstra ser totalmente inadequado para essas tarefas.

Ao mesmo tempo, a participação democrática efetiva fica cada vez mais dificultada. Os partidos, por exemplo, por sua lógica, são mais excludentes que includentes. Excluem tudo o que é diferente daquilo que “pensam” - ou daquilo que lhes interessa pensar ou que dizem pensar - e, assim, tornam-se imobilizados, esvazia-

dos em relação a uma democracia efetiva. Limitam-se a negociatas, alianças em nome da tal governabilidade, e acabam rendidos pelas finanças.

Soma-se a isso o fato de as nações modernas serem um problema à participação, uma vez que elas vão se tornando cada vez mais complexas e extensas, dissipando engajamento e sentimentos comuns dos cidadãos, tirando-lhes o gosto e a capacidade de participar. Assim, acaba se colocando as decisões sobre a vida, nas mãos de “especialistas”, sacerdotes da tecnocracia. É uma falência da democracia de forma mais global, que aparece na Grécia, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Nesse último, todas estas questões ficam muito claras. Começa pelo fato de termos eleito um governo que em nenhum momento apresentou de fato algum tipo de esboço de projeto. Talvez por ocupar este não lugar, acabou eleito. Depois, se estende pelos primeiros meses de governo e aparece claramente na patética entrevista do governador após uma reunião de três horas com os demais poderes do estado.

Saindo da reunião, o governador concedeu sete minutos de fala para a população, via uma coletiva de imprensa (pelo que parece propositalmente) bagunçada, onde não se disse nada. Ou seja, a democracia atual, não é diferente no Rio Grande do Sul, precisa apenas das suas instituições. Elas não representam mais nada e ninguém, se autorreproduzem e não mais (re)produzem, representam a sociedade. Não precisam se comunicar com a multidão. É como se dissessem para nós que não precisamos nos preocupar, pois os especialistas dos três poderes nos tirarão da situação que estamos. E tudo isso culminou com o envio de medidas paliativas, que não resolvem o problema e são ruins para o Estado. São mais do mesmo.

Reinvenção da democracia

Nesse sentido, o desafio para o Rio Grande do Sul e para a democracia no Brasil, e quiçá desafio de maneira mais geral, está em reinventar a democracia e suas instituições. É parar com polarizações que já não dizem mais nada (esquerda e direita), quebrar o território institucionalizado da participação (partidos, gestores, especialistas, técnicos) devolvendo esta participação ao comum, aos *commoners* (pessoas do comum). Precisamos usar a lógica da financeirização, da polinização, para isso.

A partir das experiências produtivas que estão cada vez mais baseadas no comum, dentro do paradigma pós-industrial, pós-fordista, tem-se que buscar as possibilidades de emergência de ação política. Buscar a potência para produzir iniciativas de efetiva participação e construção dos rumos das cidades, regiões, países, a partir da produção do comum, do ser em comum, para além das já existentes iniciativas na dimensão pública e privada. Segundo Negri e Hardt (2005), “se estendermos as estruturas de tomada de decisão e de participação política no sentido da produção, poderemos potencialmente alcançar um escopo muito maior e trazer para as estruturas políticas uma parcela muito maior da sociedade. Dizendo de outra forma, as estruturas de relação e comunicação criadas na produção biopolítica podem ser adaptadas para estender a forma de assembleia a um nível social amplo”.

Porém, para isso, precisamos vencer o medo, a lógica de que tudo o que se invente, tudo o que se tenta, precisa ter resultados definidos *a priori*. Precisamos de uma lógica de experimentação e, penso que isso não terá espaço até que não experimentemos um caos fértil. Em outras palavras, talvez isso só seja possível a partir da cora-

gem da desesperança. Uma política emancipatória radical, uma efetiva democracia tem como desafio conseguir “levar as coisas para além”. Ou seja, após a primeira etapa entusiasta acabar, como dar o passo seguinte sem sucumbir à catástrofe da tentação “totalitária”. O desafio é de construir processos de liderança e instituições do comum, que se mantenham abertos, em diálogo com a potência do horizontal - mantê-las em caráter não normativo, mas sim de experimentação. Infelizmente, pelas propostas do Rio Grande do Sul e pela “Agenda Brasil”²³, em nosso país e Estado estamos na contramão disso.

IHU On-Line - O ajuste fiscal, a austeridade imposta, é a receita para uma ideia de solução que não dá conta de toda a complexidade de crises como a vivida pelo Estado? Por quê? E como pensar em alternativas?

Lucas Henrique da Luz - A lógica da austeridade, que se concretiza em propostas como a do ajuste fiscal, das privatizações, aumento de tributos, dentre outras questões, não dá conta da complexidade da crise, uma vez que: 1) reforçam a lógica das finanças e aprisionam ainda mais o Estado, a economia, a economia política, a própria política à lógica do rentismo, do capital financeiro, de uma financeirização que a eles serve, e não à vida; 2) as medidas utilizadas apenas gestionam a barbárie, não são medidas que permitem pensar em novos cenários, são pequenos remendos que fazem muitos sofrerem, na lógica do “é a única alternativa possível”, “se não for assim o caminho é perigoso”, “não há outra alternativa” (quando perigoso é o contrário, é seguir com este tipo de mesmismo); 3) tem todas as suas

²³ **Agenda Brasil:** Agenda de medidas proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), como uma forma de retomar o crescimento econômico e de realizar reformas necessárias para que o Brasil supere a crise. (Nota da **IHU On-Line**).

medidas, suas mensurações, indicadores voltados para uma realidade que subsiste, que não é o que dá a direção do nosso ser em comum hoje - usa PIB, déficit, balança comercial, custeio, etc. - medições de uma época que está findando e não consegue avançar em relação ao novo, à valorização, por exemplo, da biodiversidade, dos bens comuns, dos afetos, da diversidade de modos de existência; 4) no contexto bem específico do RS, há uma espetacularização da crise que gera medo, e medo imobiliza e limita inventividade, possibilidades; 6) não se sabe qual é ou quais são os projetos de Brasil e de RS; 5) o diagnóstico que se faz e os debates sobre a crise do RS e no Brasil, também, acabam em polarizações reducionistas, ódios, moralismos. Enfim, poderíamos enumerar uma série de coisas que estão no lastro das reflexões feitas nas questões anteriores.

Alternativas

Como alternativas para superar a crise: a) rever e questionar legalmente e socialmente - via potência do comum, da multidão, via redes e ruas - a legitimidade da dívida e os juros - sendo que isso vale inclusive para o absurdo de juros que são pagos em relação aos depósitos judiciais, concentrando renda nesse poder; b) melhorar mecanismos de fiscalização dos sonegadores e

das contrapartidas dos incentivos fiscais, com amplo conhecimento de quem são os devedores do estado e das contrapartidas pendentes; c) criar mecanismos legais no sentido de que pessoa jurídica (PJ) que deve para o estado e não tem como pagar, gere a responsabilização dos seus representantes legais quando estes possuírem patrimônio superior a 500 mil reais (poder-se-ia discutir este valor), limitado ao excedente deste valor; d) análise das aposentadorias superiores a 20 mil reais (poder-se-ia discutir este valor) no sentido de validá-las ou de confiscar o valor que ultrapassa desse limite; e) diminuir drasticamente o número de deputados e de assessores; f) liderar movimento para taxação de grandes fortunas, de rendas de capital financeiro, de lucros das instituições bancárias e, ainda, rever tributação para que ela seja de fato justa, pague mais quem mais tem renda e patrimônio; g) criar mecanismos de controle relativo a atuação e ao orçamento dos poderes, principalmente o Judiciário e o Legislativo; h) facilitar a realização de plebiscitos, consultas e outros mecanismos de participação direta; dentre outros.

É claro que tudo isso são coisas que logo recebem o rótulo de impossíveis e, provavelmente, realmente o são. Porém, também é impossível não saber o dia que vai receber o salário, não ter o mínimo

de serviços públicos, ter instituições democráticas que não dialogam com nada e ninguém e, ainda, voltar com velhas receitas que não funcionaram em lugar nenhum. Ou seja, não querem usar o caos criado/espetacularizado, o sentimento de medo, para impor velhas receitas, para defender que é inevitável que todos soframos e paguemos (e como sempre os mais "fracos" é que acabam sofrendo). Se existe caos, que ele seja fértil, que ele encoraje a novas experimentações, que ele seja criativo.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Lucas Henrique da Luz - Sim. Nas respostas misturei questões mais teóricas, com coisas bem do cotidiano, abstrações com situações reais, intuições e constatações, o local com outros contextos. "Arrisquei" para vários "lados, direções", mas acredito que isso seja válido hoje - a reflexão que busca sair dos rigorismos sem com isso perder a tentativa do "rigor". Este último, entendido aqui como profundidade, como tentativa de olhar complexo, como olhar para o diverso e não se fechar no uno. Para mim isso é natural, é tentativa e não certezas. Esta mistura é academia, é universidade, que também precisa dar suas contribuições para a leitura do momento vivido. ■

LEIA MAIS...

- *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização?* Artigo de Lucas Henrique da Luz publicado na 20ª edição do **Cadernos IHU**, disponível em <http://bit.ly/11YD9sB>
- *A burguesia golpista de 1964*. Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 19-03-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1qUwRDH>
- *A contribuição da universidade na modelagem das relações de trabalho*. Entrevista com Lucas Henrique da Luz publicada na **IHU On-Line**, edição 416, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1hiWjmp>
- *Fórum Nacional de Economia Solidária. Um depoimento de Lucas Henrique da Luz*, do IHU, Depoimento de Lucas Henrique da Luz publicado nas **Notícias do Dia**, de 29-06-2006, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1ExLn9l>



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

Medo, o triunfo da intolerância

Roberto Romano descreve minuciosamente os processos sociais e políticos que desembocaram nos mais distintos processos de intolerância ao longo da história ocidental

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Intolerância e radicalização são uma espécie de sinônimos com etimologias distintas. Isso significa dizer que onde há uma, há outra. Após fazer um recorrido histórico no Ocidente sobre as formas de intolerância que desembocam nas que conhecemos, o professor e pesquisador Roberto Romano chama atenção para a história recente do Brasil. “Ao longo dos tempos em países escravistas como o Brasil, o exercício de cultos com origens africanas foi criminalizado. Ainda no século XX, no Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, polícia sangüinária que envergonha todo ser humano, existia uma Delegacia de Cultos para perseguir as ‘religiões primitivas’”, destaca o pensador em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Entretanto, Romano não reduz as experiências de intolerância somente ao viés das religiões. “Com o fim da URSS e o triunfo do neoliberalismo em escala planetária, tivemos no pontificado de João Paulo II a união estratégica do mundo oficial católico com a ideologia do mercado absoluto, assumida por Ronald Reagan, Margaret Thatcher, e outros”, frisa. “A benção do papa a Pinochet foi o ápice de uma pouca santa aliança entre a política Vaticana e o veto das tentativas de manter a de-

mocracia, os direitos dos diferentes, a laicidade”, complementa.

O medo, filho dileto da intolerância, há séculos é o expediente que torna possível uma política calcada no terror, ora dos poderes eclesiais e monarcas, ora dos soberanos modernos, ora do sistema financeiro mundial. Disso, decorre o papel da comunicação que transforma os semelhantes em inimigos. “Após duas ditaduras que inocularam o medo na população, os programas televisivos e radiofônicos exercem um mister importante da razão de Estado: apontar o próprio povo como inimigo a ser ferido, distraindo assim a massa dos *arcana imperii* que se forjam nos palácios”, avalia Romano.

Roberto Romano cursou doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, França, e é professor de Filosofia na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Escreveu, entre outros, os livros *Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico* (São Paulo: Kairós, 1979), *Conservadorismo romântico* (São Paulo: Ed. UNESP, 1997), *Moral e Ciência. A monstruosidade no século XVIII* (São Paulo: SENAC, 2002), *O desafio do Islã e outros desafios* (São Paulo: Perspectiva, 2004) e *Os nomes do ódio* (São Paulo: Perspectiva, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Intolerância e modernidade estão diretamente relacionadas? Por quê?

Roberto Romano - Uma causa da radicalização intolerante reside no crescimento das comunicações entre culturas diferentes. No mun-

do antigo existiam duas situações sociais diversas. Em primeiro lugar os povos com idêntica religião, formas jurídicas e políticas. Claro, tais formas resultaram de massacre dos vencidos ou tratados. Mas o estrangeiro não chega a ser ameaça absoluta à coesão interna, ele é

sempre “bárbaro” e inferior. A intolerância face ao outro cimenta a unidade do povo.

A *polis* grega exemplifica tal atitude mental. A intolerância judaica, na época de Cristo, define a identidade popular com hegemonia



A universidade forma especialistas em tudo, menos na ética e na moral que respeitam o povo que arca com o Estado, paga impostos escorchantes e pouco recebe em troca

de certos elementos sobre os demais. Daí, os debates da nascente Igreja cristã, entre os que desejavam manter traços do judaísmo (liderados pelo Apóstolo Pedro) e os que viam na religião nova a universalidade que relativizaria a vida judaica, romana ou grega, com Paulo.

A segunda via foi a do controle imperial. Roma é o grande paradigma. As tentativas imperiais gregas (sobretudo atenienses, veja-se Tucídides¹ na *Guerra do Peloponeso*) fracassaram porque os cidadãos de Atenas quiseram impor todos os seus valores e cultura aos submetidos, além de amealhar impostos escorchantes e indevidos. Já os romanos souberam, com maestria, tolerar culturas e religiões as mais diversas, desde que submetidas ao poder imperial. Os povos dominados eram tidos como bárbaros, mas a cidadania romana estava aberta aos indivíduos estrangeiros.

Helenismo

Com o fim do mando romano e o advento do “helenismo”, surgem doutrinas que relativizam as

1 **Tucídides** (460 a.C.–400 a.C.): historiador grego, autor de *História da Guerra do Peloponeso*, em que ele conta a guerra entre Esparta e Atenas, ocorrida no século V a.C. No dia 29-05-2003, durante a segunda edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, a obra *História da Guerra do Peloponeso* foi apresentada pelo Prof. Dr. Anderson Zaleski Vargas, da Pós-Graduação em História da UFRGS. A **IHU On-Line** entrevistou o historiador a respeito da obra apresentada na 62ª edição, de 02-06-2003. O material está disponível para download no link <http://bit.ly/ihuon62>. (Nota da **IHU On-Line**)

culturas de cada Estado, tendo em vista a lógica do universal. É o caso dos estoicos, com a utopia de uma cosmópolis. Como o universo teria como base o “logos”, apenas a irracionalidade e a loucura sustentariam as paixões ligadas ao ódio contra os homens. Cícero² e Sêneca³ apontam para os procedimentos imprudentes que se ligam à irracional intolerância, a ira está entre eles.

Idade Média

Durante a Idade Média, a *respublica christiana* era vista como cultura universal (católica) com a força de integrar em si mesma as diversidades culturais dos povos. A intolerância do corpo eclesástico (que inclui o mundo civil) se dirigia contra as seitas heréticas. Após a corrosão da referida *respublica christiana*, em especial com Lutero,⁴ os Estados nacionais retomam a tese e a prática da uniformi-

2 **Túlio Cícero** (106 a.C.–43 a.C.): filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Sêneca** (4 a.C.–65 d.C.): estadista, escritor e filósofo estoico romano. De suas obras, restam 12 ensaios filosóficos, 124 cartas, um ensaio meteorológico, uma sátira e nove tragédias. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Martinho Lutero** (1483-1546): teólogo alemão, considerado o pai espiritual da Reforma Protestante. Foi o autor da primeira tradução da Bíblia para o alemão. Além da qualidade da tradução, foi amplamente divulgada em decorrência da sua difusão por meio da imprensa, desenvolvida por Gutemberg em 1453. Sobre Lutero, confira a edição 280 da **IHU On-Line**, de 03-11-2008, intitulada Reformador da Teologia, da igreja e criador da língua alemã. O material está disponível para download em <http://bit.ly/ihuon280>. (Nota da **IHU On-Line**)

zação cultural interna a cada povo. No Tratado de Westfália⁵ houve a independência de fato diante do antigo edifício católico. Cada Estado possui o direito de possuir uma religião, a do príncipe, e de vetar outras práticas religiosas ou políticas contrárias ao poder estatal.

Todo esse processo ocorre numa acelerada urbanização que favorece o crescimento dos mercados e das formas políticas burocráticas e centralizadoras. O Estado não se prende a esta ou àquela tendência religiosa ou cultural, mas impõe seu regime a todas e de todas recebe resistência.⁶ O processo de secularização e luta pelo controle de corpos e mentes, travado pelos poderes civis e religiosos, resulta das guerras religiosas e dinásticas dos séculos XVI e XVII.

Conquistas

Simultaneamente ao fortalecimento do poder estatal às expensas das igrejas (católica e reformadas) vieram as conquistas coloniais na África, Américas, Ásia. Ao ampliar em escala planetária a matriz grega e romana do etnocentrismo, que dividia o mundo entre “homens” e “bárbaros”, Espanha, Portugal, França, Inglaterra retomaram de forma inédita a Cruzada cristã, a busca de poder e lucro fácil tendo como preço vários genocídios. O europeu cristão invadiu e massacrrou milhões na América: a população indígena no futuro território dos EUA ia de 8 a 12 milhões de indivíduos. No final do século XIX eles eram 400 mil, na melhor hipótese. A matança destruiu cerca de 95% das vidas não cristãs. As técnicas de genocídio foram muitas, diretas na eliminação física, ou indiretas na destruição da caça, a deporta-

5 **Sistema Westfaliano**: criado a partir de uma série de tratados resultantes de guerras envolvendo Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha e Suécia, tendo a dinastia dos Habsburgo como centro, o qual serviu de referência para guiar as relações internacionais europeias, sobretudo durante o período compreendido entre 1648 e 1789. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Cf. Laurie Catteu: *Censures et raisons d'État* (Paris, Albin Michel, 2013). (Nota do entrevistado)

ção, redução do espaço disponível aos índios, justaposição de tribos diferentes num mesmo território, o que provocou fome e lutas entre elas. Alexis Tocqueville⁷ testemunhou tal processo de eliminação do outro pelo cristãos, o que matizou seu juízo sobre a democracia americana.⁸

Massacre na América do Sul

Na América central e do Sul o massacre foi idêntico, ou pior. Apesar de missionários como Las Casas⁹ e da ação jesuítica na defesa dos índios,¹⁰ portugueses e espanhóis destruíram culturas inteiras, escravizaram pessoas e impuseram suas crenças religiosas, políticas, militares. A intolerante violência não foi monopólio dos católicos. Os protestantes, em territórios americanos do Sul, viam nos índios e em suas práticas, em especial as religiosas, perigosa presença demoníaca.¹¹

Cruzadas contemporâneas

Potências coloniais europeias, a França e a Inglaterra, sobretudo, mas também a Bélgica, sugaram o sangue humano, as riquezas e corroeram as culturas africanas, do Médio e do Extremo Oriente. A virulência colonial que ditava medidas como a inglesa na China (“Proibida a entrada de cães e chineses”), na

7 Alexis Carlis Clerel de Tocqueville (1805-1859): pensador político e historiador francês, autor do clássico *A democracia na América* (São Paulo: Martins Fontes, 1998-2000). (Nota da **IHU On-Line**)

8 Cf. Jean-Louis Benoît: *Tocqueville, un destin paradoxal* (Paris: Perrin, 2013). O livro traz importantes dados sobre a política norte-americana oficial de extermínio dos povos indígenas. (Nota do entrevistado)

9 Cf. *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América Espanhola*. (Porto Alegre: L&PM Ed., 2011). (Nota do entrevistado)

10 Cf. Eunícia B. Fernandes, “A complexa relação entre jesuítas, indígenas e africanos ressignificada pela historiografia contemporânea”, Entrevista ao **IHU/On line**, 458, Ano XIV, 10/11/2014. (Nota do entrevistado)

11 Cf. Lestringant, Frank: *L’Huguenot et le sauvage. L’Amérique et la controverse coloniale en France, au temps des guerres de religion* (Paris, Klincksieck, 1990). (Nota do entrevistado)

Índia e na Palestina foi retomada pelos norte-americanos no caso do Irã, em plena Guerra Fria. Nos arredores das cidades iranianas, onde eram jogados os trabalhadores da indústria petrolífera, a miséria grassava. Os bairros “brancos e cristãos” eram proibidos aos nativos. No Irã os EUA deram o primeiro dos golpes de Estado que depois aplicaram no mundo inteiro, com parceria de ditadores sanguinários. A leitura de livros recentes, escritos por norte-americanos e europeus, mostra o quanto os EUA sucederam a geopolítica genocida dos antigos colonizadores.¹²

A cruzada norte-americana que visa impor seu estilo de vida e cultura aos povos do mundo traz como fruto o ressentimento e o ódio à violência usada pela CIA, *mariners* e fantoches políticos proclamados “presidentes” dos submetidos.¹³ Mesmo funcionários graduados da CIA perceberam a extensão da intolerância imperial norte-americana e de seus aliados europeus.

Pavor intolerante

Mas o pavor intolerante não se detém aí. Milhões de africanos foram trazidos para o continente americano (do Norte ao Sul) para serem forçados ao trabalho escravo tendo em vista o lucro dos brancos cristãos. Nenhum respeito existiu diante das religiões, dos corpos e almas dos submetidos pela força bruta ou astúcia. Ao longo dos tempos em países escravistas como o Brasil, o exercício de cultos com origens africanas foi criminalizado. Ainda no século XX no Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, polícia sanguinária que envergonha todo ser humano, existia uma Delegacia de Cultos para perseguir as “religiões primitivas”.

Voltemos à aurora da modernidade. Nela ocorre a tentativa de

12 Cf. Kinzer, Stephen: *All the Sha's Men, an american coup and the roots of Middle East Terror* (John Wiley & Sons Ed., 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

13 Cf. Chomsky, Noam: “Humanitarian Imperialism: The new doctrine of Imperial Right” (Monthly Review, setembro de 2008). (Nota do entrevistado)

homogeneização forçada, pelos Estados dominantes, das culturas e inclusive das línguas, com a resistência dos segmentos particulares às exigências do poder político colonizador. Na Europa, cidades que prosperaram desde o século XVI mostram a vitória do Estado sobre as Igrejas (católica e reformadas) e a insubordinação destas últimas diante do mando centralizado nas Cortes. Sem o domínio pleno da ordem política, as várias tendências religiosas e culturais do ambiente urbano levantam o desejo de uniformidade, umas contra as outras. E temos a leva de sedições e lutas que terminam no espetáculo terrível da Noite de São Bartolomeu.^{14, 15}

Mútua intolerância

A paz imposta pelo Estado não resolve o clima de intolerância gerado pelas estruturas eclesiais, umas contra as outras. A massa urbana é instrumento de ódios e vinganças, com preconceitos de todos os tipos. O ruído, o rumor, os boatos comuns em outros ângulos da vida cidadina são potenciados pela indignação diante da justiça e da polícia dos reis. Sem poder assassinar seus inimigos protestantes ou católicos, a massa dirigida por demagogos de ambos os lados assumem rumores e acusações mútuas, a partir das mais leves desconfianças. O caso Calas no século XVIII exemplifica esta intolerância urbana mesmo e sobretudo contra o controle do Estado absolutista. Calas era protestante e tinha um filho que gostava de música e ia às igrejas católicas para ouvir boas composições. Na hora da janta o filho desaparece. Ele é encontrado morto. De ime-

14 **Massacre da noite de São Bartolomeu ou Noite de São Bartolomeu:** foi um episódio sangrento na repressão aos protestantes na França pelos reis franceses, que eram católicos. Esses assassinatos aconteceram em 23 e 24 de agosto de 1572, em Paris, no dia de São Bartolomeu. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Cf. Gerson Leite de Moares, *Entre a Bíblia e a Espada, uma análise da filosofia e da teologia política em João Calvíno* (São Paulo, Mackenzie Ed. 2014). (Nota do entrevistado)

diato correm os rumores de que o pai o matou porque... ele estaria se convertendo ao catolicismo. O boato corre pela França, sobretudo Paris. Do rumor ao processo, deste à execução tremenda, foi um passo. Ou seja, suspeitar que um protestante tivesse receio da conversão filial, à injustiça de um processo enviesado, tudo entra na lógica da mútua intolerância que reina no Estado e na sociedade moderna.

A rapidez na comunicação, em vez de diminuir a intolerância, a potencializou. Além dos rumores, os libelos, os panfletos, os jornais passaram a trazer ódio às formas diferentes de agir e de pensar. As Luzes, aparentemente opostas aos sectarismos, buscam a perspectiva cosmopolita antiga, sem sucesso. Desde as campanhas dos iluministas os meios de comunicação de massa têm sido orientados para se tornarem porta-vozes de Estados laicos. De um lado os *Philosophes* pregam, na trilha estoica e depois de John Locke,¹⁶ a tolerância. Mas à socapa disseminam ódios contra as religiões e seus seguidores. Nas entrelinhas da *Encyclopédie* diderotiana é possível ler o que se escrevia e publicava, de modo anônimo, ao grande público. Muitas teses virulentas, como o *Tratado dos Três Impostores* (Moisés, Jesus, Maomé) encontram suas fontes nas dobras dos verbetes editados por Diderot.^{17, 18}

16 **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês, predecessor do Iluminismo, que tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída, e o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade. Com David Hume e George Berkeley era considerado empirista. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Denis Diderot** (1713-1784): filósofo e escritor francês. A primeira peça importante da sua carreira literária é *Lettres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao ceticismo e o materialismo ateu, o que o leva à prisão. Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772), que leva a cabo com empenho e entusiasmo apesar de alguma oposição da Igreja Católica e dos poderes estabelecidos. (Nota da **IHU On-Line**)

18 Cf. *Traité des Trois Imposteurs*, Classiques des Sciences Sociales, <http://bit.ly/1IKgFxl>. (Nota do entrevistado)

Revolução Francesa

Na Revolução Francesa os líderes fizeram propaganda da laicidade para ganhar a opinião pública e supostamente impedir lutas sectárias. Católicos e protestantes tinham duas tarefas: salvar a Repú-

“

Tivemos no pontificado de João Paulo II a união estratégica do mundo oficial católico com a ideologia do mercado absoluto, assumida por Ronald Reagan, Margaret Thatcher

blica e a própria alma. Mas, para os descristianizadores, *Salus populi* significava destruir a religião. Para eles, só o ateu seria patriota. Os demais? Supersticiosos inimigos do povo. Resultado desastroso porque banidos os crentes “a Revolução congelou” (Saint-Just). O radicalismo intolerante foi corrigido pelo culto do Ser Supremo, no fim da República. Ainda em 1793 a Convenção coíbe o fanatismo dos ateus que destruíam os vínculos políticos.¹⁹

Ao comentar o decreto contra as procissões (1792) o jornal *Père Duchesne* ataca os crentes como *cafards* (baratas) e *foutus cagots* (gente sem valor), *bougres de bêtes* e outros mimos. Qualquer denúncia de jornalistas, no periódico, conduz à guilhotina. Os convencioneiros, apesar de tudo, exigem

19 Cf. Wahnich, Sophie: *L'Intelligence politique de la Révolution Française, Documents commentés* (Paris, Textuel, 2012). (Nota do entrevistado)

deter os sacrilégios “em nome da paz civil”. Eles reiteram que “não se manda nas consciências”. No decreto de 21/02/1795, “nenhum signo particular a um culto pode ser posto em lugar público (...) mas quem usar da violência contra um culto qualquer, ou ultrajar os seus objetos, será punido segundo a lei de 1791 sobre a polícia correcional”. O texto prova que o elo entre descristianizadores e racionalidade é falso. O fanatismo da razão gera a propaganda do Terror. Assassinar suspeitos? Um baile ao som alegre do saíra. A intolerância moderna é partilhada, portanto, por religiosos e ateus. Muitos frutos venenosos saíram desta sementeira política e teológica dos séculos XVIII, XIX, XX. O culto ao Estado tem nexos com a intolerância revolucionária. A manada humana tangida no século XX pelos regimes totalitários tem como inimigo o campo religioso, em todas as suas formas. No caso do fascismo e do hitlerismo, logo se tornou patente para as igrejas (as que ainda mantiveram sua autonomia e não se reduziram a meros departamentos do poder policial) que a sua intolerância diante da transcendência era visceral. Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS e seus países submetidos ao ateísmo, se tornou, de modo perfeitamente intolerante, instituição oficial. Erra muito quem identifica “intolerância” na vida moderna apenas ao campo religioso. A semente do ódio germina em setores que existiam antes da secularização laica e depois dela.

Brasil

E no Brasil? Aqui, na primeira linha, as formações religiosas que hoje buscam se apropriar do maior número possível das mídias, ampliam em escala inimaginável a sua própria *Propaganda fidei*, em forma de intolerantes batalhas contra os “inimigos”. A Igreja Católica seguiu, até o meio do século XX, uma linha defensiva (A Cruzada da Boa Imprensa) com o controle de rádios, jornais, televisões. Mas ainda no século XIX e inícios do século XX, ela contava com um

número muitas vezes maior de fiéis do que todas as denominações protestantes reunidas. Sua posição defensiva (de Críandade) era uma estratégia que compensava carências missionárias de conquista, em alianças com os Estados. Ainda nos inícios do século XX, muitos católicos pensavam como o Padre Soares d’Azevedo: a catolicidade seria a fonte lídima da nação brasileira, sendo os protestantes destruidores da unidade nacional e, mesmo, agentes do imperialismo norte-americano. Aliás, o padre voltou suas baterias para todos os campos, laicos e religiosos, opostos ao nacionalismo católico. Assim, em 1922, ele enunciava: “Pestosos? Para a ilha Grande. Anarquistas? Expulsão sumária do território nacional (...) mesmo assim a gripe e o tifo, etc. aqui entraram. Mesmo assim explodiram bombas de dinamite em numerosas cidades (...) Fizeram-se paredes e greves (...) Vencerá a peste? Triunfará a anarquia? Não é provável. Contra a primeira dispõe o governo de sorros excelentes. Para a segunda, de uma atilada polícia de repressão. Afinal, fala o instinto de defesa. O sulfato de quinino tem em apertos desses honra de marechal” (**Brado de Alarme**). Além dos “pestosos”, denunciava o sacerdote, existiam as seitas protestantes de origem norte-americana e, portanto, imperialistas. As iniciativas defensivas dos católicos se voltaram para garantir o já ganho com as Cruzadas Eucarísticas, a Liga Eleitoral, a censura, o apoio aos governos autoritários.

Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II,²⁰ com o ecumenismo, atenuou as batalhas

20 Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encon-

entre confissões religiosas. Mas ele coexistiu com instantes agudos da Guerra Fria²¹ quando as ideologias socialistas e capitalistas, que serviam à razão de Estado, espalharam ódios no planeta, chegando à beira de catástrofe nuclear. O maniqueísmo da propaganda usada pela “civilização cristã e ocidental” e pelo mundo socialista espalhou ditaduras intolerantes nas Américas e Ásia. O outro só poderia ser, como inimigo, aniquilado. No Brasil, a Marcha da Família com Deus pela liberdade²² afirmou a divisão do mundo em dois polos, o comunista a ser derrotado a qualquer custo, mesmo que sob ditadura e destruição dos direitos humanos, e o cristão. Na cópia do macartismo, tivemos o brado de “Brasil, amemo-o ou deixe-o”. Seria impossível às diferenças o convívio no mesmo espaço, agora dominado pela Doutrina da Segurança Nacional.

Com o fim da URSS e o triunfo do neoliberalismo em escala pla-

trou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-06-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. Em 2015, o IHU promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1FfYpJ2> e também em Notícias do Dia no sítio do IHU. As conferências proferidas no evento podem ser conferidas nos **Cadernos Teologia Pública**, nos. 94, 95, 96 e 98. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Guerra Fria: Nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da **IHU On-Line**)

22 Marcha com Deus pela família: Trata-se da campanha da reza do terço em família, cujo lema era “família que reza unida permanece unida” que mobilizou as marchas contra o comunismo. (Nota do **IHU**)

netária, doutrina aplicada quase sempre *manu militari* e muita propaganda, tivemos no pontificado de João Paulo II²³ a união estratégica do mundo oficial católico com a ideologia do mercado absoluto, assumida por Ronald Reagan,²⁴ Margaret Thatcher,²⁵ e outros. A benção do papa a Pinochet²⁶ foi o ápice de uma pouco santa aliança entre a política Vaticana e o veto das tentativas de manter a democracia, os direitos dos diferentes, a laicidade.²⁷

Censura nos Seminários

A censura nos seminários, intervenções em dioceses importantes como a de São Paulo, a perseguição aos teólogos e filósofos ligados à Teologia da Libertação,²⁸ tudo

23 Papa João Paulo II (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de outubro de 1978 até a data da sua morte, e sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Ronald Reagan (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegera em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Iraã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em “*The Killers*”, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

25 Margaret Hilda Thatcher (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

26 Augusto Pinochet [Augusto José Ramón Pinochet Ugarte] (1915-2006): General do exército chileno. Foi presidente do Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar um golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

27 Cf. Berstein/ Marco Politi, His Holiness, John Paul II and the history of our Time (Penguin Books, 1996). (Nota da **IHU On-Line**)

28 Teologia da Libertação: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da liber-*

confluiu para afastar a prática católica dos mais fracos, o que aumentou o poder de elites inescrupulosas que jogavam no mercado de ações o destino de povos inteiros. Foi a era dos *yuppies*, que levou à catástrofe financeira e política de 2008.

Pontificado de João Paulo II

O pontificado de João Paulo II freou tais reformas, em prol de um modelo de cristandade rígido e não afeito ao diálogo interno ou externo à catolicidade. No mesmo passo as igrejas reformadas, perseguidas antes do século XIX, também perdem fiéis para os movimentos fundamentalistas e carismáticos que, auxiliados por técnicas eficazes de propaganda e organização empresarial, acolheram os que não encontravam mais lugar no mundo oficial católico ou protestante. A Igreja, até o século XX, via, nos demais, cristãos hereges a serem combatidos por todos os meios, imprensa, cinema, política, polícia. Ela usou seus veículos de comunicação como instrumento de caça aos diferentes. Uma leitura da Revista Eclesiástica Brasileira - REB, dos periódicos editados pela Vozes de Petrópolis, pode mostrar o quanto a belicosidade católica era exercida contra as formas cristãs ou não cristãs. Os fundamentalistas protestantes não se incomodam em usar todo tipo de ataque, mesmo os mais baixos, contra os católicos a partir dos anos 80 do século XX. Os mais ardilosos dentre eles, como os donos da Igreja Universal do Reino de Deus, estabeleceram uma estratégia inédita de tomada do poder, visando nova teocracia moderna baseada na mídia e no voto.²⁹

tação, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também a edição 404, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

29 Cf. Edir Macedo e Carlos Oliveira, *Plano de Poder, Deus, os cristãos e a política* (Rio de Janeiro: Thomas Nelson Ed. 2008). (Nota do entrevistado)

Teologia política contrarrevolucionária

Pelo visto, o plano de poder proposto por Edir Macedo funciona. A massa de deputados conservadores eleitos para o legislativo federal, sua hostilização das diferenças e

“

Ao longo dos tempos, em países escravistas como o Brasil, o exercício de cultos com origens africanas foi criminalizado

propostas contrárias aos direitos humanos, tudo leva a crer numa importante guinada do Estado brasileiro para a teologia política aos moldes contrarrevolucionários. Se Joseph de Maistre³⁰ e outros do século XIX foram ultracatólicos, agora a defesa da intolerância oficial, no Parlamento, vem de outras fontes, sobretudo as devedoras do neoliberalismo econômico, cujo padroeiro é Friedrich Hayek.³¹ Os

30 **Joseph-Marie de Maistre** (1753-1821): foi um escritor, filósofo, diplomata e advogado. Foi um dos proponentes mais influentes do pensamento contrarrevolucionário ultramontanista no período imediatamente seguinte à Revolução Francesa de 1789. Era a favor da restauração da monarquia hereditária, que ele via como uma instituição de inspiração divina. Argumentava também a favor da suprema autoridade do Papa, quer em matérias religiosas como também em matérias políticas. (Nota da **IHU On-Line**)

31 **Friedrich August von Hayek** (1899-1992): foi um economista da escola austríaca. Hayek fez contribuições importantes para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1974. Em psicologia, Hayek propôs uma teoria da mente humana segundo a qual a mente é um sistema adaptativo. Em economia, Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo Hayek, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado e deve evoluir espontaneamente. Hayek estudou na Universidade de Viena, onde recebeu o grau de doutor em

parlamentares fundamentalistas convivem muito bem com bancadas (*lobbies*) da indústria armamentista e proprietários de “universidades” privadas. Não por acaso, na prática teológico-política encenada, a conquista de redes televisivas, radiofônicas, etc. se dirige contra as minorias e os diferentes. Linchamentos já ocorrem, à espera dos Autos da Fé teocráticos na abolida Praça dos Três Poderes brasileiro, num futuro próximo.

Redes “Sociais”

Os instrumentos recentes de “comunicação”, como as supostas redes sociais, potencializam e radicalizam as correntes de ódio plantadas desde o século XVI, a era do Renascimento e da primeira razão de Estado. Note-se que em todos os prismas, religiosos e ideológicos, a intolerância domina e se fortalece nas chamadas redes sociais. Os fundamentalistas cristãos, muçulmanos, protestantes, ateus, agem como as hordas descritas por Elias Canetti,³² sempre em massa. Com sua ação, os indivíduos são devorados e suas crenças, vilipendiadas. Mas é prudente lembrar que de “sociais” aquelas redes têm pouco. Elas, na verdade, servem às práticas políticas de países hegemônicos, pouco se tem estudado sobre os elos entre empresas como o Google e as que mantêm serviços como o Facebook, com os poderes políticos imperiais. Tais redes espalham a divisão entre as camadas populares, servem a elites econômicas e políticas. Afastadas do poder, as massas podem usar a violência sem peias, distribuir a morte espiritual e mesmo física dos “inimigos”. A razão de Estado efetiva, hoje, é a do mercado, em especial o financeiro. O resto — religião, cultura, política — é cosmético para fantasiar o mundo desentantado das Bolsas e Agências de Risco. Intolerância maior é difícil.

Direito e em Ciências Políticas. (Nota da **IHU On-Line**)

32 **Elias Canetti** (1905-1994): romancista e ensaísta búlgaro. Vencedor do prêmio Nobel de Literatura (1981). (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como podemos compreender que avançamos tanto em termos tecnológicos, e continuemos periclitantes no campo da ética e sigamos reproduzindo comportamentos bárbaros nas relações sociais?

Roberto Romano - Retomo uma tese de Gabriel Naudé,³³ autor estratégico da razão de Estado, que recorda doutrinas antigas sobre o elo entre técnicas, ciências e moral. Nas *Considerações políticas sobre os golpes de Estado (1640)* ele adianta que “os hábitos do intelecto são distintos dos vividos pela vontade. Os primeiros pertencem às ciências e sempre são louváveis; os segundos ligam-se às ações morais, que podem ser boas ou más”. E arremata: “é lei comum que todas as coisas instituídas para um fim bom, com frequência são abusadas: a natureza não produz venenos para matar os homens, se ela fizesse tal coisa destruiria a si mesma; a nossa malícia gera tal uso”. A nossa malícia... Mais tarde Kant define a vontade como base de um juízo e uma prática boa ou má. As duas têm como fundamento a razão. O Bem Comum é racional, assim como atos malignos. A consciência ajuda a distinguir um campo do outro.

É possível usar de modo errado um dom (natural ou divino) cuja função é respeitar os valores éticos. Aquele dom leva o ente racional a se colocar um passo adiante das feras. Se, por exemplo, Mengele³⁴ moveu seu intelecto e vontade para destruir os fracos, é ainda mais vital empregar a consciência

33 **Gabriel Naudé** (1600-1653): foi um bibliotecário francês. Naudé é célebre por ter redigido o *Advis pour dresser une bibliothèque*, que é o primeiro manual de biblioteconomia francês e mundial. Nesta obra ele propôs uma série de inovações nas bibliotecas que teriam uma grande repercussão posterior. (Nota da **IHU On-Line**)

34 **Josef Mengele** (1911-1979): foi um médico alemão que se tornou conhecido por ter atuado durante o regime nazista. O apelido de Mengele era Beppo, mas ele era conhecido como Todesengel, “O Anjo da Morte”, no campo de concentração. Mengele foi oficial médico chefe da principal enfermaria do campo de Birkenau, que era parte do complexo Auschwitz-Birkenau. (Nota da **IHU On-Line**)

para impedir que os técnicos, cientistas e governantes dela façam um instrumento de pavor, contra os oposicionistas. O termo para nomear a consciência na língua grega é “syneidesis”. A palavra, no Testamento Novo, aparece trinta vezes. Jesus prefere a forma judaica, “coração”, fonte de remorso e luz, de onde saem pensamentos perversos, assassinatos, roubos, falsos testemunhos, difamações (Mateus, XV, 10, 17-20). E aqui podemos unir o problema das técnicas genocidas e a questão da tolerância.

“ Uma causa da radicalização intolerante reside no crescimento das comunicações entre culturas diferentes

Mesmo que o cristão, diz Paulo, tenha certeza de seguir normas justas, ele não tem o direito de usar contra os infiéis a força física ou constrangimento moral.³⁵ Todos têm o direito de pensar de acordo com a consciência. Bem mais tarde o oscilante Rousseau,³⁶ que foi reformado e católico, exclama:

35 Cf. J. Lecler, S.J.: *Histoire de la Tolérance au siècle de la Réforme*, Paris, Aubier/Montaigne, 1952; e também Eckstein, H-J.: *Der Begriff Syneidesis bei Paulus*, Tübingen, J.C. Mohr, 1983. (Nota do entrevistado)

36 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponí-

“Consciência! Consciência! Instinto divino, imortal et celeste voz; guia seguro de um ser ignorante e limitado, mas inteligente e livre; juiz infalível do bem e do mal, tu realizas a excelência de sua natureza e a moralidade de suas ações”. (**Emílio**).

Autoengano

A consciência pode ser usada como instrumento de engano e autoengano, pode ser pervertida. Franz Stangl,³⁷ nazista igual a Mengele, ficou famoso ao proclamar: “Minha consciência é clara. Eu apenas cumpri o meu dever”. Mesma desculpa de Carl Schmitt³⁸ em Nuremberg: Hitler era governante legalmente estabelecido... Tais perversões da consciência a fazem rígida como o granito.

La Boétie,³⁹ contrário às guerras religiosas, afirma que “Nada é mais justo nem mais conforme às leis do que a consciência de um homem religioso temente a Deus, probo e prudente, nada é mais louco, mais tolo e mais monstruoso do que a consciência e a superstição da massa indiscreta”. La Boétie não condena a consciência: percebe o seu perigo quando enjaulada em crenças rígidas.

Ética

A ética sem consciência é reunião de costumes não raro injustos

vel em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

37 **Franz Stangl** (1908-1971): foi um Schutzstaffel SS (primeiro-tenente) e comandante dos campos de extermínio de Treblinka e Sobibór. (Nota da **IHU On-Line**)

38 **Carl Schmitt** (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos (porém também um dos mais controversos) especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi maculada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. Entre outros, é autor de *Teologia política* (Politische Theologie), tradução de Elisete Antoniuk, Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006 e “O Leviatã na Teoria do Estado de Thomas Hobbes”. Trad. Cristiana Filizola e João C. Galvão Junior. In GALVÃO JR. J.C. “Leviathan cibernético” Rio de Janeiro: NPL, 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

39 Cf. *Mémoires de nos troubles sur l'Édit de janvier 1562*. (Nota do entrevistado)

e preconceituosos. Os que pesquisam a ciência e a técnica podem viver segundo éticas supostamente alheias à consciência moral. Os resultados de sua ação trazem desastres como a bomba de Hiroshima e os experimentos médicos com radiação nuclear. Em data recente os EUA pediram desculpas oficiais à Guatemala pelas experiências realizadas em prostitutas e doentes mentais naquele país por volta de 1940. Tais agressões aos corpos alheios, cometidas pelos aventais brancos, foram efetuadas sem consentimento e consciência das vítimas. Não olvidemos o quanto os nazistas médicos (a expressão deveria ser um oxímoro e não é) usaram doentes, judeus e outras presas para efetivar seus alvos “científicos”. A eugenia foi gerada nos *campi* norte-americanos, sendo exportada para a Europa e Alemanha totalitária. É impossível negar as informações trazidas por Edwin Black, no seu tremendo livro *A guerra contra os fracos. A Eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior* (São Paulo, A Girafa Ed., 2003).

Em 1940, médicos que deveriam cuidar dos seres humanos os destruíram. “Usarei meu poder para socorro do adoecido, segundo o melhor da minha habilidade e juízo; evitarei, com ele, ferir ou enganar todo e qualquer homem”, diz o juramento de Hipócrates. Médicos infectaram de propósito, com gonorreia e sífilis, 1.500 pessoas na Guatemala. “Estamos escandalizadas por saber que essa pesquisa ocorreu sob o disfarce de ação de saúde pública”, disseram as secretárias de Estado dos EUA, Hillary Clinton, e da Saúde, Kathleen Sebelius. “Sentimos muito e pedimos desculpas a todos os infectados na pesquisa”. Barack Obama⁴⁰ pediu perdão ao presidente da Guatemala, Álvaro Colom.⁴¹ “Regulamentos

sobre pesquisas médicas em humanos nos EUA hoje proíbem esse tipo de violação terrível”, disseram Hillary e Sebelius. Elas afirmaram que será feita uma investigação sobre o caso, especialistas internacionais farão um relatório sobre padrões éticos nas pesquisas médicas.

“

Mas o estrangeiro não chega a ser ameaça absoluta à coesão interna, ele é sempre ‘bárbaro’ e inferior

Pesquisas em humanos

Na mesma época, pouco mais tarde, no próprio território norte-americano, “pesquisas” eram feitas em humanos por médicos com olhar frio. No caderno de horrores intitulado *Risco Indevido*, um especialista em bioética, respeitado nos EUA por organismos do governo e da sociedade, inclui mesmo oftalmologistas encarregados de verificar o que ocorreria com os olhos de soldados expostos à radiação atômica. Tais fatos se passaram de 1950 em diante.⁴² Moreno recomenda, rumo ao pior, os círculos dantescos do Inferno. Notemos que os crimes indicados têm denominador comum: falta de alma dos pesquisadores e segredo. No ano de 1940 a Guatemala era dilacerada por ditadura militar, substituída (1944) pelo regime liberal derrubado em 1954 com impulso da CIA. As proezas médicas americanas existiram

porque liberdades foram negadas aos guatemaltecos.

Atentados

Os EUA possui em sua face mundial atentados graves aos direitos humanos e à ordem democrática. Seu apoio aos regimes que infestaram a América do Sul na Guerra Fria é justificado pela razão estatal, mas aquela razão é loucura e paranoia. Todos esses dados fazem pensar na diferença entre a teoria e a prática. Cientistas altamente capazes do ponto de vista teórico podem ser animalescos no âmbito prático. Se eles estão unidos a tiranos, como nos regimes totalitários ou ditatoriais, mesmo que impostos pela “maior democracia do mundo”, hecatombes ocorrem.

IHU On-Line - Como é possível o exercício da política num tempo marcado pela violência?

Roberto Romano - Digamos, o exercício da política nos limites do Bem Comum, porque a política tirânica é violência pura. Recordemos o que diz Platão⁴³ na *República* sobre o tirano que, para exercer seu mando, realiza uma purga às avessas do corpo político. Ele discrimina os bons cidadãos, os expulsa ou mata, mas escolhe os piores para auxiliares do governo. Se pensarmos na razão de Estado, não existe política totalmente conforme ao Bem Comum, democrática e pacífica. Esta é uma das causas pelas quais Santo Agostinho⁴⁴ compa-

43 **Platão** (427-347 a.C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira e entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista **IHU On-Line**, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pte-X8f>. Leia, também, a edição 294 da revista **IHU On-Line**, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em **IHU On-Line**

44 **Santo Agostinho** (Aurélio Agostinho, 354-430): bispo, escritor, teólogo, filósofo, foi uma das figuras mais importantes no desenvolvimento do cristianismo no Ocidente. Ele foi influenciado pelo neoplatonismo de Plo-

40 **Barack Obama [Barack Hussein Obama II]** (1961): advogado e político estadunidense. É o 44º presidente dos Estados Unidos, desde 2009. Sua candidatura foi formalizada pela Convenção do Partido Democrata, em 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

41 **Álvaro Colom Caballeros** (1951): é um engenheiro industrial, empresário e político guatemalteco. Foi eleito em 6 de novembro

de 2007 como presidente de seu país, tomando posse em 14 de janeiro de 2008, com mandato até 2012, quando foi sucedido pelo general na reserva Otto Pérez Molina. (Nota da **IHU On-Line**)

42 Cf. Moreno, Jonathan, *Undue Risk, Secret State Experiments on Humans* (London, Routledge, 2001). (Nota do entrevistado)

ra os poderes políticos aos piratas e ladrões. *Remota itaque iustitia quid sunt regna nisi magna latrocinia? quia et latrocinia quid sunt nisi parua regna?* (Sem a justiça... os reinos não seriam apenas grandes quadrilhas de bandidos? E uma quadrilha de bandidos não é só um pequeno reino?) (*Cidade de Deus*, IV, IV). *Remota iustitia*: o assunto inteiro da *República* platônica trata da justiça.

Mas Sócrates⁴⁵ compara a Justiça a uma caça que deve ser perseguida. Ela sempre pode escapar pelas nossas pernas. Nosso tempo, o humano, desde que vivemos no planeta Terra, é de violência. Um apoio para a meditação encontra-se no terrível filme de Stanley Kubrick,⁴⁶ *2001, uma Odisseia no Espaço*. Para entender o conceito de homem fera hobbesiano, as cenas iniciais da película são eloquentes. Não existe poder humano sem violência. A tarefa democrática é atenuar ao máximo o uso da força contra os mais fracos. E, não raro, a tarefa é inglória. Um dirigente da Anistia Internacional certa feita me confidenciou: “professor, os defensores dos direitos humanos têm a quase certeza de enxugar gelo com toalhas quentes”.

IHU On-Line - A partir desse paradoxo, como analisa o cenário político brasileiro, sobretudo no que diz respeito à última eleição

tino e criou os conceitos de pecado original e guerra justa. Confira a entrevista concedida por Luiz Astorga à edição 421 da **IHU On-Line**, de 04-06-2013, intitulada *A disputa de Santo Tomás de Aquino: uma síntese dupla*, disponível em <http://bit.ly/ihuon421>. (Nota da **IHU On-Line**)

45 **Sócrates** (470 a.C.–399 a.C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apologia e Crítion*). (Nota da **IHU On-Line**)

46 **Stanley Kubrick** (1928-1999): um dos cineastas mais importantes do século XX, responsável por uma carreira notável, regular e bem-estruturada que gozou de uma excelente recepção crítica. De seus filmes, destacamos *2001: uma odisséia no espaço*, *Laranja mecânica* e *O Iluminado*. (Nota da **IHU On-Line**)

presidencial e aos protestos ocorridos este ano?

Roberto Romano - O Brasil é o país da contrarrevolução, para cá trazida nos navios portugueses que fugiam do imperador francês. Aqui foi construído um Estado oposto às conquistas democráticas modernas da revolução inglesa do século XVII, que trouxe para a política e o direito público a exigência da *accountability* e da liberdade de expressão, e das revoluções ocorridas no século XVIII, a norte-americana e a francesa. Aqui imperam os privilégios dos operadores do Estado contra o cidadão comum. Como não existe de fato responsabilidade dos que operam o Estado, a população é intimidada pela polícia, pelo Fisco, pelas autoridades tirânicas.⁴⁷ Duas ditaduras sangrentas ensinaram a obediência servil aos povos brasileiros, de Norte a Sul. Quando os abusos dos poderosos atingem um clímax, as massas se manifestam, mas logo retorna o costume dos privilégios, dos favores entre compadres do poder. E as massas refluem para suas casas. As últimas eleições definiram a vitória do *marketing* político, com sua mensagem de medo acionada pelos propagandistas eleitorais. Perto dos marqueteiros, os sofistas invecitados por Platão residem em santuários. O povo continua tangido por novelas, futebol e demagogia que o distraem do mundo.

IHU On-Line - Como podemos compreender o ódio de classe voltado no Brasil aos mais pobres e às medidas tomadas para minimizar sua condição de vida?

Roberto Romano - Após quinhentos anos de “cristianismo” que escravizou e massacrou indígenas e negros, a ética social brasileira está pavimentada pelo medo das rebeliões dos fracos. Como toda sociedade contrarrevolucionária, o Brasil reserva lugares hierarquizados de privilégios: os mais copiosos para os operadores do Estado, os

47 Cf. Roberto Romano, “O princípio de responsabilidade” in José Roberto Nalini (Ed.): *Magistratura e Ética* (São Paulo, Contexto Ed., 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

donos da economia, os funcionários administrativos e a polícia. Na base, o povo sem privilégios e direitos garantidos. Certa feita, para contestar juristas que ironizavam o nosso povo, dizendo ser ele composto por leigos, escrevi o artigo “Nós, os leigos”.⁴⁸ A universidade forma especialistas em tudo, menos na ética e na moral que respeitam o povo que arca com o Estado, paga impostos escorchantes e pouco recebe em troca. É de tal estilo a divisão da sociedade entre “leigos” e “competentes”.

IHU On-Line - Como analisa as manifestações de intolerância em nosso país (inclusive os linchamentos) em relação às mulheres, aos povos originários, aos afrodescendentes e aos homossexuais? Qual é a racionalidade que move os ódios contra essas pessoas?

Roberto Romano - Um país contrarrevolucionário que ignora os direitos do homem e da cidadania, que não pratica a responsabilidade dos governantes, que reconhece privilégios como legítimos, nada garante aos mais fracos como as mulheres, os afrodescendentes, os homossexuais. Além de um escrito incluído em meu livro *Lux in Tenebris* (“A mulher e a desrazão ocidental”), tratei o tema em aula do *Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para Gestores Públicos do estado de São Paulo*: “Homossexualidade, metafísica e morte. A honra masculina e o direito de matar”.⁴⁹

IHU On-Line - Para Spinoza⁵⁰ o medo e a esperança são as armas

48 Cf. <http://bit.ly/1Kjz07B>. (Nota do Entrevistado)

49 Cf. <http://bit.ly/1HIRVBM>. (Nota do entrevistado)

50 **Baruch Spinoza** (ou Espinosa, 1632–1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da **IHU On-Line**, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ihuon397>. (Nota da **IHU On-Line**)

mais eficazes para lidar com a população. Em que sentido o medo insuflado pela mídia cooptada alimenta a intolerância?

Roberto Romano - Vejamos o que diz um técnico fascista do direito, Carl Schmitt: "Nenhum Estado liberal deixa de reivindicar em seu proveito a censura intensiva e o controle sobre filmes e imagens, e sobre o rádio. Nenhum Estado deixa a um adversário os novos meios de dominação das massas e formação da opinião pública". O Estado, diz ainda Schmitt, deve controlar os meios de comunicação: "Os novos meios técnicos pertencem exclusivamente ao Estado e servem para aumentar sua potência". O ente estatal "não deixa surgir em seu interior forças inimigas. Ele não permite que elas disponham de técnicas para sapor sua potência com slogans como "Estado de direito", "liberalismo" ou um outro nome" (Schmitt em 1932, cf. O. Beaud: *Os Últimos Dias*

de Weimar). O fascismo da mídia "policial" que incita linchamentos tem a plena autorização do Estado e dos governos, sob a capa da "liberdade de imprensa". Após duas ditaduras que inocularam o medo na população, os programas televisivos e radiofônicos exercem um mister importante da razão de Estado: apontar o próprio povo como inimigo a ser ferido, distraíndo assim a massa dos *arcana imperii* que se forjam nos palácios. Em vez de se levantar contra os poderosos do Estado, a população aponta os dedos assassinos para si mesma. Tal é o auto-suicídio induzido pela mídia policialesca.

IHU On-Line - Em que aspectos o entrecruzamento de diferentes crises é um dos esteios da situação de intolerância que experimentamos em termos civilizacionais?

Roberto Romano - A inflação é uma fértil sementeira de fascismo. O desemprego, a escassez

de alimentos, a exclusão da vida pública, tudo converge para a insatisfação popular que se torna receptiva a todas as demagogias, políticas e religiosas. Note-se que, no mesmo passo em que igrejas cujos proprietários prometem milagres, sobretudo no campo do emprego e do progresso financeiro, elas pregam abertamente a intolerância às demais crenças. No fundo é a mesma lógica do esmigalhamento da concorrência por todos os meios, sobretudo os ilícitos. Do ódio "religioso" ao rancor de classe e político, um passo apenas precisa ser dado. A nova forma "conservadora" que toma conta da política brasileira anuncia muitas dores, o que só não é percebido pelos que não estudam a massas urbanas e modernas. Pregar a extinção de outras crenças e culturas é uma regressão cultural que equivale ao feito pelo nazismo e pelo estalinismo no século XX. ■

LEIA MAIS...

- *A autocracia palaciana do século XXI e a crise do Estado Democrático*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 461, de 23-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1Mqirra>.
- *O direito à igualdade como o direito à felicidade*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 449, de 04-08-2014, disponível em <http://bit.ly/1vkdHap>.
- *Roberto Romano, uma vida atravessada pela história*. Perfil de Roberto Romano, publicado na **IHU On-Line**, edição 435, de 16-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1jie8fo>.
- *A gênese golpista da Constituição*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 428, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1qw6LpZ>.
- *"Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república"*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 398, de 13-08-2012, disponível em <http://bit.ly/1dDYNEv>.
- *Filosofia não é, necessariamente, sistema*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 379, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/v0ujxe>.
- *Nilismo e mercadejo ético brasileiro*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 354, de 20-12-2010, disponível em <http://bit.ly/e6WHhp>.
- *De ditadores a imperadores com pés de barro*. Entrevista com Roberto Romano, publicada na **IHU On-Line**, edição 269, de 18-08-2008, disponível em <http://bit.ly/19tKntU>.
- *O governo do Brasil retoma a ética conservadora e contrária à democracia, o que exige da Igreja o papel vicário*. Entrevista especial com Roberto Romano, publicada nas **Notícias do dia**, de 14-01-2008, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1furl4Y>.

O mundo para além da casca da noz

Para Guilherme Castelo Branco, o aprofundamento do neoliberalismo é a força motriz que gera a eliminação dos padrões de solidariedade

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Hamlet, o personagem de Shakespeare, em um ato retirado da versão mais conhecida da peça teatral homônima, diz, “eu poderia viver em uma casca de noz e ainda assim me julgar o rei do universo”. Tal figura de linguagem ilustra bem um tipo de intolerância que não é capaz de reconhecer o Outro. “As pessoas pensam a partir de seu próprio mundo, percebendo apenas o seu pequeno universo de interesses. Por conta disso não conseguem mais realizar aquilo que chamaríamos de relativismo sociológico, ou seja, começar a tentar compreender o outro”, aponta o professor e pesquisador Guilherme Castelo Branco, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

“As pessoas perderam a possibilidade de compreensão e do respeito ao outro, da perspectiva que outras culturas possam ter, que outro tipo de gente possa possuir, que outra religião possa professar, que outra expressão artística possa praticar e mesmo da forma como as pessoas pretendem viver”, sugere. Ao analisar o Brasil, o professor chama atenção para um certo enraizamento da cultura escravocrata na gênese social e econômica nacional. “Entramos em um momento do neoliberalismo com uma perspectiva econômica em que há uma tendência à eliminação de padrões de solidariedade”, pondera.

Na avaliação do professor, os tempos pós-modernos criaram um tipo de sujeitos sociais chamados “neopobres”, que ele classifica da seguinte forma. “Aquele que não é apenas o pobre porque é despossuído, mas aquele que não tem mais direitos adquiridos e que vai sair da classe média e será crescentemente despossuidor de determinados benefícios sociais”, explica. “Essa população que está perdendo direito é quem podemos chamar de neopobre, aquele sujeito que está sendo jogado em uma condição de pobreza”, complementa.

Guilherme Castelo Branco é graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde também realizou doutorado em Comunicação. Atualmente é professor de Filosofia da UFRJ trabalhando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia. É líder do Laboratório de Filosofia Contemporânea da UFRJ. Em 2015 publicou dois livros: *Michel Foucault. Filosofia e Biopolítica* (Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2015) e *Clássicos e Contemporâneos em Filosofia Política: de Maquiavel a Antonio Negri* (Rio de Janeiro: Relicário Edições, 2015).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por que a intolerância tem se aprofundado em nosso tempo?

Guilherme Castelo Branco - Certamente a inexistência de uma formação clássica que trate das questões universais, uma forma-

ção educacional no sentido mais próprio do termo, fez com que as pessoas perdessem uma certa dimensão da universalidade da condição humana. Por conta disso, temos não apenas um pensamento fragmentado com conhecimen-

tos especializados, mas uma visão bem unilateral do contexto social. As pessoas pensam a partir de seu próprio mundo, percebendo apenas o seu pequeno universo de interesses. Por isso não conseguem mais realizar aquilo que chamaría-



O Brasil é um país que, enraizado na cultura escravocrata como foi, vive esse dualismo em condições bastante arcaizantes entre uma elite dominante e uma classe pobre dominada

mos de relativismo sociológico, ou seja, começar a tentar compreender o outro. As pessoas perderam a possibilidade de compreensão e do respeito ao outro, da perspectiva que outras culturas possam ter, que outro tipo de gente possa possuir, que outra religião possa professar, que outra expressão artística possa praticar e mesmo da forma como as pessoas pretendem viver. Perdemos, portanto, a dimensão do respeito e da tolerância com todo aquele que não pensa como nós e os nossos. Isso faz com que tenhamos um mundo com todas as possibilidades de conflito. Todo o conflito existe como potencial ofensivo devido às pessoas estarem a todo momento preparadas para um desafio e travarem um combate sobre questões que são bastante pequenas e irrelevantes.

IHU On-Line - Como entender esse recrudescimento do ódio se pensarmos que uma das marcas fundamentais da modernidade no Ocidente é o Iluminismo?

Guilherme Castelo Branco - O que temos de lembrar é que o Iluminismo é um movimento paradoxal. Quando ele foi feito pelos enciclopedistas franceses, estes imaginavam que estavam trazendo luz contra aqueles que entendiam sustentar as trevas, ou seja, as várias confissões religiosas, os diversos grupos com tendências místicas, enfim, o pensamento do senso comum em geral. Como a predominância do pensamento comum à época era religiosa, havia uma

certa crítica à religião no pensamento iluminista. Logo, ele nasce com determinada dualidade, entre aqueles que representam o pensamento racional, iluminado e tolerante contra aqueles que assumiam um pensamento revelado, não intelectual e, conseqüentemente, intolerante. O que significa dizer que existe certo aspecto nem tão agonístico, porque isso implica determinada tolerância. Há uma posição conflitual, eles têm uma posição de disputa com aqueles que entendem que não representam os ideais iluministas e o período da expansão de um tipo específico de razão na terra.

Conflito generalizado

O Iluminismo se caracterizava por “trazer luz” àqueles que não a tinham, ou pela luta aberta e franca com quem defendia a posição de que os iluministas eram, estes sim, as trevas. Em toda a época contemporânea é vivido este conflito — ele nunca deixou de existir, e fica mais latente ou mais patente em determinados momentos, mas sempre houve esse conflito. Essa é uma das características mais marcantes do pensamento contemporâneo da nossa realidade: o conflito daqueles que insistem em defender uma posição científica, verdadeira, comprovada e aqueles que se entende que não desenvolvem esse tipo de pensamento e, por sua vez, também se mostram intolerantes contra a ciência, a razão e a experimentação. O que nós temos é um conflito generalizado de pontos de

vista, cada qual partindo de pontos diferentes do “campo de batalha”, indo para a posição de enfrentamento sem, sequer, querer conversar com o outro.

IHU On-Line - Por outro lado, como é possível entendermos o ódio destinado ao Outro, personificado no Brasil, sobretudo, pelos pobres, negros e homossexuais?

Guilherme Castelo Branco - O Brasil é um país que, enraizado na cultura escravocrata como foi, vive esse dualismo em condições bastante arcaizantes entre uma elite dominante e uma classe pobre dominada. Isso faz com que haja uma série de restrições sociais apoiadas no puro e simples racismo à hostilidade aos gostos e modos que não sejam os mesmos dos “superiores”. Com visões que muitas vezes fazem parte de um certo espanto. Eu tenho um amigo que, muitas décadas atrás, quando começou a mobilização dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, fez um documentário sobre o movimento no Rio Grande do Sul. Ele é afrodescendente e ficou profundamente impactado com o fato de ver garotos loiros de olhos azuis e barriga grande andando com pouca roupa em assentamentos, o que não era uma coisa que uma pessoa do Rio de Janeiro, e do Sudeste em geral, espera ver no Sul.

Por outro lado, o conflito e o imaginário que são criados em determinadas regiões ou sobre grupos sociais dependem, sobretudo, desta característica econômica. Entramos em um momento do neoliberalismo com uma perspectiva econômica em que há uma tendência à eliminação de padrões de solidariedade. Há um bolo comum, um bolo social que tem de ser repartido por toda a sociedade. Essa ideia da solidariedade desse bolo comum a ser repartido pela integralidade do todo social tem sido bastante questionada, e as pessoas começam a perguntar se não devem partir para a medicina privada, a previdência privada, o ensino privado, padrões de consumo cul-

turais que são cada vez mais privados e desvinculados da ideia de totalidade social. Isso faz com que todos, de alguma maneira, que não sejam usuários tradicionais ou que não têm a possibilidade de pagar ou de usufruir, sejam considerados como inferiores, como classes sociais sem importância ou grupos sociais que devem ser postos sob suspeições, excluídos e, em último caso, eliminados.

IHU On-Line - Em que medida esse ódio é uma das expressões do governo biopolítico da vida, da gestão política da população?

Guilherme Castelo Branco - É um governo biopolítico, pois há certas escolhas que determinam que algumas camadas da população têm direitos e outras camadas que os tinham estão perdendo esses direitos. Temos que ter em mente que inúmeras conquistas sociais se fizeram durante muito tempo e estão em vias de se esfacelarem. Esse fenômeno inicialmente europeu, mas também mundial, começa a ocorrer na América Latina e faz com que, simplesmente, pessoas percam direitos e, conseqüentemente, sejam postas em uma condição de vulnerabilidade e risco social, sendo passíveis de serem estigmatizadas, excluídas e colocadas em uma posição aviltada socialmente. Em tempos pós-modernos, estamos criando o neopobre, aquele que não é apenas o pobre porque é despossuído, mas aquele que não tem mais direitos adquiridos e que vai sair da classe média e será crescentemente despossuidor de determinados benefícios sociais.

IHU On-Line - De onde vem esse conceito de "neopobre"?

Guilherme Castelo Branco - Podemos encontrar esse conceito em uma série de autores. Foucault¹ é

1 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções

clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Robert Castel**: intelectual francês, filósofo e sociólogo, diretor de Estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Participou junto com Foucault e com Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria. Publicou *A ordem psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. Dele publicamos uma entrevista na 115ª edição, de 13-09-2004. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Maurizio Lazzarato**: sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. O IHU já publicou uma série de textos e entrevistas com Maurizio Lazzarato, entre elas: O "homem endividado" e o "deus" capital: uma dependência do nascimento à morte. Entrevista com Maurizio Lazzarato publicada

de imaginar é que vivemos um momento no qual está emergindo uma nova classe pobre, o que não significa que esteja havendo uma crise do capital, como tentam dizer que existe uma crise no Brasil, na Grécia, na Espanha, em Portugal, na França ou na Itália. Em todos esses lugares o capital vai muito bem, os bancos ganham rios de dinheiro, os capitalistas fazem negócios extraordinários, os lucros são fantásticos e incessantes. O que não se tem é dinheiro para uma determinada parcela da população que antes tinha o seu quinhão. Essa população que está perdendo direitos é quem podemos chamar de neopobre, aquele sujeito que está sendo jogado em uma condição de pobreza.

IHU On-Line - A indiferença pode ser considerada a outra face da intolerância? Pensando no caso brasileiro, em que medida essa indiferença se expressa nas relações sociais?

Guilherme Castelo Branco - O sujeito que está nessa condição passa a ser culpabilizado por estar nela. Aí vêm todas as metáforas – da formiguinha e da cigarra, do empreendedor, aquele que se matou de trabalhar para ficar rico em contraposição àquele que não trabalhou tanto – fazendo com que haja um discurso daqueles que "merecem" ser ricos e aque-

na IHU On-Line, edição 468, de 29-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1WmGF9v>; Subverter a máquina da dívida infinita. Entrevista com Maurizio Lazzarato, publicada em Notícias do Dia, de 02-06-2012, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Noi2JB>; "Atualmente vigora um capitalismo social e do desejo". Entrevista com Maurizio Lazzarato, publicada em Notícias do Dia, de 05-01-2011, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Lej0W>; "Os críticos do Bolsa Família deveriam ler Foucault..." Entrevista com Maurizio Lazzarato, publicada em Notícias do Dia, de 15-12-2006, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1GLy9d9>; Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. Entrevista com Maurizio Lazzarato, publicada em Notícias do Dia, de 06-12-2006, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Lej0sv>; As Revoluções do Capitalismo. Um novo livro de Maurizio Lazzarato. Reportagem publicada em Notícias do Dia, de 06-12-2006, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1GXuMlq>. (Nota da **IHU On-Line**)

les que merecem estar na pobreza e ser criticados, vilipendiados, por estarem entrando em um crescente processo de empobrecimento. Trata-se de sujeitos que, progressivamente, vão pagar um preço por não serem possuidores de recursos que garantam que eles tenham os benefícios sociais, que não são mais detidos pela sociedade, mas pela capacidade financeira do indivíduo.

IHU On-Line - Como analisa as manifestações de intolerância surgidas da aliança entre fé e política, especificamente no caso brasileiro, com a bancada evangélica em franco crescimento e atuação?

Guilherme Castelo Branco - O que nós temos são igrejas que, de alguma maneira, conseguem agregar uma nova classe média que está usufruindo de uma nova condição financeira. Estas igrejas, a partir de mecanismos como o dízimo, tentam fazer um uso ideológico desse contingente de fiéis.

Por um lado isso é feito por meio da intolerância, com religiões que podem ser estigmatizadas por não representarem uma certa maioria monoteísta. Ou seja, todos os grupos politeístas, todas as religiões afrodescendentes e religiões indígenas são vítimas desse tipo de processo de culpabilização, por serem religiões "inferiores". Grupos protestantes de caráter expansionista, característica do cristianismo em geral, por vezes agem com extrema violência, tentando convencer os outros pela palavra, e quando não é o caso, à base da chibata.

Por outro lado, não devemos esquecer que esse grupamento que cresceu e prosperou, na medida em que se vinculou aos evangélicos, à medida que é absorvido pelo status quo, pelo próprio sistema capitalista, passa a funcionar a partir de uma determinada ideologia das classes dominantes. Um dos grandes erros estratégicos de avaliação da esquerda é conside-

rar que as classes que ascenderam ficariam profundamente agradecidas e lembrariam o tempo inteiro de suas origens de grupo pobre. À medida que esse grupo vai conquistando privilégios, vai se filiando à ideologia dos empreendedores, dos vitoriosos. Se uma pessoa faz algo

“

Em tempos pós-modernos estamos criando o neopobre

desse gênero, evidentemente vai se formar um sujeito intolerante com pessoas que não pensam como ele. Há uma troca de posição ideológica desses grupamentos. Não é à toa que Max Weber⁵ parece ter razão sobre existir uma verdadeira relação entre esse espírito dessas igrejas evangélicas e uma determinada forma de exceção do capitalismo.

IHU On-Line - Em que medida a categoria da liberdade, tão cara a Foucault, é um esteio importante para resistir à intolerância e lutar por uma sociedade outra?

Guilherme Castelo Branco - A vida inteira Michel Foucault foi marcado pelo pensamento de

5 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o IHU publicou **Cadernos IHU em formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo*, disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

Kant.⁶ Ele mesmo apresenta Kant, desde as *Palavras e as coisas*, como sendo a grande alternativa ao pensamento dos próprios iluministas, ao pressupor que, para o filósofo alemão, o sujeito, para ser ético, funciona com o outro como funciona para si mesmo. Isso inaugura na sociedade algo que se interioriza no sujeito: a ideia da autonomia, que é algo central no pensamento kantiano e que é central no pensamento foucaultiano. Se há algo do qual Foucault é tributário a Kant é a ideia de liberdade enquanto ideia de autonomia. Essa autonomia em Foucault é um pouco diferente daquela de Kant, porque ele vai lembrar que não há nenhuma posição ética que se pretenda autônoma que não tenha a conquista progressiva desse caminhar em busca de uma maior liberdade e que, portanto, permite que possamos modificar a sociedade por meio de pequenos grupamentos de pessoas que resistem a uma posição de sujeitamento, de autoridade, de não autonomia.

Esta possibilidade de mudança social nunca poderia ser uma mudança de toda a sociedade, mas uma mudança daqueles que são autônomos, daqueles que são mais

6 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulada *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da **IHU On-Line**)

livres e daqueles que querem usufruir da liberdade, que exercem a liberdade e querem mudar a sociedade para que ela se torne um espaço de homens livres. Isso é feito pelas pessoas comprometidas com os sonhos de autonomia, com o ideal de liberdade e, por assim dizer, como Foucault fala da revolução francesa e seus ideais, com a fé na revolução. Não há possibilidade de mudar o mundo ou requerer uma maior liberdade sem o entusiasmo pela liberdade. Esse Foucault vai sempre imaginar que são as lutas das minorias, dos pequenos grupos, as lutas inovadoras que são os vetores de mudança social, capazes de gerar movimentos de grande espectro.

Minorias

Vamos imaginar a questão dos homossexuais. Há 50 anos eles eram totalmente execrados socialmente e houve uma profunda modificação na sociedade, resultado de um trabalho bem arquitetado de estratégias socialmente bem-sucedidas de mudanças sociais desenvolvidas por esse grupo social. Então podemos imaginar que os grupos minoritários têm um poder de mobilização das práticas sociais e o poder de contaminar os demais com seus anseios e suas mobilizações. Veja que isso não é feito em nome do direito, mas em nome de um acolhimento de uma reivindicação que as pessoas entendem como pertinente, valiosa, dentro do campo social. Isso não se faz do ponto de vista do direito por meio dos tribunais, mas com mudanças de mentalidade.

IHU On-Line - Em que sentido a intolerância de nosso tempo resulta em formas de subjetivação e sujeição biopolíticas?

Guilherme Castelo Branco - Isso é resultado de um processo alimentado pelo próprio sistema capitalista, que de algum modo vende a intolerância, a posição de destaque, o luxo, o fato de as pessoas se vestirem e morarem de

“

Em todos esses lugares o capital vai muito bem, os bancos ganham rios de dinheiro, os capitalistas fazem negócios extraordinários

forma a parecerem superiores às outras, de terem carros que mostrem a superioridade, joias pelas quais se demonstra ser melhor que os outros, títulos, condecorações, comendas. Há um conjunto absolutamente vasto e sempre capaz de ser renovado que faz com que algumas pessoas se tornem “melhores” que outras. Portanto, isso é o próprio sistema concorrencial e de diferenciação social criado no interior no capitalismo que vende, conseqüentemente, a intolerância, que faz parte das raízes sociais de nosso tempo. Isso faz com que, evi-

dentemente, aqueles que aderem de forma mais radical e mais cega a esse tipo de convicção sejam “sujeitos superiores”, mais dignos, mais limpos, mais toda e qualquer coisa, o que permite a adesão incondicional às formas de vida que se espera de camadas assujeitadas ao capitalismo triunfante.

IHU On-Line - Dentro desse cenário, qual é a importância da Filosofia na reflexão acerca da intolerância e formas de resistência a ela?

Guilherme Castelo Branco - A filosofia se inicia na brevíssima experiência democrática da Grécia. Ela tentou sobreviver dessa breve experiência, procurando mostrar que existe o poder do convencimento através da argumentação em um mundo onde também existe o convencimento através do engano, da cumplicidade de quadrilheiros, da manipulação de informações; e que há o convencimento através da violência das armas, da truculência, da pura e cega violência de um grupo contra o outro. O papel da filosofia sempre será o de defender a possibilidade de uma convivência social e política por meio da argumentação, e, portanto, de uma tentativa racional de compreensão da realidade social e do mundo que pode ser explicada a outro. Portanto, o papel da filosofia é frágil e vulnerável, sem dúvida, mas é o papel de tentar trazer ao mundo em que estamos um pouco de serenidade, lucidez, expectativa de criação de um futuro no qual as pessoas possam conviver com razão e com a percepção de que, malgrado as diferenças, podemos fazer algo em comum. ■

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Intolerância, a filha primogênita do ódio

Francisco Foot Hardman analisa os processos sociais que desembocam no ódio, que, na sua avaliação, deriva sempre do desconhecimento e do medo do outro

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Na língua portuguesa há um verbo do qual compreendemos melhor seu avesso que seu sentido literal: tolerar. Daí que a intolerância se mostra como apenas um aspecto do confronto entre determinados regimes sociais direcionados à submissão das vontades e um contexto de vivência pleno de singularidades. “A intolerância é a recusa frontal ao espaço da linguagem e da palavra, que é sempre dialogal. É a negação do princípio do conhecimento, fundante de qualquer processo educativo”, adverte o professor e pesquisador Francisco Foot Hardman, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

“A estupidez humana, se não é socialmente controlada, não possui limites. Fiquemos agora com a menina de 11 anos, Kayllane, praticante de canoablé e apedrejada na Vila da Penha, Rio de Janeiro, fato ocorrido em junho de 2014”, relembra o professor. “Este é o Brasil real em que vivemos, onde a barbárie moderna está plenamente instalada, com todos seus ingredientes de intolerância-violência”, complementa.

Mais do que pensar simplesmente uma intolerância que é sensível aos olhos, como no caso acima citado, há processos muito mais sofisticados de negação das alteridades que se materializam em sistemas biopolíticos. “Quem, afinal, dá a última palavra, o eleitor-cidadão, ou as finanças-corporações? O sistema político eleitoral, como um todo, esgotou sua capacidade de refletir uma democracia representativa digna desse nome”, avalia.

“O PT passou a ser não um partido do governo, mas governado. É um impasse muito grave. Mas apostar na fúria dos coxinhas como alternativa de poder é dar um passo na direção do aventureirismo oportunista mais arriscado e sórdido”, reflete.

Francisco Foot Hardman é bacharel em Ciências Sociais - Política pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Realizou mestrado em Ciência Política pela Unicamp e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professor da Unicamp, atuando como docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, desde 1987. Recebeu, em 2011, o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz e, em 2012, o Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação, ambos da Unicamp. É autor de várias obras, entre as quais destacamos *Morte e Progresso: Cultura Brasileira Como Apagamento de Rastros* (São Paulo: Unesp, 1999), *Nem Pátria, Nem Patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil* (São Paulo: UNESP, 2002 - 3ª edição), *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005 - 2ª edição), *A Vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna* (São Paulo: Editora Unesp, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Há nexos entre a intolerância e a modernidade? Por quê? Até que ponto isso é um paradoxo?

Francisco Foot Hardman - Com a modernidade-mundo, entendida como a expansão em nível planetário do capitalismo comercial, industrial e financeiro a partir da Europa Ocidental e desde o século XV. A chamada globalização nas últimas décadas nada mais é do que a continuidade e aceleração desse processo, com a “financeirização” da economia em todos os continentes e a submissão do trabalho e da produção ao capital fictício, ou seja, à reprodução em escala ampliadíssima e velocíssima, virtual-real, do esquema de valor Dinheiro-Dinheiro. Esse cenário, diga-se de passagem, foi visionariamente previsto por Karl Marx,¹ ainda na segunda metade do século XIX, quando dele somente se vislumbravam traços e tendências. Sua consequência mais determinada e incontornável é a transformação de coisas, pessoas, instituições e relações sociais em mercadorias, em valores comparáveis e intercambiáveis tendo como medida e equivalente geral o Coringa, o Mamom, o Deus-Dinheiro. Não há propriamente paradoxo, pois a contradição é intrínseca a todo esse processo e ao sistema de trocas entre desiguais que gera, alimenta e reproduz. A intolerância, em todas as esferas da vida social, é apenas um

aspecto do confronto entre regimes sociais voltados para a submissão das vontades dispersas e todas as manifestações de diferença, diversidade, dissidência, oposição e crítica que ainda teimam em existir e lutar contra a negação dessa existência-ainda-não-submissa.

IHU On-Line - Quais são os pensadores fundamentais para discutirmos e pensarmos a temática da tolerância/intolerância?

Francisco Foot Hardman - Bem, a lista poderia ser enorme. A questão é por demais geral e possibilitaria programas inteiros de cursos voltados ao seu estudo.

Numa visada contemporânea, de inventário lexical e conceitual, não poderia deixar de recomendar o trabalho dirigido pela filósofa italiana Michela Marzano,² cuja edição mais acessível saiu na França (Paris, PUF, 2011), intitulado *Dictionnaire de la violence*. São mais de 1.500 páginas de um esforço de pesquisa notável, feito por equipe das mais competentes. Lembro também das obras do sociólogo da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, Michel Wieviorka,³ que reflete, sempre em interface com a filosofia e a psicanálise, sobre os novos paradigmas da violência. Historicamente, não há como fugir de Karl Marx, ele continua a

ser “o cara” na antevisão de um mundo dominado pelos delírios e cegueiras do fetiche-mercadoria, e de todas as violências cometidas em nome desse ídolo maior. Em torno à geração de pensadores que inspiraram e foram inspirados, ao mesmo tempo, pelos ares de 1968, eu citaria, em registros e tradições diversas, mas ambas interessantes, Herbert Marcuse⁴ e Michel Foucault.⁵ E para ficar com autores ainda mais contemporâneos e diversos entre si, eu lembro, para completar essa brevíssima listagem, do paquistanês editor da *New Left Review*, Tariq Ali,⁶ grande analista do choque entre os fundamentalismos ocidental e oriental; do filósofo-filólogo italiano Giorgio Agamben,⁷ cujo ceticismo em re-

4 **Herbert Marcuse** (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado estadunidense, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese *Romance de artista*. Algumas de suas obras: *Razão e Revolução*, *Eros e Civilização*, *O Homem Unidimensional*. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura* e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Tariq Ali** (1943): é um escritor e ativista paquistanês. Escreve periodicamente para o jornal britânico *The Guardian* e para a revista *New Left Review*. Ali nasceu e criou-se em Lahore (então, parte da Índia colonial), atual Paquistão, no seio de uma família comunista. Estudou na Universidade do Punjab. Devido aos seus contatos com movimentos estudantis radicais e temendo por sua segurança, seus pais o enviaram à Inglaterra. Estudou Ciências Políticas e Filosofia em Oxford. Foi o primeiro paquistanês a ser eleito presidente do diretório central dos estudantes da universidade inglesa. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética,

1 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra *O Capital*, de Marx, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Maria Michela Marzano** (1970): estudou na Scuola Normale Superiore em Pisa, onde obteve doutorado em Filosofia. Ela é a autora de inúmeros ensaios e artigos de filosofia moral e política. Na Itália, publicou, entre outros, *Estensione del dominio della manipolazione* (2009), *Sii bella e stai zitta* (2010), *Volevo essere una farfalla* (2011), *Avere fiducia* (2012), *Il diritto di essere io* (2014). É professora na Universidade Paris Descartes, executa uma série de ensaios filosóficos por Edizioni PUF e colabora com “República” e “Vanity Fair”. Atualmente é membro do Parlamento italiano. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Michel Wieviorka** (1946): é diretor do Centro de Análise e Intervenção Sociológica (CADIS, EHESS-CNRS) de 1993 a 2009 e doutor em Letras e Ciências Humanas. Foi codiretor com Balandier na revista *Cahiers Internationaux de Sociologie* de 1991 a 2011. Depois dirigiu “Voix et Regards” das edições Balland. É membro do Comité scientifique des Presses de Sciences Po e do comité de redação de outras publicações tais como *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *Ethnic and Racial Studies*, *French Politics and Culture and Society*. (Nota da **IHU On-Line**)

lação à brutalidade do tempo presente está cada vez mais impregnado de um retorno a tradições judaico-cristãs primordiais; e do filósofo-polemista alemão Peter Sloterdijk,⁸ cujo ceticismo em relação ao cenário caótico global vem sendo por sua vez modulado pela busca de razões esquecidas nas civilizações antigas da Índia e da China, em especial na sua formulação inusitada de um “euro-taoísmo”.

IHU On-Line - Por que a intolerância é a antessala da violência?

Francisco Foot Hardman - Alguma dúvida? A intolerância é a recusa frontal ao espaço da linguagem

e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jassono40907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Peter Sloterdijk (1947): filósofo alemão. Desde a publicação de *Crítica da razão cínica*, é considerado um dos maiores renovadores da filosofia atual. Em 2004, encerrou sua trilogia *Esferas* (Sphären), cujos primeiros volumes foram publicados em 1998 e 1999. Interessado na mídia, dirige *Quarteto filosófico*, programa cultural da cadeia de televisão estatal alemã ZDF. Tem inúmeras obras traduzidas para o português, como *Regras para o parque humano - uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* (São Paulo: Estação Liberdade, 2000). No sítio do **IHU On-Line**, foram publicadas várias traduções de entrevistas concedidas pelo filósofo. Elas podem ser acessadas pela busca em www.ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

e da palavra, que é sempre dialogal. É a negação do princípio do conhecimento, fundante de qualquer processo educativo. E quem não tem argumento, tenta superar essa inferioridade indo para a porrada. Fiquemos num exemplo histórico, para mim extremamente didático na sua clareza sinistra, na violência que já se revela nos seus próprios termos. Os franquistas espanhóis, versão canhestra e provinciana do fascismo italiano, este por sua vez a caricatura terrível do nazismo alemão, adotavam entre seus slogans diletos: “*Morte à inteligência!*”. É preciso explicar mais?... A estupidez humana, se não é socialmente controlada, não possui limites... Fiquemos agora com a menina de 11 anos, Kayllane, praticante de candomblé e apedrejada na Vila da Penha, Rio de Janeiro, fato ocorrido em junho de 2014. Este é o Brasil real em que vivemos, onde a barbárie moderna está plenamente instalada, com todos seus ingredientes de intolerância-violência.

IHU On-Line - E em que aspectos a violência é a negação da política? Nesse sentido, vivemos um tempo em que a política vive no leito de morte?

Francisco Foot Hardman - A política, no sentido originário da *polis*, é a arte da convivência e da resolução dos conflitos na cidade. Pressupõe espaço público, debate, confronto dialógico das diferenças, reunião, deliberação por mecanismos de voto, representação, etc. Este modelo está evidentemente em crise, em todo o mundo, em ritmos e aspectos diferenciados. A violência é a negação primária desse conceito e das práticas que lhe são próprias. O filósofo Paulo Arantes,⁹ no seu belo livro *O novo*

9 Paulo Arantes: filósofo brasileiro, doutorou-se pela Universidade de Paris IV. Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), o pensador marxista dirige a coleção *Zero à Esquerda*, da Editora Vozes e a *Coleção Estado de Sítio*, da Boitempo. Sua obra associa o rigor da filosofia hegeliana e marxista com análises sociológicas e antropológicas da realidade cultural brasileira. Governos não fazem mais a diferença, concedida à edição 248 da revista **IHU On-Line** e disponível em <http://bit.ly/kQonpm>. (Nota da **IHU On-Line**)

tempo do mundo (Boitempo, 2014) fala no fim da temporalidade histórica própria da modernidade, tanto na era das revoluções quanto contrarrevoluções, introduzindo a ideia de um “tempo das insurgências”, onde a violência dos aparatos repressivos estatais, mais ou menos democráticos, alterna-se com os levantes dos despossuídos de todos os quadrantes. Dá sem dúvida o que pensar, e muito. Mas eu prefiro ainda pensar numa micropolítica das resistências sociais e ecológicas. Quando concedo aqui esta entrevista à revista do IHU estou fazendo política. E as pessoas que puderem, para minha felicidade, ler essas linhas e páginas, também estarão fazendo política. Frágil, é verdade, insuficiente para mudar estruturas sólidas de poder, mas necessária como novo momento de aglutinação de vontades humanas dispersas e não submissas ainda aos mais requintados mecanismos de “morte da inteligência”.

IHU On-Line - Nessa perspectiva, como analisa o cenário político brasileiro, sobretudo no que diz respeito à última eleição presidencial e aos protestos ocorridos este ano?

Francisco Foot Hardman - Quem, afinal, dá a última palavra, o eleitor-cidadão, ou as finanças-corporações? O sistema político eleitoral, como um todo, esgotou sua capacidade de refletir uma democracia representativa digna desse nome. A propaganda oficial foi um espetáculo digno de regimes autoritários, tanto no campo petista quanto no tucanato. A explosão de manifestações de direita ou até extrema-direita, a partir de março passado, espelham um retrocesso possibilitado também pelo imobilismo e alianças espúrias do Partido dos Trabalhadores. O Congresso Nacional, para não falar da maioria dos legislativos estaduais, está hoje dominado pelas forças mais reacionárias do país. E o partido governista, e com ele o Governo Federal, caminham a reboque da claque peemedebista que passou a controlar hegemonicamente a Câmara e o Senado. A tese da “governabilidade” decantada em prosa e verso desde os tempos do estratégico

Zé Dirceu¹⁰ esborrou-se diante dos interesses imediatistas do clientelismo e do patrimonialismo. O PT passou a ser não um partido do governo, mas governado. É um impasse muito grave. Mas apostar na fúria dos coxinhos como alternativa de poder é dar um passo na direção do aventureirismo oportunista mais arriscado e sórdido. Aécio Neves tem apostado nessa via. Poderá um dia vencer e logo a sociedade verá quebrar suas ilusões. Isso se ele não quebrar a cara muito antes. Já o PMDB mostra-se hoje como herdeiro mais promissor da ditadura militar: de oposição oficial consentida passou a organismo federado de velhas e conhecidas oligarquias, um balcão de negócios sem nenhum escrúpulo. A grande obra peemedebista, hoje, chama-se shopping center parlamentar. Nada mais didático ou ilustrativo.

IHU On-Line - Em que medida a superficialidade e a irracionalidade disseminadas pelas redes sociais servem como combustível para o radicalismo e a incivilidade?

Francisco Foot Hardman - Durante a ditadura militar, e isso vale em geral para regimes autoritários ou totalitários, a censura geral da informação era uma maneira eficaz de controle social. Já no momento “democrático” presente, e isso não é apenas um “caso brasileiro”, a censura faz-se, ao contrário, pelo excesso de “informação”, pelo excesso de “participação”, de “comentários” infinitos, produzindo uma grande ilusão de igualdade que escamoteia as verdadeiras cadeias do poder estatal-corporativo-midiático. Xinga-se livre e impunemente, proclama-se a morte do adversário pela impotência de discutir qualquer ideia, conceito ou projeto. A desinformação geral e ampla, aliada à falência dos sistemas públicos de educação, são matéria-prima da ignorância e do preconceito tornados nova ditadura de opiniões. Da intolerância e violência verbais e virtuais à violência física concreta,

10 **José Dirceu:** é um político e advogado brasileiro, com base política em São Paulo. Ministro da Casa Civil de 2003 a 2005, Dirceu teve seu mandato de deputado federal cassado no dia 1º de dezembro de 2005 e, portanto, é inelegível até 2015, a pedido da CPI do Mensalão. (Nota da **IHU On-Line**)

é apenas um pulo. E todos ficam eufóricos nessa explosão egoico-fascitoide de “eus-mínimos” (cf. Christopher LASCH). Nada mais sintomático da barbárie moderna e civilizada do que tal fenômeno.

IHU On-Line - Pode-se falar em um esgotamento do modelo político que experimentamos? Quais são as raízes desse esgotamento?

Francisco Foot Hardman - Estou convencido de que o regime político instaurado pós-ditadura militar, em 1985, e denominado algo ufanisticamente de “Nova República” pela Constituição de 1988 que o legalizou e legitimou, esgotou seu ciclo histórico. As raízes dessa crise geral vêm de longe, mas suas contradições se acirraram nos dois últimos anos. O atual regime político pode até sobreviver por algum tempo, mas será aos trancos e barrancos e cada vez mais permeado por crises institucionais e socioambientais insolúveis. Por isso vejo que os movimentos sociais, as forças de esquerda e coletivos mudancistas devem juntar esforços no sentido da luta por uma Assembleia Constituinte livre, soberana e exclusiva. Tarefa difícilíssima, mas o único processo que pode levar a uma transformação da conjuntura no sentido de uma democracia social efetiva.

IHU On-Line - Até que ponto a intolerância descamba em desigualdade e, por conseguinte, em injustiça?

Francisco Foot Hardman - Diria que muito mais as desigualdades sociais seculares, essas sim descambam no mais das vezes em intolerância e violências as mais funestas. E também em injustiça “estrutural”. Basta ver a composição social e étnica da nossa população carcerária, que agora em junho, segundo o Conselho Nacional de Justiça, ultrapassou a marca dos 700 mil e se tornou a terceira maior do mundo, para se ter uma radiografia da justiça desigualmente aplicada contra pobres, pretos e mestiços.

IHU On-Line - Em que aspectos o entrecruzamento de diferentes crises é um dos esteios da situação

de intolerância que experimentamos em termos civilizacionais?

Francisco Foot Hardman - Sim, creio que vivemos uma confluência de crises conjugadas e interativas em seu poder de reprodução ampliada. De um lado, o par crise política—crise econômica. De outro, o par crise social—crise ambiental. Esses dois pares de contradições e crises interligadas articulam-se num conjunto mais complexo, que pode levar ou está levando para um colapso mais profundo e sem retorno da vida individual e coletiva. Aqui, afinal, não estamos sós. Os dilemas e impasses cá comentados espriam-se, em graus e manifestações diversas, por todo o planeta. A globalização, longe de ser a do Estado de Direito ou Estado do Bem-Estar (já nem se cogita da utopia socialista soterrada a partir da queda do muro de Berlim em 1989), tem muito mais para ser a do Estado de Tragédia Humanitária Permanente ou a da normalidade como Estado de Exceção. Cerca de 60 milhões de refugiados no mundo, em 2014, por motivo de guerras, perseguições religiosas, étnicas, nacionalistas ou mudanças climáticas extremas. Este número, agora mesmo divulgado pela ONU, excede em muito todos os outros registros estatísticos feitos pela agência. Imagina-se, ingenuamente, às vezes, que estamos longe desse quadro. Não estamos mais. Fazemos parte inerente dele. Nossos índices de homicídios são recordistas em qualquer ranking entre nações conflagradas. O Haiti, definitivamente, também é aqui.

IHU On-Line - Qual é a atualidade das contribuições teóricas de Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda para compreendermos as raízes da intolerância no Brasil e a situação política atual?

Francisco Foot Hardman - Gilberto Freyre¹¹ foi um dos maiores

11 **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA), e o Prêmio Internacional La Madonina, em 1969. Entre seus livros, citamos: *Casa*

pesquisadores sociais e prosadores literários no Brasil do século XX, no gênero do ensaísmo histórico-cultural. Mas não esqueçamos, sua perspectiva sempre foi conservadora. Sua ideia de democracia racial poderia ser boa para a casa-grande, mas sempre foi ruim para a senzala. Nos anos 1970, quando me formei, Freyre era barrado no baile da maior parte dos cursos de ciências humanas no Brasil, por sua simpatia à ditadura militar no Brasil e ao salazarismo e colonialismo português. Depois, em tempos democráticos, quando o liberalismo conservador norte-americano penetrou como nunca nas ciências sociais brasileiras, passou-se a glamourizar sua figura, junto com certa revisão mais adocicada da escravidão colonial. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Trata-se de autor fundamental, mas não é demônio nem santo. Sérgio Buarque de Holanda¹² possui, afora também toda sua glamourização atual, traços de muitas afinidades eletivas com Gilberto Freyre, inclusive na matriz comum de um conservadorismo romântico que perpassa a ambos. Por mais que tenha querido se desvencilhar de uma

grande & Senzala e Sobrados e Mocambos. Sobre Freyre, confira **Cadernos IHU** n° 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*, disponível em <http://bit.ly/cadihuo6>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dra. Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento **IHU ideias**, de 22-08-2002, o tema *O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda* e no dia 08-05-2003, a professora apresentou essa mesma obra no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a **IHU On-Line**, publicada na edição n° 58, de 05-05-2003, disponível em <http://bit.ly/152MP1v>. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da **IHU On-Line**, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/SMypxY>. (Nota da **IHU On-Line**)

ideia mitológica acerca da “cordialidade brasileira”, ao polemizar com Cassiano Ricardo,¹³ entre outros, o impasse dessa construção persiste. E seu apego a outro mito da ideologia paulista, o do bandeirantismo, é realmente um caso sério. Maria Sylvia de Carvalho Franco,¹⁴ minha estimada orientadora de doutorado em filosofia na Universidade de São Paulo - USP, tem sido uma crítica pioneira e corajosa na desconstrução do ora mito “Sérgio Buarque de Holanda”. Além de ter sido ela própria uma arguta analista das raízes do poder agrário capitalista no Brasil, com seu clássico estudo *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo: Editora Unesp, 1997 - 4ª edição), que vai muito além dos dualismos recorrentes nas leituras sobre a nossa formação social, sejam os de matiz marxista mecanicista, sejam os de certa sociologia funcionalista. Dos três autores citados, Raymundo Faoro¹⁵ em *Os donos do poder* (Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001 - 3ª

13 **Cassiano Ricardo Leite** (1895-1974): jornalista, poeta e ensaísta brasileiro, representante do modernismo de tendências nacionalistas, esteve associado aos grupos Verde-Amarelo, Anta e foi o fundador do grupo da Bandeira. Pertenceu às Academias Paulista e Brasileira de Letras. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Maria Sylvia de Carvalho Franco**: cientista social brasileira. Na edição 165 da **IHU On-Line**, de 21-11-2005, intitulada *Intérpretes do Brasil: a redescoberta do Brasil como problema*, concedeu a entrevista *Violência e assistencialismo têm raízes na ordem escravocrata*, disponível para download em <http://migre.me/s95N>. A pesquisadora foi responsável pela condução da última edição do III Ciclo de Estudos sobre o Brasil, quando apresentou, no dia 24-11-2006, a obra *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo: Unesp, 1997). (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Raymundo Faoro ou Raimundo Faoro** (1925-2003): jurista, sociólogo, historiador e cientista político brasileiro. Suas obras se propõem a fazer uma análise da sociedade, da política e do Estado brasileiro. Em seu livro mais clássico, *Os Donos do Poder* (Porto Alegre: Editora Globo, 1958), abordou conceitos de patrimonialismo brasileiro, onde o contextualizava a partir da colonização portuguesa. Raymundo foi membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Nota da **IHU On-Line**)

edição) produz a análise mais bem acabada acerca das origens e desenvolvimento do patrimonialismo rural e logo como aspecto organizador das estruturas burocráticas do poder de Estado. Seu estudo até hoje é dos mais atuais ao desvelar as mazelas de nosso sistema político tão moderno em seu vigoroso arcaísmo.

IHU On-Line - Como analisa as manifestações de intolerância em nosso país em relação aos povos originários, aos afrodescendentes e aos homossexuais? Qual é a racionalidade que move os ódios contra essas pessoas?

Francisco Foot Hardman - Nenhuma racionalidade, o ódio é sempre expressão da irracionalidade constituinte de boa parte de nossa vida psíquica, já antevira Freud.¹⁶ As manifestações contra os grupos acima referidos é a negação dos seus respectivos direitos à plena inclusão na sociedade nacional. O ódio nasce sempre do desconhecimento e do medo do outro. Mas isso não é fenômeno específico do Brasil, basta ver, por exemplo, o comportamento racista, machista e, no limite, fascista, de tantas torcidas futebolísticas mundo afora. ■

16 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– ‘Intolerância é a antessala da violência e a violência é a negação da política’. Artigo de Francisco Foot Hardman publicado nas **Notícias do Dia**, de 16-03-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1KgbMu9>.

O longo caminho em busca do Outro

Para Roger Haight, a tolerância é apenas o primeiro passo em um lento processo de acolhida às diferenças

Por Márcia Junges e Ricardo Machado | Tradução Claudia Sbardelotto

Vivemos em um mundo em constantes e rápidas transformações, mas, afinal, o que ou quem decide o que é tolerável nesse contexto? Longe de ter uma resposta pronta para o tema, Roger Haight, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, explica que algumas culturas, inclusive religiosas, definem-se na comparação com outras, o que inclui o ódio a grupos distintos. “Qualquer religião que promova a intolerância de outras religiões acaba por desacreditar-se. Essa é a revelação da globalização”, defende. “Temos que tentar ir além da simples tolerância e nos esforçarmos para aprender uns com os outros. A história está indo em frente, e eu tenho esperança de que um dia o diálogo inter-religioso não será mais uma formalidade tensa, mas uma maneira espontânea de viver”, complementa.

Haight explica que, mesmo tendo passado quase cinco séculos do Iluminismo, não significa que a sociedade europeia seja iluminista, e critica uma valorização extremada do conceito. “Para saber se uma sociedade é iluminada, deve-se levar em consideração a formação educacional em geral e muitos outros fatores. Assim como culturas baseadas na religião, muitas pessoas no primeiro mundo nunca passaram por um período de autocrítica salutar. O Iluminismo é um conceito social sobrevalorizado”, avalia.

Recuperando uma perspectiva de compreensão do próprio ser humano, o professor relaciona a complexidade e a integralidade do universo como uma chave de leitura aos desafios relacionados à tolerância. “Estamos unidos como uma família biológica de seres humanos neste imenso universo; nossas diferentes revelações e línguas espirituais não deveriam competir umas com as outras; deveríamos comparar nossas visões. Deveríamos ir muito além da tolerância em direção ao respeito e a uma cooperação e intercâmbio mútuos”, propõe.

Roger Haight é ex-presidente da Sociedade Teológica Católica dos Estados Unidos e professor visitante no Union Theological Seminary, em Nova Iorque, uma tradicional casa de formação de teólogos fundada em 1836 como uma instituição presbiteriana e onde estudaram grandes nomes da teologia mundial. Foi professor de Teologia por mais de 30 anos em escolas da Companhia de Jesus em Manila, Chicago, Toronto e Cambridge. Foi professor visitante em Lima, Nairóbi, Paris e em Pune (Índia). De sua produção bibliográfica, citamos: *Jesus, símbolo de Deus* (São Paulo: Paulinas, 1999), *Dinâmica da teologia* (São Paulo: Paulinas, 1990) e *O futuro da cristologia* (São Paulo: Paulinas, 2005), *O seguimento de Cristo numa era científica* (Cadernos de Teologia Pública, edição 74, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a importância de se refletir sobre a intolerância na contemporaneidade?

Roger Haight - Estou feliz por poder refletir sobre tolerância e intolerância em nosso moderno mundo pluralista, mas consternado com a forma como a nossa situação resiste a respostas claras. A tole-

rância — capacidade de permitir, aguentar, admitir, e não contradizer, proibir ou resistir às crenças e práticas que não sejam as nossas — é uma virtude. A intolerância, portanto, é um vício, porque pressupõe que uma falta de vontade de aceitar, permitir, suportar ou conceder direitos iguais aos outros seja direcionada a algo que merece

respeito. Por exemplo, um grupo é intolerante se este exclui as pessoas por causa da sua raça; mas não chamamos a sociedade de intolerante por não aceitar assassinatos. Mas quem decide o que é tolerável em um mundo que muda rapidamente? Onde poderíamos e onde deveríamos ser mais tolerantes quando tanto a virtude quanto o ví-

cio admitem graus de limites mais ou menos difusos? Por exemplo, se está se tornando mais claro que a condição religiosa natural do mundo é pluralista, não deveríamos nos regozijar com a diversidade das religiões em vez de simplesmente tolerá-la? De repente, a mera tolerância começa a aparecer como moralmente insuficiente.

Nosso dilema moral, portanto, tem de ser definido em um contexto de pluralismo, que eu defino como diferenças que são unidas em conjunto ou que existem dentro de um campo comum para que interajam: elas encontram-se umas com as outras. Por exemplo, as religiões em sua maior parte costumavam estar confinadas a diferentes regiões ou culturas e não se defrontavam diariamente. Hoje, elas vivem juntas em grandes metrópoles, e o intercâmbio se torna constante, complexo e delicado. As respostas para as questões que parecem óbvias exigem uma reflexão sutil. A intolerância divide as religiões e as Igrejas cristãs; ela subsiste na relação entre a religião e a descrença, entre a religião e a ciência; ela é encontrada no meio acadêmico, entre as profissões e a sociedade em geral. Sou grato por essa série de perguntas que ajudam a fornecer referência e relevância para questões complicadas.

IHU On-Line - Quais são as expressões fundamentais de intolerância religiosa que se percebe na modernidade?

Roger Haight - Algumas culturas definem a si mesmas com relação a outras; o ódio a outros grupos inclui quem elas são. Eu quero lidar com o comportamento que é mais intencional ao invés daquele culturalmente enraizado.

A questão não pode ser abordada ingenuamente, porque é difícil determinar quando a hostilidade para com os outros é puramente religiosa ou deliberadamente intolerante. Por exemplo, será que o que parece hostilidade para com uma religião mascara uma reação a um grupo identificável que busca ou tem poder em uma sociedade?

O antissemitismo é motivado pela religião? A religião entra muito na definição da identidade, e a intolerância pode acontecer como forma de resistir a um controle social que vai afetar o meu grupo. Por exemplo, será que tolerar um grupo crescente de muçulmanos em uma região do norte da África vai resultar em uma imposição da lei islâmica sobre a minha família? Neste caso, o religioso e o social estão interligados. Nos Estados Unidos, a relevância da religião para a política partidária tem sido mitigada pela privatização do comprometimento religioso. Em muitas esferas, incluindo a política, o comprometimento religioso de uma pessoa não é percebido, embora os sociólogos possam descobrir as tendências ligadas a diferentes grupos religiosos. A privatização ajudou a neutralizar a intolerância religiosa, embora os teólogos insistam que a fé cristã precisa ser demonstrada no comportamento social.

As expressões mais fundamentais de intolerância religiosa ocorrem quando a pertença religiosa define mais plenamente a identidade de um grupo, e essa identidade é, então, desafiada por forças externas a si mesmas. Este é um fenômeno de grupo. Por exemplo, um israelense e um palestino muçulmano podem ser bons amigos e suas famílias podem socializar entre si. Mas casos individuais isolados não determinam as respostas do grupo, e essas pessoas vão naturalmente alinhar-se com as políticas de identidade coletiva e não votar contra os interesses de seu grupo. É difícil diferenciar a intolerância pessoal da intolerância institucional.

IHU On-Line - Por que esse tipo de intolerância continua a existir mesmo após o século das luzes?

Roger Haight - O chamado Iluminismo¹ foi um fenômeno ocidental,

¹ **Iluminismo:** movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII (o chamado “século das luzes”) que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna. Foi um movimento que obteve grande dinâmica nos países protestantes e lenta po-

e não se pode presumir que cada cultura ou sociedade teve o seu próprio período de profunda análise crítica das fontes de conhecimento e valor. Além disso, foi uma elite intelectual que gerou principalmente o Iluminismo e foi afetada por ele. O Iluminismo teve como alvo a autoridade religiosa, e as Igrejas resistiram em grande parte, tornando-se mais autoritárias.

À medida que o Iluminismo foi gradualmente atingindo a cultura em geral, muitas Igrejas continuaram a resistir a ele, mesmo quando elas internalizavam muitos dos seus princípios. Assim, nem todos em uma cultura pós-iluminista no Ocidente são iluminados. Por exemplo, nos Estados Unidos — país fundado nos princípios do Iluminismo — cerca de 40% das pessoas, hoje, não acreditam na evolução. Para saber se uma sociedade é iluminada, deve-se levar em consideração a formação educacional em geral e muitos outros fatores. Assim como culturas baseadas na religião, muitas pessoas no primeiro mundo nunca passaram por um período de autocritica salutar. O Iluminismo é um conceito social sobrevalorizado.

IHU On-Line - Por outro lado, pensando no tipo de humor feito pelos chargistas da Charlie Hebdo, seria adequado afirmar que os intelectuais ocidentais perderam a capacidade de compreender o fenômeno religioso? Por quê?

Roger Haight - Eu quero entender o evento Charlie Hebdo,²

rém gradual influência nos países católicos. O nome se explica porque os filósofos da época acreditavam estar iluminando as mentes das pessoas. É, de certo modo, um pensamento herdeiro da tradição do Renascimento e do Humanismo por defender a valorização do Homem e da Razão. Os iluministas acreditavam que a Razão seria a explicação para todas as coisas no universo, e se contrapunham à fé. (Nota da IHU On-Line)

² **Charlie Hebdo** - jornal semanal satírico francês. Ricamente ilustrado, ele publica crônicas e relatórios sobre a política, a economia e a sociedade francesas, mas também ocasionalmente jornalismo investigativo com a publicação de reportagens sobre o estrangeiro ou em áreas como as seitas, a extrema-direita, o Catolicismo, o Islamismo, o Judaísmo, a cultura, etc. Em 7 de janeiro de 2015 o

e outros como ele, de tal forma que as reações como um todo sejam compreensíveis. Isso não quer dizer moralmente “justificadas”. Isso significa tentar compreender as sensibilidades que estão se confrontando. Vou usar uma distinção entre espiritualidade e religião para esclarecer o meu pensamento. Espiritualidade refere-se à lógica de uma pessoa ou de toda a vida de um grupo diante daquilo que eles consideram transcendentemente valioso. Religião é a espiritualidade institucionalizada, uma forma de organização de uma fé que é projetada para sustentar e alimentar a espiritualidade.

Por um lado, o que a pergunta chama de “intelectuais ocidentais” representa o questionamento crítico de algo, e a sátira é uma de suas formas mais populares. Poucas pessoas utilizaram a sátira para criticar a sociedade e a Igreja de forma tão eficaz quanto Erasmo³ no início do século XVI, com o seu “Elogio da Loucura”. Tudo, ou seja, *tudo* foi submetido ao ridículo. O valor da liberdade, a autonomia das pessoas, a capacidade de falar contra as estruturas autoritárias são valores fortes que estavam sendo exercidos e protegidos. Por outro lado, Erasmo representava a crítica interna, a forma como os membros da família têm

jornal foi alvo de um atentado terrorista que resultou em doze pessoas mortas, incluindo uma parte da equipe do Charlie Hebdo e dois agentes da polícia nacional francesa, e ferindo durante o tiroteio outras 11 pessoas que estavam próximas ao local. O ataque foi perpetrado pelos irmãos Saïd e Chérif Kouachi na sede do semanário no 11^o arrondissement de Paris, supostamente como forma de protesto contra a edição Charlie Hebdo que publicou uma charge do profeta Maomé e ocasionou polêmica no mundo islâmico, sendo recebida como um insulto aos muçulmanos. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Erasmo de Rotterdam (ou Erasmo de Roterdã, 1466-1536): teólogo e humanista neerlandês. Seu principal livro foi *Elogio da loucura*. Erasmo cursou o seminário com os monges agostinianos e realizou os votos monásticos aos 25 anos, vivendo como tal, sendo um grande crítico da vida monástica e das características que julgava negativas na Igreja Católica. Optou por uma vida de acadêmico independente — independente de país, independente de laços acadêmicos, de lealdade religiosa — e de tudo que pudesse interferir com a sua liberdade intelectual e a sua expressão literária (Nota da **IHU On-Line**)

a permissão de criticar amorosamente seus pais. Altere o contexto para um relacionamento entre um primeiro mundo dominante e, em alguns aspectos, entre os povos explorados, e a crítica torna-se um ataque agressivo de um inimigo que goza de uma vantagem de poder sobre uma vítima mais fraca.

A espiritualidade, como uma soma total do comprometimento fundamental de uma pessoa ou de um grupo, existencialmente, define a identidade de uma pessoa. Nós somos o que fazemos. E a religião pode definir bem a espiritualidade de alguém, especialmente em uma cultura pré-iluminista. No Ocidente, há muito mais espaço entre a espiritualidade das pessoas e a sua religião do que há no Islã. Essa distinção ajuda a compreender que o que pode parecer no Ocidente como uma paródia aceitável sobre a religião de um crente fervoroso, para o Islã pode parecer um insulto direto da própria identidade pessoal e coletiva. Não há objetividade aqui; isso equivale a um ataque *ad hominem*.

Estamos cada vez mais vivendo em um mundo unificado que contém diferenças radicais no sentimento espiritual e religioso. O valor da autocritica humana é alto, mas não é tão absoluto que não precise atender as identidades básicas das pessoas em torno de suas diferenças. Se elas não forem atendidas com simpatia, a sátira torna-se um ataque que, inevitavelmente, produzirá um contra-ataque. Todas as instituições, por sua natureza, convidam a uma crítica satírica. No entanto, uma mentalidade analítica equilibrada deve ser capaz de reconhecer que, em algumas culturas, há menos espaço entre a espiritualidade pessoal e a instituição religiosa objetiva. Sem esse espaço, a sátira não é mais reflexiva e construtiva; ela torna-se uma agressão maliciosa.

IHU On-Line - Como analisa o uso político da religião e o fundamento da intolerância em nosso tempo?

Roger Haight - Eu não quero assumir como evidentes os pressupostos que podem estar implícitos nessa pergunta, isto é, o significado de “politização da religião” e o fato de que a intolerância está crescendo. Mas posso descrever o que acho que está acontecendo nesses eventos.

Do ponto de vista de uma capacidade de distinguir entre as esferas da atividade e das motivações humanas não há dúvida de que, se os políticos e ativistas sociais acham que podem ganhar impulso apelando para sensibilidades religiosas, eles irão aproveitar essa chance. Às vezes pode ser legítimo: a Igreja Católica é contra o livre acesso ao aborto não porque isso limita as escolhas humanas, mas porque é uma escolha moralmente errada e porque vai diminuir a sensibilidade moral da nação para o valor da vida humana. Entretanto, frequentemente, um apelo direto ou implícito à religião em assuntos do bem comum tenta ganhar apoio para uma política que não tem uma lógica coerente e usa a religião negativamente (contra outros grupos) ou positivamente (por inferência injustificada) para ganhar apoio onde este não é obtido. Por exemplo, um partido apela a um grupo na sociedade evocando medo ou ódio a outro grupo ou religião. Se uma determinada política parece coerente ou não, ela é promovida com base na agenda desta ou daquela religião. Isso acontece porque muitas vezes as pessoas que recorrem a ela dizem: “Não temos nada a perder” e “Isso funciona”.

Não há dúvida de que a política é utilitarista e muitas vezes abre mão dos valores em prol de seus objetivos. Mas eu não acredito necessariamente que a intolerância religiosa esteja aumentando, em princípio, mesmo que possa ser cada vez mais evidente. Eu prefiro pensar que a mudança das condições de nossa existência comum como espécie está expandindo as relações humanas de forma revolucionária. As culturas humanas, sociedades e grupos estão sendo forçados a conviver, e está cres-

cendo uma conscientização sobre os efeitos desse desenvolvimento. Os eventos externos e as novas relações estão afetando o modo de vida de todos, e as pessoas estão reagindo. Novas relações coletivas estão testando a capacidade humana de tolerância de forma dramática. A tolerância precisa ser aprendida; geralmente, ela é aprendida lentamente. E a tolerância é apenas um primeiro passo num longo processo destinado a acolher a diferença.

IHU On-Line - Em que sentido a intolerância religiosa descamba para outras formas de intolerância? Poderia dar alguns exemplos dessa "migração" da intolerância da religião para outras formas secularizadas?

Roger Haight - Essa questão da intolerância religiosa pode levar a várias direções diferentes. Vou conduzir a discussão para o lado em que a experiência religiosa pode tornar-se tão intensa que começa a fechar-se sobre si mesma, em vez de abrir o espírito humano para o mundo. Isso aconteceu em vários momentos da história do Cristianismo, mas há exemplos claros durante o período da Reforma,⁴ quando grupos conservadores e perfeccionistas recuaram tanto do movimento católico quanto protestante para formar Igrejas altamente motivadas na disciplina moral.

De um lado, essas Igrejas, geralmente congregacionalistas em suas políticas, ajudaram a forçar o reconhecimento de uma separação entre Igreja e Estado; por outro lado, em vários graus, fixaram-se para além dos mecanismos da sociedade cristã e secular. Sua

⁴ **Reforma Protestante:** movimento reformista cristão liderado por Martinho Lutero, autor das 95 teses pregadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, em 31 de outubro de 1517, propondo uma reforma na doutrina do catolicismo romano. Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus. Em resposta, a Igreja Católica Romana implementou a Contra-Reforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento. Em decorrência destes fatos, ocorreu a divisão da chamada Igreja do Ocidente entre os católicos romanos e os protestantes. (Nota da **IHU On-Line**)

exclusiva perspectiva evangélica não estava e, ainda hoje, não está aberta a uma variedade de valores seculares, muito menos às espiritualidades e instituições de outras religiões. Essas Igrejas com visão estreita transferem suas atitudes negativas a um número cada vez maior de objetos.

Outra maneira de olhar para esse fenômeno cristão, que pode ter análogos em outras religiões, seria esta: a graça de Deus que nos é mediada por Jesus Cristo é tão intensamente experimentada, que todos os outros candidatos para um compromisso total da própria vida são considerados rivais, e considerados com desconfiança, se não com rejeição. Essa apropriação de Jesus Cristo está em contraste gritante com a crença em uma encarnação que atesta a aceitação de Deus e a aprovação de toda a criação.

IHU On-Line - Em entrevista à nossa revista em 2012, o senhor afirmou que "A falta de relevância pública da Igreja estimulou o surgimento da espiritualidade em contraposição à religião". Em que medida essa espiritualidade é mal compreendida e termina sendo uma outra fonte de intolerância por aqueles que não a professam?

Roger Haight - Deixe-me começar por explicar o significado da citação. Quando a espiritualidade é compreendida como a lógica de toda a vida de uma pessoa, especialmente centrada em torno de um valor de comando, pode-se ver que é diferente do fenômeno social da religião organizada. Eu acredito que o ditado, comum nos Estados Unidos, "eu sou espiritual, mas não religioso", decorre de Igrejas que não conseguem engajar-se com as fontes profundas da espiritualidade de um povo e que oferecem verdades religiosas que não se conectam.

Mas as várias formas de espiritualidade, incluindo a espiritualidade cristã, não se tornam o *objeto* de intolerância? Pense nos *illuminati* que desprezam a prática religiosa popular e a consideram superstição. Ou a *fonte* de intolerância:

como uma espiritualidade religiosa organizada, que é limitada, desconfiada dos outros e intolerante. A virada para a espiritualidade não a exime dos perigos da intolerância. Mas o perigo está enraizado no conteúdo ou na forma material da espiritualidade, não na espiritualidade *per se*. A razão para isso é que todos têm uma espiritualidade; todos seguem alguma fé; ao contrário da religião, a espiritualidade é uma estrutura antropológica universal. Até mesmo o ateu vive um compromisso espiritual. Uma espiritualidade equilibrada seria aquela que é ao mesmo tempo aberta aos outros e somente critica outras espiritualidades que prejudiquem os seres humanos e impeçam o florescimento humano. Mas esse discernimento nem sempre é fácil, e, em todos os casos, é condicionada por um conjunto histórico de circunstâncias particulares.

IHU On-Line - O embate entre fé e ciência gerou inúmeras formas de intolerância ao longo dos séculos. Qual é a situação atual dessa questão em termos de diálogo entre esses dois campos?

Roger Haight - Essa questão expressa brilhantemente a incomensurabilidade das duas diferentes esferas da ciência e da religião. No nível popular, a relação frequentemente gera um desdém incisivo para o outro tipo de conhecimento: os cientistas atacam fanaticamente a religião; os crentes são ignorantes ou ingênuos em uma esfera da realidade que simplesmente não existe. Essa hostilidade frequentemente se aloja no fundo da imaginação das pessoas, considerando tudo o que é oferecido pelo outro lado como não confiável. Os cientistas atacam a religião popular; os teólogos criticam as conclusões da ciência, mas não têm ideia da perspectiva ou do método que as geraram.

Em contraste, duas palavras na questão abrem uma esfera completamente diferente de intercâmbio: "campos" e "diálogo". Em primeiro lugar, os teólogos e os cientistas compõem os campos. Eles são

profissionais; possuem o conhecimento técnico de suas disciplinas. Seus pontos de vista consistem em mais do que opinião e boatos; eles colocam a experiência metodológica sobre a mesa. Frequentemente, carregam algum conhecimento das disciplinas ou das espiritualidades dos outros. Em segundo lugar, esses especialistas entram em diálogo. O diálogo tem regras de escuta, bem como de afirmação, de compreender os outros, de lhes explicar, à procura de uma iluminação mútua, respeitando radicalmente os diferentes métodos para interpretar a realidade. O diálogo entre ciência e religião, que está sendo buscado por muitos subcampos, está prosperando hoje, e o intercâmbio é uma das forças mais catalíticas para uma nova interpretação teológica.

IHU On-Line - Pensando na globalização da indiferença, como menciona o Papa Francisco, o senhor percebe uma globalização da intolerância ao Outro, ao oponente político, ao pobre, àquele que professa uma fé "diferente"?

Roger Haight - Essa pergunta me permite esclarecer algumas coisas que disse anteriormente. Já que a comunicação e o comércio estão estreitando os laços de ligação e de interdependência entre os diferentes povos, o que já aconteceu em todo o mundo nos centros urbanos está acontecendo de forma mais geral. Novas ideias, valores e possibilidades agora bombardeiam sociedades e culturas tradicionais. Essas culturas têm que reagir, e o primeiro ato precisa ser a resistência. As forças externas são invasivas; elas têm como alvo a identidade coletiva; e, geralmente, não podem ser controladas. Eu não quero pensar nesse primeiro ato de resistência como intolerância. Ele pode certamente tornar-se intolerância, mas faz muito mais sentido examinar cada um dos casos separadamente.

Quando olhamos para a história humana como um processo que se desenvolve gradualmente ao longo do tempo, será muito mais proveitoso e rentável para todos entrever novas formas para amenizar os gol-

pes da globalização. Se os valores de respeito e confiança mútua, que, de fato, governam o comércio mundial (você recebe o que você paga) fossem traduzíveis em política mundial, iriam equilibrar e talvez até mesmo tornar positiva a tendência inevitável da história em direção à interdependência. As religiões têm uma grande responsabilidade e a tarefa de examinar os traços de dominação e de intolerância em suas próprias formas de organização, especialmente as suas teologias, de modo que possam imaginar-se como mediadoras da reconciliação humana e de um florescimento humano mútuo através das fronteiras. Todas as religiões do mundo têm algo a ensinar às pessoas.

IHU On-Line - Se por um lado a religião é acusada de promover intolerância através da radicalização equivocada de uma parte de seus fiéis, por outro há inúmeros exemplos da promoção do diálogo e da fraternidade entre os povos e credos. Como esse esforço pode ajudar na construção de uma cultura da tolerância?

Roger Haight - Jon Sobrino⁵ respondeu energeticamente à acusação

⁵ **Jon Sobrino**: teólogo espanhol, jesuíta, entrou para a Companhia de Jesus em 1956 e foi ordenado sacerdote em 1969. Desde 1957, pertence à Província da América Central, residindo habitualmente na cidade de San Salvador, em El Salvador, país da América Central, que ele adotou como sua pátria. Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de St. Louis (Estados Unidos), em 1963, Jon Sobrino obteve o master em Engenharia na mesma Universidade. Sua formação teológica ocorreu no contexto do espírito do Concílio Vaticano II, a realização e aplicação do Vaticano II e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, em Medellín, em 1968. Doutorou-se em Teologia em 1975, na Hochschule Sankt Georgen de Frankfurt (Alemanha). É doutor honoris causa pela Universidade de Lovain, na Bélgica (1989), e pela Universidade de Santa Clara, na Califórnia (1989). Atualmente, divide seu tempo entre as atividades de professor de Teologia da Universidade Centroamericana, de responsável pelo Centro de Pastoral Dom Oscar Romero, de diretor da Revista Latinoamericana de Teologia e do Informativo "Cartas a las Iglesias", além de ser membro do comitê editorial da Revista Internacional de Teologia Concilium. A respeito de Sobrino, confira a ampla repercussão dada pelo sítio do IHU em suas Notícias do Dia, bem como o artigo *A hermenêutica da ressurreição em Jon Sobrino*, publicada na editoria Teologia Pública,

de que a religião causa ou promove a divisão e o conflito: "Nós não contestamos a tese de que as religiões podem gerar e geraram fanatismo e violência, mas... a) a religião contém elementos de autocorreção para superar o fanatismo e a violência; b) a violência é consequência de todo o tipo de idolatria, não só de forma religiosa; c) a religião é capaz de gerar compaixão e amor" [Jon Sobrino: *Where is God? Earthquake, Terrorism, Barbarity, and Hope* {*Onde está Deus? Terremoto, Terrorismo, Barbárie e Esperança*} (Maryknoll, NY: Orbis, 2004), 127-28]. Normalmente, quando a religião está incluída na definição de partes em conflito, há também outros fatores em ação. Qualquer religião que promova a intolerância de outras religiões acaba por desacreditar-se. Essa é a revelação da globalização.

O impulso atual da história em direção à interconexão global fornece uma ocasião urgente para que a essência positiva de cada religião se afirme. As religiões do mundo têm demonstrado por sua longevidade que elas têm algo de bom para comunicar à humanidade. Para uma religião afirmar que é verdadeira e universalmente relevante, ela requer implicitamente ir ao encontro e afirmar o valor de todas as pessoas. Cada religião deve exibir o núcleo construtivo de sua espiritualidade para que todos possam apreciar quem e o que ela é. Por exemplo, no Cristianismo, a encarnação que ocorreu em Jesus não derrama os seus benefícios exclusivamente sobre os cristãos; Jesus não é uma

escrita pela teóloga uruguaia Ana Formoso na edição 213 da **IHU On-Line**, de 28-03-2007, disponível para download em <http://migre.me/UHJB>. A **IHU On-Line** também produziu uma edição especial, intitulada *Teologia da Libertação*, no dia 02-04-2007. A edição 214 está disponível em <http://migre.me/UHKA>. Sobre a censura do Vaticano a Sobrino, confira: *Teólogos espanhóis criticam a condenação de Jon Sobrino*, disponível em <http://migre.me/UHKF>, *Jon Sobrino, com o tempo, será reabilitado*, afirma Ernesto Cavassa, disponível em <http://migre.me/UHL3>, *Notificação a Jon Sobrino. Teólogos apelam por reforma da Congregação para a Doutrina da Fé*, disponível em <http://migre.me/UHLk>, *O caso Jon Sobrino como sintoma. Um artigo de Andrés Torres Queiruga*, disponível em <http://migre.me/UHLN>. (Nota da **IHU On-Line**)

posse dos cristãos. Jesus pertence à humanidade como tal, e a encarnação significa que Deus abraça todos os seres humanos. Portanto, Jesus como um ser humano individual tem de ser entendido como um poder de reconciliação e não de divisão, como uma visitação de amor divino e inclusivo ao inimigo e não como algo que exclui ou rebaixa outras pessoas. As interpretações de Jesus que consideram as pessoas pertencentes a outras religiões como inimigas se equivocaram e erraram seriamente.

Eu presumo que outras religiões possam ser entendidas de forma análoga, a menos que sejam entidades locais, sectárias e divisivas. É por isso que existem “inúmeros exemplos de promoção de diálogo e fraternidade entre povos e religiões”. Mas o objetivo vai além de “construir uma cultura de tolerância”, mas uma cultura em que o pluralismo parecerá ser uma qualidade positiva da história humana, e as sociedades serão enriquecidas pela diferença religiosa. Temos que tentar ir além da simples tolerância e nos esforçarmos para aprender uns com os outros. A história está indo em frente, e eu tenho esperança de que um dia o diálogo inter-religioso não será mais uma formalidade tensa, mas uma maneira espontânea de viver.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Roger Haight - A história está se movendo rapidamente, não apenas em termos de eventos que passam, mas através de um novo aprendizado sobre o nosso mundo e sobre nós mesmos como seres humanos. Precisamos de um marco que forneça um contexto para reunir e ressituair nossas crenças e valores tradicionais. O marco da evolução é um candidato para isso.

A evolução sugere muito mais do que Darwin⁶ quis explicar com a origem das espécies. Hoje, ela evoca o tamanho e a história inimagináveis do cosmos e da evolução temporal do nosso planeta. Nós, seres humanos, fomos, em alguns aspectos, reduzidos em importância; em outros aspectos, parece-

⁶ **Charles Darwin** (Charles Robert Darwin, 1809-1882): naturalista britânico, proponente da teoria da seleção natural e da base da teoria da evolução no livro *A Origem das Espécies*. Organizou suas principais ideias a partir de uma visita ao arquipélago de Galápagos, quando percebeu que pássaros da mesma espécie possuíam características morfológicas diferentes, o que estava relacionado com o ambiente em que viviam. Em 30-11-2005, a professora Anna Carolina Krebs Pereira Regner apresentou a palestra obra *Sobre a origem das espécies através da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*, de Charles Darwin, no evento Abrindo o Livro, do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Sobre o assunto, confira as edições 300 da **IHU On-Line**, de 13-07-2009, *Evolução e fé. Ecos de Darwin*, disponível em <http://bit.ly/UsZlrR>, e 306, de 31-08-2009, intitulada *Ecos de Darwin*, disponível em <http://bit.ly/1tABfrH>. De 9 a 12-09-2009, o IHU promoveu o *IX Simpósio Internacional IHU: Ecos de Darwin*. (Nota da **IHU On-Line**)

mos ser uma espécie de apogeu de um projeto tão colossal de desenvolvimento, que cresceu em estatura e que tem ainda muito mais pela frente. A evolução não é de todo uma nova metanarrativa, mas fornece uma estrutura científica que pode ser adotada por todas as religiões. Dentro desse marco, um apelo à teologia da criação (ou, em outras religiões, as bases da ultimidade na origem e nos fundamentos) pode fornecer uma linguagem para articular perguntas comuns e descobrir pontos de contato e diferença.

Os fundamentos da espiritualidade cristã são a fé em um Deus criador, que é revelado no ministério de Jesus como o poder pessoal de amor que sustenta o universo. O Espírito de Deus está trabalhando nele e em nós. Essa vasta visão da realidade não é contestada nem diminuída pela ciência, mas fortalecida por ela. A magnitude dessa realidade recém-descoberta dá a todas as religiões um novo horizonte onde possam se situar e considerar a sua relação com os outros. Estamos unidos como uma família biológica de seres humanos neste imenso universo; nossas diferentes revelações e línguas espirituais não deveriam competir umas com as outras; deveríamos comparar nossas visões. Deveríamos ir muito além da tolerância em direção ao respeito e a uma cooperação e intercâmbio mútuos. ■

LEIA MAIS...

- “*A Igreja institucional permanece escandalosamente inalterada*”. Entrevista com Roger Haight publicada na **IHU On-Line**, edição 403, de 24-09-2012, disponível em <http://bit.ly/1UtcLOP>.
- *A causalidade de Deus e a causalidade do mundo. Roger Haight debate o Deus de “dentro” da história*. Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-10-2012, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1lvU2ut>.
- *Roma ordena que Pe. Roger Haight, dos EUA, pare de ensinar e publicar*. Reportagem sobre Roger Haight publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-01-2009, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1W5Z4Hf>.
- *O seguimento de Cristo numa era científica*. Artigo de Roger Haight publicado nos **Cadernos de Teologia Pública**, edição 74, de 12-12-2012, disponível em <http://bit.ly/1EdOmn3>.

Núcleo inegociável da identidade: residência da intolerância

Para Dimitri D’Andrea, a rejeição do outro, e sua não aceitação, se dá quando há uma ideia de ameaça e de algo que não se está disposto a renunciar

Por Márcia Junges e João Vitor Santos | Tradução Sandra Dall’Onder

A ideia de intolerância pode ser associada à concepção de identidade. É quando se está filiado a um grupo ou *ethos* – portanto, tendo uma identidade constituída – e não se aceita outro, de identidade distinta. Dessas raízes solidificadas e da irreduzibilidade de mudá-las é que germina a intolerância. É nessa linha que vai o pesquisador em Filosofia italiano Dimitri D’Andrea. Para ele, numa rápida definição, “intolerância é a incapacidade de aceitar e de reconhecer igual dignidade a indivíduos ou a grupos cujas ações ou crenças são divergentes das praticadas”. Assim, entende que a intolerância “é um fenômeno inevitavelmente ligado à definição de uma identidade individual ou coletiva”. “Cada indivíduo e cada grupo humano, quando caracterizado pela sua própria identidade, também são definidos por um núcleo de crenças e comportamentos que consideram inaceitáveis ou, vice-versa, irrenunciáveis. Não existem identidades incondicionalmente inclusivas ou ilimitadamente abertas à alteridade”, explica.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele parte desse conceito e mergulha na percepção de intolerância na atualidade. É sempre comum associar intolerância à perspectiva religiosa. Porém, a religião é uma das facetas que constituem a identidade. Sendo assim, há ainda outros elementos que entornam seu caldo, terreno fértil para intolerância. “Há manifestações de intolerância muito ligadas à questão religiosa. Porém, há também quando os cidadãos, na esfera política, não se sentem tocados por uma causa ou por uma realidade. É ensurdecedor o silêncio e a indiferença da opinião pública quando acontecem fenômenos ou eventos que não envolvem direta ou indiretamente os interesses dos cidadãos (como no caso do ataque à redação de Charlie Hebdo ou dos fenômenos migratórios ligados à guerra no Iraque e na Síria)”, destaca.

E como pensar o contrafluxo da intolerância? A reflexão também aparece na entrevista. Para D’Andrea, um caminho pode ser a ideia de igualdade, sem submissões. “No mundo global e nas sociedades contemporâneas, o desafio é pensar em igualdade sem aprovação, sem assimilação”, pontua. Assim, é aceitável que as formas de dirimir a intolerância passem pela igualdade. “Precisamos pensar a igualdade em termos de igual respeito e iguais oportunidades. Claro, a integração não é apenas um fato cultural, e as políticas custam muito. Nos países de crescimento lento, as oportunidades são sempre mais escassas e os recursos financeiros para as políticas de integração cada vez mais reduzidas”, avalia. E, ainda, para D’Andrea, pensar em políticas igualitárias é não tornar isso uma questão jurídica, impondo a tolerância via igualdade. “Não credito na utilidade das proibições legais no combate à intolerância. O caminho da luta contra a intolerância parece-me ser o da máxima liberdade de opiniões (todas) e ao mesmo tempo a máxima vigilância civil e os testemunhos pessoais”.

Dimitri D’Andrea é pesquisador em Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Universidade de Florença, na Itália. Sua linha de atuação é acerca de questões políticas e de identidade, em particular a relação entre identidade étnica, globalização e conflito. É um dos autores de *Identità e conflitti. Etnie, nazioni, federazioni* (Franco Angeli, 2000). Também desenvolveu pesquisa sobre a relação entre a antropologia e a política em Thomas Hobbes e sobre a relação entre ética e política em Max Weber. Desde 2005, coordena o Seminário de Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Universidade de Florença.

Confira a entrevista.



Intolerância é um fenômeno inevitavelmente ligado à definição de uma identidade individual ou coletiva

IHU On-Line - Antes da modernidade e suas Luzes¹, como a intolerância se manifestava?

Dimitri D'Andrea - Na sua acepção genérica, a intolerância é a incapacidade de aceitar e de reconhecer igual dignidade a indivíduos ou a grupos cujas ações ou crenças são divergentes das praticadas, prevalentemente, em um determinado contexto social ou político. Neste sentido, a intolerância é um fenômeno inevitavelmente ligado à definição de uma identidade individual ou coletiva. Cada indivíduo e cada grupo humano, quando caracterizado pela sua própria identidade, também são definidos por um núcleo de crenças e comportamentos que consideram inaceitáveis ou, vice-versa, irrenunciáveis. Não existem identidades incondicionalmente inclusivas ou ilimitadamente abertas à alteridade. Todas as identidades são intolerantes, mas nem todas as identidades são igualmente intolerantes. Os aspectos historicamente variáveis são, obviamente, relativos à intolerância e ao seu alcance.

De acordo com Jan Assmann², por exemplo, o fenômeno da intolerância religiosa está diretamente ligado à transição das religiões primárias às secundárias, do politeísmo ao monoteísmo: a introdução da distinção mosaica entre a verdadeira e a falsa religião. Na verdade, é possível entender a passagem entre as religiões primárias e secundárias também em relação ao

advento da verdadeira identidade religiosa, em contraste com identidades políticas com conteúdo religioso.

IHU On-Line - Até que ponto a intolerância e a modernidade estão imbricadas?

Dimitri D'Andrea - A conexão entre a modernidade e a intolerância é muito próxima. Primeiro, porque a modernidade política é definida em relação ao perfil institucional e não só em relação à resolução de conflitos religiosos e, mais em geral, à experiência do pluralismo de opiniões e crenças. A primeira resposta a este desafio da modernidade é a *reductio ad unum* da decisão soberana. Talvez valha a pena mencionar que a conclusão das guerras de religião na Europa (Paz de Westfália, em 1648³) baseou-se no princípio *cuius regio, eius religio*⁴ estabelecido quase um século antes com a Paz de Augsburg⁵, e não em virtude do reconhecimento da tolerância religiosa. A solução tipicamente moderna da tolerância (religiosa ou não) afirmou-se com a

³ **Paz de Westfália** (século XVII): Conjunto de tratados de paz, assinados entre 15 de maio e 24 de outubro de 1648, que pôs fim a Guerra dos 30 Anos em que diversas nações europeias travaram entre si a partir de 1618. As motivações dos conflitos eram rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ "Seu país, sua religião", em tradução livre. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Paz de Augsburg**: Foi um tratado assinado entre Carlos I, então Rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano, e a as forças da Liga de Esmalcada, era uma aliança defensiva de príncipes protestantes do Sacro Império Romano, em 25 de Setembro de 1555 na cidade de Augsburg, na atual Alemanha. O resultado da Paz de Augsburg foi o estabelecimento da tolerância oficial dos Lutcranos no sacro império romano. (Nota da **IHU On-Line**)

criação de dois princípios gerais: a responsabilidade individual em relação às suas próprias opiniões; a crescente aproximação à verdade através da competição/concorrência de ideias. Em qualquer caso, a tolerância liberal foi a institucionalização da indiferença política das opiniões religiosas, a sua privatização através de um processo que ligado aquele da decisão política, aumentando a esfera da liberdade dos cidadãos.

Em segundo lugar, a modernidade produziu formas específicas de intolerância, relacionadas ao que Zygmunt Bauman⁶ chamou de síndrome do jardineiro: a ideia de que a artificialidade da ordem política permitiria a realização de um projeto para a reorganização de toda a vida social conforme um determinado projeto. Em outras palavras: há uma forma de intolerância normalmente ligada à obsessão moderna do projeto, à adoção de um projeto e a sua implementação completa e exaustiva. Ao contrário dos genocídios que marcaram a história da humanidade, os genocídios modernos têm um objetivo, fazem parte de um projeto maior que visa à construção de uma sociedade melhor e radicalmente diferente. São instrumentos de uma ambição exclusivamente moderna, ligados à perfeição social e intra-histórica. Claro, a modernidade política não conduz necessariamente aos genocídios do século XX e não se resolve com os mesmos, mas estes genocídios seriam impensáveis fora do horizonte moderno.

IHU On-Line - Qual é o nexó que une intolerância religiosa e decisão política?

Dimitri D'Andrea - O nexó é a relevância dos instrumentos do

⁶ **Zygmunt Bauman** (1925): sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do **IHU On-Line**, de 30-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon113>. Publicamos um entrevista exclusiva com Bauman na revista **IHU On-Line** edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon181>. (Nota da **IHU On-Line**)

realismo político (da coerção política) de acordo com a responsabilidade da comunidade religiosa em relação ao destino das almas. A relação entre política e religião se interrompe onde a salvação deixa de ser “um fim alcançado através dos homens e para cada homem” (Max Weber⁷), ou aquilo que cada fiel - ou toda a comunidade religiosa - pode fazer para a salvação das almas dos outros homens sem qualquer ligação com os instrumentos de coerção e de imposição política. A tolerância é o caminho que se abre quando não se pode fazer nada para a salvação dos outros, ou o que é possível fazer é totalmente alheio aos instrumentos típicos da política.

Suas nuances podem, no entanto, ser significativamente diferentes em relação à linha de argumentação que a baseia: no primeiro caso a tolerância assume tons predominantes da indiferença, no segundo, de cuidados e responsabilidade. Enfatizando a contribuição das seitas puritanas no nascimento da tolerância moderna, Max Weber queria enfatizar a marca da indiferença que a define. Sua tese é que a tolerância moderna decorre do radicalismo religioso, não do relativismo: do entrelaçamento entre a obsessão sectária pela pureza e a indiferença para com o destino das almas dos outros homens, desde sempre condenadas por decreto inescrutável à danação. Há, portanto, na tolerância dos modernos uma exigência de liberdade essen-

7 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Sem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o IHU publicou **Cadernos IHU em formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo*, disponível em <http://bit.ly/ihuemo3>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

cialmente antipolítica - que consiste no desejo de não ser forçado a obedecer às ordens contrárias à sua consciência -, mas há também um componente de indiferença em relação ao destino dos outros, uma desresponsabilização e um desinteresse pelo destino dos outros.

IHU On-Line - Em que aspectos a vontade de verdade e um paradoxal relativismo são o esteio da intolerância?

Dimitri D’Andrea - Não concordo com a tese de Assmann. Eu não acho que a busca da verdade tenha um potencial bélico em particular. Acho, sim, que a intolerância tem a ver com o núcleo inegociável da identidade e que a rejeição mesmo violenta do outro está ligada à percepção de uma ameaça para algo

“
No mundo global e nas sociedades contemporâneas, o desafio é pensar em igualdade sem aprovação, sem assimilação

que não estão dispostos a renunciar. Somos intolerantes diante de algo que coloca em discussão não necessariamente a nossa verdade, mas na maioria das vezes um valor em que acreditamos, um modo de ser ou de tratar os outros que consideramos indispensável.

O relativismo, em todas as suas formas possíveis, parece-me, no entanto, muito longe da intolerância. A não ser que nós também não compreendamos a indiferença, ou a convivência imunizada entre diferentes manifestações de intolerância. Eu acredito que a indiferença e a intolerância devem

ser, pelo contrário, distinguidas precisamente pelo o que eu vejo presente na intolerância, talvez de forma dramática, trágica, contraditória, exatamente aquela dimensão do interesse e responsabilidade para com a alteridade que na indiferença não está presente.

IHU On-Line - Em termos globais, quais são as expressões máximas dessa intolerância? Como podemos compreender o silêncio e a indiferença com os quais a maior parte da sociedade reage a tais episódios?

Dimitri D’Andrea - Permanecendo no âmbito da intolerância religiosa é inevitável pensar nas várias formas de fundamentalismo que proliferam em diferentes contextos religiosos. E, claro, em primeiro lugar, às formas radicais do islamismo político em escala local e global. Em relação a essas manifestações a política parece estar ausente. Por um lado, é, na verdade, ensurdecedor o silêncio e a indiferença da opinião pública quando acontecem fenômenos ou eventos que não envolvem direta ou indiretamente os interesses dos cidadãos (como no caso do ataque à redação de Charlie Hebdo⁸ ou dos fenômenos migratórios ligados à guerra no Iraque e na Síria); por outro, quando as crises ocorrem e nos envolvem diretamente, a tenção mais forte é recorrer aos instrumentos clássicos do realismo político (guerras, atentados, etc.).

8 **Charlie Hebdo**: jornal semanal satírico francês. Ricamente ilustrado, ele publica crônicas e relatórios sobre a política, a economia e a sociedade francesas, mas também ocasionalmente jornalismo investigativo com a publicação de reportagens sobre o estrangeiro ou em áreas como as seitas, a extrema-direita, o Catolicismo, o Islamismo, o Judaísmo, a cultura, etc. Em 7 de janeiro de 2015 o jornal foi alvo de um atentado terrorista que resultou em 12 pessoas mortas, incluindo uma parte da equipe do Charlie Hebdo e dois agentes da polícia nacional francesa, e ferindo durante o tiroteio outras 11 pessoas que estavam próximas ao local. O ataque foi perpetrado pelos irmãos Saïd e Chérif Kouachi na sede do semanário no 11º *arrondissement* de Paris, supostamente como forma de protesto contra a edição de Charlie Hebdo que publicou uma charge do profeta Maomé e ocasionou polémica no mundo islâmico, sendo recebida como um insulto aos muçulmanos. (Nota da **IHU On-Line**)

No meio, no terreno do diálogo e do acordo, da mediação e da resolução diplomática, mas também em relação ao apoio dos processos democráticos e da sociedade civil e da ajuda econômica, absolutamente nada.

IHU On-Line - Em que sentido a igualdade política e a diferença cultural podem se harmonizar entre si?

Dimitri D'Andrea - No mundo global e nas sociedades contemporâneas, o desafio é pensar em igualdade sem aprovação, sem assimilação. Precisamos pensar a igualdade em termos de igual respeito e iguais oportunidades. Claro, a integração não é apenas um fato cultural, e as políticas custam muito. Nos países de crescimento lento, as oportunidades são sempre mais escassas e os recursos financeiros para as políticas de integração cada vez mais reduzidas.

IHU On-Line - Em que medida a juridicização/positivação dos comportamentos com vistas a disseminar uma cultura de tolerância é um recurso limitado e até mesmo ingênuo para refrear os comportamentos violentos e intolerantes?

Dimitri D'Andrea - Não acredito na utilidade das proibições legais no combate à intolerância. Na Itália, na esteira do que já foi conseguido em outros países europeus, tem se discutido há cerca de um ano sobre uma lei contra a negação (contra as teorias e opiniões que negam a realidade histórica do Holocausto). Eu acho que proibir as opiniões e as teorias intolerantes através de leis seja, muitas vezes, prejudicial: termina induzindo um desengajamento da militância civil contra todas as formas de discriminação e preconceito que parece a única garantia crível contra a recorrência de teorias aberrantes. O caminho da luta contra a intolerância parece-me ser o da máxima liberdade de opiniões (todas) e ao mesmo tempo a máxima vigilância civil e os testemunhos pessoais.

IHU On-Line - Pode-se falar numa exaustão do modelo de Estado-Leviatã? Caso sim, como esse esgotamento se expressa em formas políticas intolerantes?

Dimitri D'Andrea - Leviatã não desapareceu, mas o "deus mortal," de Hobbes¹⁰ tornou-se um cão de guarda mais modesto. Algo que se tornou cada vez mais impotente diante de grandes desafios (aquecimento global, armas nucleares) ou às grandes potências (econômicas e financeiras) do mundo global, mas que ainda mantém uma notável capacidade de controle das fronteiras e da circulação de pessoas. Em outras palavras: a soberania ainda é o princípio organizador do espaço político em uma escala global, mas o seu exercício deixou, definitivamente, de coincidir com a efetiva autonomia decisional dos países.

Por outro lado, se difundiram em escala regional e global, instituições que tentam - também do ponto de vista jurídico/normativo - limitar os direitos dos Países em matérias importantes, como por exemplo, o respeito aos direitos humanos. Em geral, eu não acho que o enfraquecimento do Estado produza intolerância. O que estamos enfrentando é um cenário onde aumentam a mobilidade e

a mistura de povos e culturas. As dificuldades que a política encontra ao responder aos desafios resultantes não estão relacionadas especificamente ao país. A União Europeia, ante a crise humanitária e os fenômenos migratórios ligados aos eventos no Oriente, está dando, se possível, um espetáculo ainda pior do que o dos países nacionais.

IHU On-Line - Em que sentido essa exaustão do Estado-Leviatã aponta para novas formas da política e da soberania em nosso tempo?

Dimitri D'Andrea - O leviatã está cada vez mais enredado na rede da *governança* global. A soberania, mesmo onde ela sobrevive do ponto de vista jurídico, é cada vez mais um recurso a ser utilizado em um contexto competitivo/cooperativo, ao invés da titularidade de uma autonomia real nas decisões políticas. Como Sloterdijk argumenta, vivemos agora em um mundo saturado, em um mundo *cheio* onde a interdependência fez com que todos os seus atores sejam menos livres. *Governança* significa governo através da coordenação e negociação, na ausência de um *tertius super partes* que exerça a *governança*.

Nós testemunhamos, não somente a construção de um direito acima e fora dos países, não somente a pluralização das fontes do direito, mas mais especificamente um processo inicial e incoerente de constitucionalização do direito internacional na ausência de instituições políticas representativas. Em comparação ao direito da política, o direito sem representação parece apresentar uma maior aderência ao contexto, à contingência, ao perímetro especial do acordo e da negociação. No entanto, não temos dúvida de que se trata de uma forma de regulação que mostra todas as suas limitações, onde escolhas difíceis e coordenadas seriam mais necessárias, como no caso das políticas contra as alterações climáticas. ■

⁹ **Leviatã:** é o nome comumente dado à obra *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. O livro foi escrito por Thomas Hobbes e publicado em 1651. O livro diz respeito à estrutura da sociedade e do governo legítimo, e é considerado como um dos exemplos mais antigos e mais influentes da teoria do contrato social. É considerado uma das obras mais influentes já escritas do pensamento político, que foi escrito durante a Guerra Civil Inglesa. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Thomas Hobbes** (1588–1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

Intolerância em Locke: luta pela coexistência pacífica

Giuliana Di Biase recorre a fundamentos do filósofo inglês, como a mediocridade, para vislumbrar uma sociedade mais justa, plural e tolerante

Por Márcia Junges e João Vitor Santos | Tradução Sandra Dall Onder

John Locke (1632-1704) é ideólogo do liberalismo. O filósofo inglês também é considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Mas o que sua obra diz acerca da intolerância? Na verdade, suas produções contribuem para o debate sobre o tema por se colocarem no contrafluxo. Isto porque sua obra traz contribuições para a perspectiva da tolerância. “Locke escreveu muitas obras sobre a tolerância”, destaca Giuliana Di Biase, professora do Departamento de Filosofia Educacional e Econômica da Università degli Studi “G. d’Annunzio” Chieti - Pescara, na Itália. Segundo a pesquisadora, ele esteve sempre empenhado na batalha para o reconhecimento da liberdade de culto. É por aí que sua obra se conecta com a perspectiva da aceitação do outro, no que se pode chamar de “doutrina da tolerância”. “Os primeiros escritos de Locke são exatamente contra a intolerância, tendo sido escritos nos primeiros anos depois da Restauração (um momento particularmente dramático da história inglesa, dadas as feridas causadas pela guerra civil e pela anarquia)”, exemplifica.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU Online**, Giuliana repassa a obra do pensador criando nexos com a ideia de intolerância na modernidade. Nesse exercício de atualização de conceitos, destaca que a liberdade surge em Locke como esteira para a tolerância. “Todos devem ser livres para encontrar o seu ‘caminho para o céu’. Para Locke, a verdade anda sozinha, não precisa ser ‘empurrada’ pela lei civil”, destaca, ao lembrar que a implementação de leis e normas não deve ser tomada como ferramenta para a intolerância a desvios.

Noutra perspectiva, recupera a ideia de intolerância no campo da religião, o que, na leitura da pesquisadora, Locke aponta como uma espécie de erro de postura interpretativa de Deus. “Não podemos impor aos outros a nossa forma de adorar a Deus (ou uma forma particular de adoração). Isto porque nem Cristo ou os apóstolos falaram

algo sobre isto. Para Locke não sabemos e nem saberemos, até a morte, se a nossa forma de adorar a Deus é o caminho certo. O que sabemos é que uma vida passada na caridade e na virtude é o culto recomendado para os homens no Evangelho”, justifica.

Outra manifestação de intolerância que pode ser associada ao pensamento do filósofo é a ideia do mercado, do capitalismo. Giuliana destaca que “Locke teria muito a dizer ao capitalismo desenfreado de hoje”. “O acúmulo de capital nas mãos de alguns se justifica na medida em que aqueles poucos privilegiados parecem, de fato, capazes de colocar o seu capital a serviço dos outros. Locke acredita que há pessoas mais capazes do que outras para produzir e ganhar riqueza. Por outro lado, está convencido de que a sua ação econômica se justifica somente na medida em que o resultado é um maior bem-estar para todos”.

Giuliana Di Biase é professora do Departamento de Filosofia Educacional e Econômica da Università degli Studi “G. d’Annunzio” Chieti - Pescara, na Itália. É formada em literatura moderna pela Faculdade de Letras da Universidade “G. d’Annunzio”. É PhD em “Ética e Antropologia. História e fundação”, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lecce. Atualmente, realiza pesquisas na área de filosofia moral no Departamento de Estudos Filosóficos, Históricos da Faculdade Social da Univ LLS “G. d’Annunzio”. Ainda na sua área de atuação, destacam-se estudos sobre problemas filosóficos relacionados com a língua, filosofia contemporânea e, em particular, a ética analítica. Entre suas publicações, estão *R. M. Hare. Pensiero e parola morale nell’opera più recente* (Roma: Laterza, 2004), *Etica analitica: un metodo tra sviluppi e diversità nella filosofia contemporanea* (Lanciano: Carabba, 2004), *Iris Murdoch, La sovranità del bene, introduzione, traduzione e note a cura di G. Di Biase* (Lanciano: Carabba, 2005) e *Comunicare bene. Per un’etica dell’attenzione* (Milano: Vita e Pensiero, 2008).

Confira a entrevista.



Não se trata de tolerar o não cristão, o ‘diferente’, mas encontrar um modus vivendi pacífico entre os próprios cristãos

IHU On-Line - Por que o nome de John Locke¹ está intimamente ligado ao debate sobre a tolerância?

Giuliana Di Biase - Locke escreveu muitas obras sobre a tolerância, praticamente durante toda a sua vida se empenhou na batalha para o reconhecimento da liber-

¹ **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as nossas ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos. A filosofia da mente de Locke é frequentemente citada como a origem das concepções modernas de identidade e do “Eu”. O conceito de identidade pessoal, seus conceitos e questionamentos figuraram com destaque na obra de filósofos posteriores, como David Hume, Jean-Jacques Rousseau e Kant. Locke foi o primeiro a definir o “si mesmo” através de uma continuidade de consciência. Ele postulou que a mente era uma lousa em branco (tábula rasa). Em oposição ao Cartesiano, ele sustentou que nascemos sem ideias inatas, e que o conhecimento é determinado apenas pela experiência derivada da percepção sensorial. O pensador escreveu o *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, onde desenvolve sua teoria sobre a origem e a natureza do conhecimento. Suas ideias ajudaram a derrubar o absolutismo na Inglaterra. Dizia que todos os homens, ao nascer, tinham direitos naturais - direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para garantir esses direitos naturais, os homens haviam criado governos. Se esses governos, contudo, não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo tinha o direito de se revoltar contra eles. As pessoas podiam contestar um governo injusto e não eram obrigadas a aceitar suas decisões. Dedicou-se também à filosofia política. No Primeiro Tratado sobre o Governo Civil, critica a tradição que afirmava o direito divino dos reis, declarando que a vida política é uma invenção humana, completamente independente das questões divinas. No Segundo Tratado sobre o Governo Civil, expõe sua teoria do Estado liberal e a propriedade privada. (Nota da **IHU On-Line**)

dade de culto. Certamente, a sua posição evoluiu com o passar do tempo. Os primeiros escritos de Locke são exatamente contra a intolerância, tendo sido escritos nos primeiros anos depois da Restauração² (um momento particularmente dramático da história inglesa, dadas as feridas causadas pela guerra civil e pela anarquia). Os escritos posteriores eram mais focados na defesa da liberdade de cada homem.

IHU On-Line - Nesse sentido, em que medida podemos compreender Locke como precursor da democracia liberal?

Giuliana Di Biase - Sem dúvida, o nome de Locke é associado ao liberalismo: o dever do Estado para o filósofo seria o de vigiar a propriedade de cada indivíduo, para que ela não seja usurpada. E, ainda, não impor uma determinada conduta moral e muito menos a prática de uma deter-

² **Restauração da monarquia inglesa**: foi iniciada em 1660 quando as monarquias inglesa, escocesa e irlandesa foram todas restauradas sob o domínio de Carlos II, após o interregno inglês que se seguiu à Guerra Civil Inglesa. O termo Restauração é utilizado para descrever tanto o evento em si, que restaurou a monarquia, quanto o período dos anos seguintes, no qual um novo cenário político foi estabelecido. Frequentemente é utilizado para se referir a todo o reinado de Carlos II (1660-1685), e até mesmo ao curto reinado de seu irmão mais jovem, Jaime II (1685-1688). Em alguns contextos, pode até mesmo ser utilizado para se referir a todo o período dos monarcas da Casa de Stuart até a morte da rainha Ana e a ascensão do rei Jorge I, da Casa de Hanôver, em 1714. (Nota da **IHU On-Line**)

minada forma de culto. Deve-se dizer, no entanto, que Locke não é um democrata, mas um monárquico. As suas preferências são ligadas à monarquia constitucional, uma forma moderada de monarquia em que o poder legislativo é o momento fundamental e soberano.

Certamente, o direito à revolta, que, no *Segundo Tratado sobre o governo*, Locke atribui aos súditos, o aproxima ainda mais da ideia atual de democracia liberal. O súdito é chamado para cuidar de seus representantes, e depô-los quando eles se mostram incapazes ou não estão dispostos a serem fiéis ao pacto original, mediante o qual a sociedade civil teve início.

IHU On-Line - Qual é o contexto ao qual se refere Locke ao teorizar sobre a temática da tolerância?

Giuliana Di Biase - Locke se refere a uma situação muito mais restrita do que pensamos hoje. Não se trata de tolerar o não cristão, o “diferente” (o muçulmano, por exemplo, ou o judeu), mas encontrar um *modus vivendi*³ pacífico entre os próprios cristãos, separados em várias “seitas” (anabatistas, quakers, presbiterianos, luteranos, calvinistas, socinianos, etc.). O horizonte da tolerância de Locke é, portanto, bastante limitado: o ateu não deve ser tolerado, porque, não acreditando em Deus, não pode sequer respeitar a lei que Ele deu ao homem, ou seja, a lei moral.

IHU On-Line - Em que sentido a mediocridade é o fundamento da doutrina sobre a tolerância?

Giuliana Di Biase - A *mediocritas*⁴ é um conceito importantíssimo para Locke. O homem é um ser

³ O termo *modus vivendi* é empregado no sentido de “modo de vida”, como forma de vida, de viver. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ A entrevistada trabalha o conceito em sua obra *La morale di Locke. Fra Prudenza e mediocritas* (Roma: Carocci, 2012). (Nota da **IHU On-Line**)

mediocre, pois está no “meio” da cadeia dos seres, abaixo dos anjos (que são inteligências muito mais elevadas do que nós) e acima dos animais superiores. Deus colocou o homem “no meio”. Isto significa que nos foi dada a oportunidade de aprender muito, mas não tudo. A essência mais profunda das coisas nos escapa. Nossos sentidos não são capazes de compreender o infinitamente grande, assim como o infinitamente pequeno.

Assim, podemos compreender a razão da existência de um Deus criador, autor da lei da natureza, e podemos também acreditar na verdade do Evangelho, que, embora contenha coisas acima da razão, não entra em conflito com ela. Por outro lado, a mediocridade do nosso intelecto nos proíbe de supor que possuímos a verdade em matéria religiosa em relação a tudo aquilo que o Evangelho cala. Não podemos impor aos outros a nossa forma de adorar a Deus (ou uma forma particular de adoração). Isto porque nem Cristo ou os apóstolos falaram algo sobre isto. Para Locke não sabemos e nem saberemos, até a morte, se a nossa forma de adorar a Deus é o caminho certo. O que sabemos é que uma vida passada na caridade e na virtude é o culto recomendado para os homens no Evangelho.

IHU On-Line - Nesse aspecto, qual é a contribuição e atualidade de John Locke para pensarmos o tema da tolerância?

Giuliana Di Biase - É, sobretudo, na “Terceira carta acerca da tolerância”⁵ de Locke que a mediocridade do intelecto do ser humano se torna uma questão crucial. Locke insiste que Deus deu aos homens a lei da natureza (ou lei moral), e que a lei exige que o juiz preserve tanto quanto possível a vida de seus súditos. Conhecendo a mediocridade dos homens (e,

portanto, a sua parcialidade nos julgamentos), Deus não poderia ordenar que o juiz impusesse certa forma de adoração aos seus súditos, e depois os exterminasse caso não se adaptassem a mesma. Isto porque significaria uma clara violação do seu direito. Todo soberano interpretaria a norma através do seu ponto de vista. O rei da França, por exemplo, exterminaria luteranos e calvinistas, o sínodo holandês os católicos romanos, e assim por diante.

“
Não podemos impor aos outros a nossa forma de adorar a Deus. Nem Cristo ou os apóstolos falaram algo sobre isto

O juiz, bem como qualquer homem, não tem como saber se a forma de adoração praticada é a mais justa. Assim, muitos se distanciarão da verdade ao invés de difundir-la, e este seria o resultado da intolerância. Todos devem ser livres para encontrar o seu “caminho para o céu”. Para Locke, a verdade anda sozinha, não precisa ser “empurrada” pela lei civil.

IHU On-Line - Em que medida as ideias de Locke fundamentam a contestação a governos que não respeitem os “direitos naturais” da vida, liberdade e propriedade?

Giuliana Di Biase - As ideias que Locke expressa no *Segundo Tratado sobre o Governo* são fundamentais a este respeito. A vida, a liberdade e a propriedade do in-

divíduo são direitos inalienáveis, que o Estado não pode violar. O Estado deve garantir que a propriedade do indivíduo não seja usurpada, também deve julgar em caso de conflito entre indivíduos ou de violação do direito civil. Não pode passar deste limite. Para Locke, o seu Estado deve defender o território e cuidar da política externa.

IHU On-Line - Há uma relação entre a teoria da propriedade de Locke e a tolerância? Por quê?

Giuliana Di Biase - Locke separa drasticamente a esfera da relevância da Igreja e do Estado. O Estado não tem o dever de mostrar aos homens qual é o caminho para o céu, nem de interferir em questões de moral privada. A Igreja, por sua vez, não pode reivindicar o apoio da magistratura civil para punir os dissidentes. Ela pode excomungá-los, mas não pode prejudicar a sua pessoa ou confiscar bens. O direito civil, para Locke, é baseado na lei da natureza: se esta se cala (e, certamente, se cala quanto à obrigatoriedade de uma forma específica de culto), não pode impor as suas regras.

IHU On-Line - Pensando numa sociedade neoliberal na qual a propriedade como horizonte último do sentido da existência e uma financeirização da vida que toma proporções crescentes, em que medida as ideias de Locke acerca da propriedade representam o fundamento teórico que as “justificam”?

Giuliana Di Biase - Locke teria muito a dizer ao capitalismo desenfreado de hoje. O acúmulo de capital nas mãos de alguns se justifica no *Segundo Tratado do Governo*, na medida em que aqueles poucos privilegiados parecem, de fato, capazes de colocar o seu capital a serviço dos outros. Locke acredita que há pessoas mais capazes do que outras para produzir e ganhar riqueza. Por outro lado,

⁵ Versão da Carta traduzida em português disponível em <http://bit.ly/1J4ALjb>. (Nota da **IHU On-Line**)

está convencido de que a sua ação econômica se justifica somente na medida em que o resultado é um maior bem-estar para todos. Então, quando o acúmulo da riqueza se traduz em privação dos meios de subsistência dos outros (e, portanto, da terra a partir da qual são alimentados), para Locke se trata de uma violação clara do direito natural.

IHU On-Line - Há uma relação entre essa concepção de propriedade e a tomada de terras e extermínio das populações indígenas? Por quê?

Giuliana Di Biase - Absolutamente sim. Tomemos a teoria da conquista de Locke, ainda no "Segundo Tratado". É uma teoria muito avançada para sua época. Locke diz que a lei natural não pode privar um povo submisso da sua terra, porque, ao fazê-lo, o condena à fome. Deus deu ao homem a lei da natureza, e lhe ordena a preservá-la através do trabalho. Portanto, existe um direito natural que garante ao homem a posse dos meios de subsistência. Tudo o que o conquistador pode fazer, admitindo-se que seja uma conquista justa (ou, ainda, motivada por uma ameaça real), é pedir um ressarcimento daqueles que o obstaculizaram. Essa compensação não pode, contudo, afetar os bens que garantem a sobrevivência da sua prole. Fica claro como tudo isso pode ser aplicado para o extermínio dos povos indígenas: nenhum comando da lei natural poderia justificá-lo.

IHU On-Line - Há um nexos entre a formulação da teoria do con-

trato social, a modernidade e a mutação da intolerância nas mais diferentes formas? Por quê?

Giuliana Di Biase - A teoria do contrato social diz que os homens entram voluntariamente no estado civil através de um pacto. No caso

“

O Estado não tem o dever de mostrar aos homens qual é o caminho para o céu

de Locke, não se trata de uma decisão relacionada ao medo de agressão, como no caso de Hobbes⁶, mas à necessidade de encontrar um julgamento parcial, *super partes*, sempre que surjam conflitos. Se, portanto, a sociedade civil foi criada por livre e espontânea vontade dos indivíduos, as pretensões absolutistas do magistrado devem

⁶ **Thomas Hobbes** (1588–1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

ser redimensionadas. Elas não podem ser baseadas em um suposto direito divino, mas devem ser confrontadas com a vontade de seus súditos. Porque a lei da natureza é a lei divina, a lei civil deverá se moldar sobre a mesma.

Assim o arbítrio do magistrado é limitado. Claro, essa teoria é imposta nos tempos modernos em resposta ao absolutismo monárquico (que certamente não era “bem quisto” pelos ingleses e holandeses). Ainda, a lei da natureza é o ingrediente-chave que Locke usa para refutar as afirmações dos intolerantes, que atribuem ao soberano um poder que, de fato, a lei não lhe concede.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Giuliana Di Biase - Locke é realmente um filósofo que merece toda a nossa atenção, em muitos aspectos. Sua paixão pela verdade, sua luta pela coexistência pacífica entre os homens, a sua convicção de que a investigação científica deve ser focada para a melhoria das condições do homem sobre a terra, são todas informações importantes que podemos obter a partir da leitura de suas obras. Locke tem muito a nos ensinar sobre uma virtude fora de moda, a humildade. O nosso conhecimento, por maior que possa parecer, nada mais é que um abismo da ignorância em comparação às maravilhas incompreensíveis da “estupenda máquina do universo”. ■

LEIA MAIS...

- *Um caminho de educação para paz segundo Locke*. Artigo de Odair Camati e Paulo César Nodari publicado no **Cadernos IHU ideias**, número 177, 2012, disponível em <http://bit.ly/1DPUt6D>.

Intolerância – Um olhar para além da modernidade

Para a pesquisadora italiana Maria Laura Lanzillo, a intolerância não é resultado da modernidade, mas um processo complexo que se desdobra na história da humanidade

Por Márcia Junges e Ricardo Machado | Tradução Ramiro Mincato

Pensar a intolerância como algo derivativo da modernidade não é somente ingênuo, mas incompatível com um pensamento mais complexo em relação aos acontecimentos. Ao analisar as relações entre estes dois fenômenos, a professora e pesquisadora Maria Laura Lanzillo, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, não percebe umnexo objetivo entre intolerância e modernidade. “Ao contrário, a modernidade nasce também da batalha contra a intolerância. A modernidade e o Estado são, de fato, a resposta à intolerância que as guerras civis de religião, travadas na Europa por 150 anos, da explosão da Reforma Luterana à Paz de Vestefália, em 1648, e depois até as Revoluções americana e francesa, colocam como desafio”, avalia.

“Lembremos que o Estado moderno se afirma na base do princípio da soberania representativa, fundada no reconhecimento de todos os cidadãos como iguais perante a lei, e livres enquanto portadores de direitos de liberdade, nos quais o direito à liberdade religiosa, consagrada por todas as Declarações de Direitos, é um dos primeiros direitos”, relembra. Ao tentar compreender as inúmeras dimensões que estão em jogo, a professora se debruça sobre o medo e o relaciona com a intolerância. “O medo nos ocupa e preocupa, cada dia estamos mais angustiados pelo seu crescimento, alimentado pelas perturbações climáticas, situações de pânico financeiro, crises econômicas, riscos e perigos tecnológicos, ameaças de epidemias e pandemias e, especial-

mente nos EUA e na Europa, pelo aviso de contínuas ameaças à segurança nacional e internacional, insegurança individual e social, desconfiança com relação ao próximo, e assim por diante”, descreve.

Cuidadosa ao responder às perguntas, Maria Laura Lanzillo explica como as sociedades contemporâneas cada vez mais se dispõem a serem normatizadas. “Isso [o medo] condiciona as sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais, cada vez mais dispostas a aceitar como norma (e, portanto, a reconhecer como “normal”) respostas autoritárias, indiscriminadas e desproporcionais, lesivas às liberdades civis autojustificadas em nome do princípio da precaução – princípio que assumiu, nas últimas décadas, papel fundamental na discussão internacional sobre riscos, saúde, meio ambiente, estratégias militares, políticas públicas, etc.”, complementa.

Maria Laura Lanzillo é pesquisadora na Universidade de Bologna, na Itália, onde coordena os cursos de Comunicação Social e Política. É reconhecida internacionalmente por suas pesquisas em história política. Do seu conjunto de publicações, destacamos as obras *Tolleranza* (Bologna: Il Mulino, 2001), *La questione della tolleranza. Gli autori, i dibattiti, le dichiarazioni* (Bologna: Clueb, 2002), *Tocqueville. Antologia degli scritti politici* (Carocci: Roma 2004), *Voltaire. La politica della tolleranza* (Laterza, 2000) e *Il multiculturalismo* (Laterza, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a contribuição de Voltaire¹ para a questão da tolerância em termos de moral?

Maria Laura Lanzillo - Nas páginas de Voltaire dedicadas à tolerância encontramos reflexões de tipo ético-moral e também de tipo político e, exatamente na fusão desses dois planos, encontra-se a originalidade e a força do conceito de Voltaire, justamente reconhecido campeão da luta moderna pela tolerância. Voltaire ocupou-se com ela dos anos 30 do século XVIII até sua morte. Nos escritos de meados dos anos 50 do século XVIII (penso, por exemplo, no poema *La Henriade* ou *Lettres anglaises ou Philosophiques*), aparece claramente a reflexão sobre o tema da tolerância religiosa do ponto de vista ético-moral (embora deva-se enfatizar que o ponto de vista político esteja sempre presente, mas sem grande destaque, como ocorre nos escritos posteriores). Nestes primeiros escritos a tolerância é reivindicada pelo *philosophe* francês como uma exigência moral e intelectual, isto é, fundada no reconhecimento da necessidade - diante da constatação da fraqueza e das contradições da natureza humana - de postular a existência de um Ser Supremo, onipotente e perfeito, infinitamente indiferente, mas garantindo a universalidade da natureza humana e, conseqüentemente, da lei moral, natural enquanto racional e comum a todos os homens (e é claro, nesta posição, com toda a influência que o deísmo inglês, por um lado, e a filosofia de Newton² do outro, tiveram sobre ele).

1 **Voltaire** (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o Dicionário Filosófico, escrito em 1764. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Isaac Newton** (1642-1727): físico, astrônomo e matemático inglês. Revelou como o universo se mantém unido através da sua teoria da gravitação, descobriu os segredos da luz e das cores e criou um ramo da matemática, o cálculo infinitesimal. Essas descobertas foram realizadas por Newton em um intervalo de apenas 18 meses, entre os anos de 1665 e 1667. É considerado um dos maiores nomes na história do pensamento humano, por causa da sua grande contribuição à matemática, à física e à astronomia. O IHU

IHU On-Line - Em termos de política, qual é o aporte que o pensador fornece para entender a temática da tolerância?

Maria Laura Lanzillo - O conceito de tolerância religiosa sofre uma torção conceitual radical na reflexão do *philosophe* francês com relação ao debate precedente (penso na tolerância teorizada na França da segunda metade do século XVI por Jean Bodin³ e pelos *politiques*, mas também pela ideia desenvolvida por Locke⁴ e pelo deísmo inglês no século XVII) e torna-se centro único para uma reflexão teórica original seja sobre a sociedade europeia, seja para uma política de reformas destinadas a superar as formas políticas do *ancien regime*, motivo, aos olhos de Voltaire, de obscurantismo, intolerância, fanatismo e ineficiência política-institucional. Tolerância, a estas alturas, já não é apenas teorizada como simples reivindicação de um direito próprio da esfera pessoal do indivíduo (como já fora para o Voltaire "deísta" dos anos 30 e 40), mas torna-se fulcro de uma concepção moderna de política que parte da necessidade de resolver as relações entre Igreja e Estado. Desse modo, para Voltaire, refletir sobre tolerância é estratégia teórica e prática funcional para elaboração de uma nova ideia de Europa, erguida sobre três pilares: as formas políticas (o Estado fundado sobre a garantia da lei), a rejei-

promoveu de 3 de agosto a 16-11-2005 o *Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein*. Sobre Newton, em específico, o Prof. Dr. Ney Lemke proferiu palestra em 21-09-2005, intitulada *A cosmologia de Newton*. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Jean Bodin** (1530-1596): jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. É considerado por muitos o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania. Baseou-se nesta mesma teoria para afirmar a legitimação do poder do homem sobre a mulher e da monarquia sobre a gerontocracia. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês, predecessor do Iluminismo, que tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída, e o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade. Com David Hume e George Berkeley era considerado empirista. (Nota da **IHU On-Line**)

ção do fanatismo e da perseguição religiosa em nome da tolerância (ideia que abre o caminho para a proclamação do direito à liberdade religiosa, que estará presente na Declaração dos direitos de 1789) e o progresso cultural e civil da sociedade.

IHU On-Line - Há um nexo objetivo entre intolerância e modernidade?

Maria Laura Lanzillo - Eu não chamaria isso de nexo "objetivo" entre intolerância e modernidade. Ao contrário, a modernidade nasce também da batalha contra a intolerância. A modernidade e o Estado são, de fato, a resposta à intolerância que as guerras civis de religião, travadas na Europa por 150 anos, da explosão da Reforma Luterana à Paz de Vestefália, em 1648, e depois até as Revoluções americana⁵ e francesa,⁶ colocam como desafio. Lembremos que o Estado moderno se afirma na base do princípio da soberania representativa, fundada no reconhecimento de todos os cidadãos como iguais perante a lei, e livres enquanto portadores de direitos de liberdade, nos quais o di-

5 **Revolução Americana ou A Guerra da Independência dos Estados Unidos**: nome dado às batalhas desfechadas contra o domínio inglês. O movimento de ampla base popular teve como principal motor a burguesia colonial e levou à proclamação, no dia 4 de julho de 1776, da independência das Treze Colônias - os Estados Unidos, primeiro país dotado de uma constituição política escrita. As raízes do conflito estão na assinatura do Tratado de Paris, que, em 1763, finalizou a Guerra dos Sete Anos. Ao final do conflito, o território do Canadá foi incorporado pela Inglaterra. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Revolução Francesa**: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

reito à liberdade religiosa, consagrada por todas as Declarações de Direitos, é um dos primeiros direitos. O problema é que esse modelo político, com sua expressão mais alta no Estado de direitos democráticos, revelou-se (já no século XIX) portador de um universalismo de igualdade e de liberdade, revelado formalmente somente para cidadãos e, de fato, apenas para determinadas classes de cidadãos. Um universalismo fundado dentro de fronteiras claramente definidas interiormente (divisões sociais, de gênero, mas também étnico-culturais) e exteriormente (a territorialidade dos Estados) que, por conseguinte, também levou a fenômenos que poderíamos definir como intolerância ou talvez ainda melhor, de não tolerância de todos aqueles sujeitos que não se assimilaram ou eram percebidos como não assimilados pela antropologia do cidadão do Estado.

IHU On-Line - Em que medida se pode falar em um governo da catástrofe e do medo em nosso tempo?

Maria Laura Lanzillo - O medo é uma paixão, um amor, uma emoção tipicamente humana. Ele contribui para constituir a representação que o sujeito produz de si mesmo e, conseqüentemente, do mundo que o rodeia. É também paixão altamente política: o medo dos outros e o medo da natureza constituem a trama da filosofia política moderna. É, na verdade, o gesto moderno iniciado com Hobbes,⁷ para quem a questão do medo não é tanto uma paixão a ser eliminada, mas de ser transformada numa

7 **Thomas Hobbes** (1588–1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

função, hermenêutica e política ao mesmo tempo, produtora da ordem política e social. Um modelo que irá criar, entre os séculos XVIII e XX, as instituições de segurança, como foram definidas por Robert Castel⁸ (a forma-Estado, a propriedade privada, o Estado Social), necessárias para a segurança ao indivíduo em relação à morte violenta e ao medo dos outros, em relação às descobertas científicas e tecnológicas, produtoras de todos aqueles artifícios prometidos para nos proteger da natureza e, depois, como novos Prometeus, de dominá-la.

O medo, no entanto, nas últimas décadas, voltou prepotentemente a habitar nossas vidas, apresentando-se, embora de forma diferente, com aparência dos dois medos da origem da modernidade: de novo o medo dos outros e o medo da natureza. O medo nos ocupa e preocupa, cada dia estamos mais angustiados pelo seu crescimento, alimentado pelas perturbações climáticas, situações de pânico financeiro, crises econômicas, riscos e perigos tecnológicos, ameaças de epidemias e pandemias e, especialmente nos EUA e na Europa, pelo aviso de contínuas ameaças à segurança nacional e internacional, insegurança individual e social, desconfiança com relação ao próximo, e assim por diante.

Isso condiciona as sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais, cada vez mais dispostas a aceitar como norma (e, portanto, a reconhecer como “normal”) respostas autoritárias, indiscriminadas e desproporcionais, lesivas às liberdades civis autojustificadas

8 **Robert Castel**: intelectual francês, filósofo e sociólogo, diretor de Estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Participou junto com Foucault e com Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria. Publicou *A ordem psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. Dele publicamos uma entrevista na 115ª edição da **IHU On-Line**, de 13-09-2004. (Nota da **IHU On-Line**)

em nome do princípio da precaução - princípio que assumiu, nas últimas décadas, papel fundamental na discussão internacional sobre riscos, saúde, meio ambiente, estratégias militares, políticas públicas, etc.

IHU On-Line - Que elementos políticos e sociais apontam para o recrudescimento da intolerância?

Maria Laura Lanzillo - Hoje vivemos em sociedades “líquidas”, nas palavras de Zygmunt Bauman,⁹ ou, como foram definidas por Ulrich Beck,¹⁰ “sociedades de risco”, pois aumentou a percepção de insegurança e medo, aparentemente fora do controle do governo e das instituições nacionais e internacionais. Assistimos, ao menos na Europa e nos EUA, que conheço melhor, a radicalização do debate político (tanto teórico como em termos de políticas públicas) em torno de polos opostos, sirenes identitárias vs. realidade multicultural, secularização vs. fundamentalismos, choque de civilização vs. contaminação da civilização, liberdade vs. segurança, contribuindo, entre outras coisas, para o aumento de episódios de intolerância, não só religiosa, mas contra tudo o que parece “diferente” e, dado o que eu já disse antes, perigoso.

IHU On-Line - Os multiculturistas, ao protegerem as iden-

9 **Zygmunt Bauman** (1925): sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição da **IHU On-Line**, de 30-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon113>. Publicamos uma entrevista exclusiva com Bauman na **IHU On-Line** edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon181>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Ulrich Beck**: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. Confira na edição 181 da revista **IHU On-Line**, de 22-05-2006, intitulada *Sociedade do risco. O medo na contemporaneidade*, a entrevista exclusiva *Incertezas fabricadas*, concedida por Beck. O material está disponível para download em <http://bit.ly/ihuon181>. (Nota da **IHU On-Line**)

tidades coletivas, acusam sua contrapartida de “fundamentalismo iluminista”, ao passo que os secularistas insistem em integrar as minorias na cultura política já existente, acusando sua contrapartida de “culturalismo anti-iluminista”. Qual é o sentido desse embate?

Maria Laura Lanzillo - Parece-me que ambos os lados acabam caindo na mesma situação insolúvel, mesmo procurando apoiar posições opostas, realmente defendem um modelo de sociedade política semelhante, se não idênticas. A meu ver, na verdade, a primeira dificuldade da posição multiculturalista é a proposição da ideia dos direitos dos grupos (ou minorias), ideia que reflete uma imagem estática e fechada das culturas e dos grupos, em cuja identidade parecem prender-se os diferentes indivíduos que habitam os grupos. Ao rejeitar a homologação da representação do Estado, que equaliza os diferentes, isto é, ao rejeitar a posição do assim chamado liberalismo neutralista, cujo expoente principal na segunda metade do século XX foi John Rawls,¹¹ parece-me que o multiculturalismo termina opondo outra ideia igual e oposta, a assimilação dos indivíduos numa entidade considerada natural, no grupo ou na cultura, a cujo pertencimento essas teorias não questionam nem historicizam.

IHU On-Line - Em que medida o “medo do Outro” é o fundamento do embate entre tolerância e multiculturalismo?

Maria Laura Lanzillo - Como tentei explicar na resposta anterior,

¹¹ **John Rawls** (1921-2002): filósofo, autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), *Liberalismo Político* (São Paulo: Ática, 2000) e *O Direito dos Povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001), além de *Lectures on the History of Moral Philosophy* (Cambridge: Harvard University Press, 2000). A **IHU On-Line** número 45, de 02-12-2002, dedicou seu tema de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*, disponível em <http://bit.ly/ihuon45>. Confira, ainda, a primeira edição dos **CADERNOS IHU ideias**, *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria de José Nedel e disponível em <http://bit.ly/ihuido1>. (Nota da **IHU On-Line**)

não vejo tolerância e multiculturalismo como respostas ou soluções opostas que se chocam, mas como a mesma solução ou resposta que o pensamento liberal propõe à evidência de que hoje não é mais possível imaginar politicamente nossas sociedades como se (e sublinho “como se”) fossem todas iguais e, portanto, culturalmente homogêneas, e, assim, que nossa sociedade não pode ser pensada senão como multicultural. Nesse sentido, há alguns anos tento levar adiante uma leitura das teorias multiculturalistas (cujos nomes de referência são Charles Taylor,¹² Will Kymlicka,¹³ Michael Walzer,¹⁴ por exemplo) como um discurso, não

¹² **Charles Taylor** (1931): filósofo canadense, autor de vários livros como *Sources of the Self. The Making of the Modern Identity*, editado em 1989 e traduzido para o português sob o título *As fontes do self. A construção da identidade moderna* (São Paulo: Loyola, 1997). Também é autor do livro *The malaise of modernity* (Concord: Anansi, 1991). Em português podem ser conferidos, ainda, *Argumentos filosóficos* (São Paulo: Loyola, 2000), *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento* (Lisboa: Instituto Piaget, 1998) e *Uma era secular* (São Leopoldo: Unisinos, 2010). Sobre sua obra, confira as entrevistas *Em uma era secularizada o perigo de se construir um horizonte fechado é muito grande*, concedida pelo filósofo Elton Vitoriano Ribeiro e publicada na edição 297 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/dXupN9>, e *As religiões estão se tornando cada vez mais globais*, concedida pelo teólogo José Casanova e publicada na edição 388 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/L2xby8>. De 24 a 25-04-2013, Charles Taylor esteve na Unisinos como conferencista principal do debate *Liberais-comunitários: colóquio com Charles Taylor*, cujas informações podem ser conferidas em <http://bit.ly/13hyKA4>. Entre 26 e 29-04-2013, Taylor foi o conferencista do evento *Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização*, cuja programação pode ser conferida em <http://bit.ly/XWet3k>. Leia ainda o artigo *Nem todas as reformas vêm para prejudicar*, escrito por Charles Taylor e publicado em 09-06-2009 no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/lin3ha>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Will Kymlicka** (1962): filósofo político canadense, conhecido por seu trabalho sobre multiculturalismo e direitos das minorias. É professor de Filosofia e pesquisador catedrático em Filosofia Política na Queen’s University, Canadá, além de professor visitante no programa de estudos sobre o nacionalismo na Central European University, Hungria. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Michael Walzer** (1935): ensaísta, filósofo e cientista político estadunidense, professor emérito do Institute for Advanced Study – IAS, Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

tanto dos assim chamados “outros”, que permeiam nossas sociedades, mas como um discurso acima de tudo de nós mesmos, sobre a imagem de nós mesmos e do mundo que construímos em resposta ao medo dos outros.

A questão que agita, desde o início, a imaginação da ordem política moderna, de Hobbes a Sieyès,¹⁵ da luta pela tolerância aos debates sobre o multiculturalismo, é a necessidade de assimilação dos indivíduos a um modelo único de subjetividade, o indivíduo cidadão, e a paralela exclusão (não apenas teórica, mas também material) de todos que não se encaixam dentro das malhas do modelo. A evidência de novos conflitos (culturais, religiosos, étnicos, nacionais, civilizacionais) repropõe a origem da crise naquelas lógicas determinadas pelas relações binárias de dentro/fora, nós/outros, inclusão/exclusão, sobre as quais os Estados-nações ocidentais foram construídos, o que explica o novo “êxito” dos conceitos de multiculturalismo e de tolerância.

Se a questão do outro (isto é, a dualidade oposta à unidade) é o coração do pensamento do Ocidente, de Parmênides¹⁶ até os dias de hoje, no início do século XXI, diante das novas formas de subjetividade que a realidade demonstra não incluídas no processo descrito acima, mais uma vez torna-se central, na reflexão política, o reconhecimento daquilo que parece ou nos é apresentado como alteridade, como diferente de nós. O debate sobre a tolerância e o novo discurso multiculturalista indicam o surgimento de demandas das comunidades, grupos e indivíduos por novos direitos e novas liberdades, mas que rejeitam a lógica do *reductio*

¹⁵ **Emmanuel Joseph Sieyès** (1748 - 1836): Político, escritor e eclesiástico francês. Foi um dos líderes teóricos da Revolução Francesa e exerceu papel fundamental no consulado francês durante o Primeiro Império. Entre suas principais obras destaca-se *O que é o Terceiro Estado?* que tornou-se o manifesto da revolução. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Parmênides de Eleia** (530 a.C.-460 a.C.): filósofo pré-socrático, fundador da escola eleática. (Nota da **IHU On-Line**)

ad unum da representação moderna, da identificação, da estaticidade, da padronização-normalização que lhe é inerente. Conseguir, no entanto, pensar “novamente” o *outro* e sair da relação com ele baseada na assimilação ou exclusão é o novo desafio histórico do pensamento e da prática política.

IHU On-Line - A partir desse cenário, quais são os principais desafios para a política como um todo e para a democracia, em particular?

Maria Laura Lanzillo - Nos últimos dez/quinze anos, particularmente, as democracias europeias testemunharam, muitas vezes quase completamente afásicas, um aumento das dificuldades e um agravamento da crise, que antes de política é, em minha opinião, epistemológica. À insegurança social e à desorientação cultural adicionou-se o específico medo da violência interna e externa e o forte reaparecimento de discursos de intolerância aberta, colocando em grave risco a democracia. Não se trata somente de mudanças de semântica política, mas de transformações materiais (o povo está pulverizado, a soberania é obsoleta, o território não tem fronteiras, e estes são os três elementos constitutivos da teoria e prática do Estado democrático), implicando diferente colocação dos atores sociais e políticos, tanto nas relações mútuas como naquelas político-institucionais. E não é por acaso que no debate público tornou-se novamente central a questão da tolerância, no máximo afirmada como virtude política adequada para gerir a convivência nas sociedades democráticas pluralistas. Tal retorno testemunha, na minha opinião, o momento de crise, teórica e prática ao mesmo tempo, pela qual está passando a política ocidental que não consegue pensar realmente, concretamente, as condições de igualdade e de liberdade universais, isto é, garantir a pacífica coexistência, o intercâmbio e o contínuo e fecundo contato entre sujeitos com línguas, crenças, estilos de vida e opiniões diferentes.

Uma dificuldade, no entanto, que pode também revelar-se oportunidade, porque indagar pelas razões profundas desta crise pode ser um bom ponto de partida para questionar radicalmente o presente e as grandes questões políticas inerentes, perguntar-se quem somos “nós” e quem são os “outros”, qual é o vínculo que nos une, qual limite que nos separa, quais são nossos critérios morais e que reconfiguração política nos espera. Em outras palavras, tentar imaginar a sociedade multicultural não como criação de comunidades fechadas, mas como aproximação à luta contra a exclusão e a desigualdade social. Isto significa colocar radicalmente sobre a mesa a questão da democracia, da igualdade de direitos e deveres fundamentais. Uma democracia capaz de repensar a relação poder-liberdade além do paradigma de domínio, vertical e excludente, e uma teoria e prática dos direitos não mais centrada sobre a independência e sobre a propriedade do sujeito que se autodefine como portador de direitos. Penso, em última análise, que o trabalho que espera a filosofia política em face dos desafios difíceis e perigosos que inquietam, em particular, as democracias europeias (mas não só), seja não procurar apressadamente a solução numa velha caixa de ferramentas, em utensílios desgastados tais como a tolerância, mas sim de partir daquelas contradições e aporias que o som rachado dos velhos instrumentos desvenda, para tentar pôr no mundo uma diferente ordem política simbólica, aberta às novas exigências de natureza política que chegam cada vez mais fortes.

IHU On-Line - Até que ponto é possível uma sociedade justa?

Maria Laura Lanzillo - Tenho certa dificuldade em responder com precisão à pergunta, porque depende do que se entende por sociedade justa. Se entendemos uma nação de justiça como foi proposta por John Rawls, em 1971, com o seu livro *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 2010 - 4ª Edição) e, em seguida, discuti-

da e rearticulada num debate que atravessou três décadas do século XX, então não concordo com a ideia de Rawls e de grande parte do pensamento liberal, da *justice as fairness* (justiça como equidade), apresentada não só como justificativa filosófica e moral das sociedades liberais, mas como a justiça mais apta para dialogar com a parte desfavorecida da sociedade, que deve compreender a própria desigualdade, em termos de posse de bens, como a mais justa, porque garantida tanto pelas liberdades reconhecidas por todos, como pelo princípio da maximização da justiça, dado que as desigualdades sociais são um fato que nem mesmo a posição originária detrás do véu da ignorância pode eludir. Posição essa que mais vezes parece promover a justiça, mas com o objetivo de preservar o *status quo* das sociedades capitalistas que, exatamente sobre a desigualdade social, fundam o mecanismo da reprodução do lucro.

Outro discurso se abre, no entanto, se a questão da sociedade justa significa pensar o presente mais uma vez; dirigir o olhar para os acontecimentos atuais e começar a discutir, ao invés de tolerância, a liberdade cultural e a justiça social, o direito ao reconhecimento como direito de redistribuição, discussão que não necessariamente pressupõe a existência geral e uniforme do Estado nacional. Ou, ainda, enfrentar a discussão sobre o multiculturalismo não significa pensar uma sociedade composta de comunidades fechadas e intolerantes entre si, como se fossem peças de um mosaico colocadas uma ao lado da outra, sem nenhum contato e intercâmbio entre elas, mas significa começar a enfrentar o tema da luta contra a exclusão e a desigualdade social. Acredito que esta é a tarefa urgente e imprescindível que a teoria política, por um lado, e as nossas sociedades, pelo outro, não podem eximir-se de enfrentar. Este é o desafio que temos diante de nós, se não quisermos um futuro tragicamente semelhante ao de um estado de guerra de todos contra todos. ■

Os massacres de Paris de 7-9 de janeiro de 2015

Por Yves Charles Zarka | Tradução Vanise Dresch

“**A** barbárie jamais é espontânea, tampouco natural, ela não é o ato de ‘loucos solitários’, ela resulta de um doutrinamento das mentes que é ainda mais eficaz porque se enraíza numa forma de religião secularizada. O mesmo doutrinamento, empregando os recursos e as tecnologias mais sofisticadas através das redes sociais, é capaz de explicar a promoção do sacrifício de si mesmo em prol da erradicação daqueles que supostamente carregam o mal, e a transfiguração do bárbaro em mártir”, a opinião é de Yves Charles Zarka em artigo enviado à **IHU On-Line**.

Yves Charles Zarka é filósofo, professor da Sorbonne, Universidade Paris Descartes, e dirige o Centro de Filosofia, Epistemologia e Política (PHILÉPOL) desta universidade. É fundador e diretor da revista *Cités* (Presses universitaires de France), da qual o número 52 versa sobre o tema *La laïcité en péril?* Seus trabalhos tratam de filosofia política considerada tanto do ponto de vista de sua história quanto do ponto de vista dos problemas contemporâneos. Sobre a laicidade publicou *Faut-il réviser la loi de 1905?* (Paris: PUF, 2005). Também publicou *Démocratie, état critique* (Paris: Armand Colin, 2012), *Refaire l'Europe* (Paris: PUF, 2012), *Liberté et nécessité chez Hobbes et ses contemporains* (Paris: Vrin, 2012), *Réflexions sur la tragédie de notre temps* (Paris: Vrin, 2013) e *Philosophie et politique à l'âge classique* (Editions Hermann, 2015).

Eis o artigo.

Nova Iorque 2001, Paris 2015. A relação entre esses dois lugares e essas duas datas foi logo assinalada, não por causa do número de vítimas, mas pela dimensão do significado e o traumatismo provocado pelos massacres de Paris. Essa ligação não é artificial, mas os acontecimentos não poderiam ser entendidos em termos de repetição em escalas diferentes. O que aconteceu em Paris entre os dias 7 e 9 de janeiro deste ano não representa a mesma coisa que os atentados de 11 de setembro contra as torres do World Trade Center. A crise se aprofundou, interiorizou-se. Os atentados de Copenhague, em 14 de fevereiro, em seu mimetismo com os de Paris, confirmam isso se necessário for. Ao contrário da leitura em termos de choque das civilizações, aquela que prevaleceu em 2001 após Nova Iorque, Paris 2015 obriga a renunciar à visão simplista de dois blocos civilizacionais antagonistas que se opõem e se enfrentam por causa de ideais, valores, religiões ou costumes, portanto, culturas incompatíveis e irredutíveis. A oposição internalizou-se, atravessando, ainda

que em sentidos diferentes, tanto as democracias ocidentais quanto os países muçulmanos.

A guerra nova e irregular não opõe inimigos externos que pertencem a campos ou países estranhos um para o outro, mais ou menos distantes e que se consideram reciprocamente como o mal absoluto, mas os afeta e imiscui-se dentro de cada um deles. Como poderíamos explicar de outra maneira o fato de que jovens nascidos e criados na França, de nacionalidade francesa, muçulmanos ou não, imigrantes ou não, desenvolvem um ódio feroz contra o próprio país, quando esperaríamos que assim o considerassem, quaisquer que sejam suas dificuldades? Como explicar que possam se deixar levar por uma propaganda islamista que os compele ao assassinato, seja aderindo a grupos armados na Síria, no Iraque, no Iêmen ou em outro país, seja cometendo assassinatos nos lugares onde vivem? A essas perguntas somam-se outras. Como explicar de outra maneira o fato de que os mesmos grupos armados, às vezes mais poderosos que os Estados regionais, possam submeter

ao terror as populações de países muçulmanos, cometer atrocidades sistemáticas contra qualquer veleidade de oposição à sua concepção da *shari'a*¹ e chegar ao ponto de submeter outras etnias ou populações pertencentes a outras religiões ao estado de escravidão, até mesmo ao extermínio puro e simples?

As crises são transversais, mas de natureza diferente. De um lado, os países ocidentais acreditaram que estavam imunizados a tal risco interno pelo seu sistema social, sua potência econômica e política, seu alto nível de cultura e pela institucionalização do princípio de tolerância das religiões. De outro, as aspirações democráticas da “primavera árabe” fizeram esquecer, durante um curto tempo, a possibilidade do retorno da repressão de chumbo islamista, que não deixou de se abater sobre a maioria desses países, esmagando as aspirações de igualdade e liberdade numa ordem ou numa desordem ainda mais aterrorizante — o que não é exagero — do que aquela que prevalecia no tempo dos despotismos pessoais.

É claro que essas crises não são da mesma ordem. Do lado das democracias, elas resultam não só das exclusões sociais, da formação de memórias imaginárias nas quais certos jovens ou nem tão jovens identificam-se, mas, sobretudo, talvez, da impotência cada vez mais manifesta do político diante dos desafios da perda de crédito do Estado, principalmente daqueles que supostamente o representam. Do lado dos países muçulmanos, devem-se à força tradicional da relação entre sociedade, política e religião, na qual se enraizam a força de mobilização das correntes islamistas e, por fim, sua capacidade de subjugar, pela crença, pelo interesse ou pelo terror, setores inteiros da população. É justamente dessas crises profundas e dos dilaceramentos que elas provocam que o ódio pode surgir, pela projeção imaginária da causa dos males vividos ou sentidos assim sobre um indivíduo, uma população, um estilo de vida, um uso considerado abusivo e ilegítimo da liberdade.

Porém, do ódio à barbárie, a transição não é direta. É necessário um médio prazo. A vítima deve ser representada como o mal absoluto, de modo que, contra ela, é não somente possível, mas também requisitado que as sevícias mais radicais sejam praticadas, sem considerar o mais simples princípio de humanidade. É preciso também que o próprio algoz se represente como cumpridor de uma missão — na maioria das vezes divina, mas nem sempre — que lhe confere dignidade, reconhecimento e recompensa. Isso quer dizer que a barbárie jamais é espontânea, tampouco natural, ela não é o ato de “loucos solitários”, ela resulta de um doutrinamento das mentes que é ainda mais eficaz porque se enraiza numa forma de religião secularizada. O mesmo doutrinamento, empregando os recursos e as tecnologias mais sofisticadas através das redes sociais, é capaz de explicar a promoção do sa-

crifício de si mesmo em prol da erradicação daqueles que supostamente carregam o mal, e a transfiguração do bárbaro em mártir.² É justamente a isso que se dedicam os islamistas radicais, aqueles que querem purificar a terra dos impuros: os livres pensadores, os descrentes, os cristãos e, sobretudo, é claro, os judeus; em suma, levar a cabo a *jihad*,³ como o enunciam algumas passagens do Corão. Não há islamismo sem islã radicalizado. Negá-lo ou disfarçá-lo, por bons sentimentos, é cegar a si mesmo.

Entre Nova Iorque 2001 e Paris 2015, houve muitas torturas e assassinatos que não causaram a mesma comoção coletiva, mas traduziam essa internalização da barbárie. Para citar apenas alguns desses atos, houve o sequestro e a tortura do jovem Ilan Halimi,⁴ dado por morto em janeiro de 2006, por um grupo de cerca de vinte pessoas que se autodesignava “a gangue dos bárbaros”, dirigida por Youssef Fofana.⁵ Houve também os assassinatos à queima-roupa perpetrados, em março de 2012, por Mohammed Merah⁶ na escola Ozar Hatorah, na cidade de Toulouse. Tratava-se, é claro, de matar deliberadamente crianças judias e os adultos que as protegiam. O assassinato de estudantes judeus se repetirá em outros episódios trágicos na França e no exterior, tenham eles sido levados a cabo ou não. Houve, ainda, a chacina do Museu Judaico de Bruxelas, em maio de 2014, cometida por Mehdi Nemmouche,⁷ jovem franco-argelino que provavelmente se juntou, durante certo período, ao grupo Estado Islâmico no Iraque.

Existe pelo menos um elemento comum nesses diferentes casos: os motivos religiosos que reciclam os mitos mais antigos e mais tenazes do antissemitismo. Estes consistem em considerar o judeu como representante do dinheiro (o judeu é necessariamente rico, ou até mesmo banqueiro), da vontade de dominação (na política, na mídia, na economia), da perseguição (em relação ao povo palestino), da mentira (a *Shoah* é considerada uma invenção maligna dos judeus para justificarem a existência e os crimes sionistas). Essa configuração de dimensões ao mesmo tempo tradicionais e novas do antissemitismo faz parte do doutrinamento

2 Cf. o admirável livro de AbdelwahabMeddeb, *Sortir de la malédiction: l'islam entre civilisation et barbarie*, Paris, Seuil, 2008. (Nota do autor)

3 **Jihad**: é um termo árabe que significa “luta”, “esforço” ou empenho. É muitas vezes considerado um dos pilares da fé islâmica, que são deveres religiosos destinados a desenvolver o espírito da submissão a Deus. O termo também é traduzido vulgarmente como “Guerra Santa”. (Nota da IHU On-Line)

4 **Ilan Halimi**: era um jovem judeu francês de ascendência marroquina que foi sequestrado em 21 de Janeiro de 2006 por um grupo chamado Gang of Barbarians. Segundo informações oficiais, ele foi torturado por mais de três semanas, não resistindo, o que o levou à morte. (Nota da IHU On-Line)

5 **Youssef Fofana**: é ex-chefe da Gang of Barbarians. Em 2014, foi condenado pelo judiciário francês a três anos de prisão. (IHU On-Line)

6 **Mohammed Merah** (1988-2012): é um franco-argelino islâmico acusado de ataques terroristas em março de 2012 em Toulouse e Montauban. (Nota da IHU On-Line)

7 **Nemmouche Mehdi** (1985): nasceu em Roubaix, na França, é de origem franco-argelina e suspeito como um dos autores do massacre do Museu judaico da Bélgica. (Nota da IHU On-Line)

1 *Shari'a*: no islã se refere à Lei de Inspiração Divina. (Nota da IHU On-Line)

neobárbaro, ao qual se somam meios sofisticados e a ação exercida nas mídias e nas redes sociais.

Todavia, se os judeus são alvos por natureza e por excelência, eles não são os únicos a serem visados. Tudo o que pode ser caracterizado como islamofóbico também deve se tornar um alvo. Assim, os representantes das instituições republicanas, como o exército ou a polícia, são considerados instrumentos de instituições islamofóbicas. Se seus representantes forem muçulmanos, isso é interpretado como uma traição ao islã e justifica que sejam executados. Há, por fim, a liberdade de expressão, esse princípio constitutivo dos regimes democráticos que inclui a liberdade de proferir blasfêmias, a qual é radicalmente inaceitável diante do respeito absoluto requerido pelos islamistas à religião e, em particular, ao profeta. Os massacres perpetrados entre 7 e 9 de janeiro de 2015 em Paris comportaram três aspectos: destruir pelo assassinato os cartunistas de *Charlie Hebdo*, os defensores da liberdade de expressão, em nome do respeito absoluto devido à religião; o assassinato de um policial que representava a ordem republicana islamofóbica; e o massacre dos judeus do mercado *Hypercacher*, que, por sua vez, nada têm a ver com o que quer que seja, tampouco representam qualquer coisa além de serem eles mesmos para merecerem a morte.

Em todos esses casos, os neobárbaros, façam eles parte de uma rede organizada ou não, sejam *jihadistas* ou não, tenham ou não passado pelos campos de treinamento da Al Qaeda ou do Estado Islâmico, sejam ou não autorizados por uma organização ou por autoridades religiosas, consideram-se no direito de matar. Esses crimes visam a combater e, a termo, destruir a partir de dentro, pela violência, mas principalmente pelo medo e pela submissão, as instituições democráticas e republicanas.

Estranha coincidência o fato de o último livro de Michel Houellebecq,⁸ *Soumission*, ter sido distribuído às livrarias em 07 de janeiro de 2015. Mas o futuro não é traçado de antemão, ele será aquilo que faremos dele, e o que faremos dele dependerá da determinação da resistência aos neobárbaros, não somente aqui, mas também nos lugares onde eles subjagam populações inteiras com a ponta de suas facas, suas kalashnikovs ou seus projéteis. ■

8 **Michel Houellebecq** (1958): é um escritor francês. Ficcionista, poeta, ensaísta, realizador, argumentista. É um dos mais traduzidos autores franceses contemporâneos, e também um dos mais controversos. É o *enfant terrible* da literatura francesa atual. Odiado e amado, os seus livros abordam sempre temas na moda e são altamente polêmicos, porque ele tem sempre um ponto de vista iconoclasta sobre os problemas. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *A laicidade num mundo dilacerado*. Entrevista com Yves Charles Zarka publicada na **IHU On-Line**, edição 426, de 02-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1MkPltC>.

2º CICLO DE ESTUDOS

ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.
TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTOS DA VIDA
E O COMUM



13 DE AGOSTO A
05 DE NOVEMBRO DE 2015

Acesse ihu.unisinos.br para mais informações

A justiça, a verdade e a memória na perspectiva das vítimas

A narrativa das testemunhas, estatuto
epistêmico, ético e político

15 E 16 DE SETEMBRO DE 2015

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Campus de São Leopoldo da UNISINOS
(Av. Unisinos, 950, São Leopoldo – RS).

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: IHU.UNISINOS.BR

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos - IHU de 18-08-2015 até 24-08-2015.



Transexualidade e Direito: desafios na construção da igualdade

Conferencista: Ana Patrícia Racki Wisniewski

Horário: 18h30min às 22h30min

Local: Sala E11 301 - Escola de Direito - UNISINOS

Saiba mais em <http://bit.ly/1UFIXzx>

2º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governo da vida e o comum

Territórios e metrópoles: uma abordagem a partir do design e da biopolítica

Conferencista: Natacha Silva Araújo Rena

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1Wp8OwG>

Processos criativos, colaborativos e participação nas metrópoles

Conferencista: Natacha Silva Araújo Rena

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1HLph2X>



2º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governo da vida e o comum

As experiências colaborativas e o impacto na conjuntura atual

Conferencista: Natacha Silva Araújo Rena

Horário: 8h30min às 11h30min

Local: Campus de Porto Alegre da UNISINOS (Av. Luiz Manoel Gonzaga, 744)

Saiba mais em <http://bit.ly/1LaDxao>





Seminário Agrotóxicos: Impactos na Saúde e no Ambiente e o Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde

Uso combinado de Agrotóxicos e o impacto na saúde

Conferencista: Karen Friedrich

Horário: 9h às 10h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1J2khbs>

Políticas Públicas para redução no uso de agrotóxicos

Conferencista: Leonardo Melgarejo

Horário: 11h às 12h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1J2khbs>

Agrotóxicos, ambiente e sustentabilidade

Conferencista: Fernando Carneiro

Horário: 14h30min às 17h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1J2khbs>

Lançamento “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”

Conferencistas: Fernando Carneiro, Karen Friedrich e Leonardo Melgarejo

Horário: 19h30min às 22h

Local: Auditório Pe. Bruno Hammes - UNISINOS

Saiba mais em <http://bit.ly/1J2khbs>

CICLO DE ESTUDOS EM EAD
**REPENSANDO
OS CLÁSSICOS
DA ECONOMIA**
EDIÇÃO 2015

INÍCIO 02 DE SETEMBRO DE 2015 TÉRMINO 04 DE NOVEMBRO DE 2015

INSCRIÇÕES
IHU.UNISINOS.BR

EVENTOS

Incapturável potência das vidas

De acordo com Natacha Silva Araújo Rena, há formas não disciplinares de vivência política das metrópoles que permitem a construção de novas formas de fazer política

Por Ricardo Machado

Mais do que espaços de convivência, as metrópoles são espaços de produção de interpretações do mundo. A esses processos damos o nome de subjetivação, que estão relacionados às formas biopolíticas (as relações de poder, em última análise), mas também geram biopotências. “O termo biopotência fala da potência da vida, das resistências positivas e do poder da multidão, que para autores como Hardt e Negri é um conceito que apresenta uma nova ontologia e um novo sujeito político contemporâneo”, explica a professora e pesquisadora Natacha Silva Araújo Rena, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Ao debater os espaços públicos e políticos a partir da perspectiva do design, Natacha sublinha que pensa as metrópoles a partir do conceito de Multidão, isto é, sociedades marcadas por um conjunto heterogêneo de singularidades. “Para falar destes novos modos de viver e trabalhar nas metrópoles e num mundo cada vez mais conectado em rede, o design adentra os processos comunicacionais, saindo de uma esfera privilegiada na qual apenas profissionais do design, da arte, da arquitetura e de outras profissões criativas costumavam produzir”, descreve a professora.

“Esta biopotência estética das lutas multitudinárias é uma das características mais interessantes para observarmos nos novos movimentos, mais híbridos, mais coloridos, mais populares, menos preto, branco e vermelho como nos movimentos da esquerda clássica das vanguardas militantes”,

critica Natacha. Com uma visão crítica, mas nada apocalíptica, a pesquisadora sustenta que “a política está completamente imbricada com a potência estética nas lutas, uma biopotência cada vez mais híbrida e menos identitária, configurando monstros incapturáveis, estéticas mutantes que contaminam modos de viver e de fazer política”.

Natacha Silva Araújo Rena é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde também realizou mestrado em Arquitetura pela mesma universidade. É doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade de São Paulo - PUC-SP. Em seu currículo conta com mais de 37 premiações e é autora de dezenas de artigos científicos. Em 2010, organizou a publicação do livro *Territórios aglomerados* (Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2010).

Natacha participa do 2º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governo da vida e o comum. No dia 20-08-2015 a professora apresenta duas conferências na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU: *Territórios e metrópoles: uma abordagem a partir do design e da biopolítica*, às 17h30min; e *Processos criativos, colaborativos e participação nas metrópoles*, às 19h30min. No dia 21-08-2015, ocorre, na Sala Santander - Campus de Porto Alegre da UNISINOS (Av. Luiz Manoel Gonzaga, 744), a palestra *As experiências colaborativas e o impacto na conjuntura atual*, às 8h30min. Mais informações em <http://bit.ly/1ExkzFW>.

Confira a entrevista.



Para falar destes novos modos de viver e trabalhar nas metrópoles, o design adentra os processos comunicacionais

IHU On-Line - Como pensar os processos biopolíticos a partir do design?

Natacha Silva Araújo Rena - Primeiro seria interessante a gente falar sobre os autores que trabalharam este conceito de biopolítica em momentos diferentes. Michel Foucault¹ adotava o termo para dizer das relações de poder nas quais eram estabelecidos modos de controle das vidas e das espécies através de processos biopolíticos adotados pelo Estado (lógico que junto dos mecanismos do capital) e que tinham o planejamento urbano e as políticas públicas para controle das espécies como forma principal de controle e exercício do poder.

Gilles Deleuze² tratava deste conceito, já compreendendo que

1 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada '*História da loucura*' e o *discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós

não vivíamos apenas em uma sociedade na qual nossas vidas eram controladas disciplinarmente, mas, sim, através de controles requintados numa lógica de sociedade de controle biopolítico produzindo desejos e processos de subjetivação sutis e aparentemente dentro de uma lógica de comando democrática. Michael Hardt³ e Antonio Negri⁴ adotam o conceito de biopolítica já expandindo para um campo no qual tanto o poder sobre as vidas (biopoder) quanto a potência de vida se manifestam. Já o pensador brasileiro Peter Pål Pelbart⁵ vai di-

mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

4 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt – sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O último livro da “trilogia” entre os dois autores, *Commonwealth* (USA: First Harvard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Peter Pal Pelbart: graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, e em Filosofia pela Sorbonne, em Paris, é mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP com a dissertação *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão* (2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2009). Cursou doutorado na USP e é livre docente pela PUCSP. Entre outras obras, é autor de *Vida capital. Ensaio de biopolítica* (São Paulo: Iluminuras, 2003) e *O tempo não reconciliado* (São Paulo: Pers-

ferenciar esta biopolítica exercida para controlar as vidas via Estado-capital, poder Imperial do poder da vida, que poderia também ser chamado de biopotência. Assim, prefiro adotar o termo biopolítica para falar de maneira geral das relações de poder e controle das vidas, e o termo biopotência para falar da potência da vida, das resistências positivas e do poder da multidão, que para autores como Hardt e Negri é um conceito que apresenta uma nova ontologia e um novo sujeito político contemporâneo, para ser mais preciso, multidão seria um conjunto heterogêneo de singularidades que se diferenciam de povo (diretamente relacionado ao Estado e à nação) e de massa (conceito diretamente relacionado ao mercado e ao consumo em escala).

E agora para falar destes novos modos de viver e trabalhar nas metrópoles e num mundo cada vez mais conectado em rede, assistimos a um aumento vertiginoso da produção criativa, colaborativa, cooperativa, utilizando múltiplos meios de comunicação através dos quais circulam linguagens variadas, e neste campo é claro que o design adentra os processos comunicacionais, saindo de uma esfera privilegiada na qual apenas profissionais do design, da arte, da arquitetura e de outras profissões criativas costumavam produzir, e se tornando uma forma criativa de comunicação no cotidiano das pessoas comuns. Todos inventando em uma multiplicidade de plataformas, seja nas redes sociais, seja nos whatsups, seja nas wikis e nas plataformas colaborativas, em mapas georreferenciados, via apps para celulares, etc.

Design

Então se o design tem cada vez mais um valor que é próprio ao mercado e à produção de estéticas e modos de vida capitalistas, agregando valor aos produtos e induzindo modos de vida em geral,

pectiva, 1998). Leciona na PUC-SP. (Nota da **IHU On-Line**)

atravessando a moda, os produtos domésticos, o design dos espaços públicos, etc., também vem se tornando fundamental nos movimentos insurgentes que abrangem novos modos de resistir ao Estado-capital que perpassam movimentos culturais, ambientais e sociais indistintamente. A potência da linguagem dos memes, dos flyers, dos apps, das fanpages, das chamadas pros eventos, das faixas e cartazes, das camisetas e bolsas, dos fanzines, e mais uma série de produtos que envolvem parte da construção de sentido em diversos campos de luta por direitos nas cidades, mas até mesmo nos territórios mais afastados das metrópoles que se tornam cada dia mais conectados.

Esta biopotência estética das lutas multitudinárias é uma das características mais interessantes para observarmos nos novos movimentos, mais híbridos, mais coloridos, mais populares, menos preto, branco e vermelho como nos movimentos da esquerda clássica das vanguardas militantes. Assistimos hoje a uma disputa de narrativa, coletivos buscando modos de afetar mais adeptos às causas, uma tentativa clara de captura biopolítica, biopotente, que utiliza de estratégias de marketing para conquistar “corações e mentes”. Mas é interessante observar também que não é necessariamente um modo menos combativo, menos radical na sua luta, mas é mais sutil, mais pop, mais abrangente e consegue atingir um público maior para defender as causas. Menos foice e martelo e punhos guerrilheiros, mais imagens divertidas, muitas das vezes utilizando táticas e dispositivos vindos do campo da arte, por exemplo.

Design como dispositivo político

Enfim, o design enquanto mais um forte dispositivo biopolítico, biopotente, tem sido uma chave fundamental em movimentos em Belo Horizonte que vão desde os

ambientais Fica Ficus,⁶ Parque Jardim América, Rede Verde (que atualmente agrega vários movimentos verdes da Região Metropolitana), passando pelos culturais como tem sido A Ocupação Cultural que surgiu durante as jornadas de junho de 2013 e inaugurou uma série de intervenções culturais nômades, que acontecem em territórios nos quais o Estado-capital quer expropriar espaços públicos e privatizá-los ou gentrificá-los. Desde a Praia da Estação que surgiu em 2010 contra um decreto de controle de uso do espaço público, das praças e parques, passando pelo movimento político Fora Lacerda⁷ (o nosso prefeito que é empresário vem tentando empreender, sem sucesso, uma série de políticas públicas gentrificadoras via parcerias público-privadas e operações urbanas). E, claro, temos também a força das ocupações urbanas por moradia que vem crescendo exponencialmente em Belo Horizonte e que cada vez mais tem adeptos da arquitetura, do design e da arte, e tem produzido projetos gráficos maravilhosos. Isto aconteceu no ano passado, em 2014 com o surgimento do movimento #Resistezidora,⁸ e agora contaminou as outras ocupações que têm equipes de criação e comunicação desenvolvendo trabalhos cada vez mais requintados. Este ano mesmo surgiu a

⁶ **Fica Ficus:** trata-se de um grupo que surgiu em defesa dos Ficus da Rua Bernardo Monteiro e de todos os ficus da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Entretanto, vai além da defesa de árvores adoecidas pelo descaso e pretende defender e lutar pelo aumento de áreas verdes em nossa cidade. Depois da luta inicial, o Movimento Fica Ficus passou a ser divulgado e conhecido como “Fica Ficus – Por uma BH mais verde”. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Movimento Fora Lacerda:** trata-se de um movimento que se coloca como apartidário que reúne entidades, outros movimentos e cidadãos em torno da ideia de contestar a atual gestão de Márcio Lacerda como prefeito de Belo Horizonte, em tudo aquilo em que ela está afetando a cidade e a população. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Resiste Izidora:** trata-se de um movimento que defende a manutenção de cerca de 20 mil pessoas moradoras das vilas Esperança, Rosa e Vitória, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O impacto na desapropriação pode atingir 30 mil pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

ocupação do Movimento de Lutas do Bairro chamado Paulo Freire, com um trabalho de comunicação de dar inveja em qualquer agência de marketing e publicidade do mercado de luxo. Isto é um luxo! Mas também temos exemplos deste requinte estético incorporado nas lutas pelo Brasil afora, como é o caso do Parque Augusta⁹ ou do Ocupe Estelita.¹⁰

IHU On-Line - De que forma o debate sobre as metrópoles se coaduna com as questões relacionadas ao design?

Natacha Silva Araújo Rena - Sabemos que as nossas metrópoles contemporâneas são as novas fábricas, né? Hardt e Negri são pensadores que têm intensificado este debate sobre como o trabalho precário, criativo, comunicativo, conectado, afetivo tem sido expropriado pelo Estado-capital, pelo Império em todo o tempo de nossas vidas. Trabalhamos o tempo todo produzindo conteúdo e informação em diversas plataformas, mas é o Facebook atualmente que mais nos faz perceber isto. Nós fazemos o Facebook, não é? Nós movemos grande parte destas estruturas, destes mecanismos próprios de um tempo em que o capital imaterial existe e cresce em termos de produção de bens e produtos materiais, mas tempos em que o capital imaterial, a produção de signos, linguagens, modos de vida, que são próprios do capitalismo criativo, flexível e conectado em múltiplas redes.

⁹ **Ocupação Parque Augusta:** o Parque Augusta é uma área com 24.750 m² na cidade de São Paulo, que foi adquirido em dezembro de 2013 pelas construtoras Cyrela e Setim, que almejam construir três torres comerciais no local. Cumprindo uma reintegração de posse, a Polícia Militar paulista reiterou os manifestantes em maio de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Ocupe Estelita:** movimento de resistência urbana que ocupou uma área de 10 hectares no Cais José Estelita, na bacia do Pina, no centro do Recife, em Pernambuco. O local é alvo de um empreendimento imobiliário na ordem dos R\$ 800 milhões e visa apagar um registro histórico importante da cidade, que é a memória arquitetônica da região. A desocupação da área, em junho de 2014, foi marcada por uma intervenção violenta da polícia militar local. (Nota da **IHU On-Line**)

Mas, além de todo nosso tempo e nossa produção coletiva e colaborativa estarem sendo expropriados pela máquina capitalista, também temos todo o território, principalmente das metrópoles, como locus da produção de renda, de mais-valia, do nosso modo de viver, transitar, divertir, trabalhar. Todo o espaço tem sido expropriado com muita voracidade pelo Estado-capital, pelo Estado que está totalmente invadido pela lógica das parcerias público-privadas que na verdade privatizam o que é público e de todos. O capital necessita se expandir para sobreviver. Então ele tem se expandido tanto no tempo quanto no espaço. Tentativas por exemplo de diminuir áreas verdes para se construir mais edifícios, mesmo que sejam equipamentos públicos que serão geridos por parcerias público-privadas ou como em Belo Horizonte, Escolas Municipais geridas pela Odebrecht, inacreditavelmente temos uma empreiteira fazendo a gestão de escolas infantis.

Então estas parcerias público-privadas foram regulamentadas no Brasil e se tornaram, no discurso dos políticos financiados pelo mercado, a única forma de ter eficiência na gestão pública. É só observar como os secretários e técnicos que são contratados para cargos de confiança nos governos têm MBA ao invés de serem especialistas nas suas áreas respectivas. A ideia de cidade-empresa, de cidade que precisa dar lucro (como assim?) está disseminada. E o que vem acontecendo? O próprio Estatuto das Cidades, que era pra ser algo superprogressista e garantir avanços populares, adotou alguns instrumentos, como é o caso das Operações Urbanas, que são dispositivos legais para regulamentar as parcerias público-privadas. O que é isto? Significa que vastos territórios urbanos passam a ser projetados pelo e para o mercado e que, além das empreiteiras e dos consórcios realizarem as obras, eles lucram através de uma lógica rentista, através da transformação do território em títulos que irão participar das bolsas de valores, é o que chamamos de rentização do espa-

ço. E o mais grave, o Estado, com dinheiro público, impostos pagos pela maioria pobre do país, realiza grandes obras de infraestrutura antes do início das Operações Urbanas, e assim valoriza a área para que os negócios sejam mais rentáveis para o mercado. É vertiginoso se formos acompanhar de perto. E não para por aí, porque agora os consórcios querem também fazer a gestão deste território durante anos, em Belo Horizonte, podemos dizer que teremos operações urbanas nas quais as empreiteiras não vão somente construir obras em territórios que chegam a 10% da cidade, em áreas nobres que envolvem a região central, mas também vão ser as responsáveis por recolhimento de lixo, tratamento dos jardins, etc. Para mim isto é uma política neoliberal de primeira linha, um verdadeiro roubo de dinheiro público, uma vertigem biopolítica.

Uma cidade asséptica

Retomando a questão central da pergunta, o que se relaciona ao design pode ser tanto a ação biopolítica do Estado-capital que produz belas imagens de como os lugares degradados e feios podem se tornar lugares limpos, brilhantes, reluzentes, com uma arquitetura asséptica, limpa, sem pretos e pobres e com muitas famílias brancas e felizes em gramados e parklets de madeirinha. Também temos uma intensa produção de marketing com frases como: "venha adquirir seu imóvel em uma cidade para poucos". Sério que esta frase existe e é inacreditável, porque arquitetos, políticos e investidores fazem propaganda aberta deste tipo de proposta urbanística.

Mas, como eu já disse, a todo momento também surgem movimentos sociais, culturais, ambientais num processo contraimperial, contra-hegemônico, que vai detectar este urbanismo neoliberal excludente e vai se utilizar também do design para comunicar de forma simples e direta para as pessoas mecanismos de mercado e de poder que às vezes são difíceis de explicar. Então, os diagramas e

as imagens que sintetizam mensagens e lógicas têm sido muito utilizados ultimamente. E eles circulam nas redes em memes que, além de comunicar um conteúdo específico das lutas, também identifica os movimentos ou a luta com cores, tipografias, design próprios.

IHU On-Line - Do que se trata o termo gentrificação? A que se refere originalmente e como ele é apropriado contemporaneamente?

Natacha Silva Araújo Rena - O termo gentrificação está diretamente associado ao que falamos anteriormente, é um processo que faz parte da urbanização neoliberal. O nome vem do inglês *gentry*, nobre, nobreza, portanto significa enobrecer uma região, gentrificar um território. Mas este processo de gentrificação se inicia antes dos projetos de intervenção urbanística muitas vezes chamados de revitalização ou requalificação ou renovação urbana. O Estado (já em parceria com o mercado) primeiro deixa uma área se degradar, retira o policiamento, deixa o tráfico tomar conta, deixa a sujeira, retira todo tipo de melhoria urbana. Isto aconteceu com muitas regiões centrais ao redor do mundo. Com o tempo a área vai desvalorizando e assim os investidores compram muito barato imóveis e terrenos. Depois, na maioria das vezes, as Prefeituras lançam um projeto salvador daquele lugar, que vai deixar tudo limpo, com ciclovias, passeios largos, jardins, renovam o patrimônio histórico, e quase sempre, criam um ou mais equipamentos culturais como museus ou óperas. Claro que este é um jogo biopolítico! Todos ficam encantados com o Estado que finalmente decide investir recursos para limpar aquela área e torná-la nobre, apropriada para os ricos usarem, apropriada para o turismo, para os negócios das *franchisings*. Assim, depois das grandes obras realizadas, toda região se valoriza e os pobres que viviam ali são expulsos, ou porque venderam barato seus imóveis, ou porque não conseguem mais pagar aluguel pra viver ali.

Além disso, mesmo os que resistem e continuam morando na região, assistem à chegada de comércio mais caro e acabam não conseguindo mais viver ali. Noutras vezes, também, comerciantes perdem o seu público cativo, e seu estabelecimento se torna pouco frequentado pela nova classe social que vai circular neste território enobrecido. Isto se chama gentrificação. A má notícia é que o design e a estética, incluindo a arte, fazem parte deste jogo perverso e são sempre usados dentro desta estratégia do mercado. Tanto a revitalização da região do Museu Guggenheim em Bilbao na Espanha, quanto a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, assim como o Museu de Arte do Rio - MAR, no Rio, ou o Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte, todos são equipamentos culturais fundamentais dentro do processo de gentrificação.

Juventude alternativa

E o que eu ainda não disse é que no meio deste processo temos também a juventude alternativa, normalmente conformada por arquitetos, designers, músicos e até ativistas, que costuma iniciar o processo de enobrecimento. Assim como ocorreu no Soho em Nova Iorque nos anos 50 e 60 quando os artistas ocuparam os galpões abandonados da região já que é um contexto central, com infraestrutura de transporte e com aluguéis muito baratos, iniciando um processo de valorização da área. Hoje isto se faz muito evidente! O que chamamos de hipsterização territorial.

Intervenções gentrificadoras

Então, do ponto de vista da arquitetura, temos aqui três tipos básicos de intervenção que fazem parte deste processo: arquitetura hipster, que ocupa o território preparando a sua valorização; arquitetura espetacular, que são os equipamentos culturais assinados por grandes arquitetos; arquite-

tura yuppie, que é um conjunto arquitetônico asséptico, de vidros de porcelanato branco, estruturas cromadas e de aço inox, jardins gramados com palmeiras e coqueiros, sem sombra, sem bancos, e fachadas gigantes com vidros espelhados, grandes panóaticos que têm visão geral do contexto, mas que não vemos nada do que acontece dentro. E estas linguagens aí são genéricas, acontecem em todo o mundo. Este processo de urbanização neoliberal se repete e desde a ascensão econômica do Brasil e principalmente com os investimentos nos grandes eventos internacionais, gentrificaram regiões inteiras em diversas cidades. Claro que isto expulsou muita gente pobre, inclusive de áreas de favelas e vilas, que foi removida de forma perversa. Milhares de famílias foram expulsas dos territórios de interesse do mercado. Sabemos que as jornadas de junho estão diretamente relacionadas com estes processos de gentrificação.

IHU On-Line - Que exemplos biopolíticos de resistência criativa colocam em causa esta lógica hegemônica de urbanização baseada na gentrificação?

Natacha Silva Araújo Rena - Temos exemplos de muitos grupos e coletivos de arquitetos, artistas, designers, ativistas que vêm trabalhando com este tema da gentrificação de modos variados, desde a realização de workshops junto com a população local e movimentos sociais, como é o caso da dupla de argentinos, os Iconoclastas, que esteve recentemente em Belo Horizonte e trabalhou com o tema da Operação Urbana Nova BH, realizando mapas e cartilhas com um design muito efetivo para explicar para a cidade os problemas.¹¹

Outros grupos interessantes produzem mapas e cartografias, mas também vídeos e documentários, como é o caso da dupla espanhola que vive em Portugal, Left Hand

Rotation,¹² que com seu projeto "Gentrificación no es un nombre de senora" associado ao "Museo de los Desplazados"¹³ desenvolve uma excelente pesquisa on-line relatando casos de gentrificação em todo o mundo. O Left Hand Rotation esteve, inclusive, no Brasil durante um tempo realizando um trabalho interessantíssimo junto a movimentos sociais na região central de São Paulo, que estava sendo alvo de um projeto neoliberal privatista chamado Nova Luz, durante a gestão do Prefeito Kassab, que infelizmente hoje é Ministro das Cidades.

Outro exemplo bastante interessante é o coletivo espanhol chamado Todo Por La Praxis¹⁴ com seus projetos antigentrificação e com uma vasta produção gráfica sobre o assunto.

Indisciplinar

Eu coordeno um Grupo de Pesquisa que se chama Indisciplinar,¹⁵ que atua de maneira muito integrada com movimentos sociais, ambientais e culturais que produzem uma forte resistência aos processos de urbanização neoliberal. Penso que as universidades têm um papel importante nestes processos, já que podem qualificar o debate e ampliar o nível de informação para que os movimentos possam compreender de forma mais clara que, às vezes, o processo pontual de expropriação do comum, do território em que atuam, da praça, do parque, chega pelas mãos do Estado de muitas maneiras e que sempre está em jogo algum megaprojeto que ninguém nem sabe que existe. Foi o caso, por exemplo, da Operação Urbana Nova BH, que investigamos e descobrimos que estava sendo desenhada por um escritório de arquitetura em nome de um consórcio de empreiteiras junto de alguns gestores da prefeitura,

¹² Saiba mais em <http://www.lefthandrotation.com>. (Nota da entrevistada)

¹³ Saiba mais em <http://bit.ly/1PpkDy9>. (Nota da entrevistada)

¹⁴ Saiba mais em <http://www.todoporlapraxis.es>. (Nota da entrevistada)

¹⁵ Saiba mais em www.indisciplinar.com. (Nota da entrevistada)

¹¹ Saiba mais em <http://bit.ly/1UHAICj>. (Nota da entrevistada)

sem nenhuma participação popular. E ao mesmo tempo estávamos atuando junto a vários movimentos de resistência que não entendiam a razão pela qual a Prefeitura estava ou cortando árvores e deixando que conjuntos inteiros de Ficus tombados morressem, ou não concedendo auxílio para eventos culturais espontâneos e muito populares como é o caso do Duelo de Mcs sob o Viaduto Santa Tereza no centro de Belo Horizonte. Ou que uma pequena favela, a Vila Dias, vinha sendo preparada para ser removida para em seu lugar ser construída a maior torre da América Latina. De repente percebemos que todos os conflitos que estávamos envolvidos via copesquisas, junto aos moradores e movimentos sociais, estavam dentro da mancha deste gigantesco empreendimento.

Academia para além da Academia

Começamos a perceber o quão importante é termos conexões concretas entre as lutas locais e os macroprojetos, porque normalmente se o Estado está tentando atingir um pequeno território, nos dias atuais, é porque, via de regra, existem grandes projetos planejados que o envolvem. Desde então, já realizamos diversas ações tecnopolíticas: criamos movimentos provisórios, fizemos representações (denúncias) no Ministério Público, que no caso da Nova BH gerou inclusive ação criminal envolvendo empreiteiras e o Secretário de Planejamento na época (destituído do seu cargo), circulamos na cidade com palestras em eventos diversos denunciando a Operação Urbana, auxiliamos em audiências públicas, fizemos atos festivos e ocupações culturais, criamos blogs e fanpages contendo diagramas e uma infinidade de imagens, memes sintetizando informações sobre o projeto e as lutas territoriais envolvidas. Em todo momento o design e a capacidade de síntese e divulgação de ideias têm sido parte dos principais dispositivos biopolíticos em nossas copesquisas.

IHU On-Line - De que forma a potência de pluralização das singularidades e de resistência são efeitos colaterais dos processos de domesticação capitalistas?

Natasha Silva Araújo Rena - Eu na verdade não sei se são efeitos colaterais. Eu acho que quando temos estes projetos neoliberais que chegam expropriando os espaços de uso coletivo, ou exterminando áreas verdes, ou proibindo usos, ou expulsando pessoas, é claro que isto acelera e intensifica as resistências. Mas, na verdade, acredito que não há somente um novo sujeito político que resiste ao Império, penso que há também uma nova ontologia, um outro ser, outras formas de produção de subjetividade que afetam a forma cidadã, o modo de viver na cidade, que propicia o trabalho coletivo, afetivo, colaborativo, o uso do espaço de forma mais livre e mais autônoma, e que esta subjetividade surge junto com a conectividade global, recuperando algo que é próprio do homem que é viver junto, fazer junto, produzir linguagens, produzir territórios, produzir junto. Por isto prefiro pensar em resistências positivas ao invés das simplesmente reativas ou negativas.

Em Belo Horizonte temos a Praia da Estação, que foi um movimento social e cultural que, ao invés de ficar marchando e fazendo atos duros, com gritos de guerra agressivos ao caminhão de som, aos moldes dos atos sindicais da esquerda clássica, construiu uma grande festa que ocupa uma praça em frente a um museu realizado, inclusive, como marco do início de uma revitalização da área central de Belo Horizonte. Voltando à Praia, além de ser um ato festivo, colorido, divertido, escrachado, ainda tem uma força de trazer simbolicamente para a manifestação a praia, algo que não temos em nosso estado. É uma inteligência biopolítica maravilhosa, um grupo de pessoas que começam a frequentar a praça usando roupas de banho, instrumentos musicais, e contratar um caminhão pipa com dinheiro que circula num chapéu. Um lugar

árido, quente, praticamente sem sombra, feito para grandes eventos cívicos ou comerciais e para dar destaque a um museu o qual é gerido por uma fundação que é associada a uma grande empreiteira, a mesma que vai manifestar interesse na já citada Operação Urbana Consorciada Nova BH! É, inclusive, uma situação muito sintomática de como a cultura está envolvida com o capital e com o Estado exatamente como dispositivo fundamental no processo de segregação social e de transformação do território em algo rentável, feito para os ricos, feito para poucos.

De qualquer forma, os processos de resistência cidadã surgem, se amplificam a partir de uma tentativa de proibir e controlar o uso do espaço público, e no caso da Praia vai depois gerar também um outro movimento contra o prefeito, denominado Fora Lacerda, e logo depois, que é o mais incrível, vai gerar o carnaval de rua de Belo Horizonte, completamente insurgente, enchendo as ruas da cidade durante 10 dias consecutivos de foliões politicamente engajados, com marchinhas políticas e críticas aos poderes locais e nacionais. Para se ter uma ideia, este ano tivemos um milhão de pessoas nas ruas com blocos dos mais diversos estilos, que se utilizam da estética como biopotência radical. Mas é também interessante observar que este sujeito multitudinário e carnavalesco também está espalhado em diversas frentes de luta na cidade, eles estão nas audiências públicas, nas reuniões de Conselhos Municipais, estão criando movimentos políticos mais organizados como o Tarifa Zero, ou estão ocupando espaços para cultura como é o caso do Espaço Comum Luiz Estrela. Ou seja, a política está completamente imbricada com a potência estética nas lutas, uma biopotência cada vez mais híbrida e menos identitária, configurando monstros incapturáveis, estéticas mutantes que contaminam modos de viver e de fazer política. E percebemos que esta alegria nas lutas é tudo o que o Estado-capital não pode suportar. ■

TEOLOGIA PÚBLICA

As ideias e conceitos de um papa para a Ásia

Sob a perspectiva oriental, Peter Phan destaca que a vivência de Francisco em ideias de pastoralidade, inculturação e diálogo inter-religioso fazem do argentino um pontífice aberto à Ásia

Por João Vitor Santos | Tradução Gabriel Ferreira

Para entender o pontificado de Francisco é necessário o exercício de recorrer à história de Mario Bergoglio na América Latina. No entanto, também é preciso estabelecer relação com suas ações presentes. Entre elas, a postura assumida no texto da Encíclica *Laudato Si'*. É, também, a partir dessas conexões que se dá a possibilidade de compreender situações tão particulares como a da Igreja na Ásia e, ainda, como o continente o recebe. É com esse movimento metodológico e olhar pragmático que o doutor em Teologia Peter C. Phan analisa o atual pontificado. Para ele, vive-se um momento novo, de outra natureza na Igreja Católica.

Vietnamita, o professor tem uma fala de quem viveu a realidade asiática, passando por outros pontificados. Assim, entende que é a história de Francisco que o faz sensível para entender o oriente. “Há muitas similaridades entre a América Latina e a Ásia. Ambos os continentes pertencem ao assim chamado ‘Terceiro Mundo’, caracterizado por grandes populações e pobreza massiva.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Phan recorda os primeiros momentos de Bergoglio feito Papa para demonstrar como lhe é fundamental a atitude colegial e dialógica, como pastor. Postura que destitui a imagem fria e distante do sumo pontífice. “Nós ainda podemos vê-lo

apresentando-se a si mesmo simplesmente como o Bispo de Roma. E, ainda, pedindo às pessoas que rezassem a Deus para o abençoar antes que ele as abençoasse”, recorda.

Peter C. Phan nasceu no Vietnã e emigrou como refugiado para os Estados Unidos em 1975. É doutor pela Sagrada Teologia pela Pontifícia Universidade Salesiana, de Roma, Doutor em Filosofia e Doutor em Teologia pela Universidade de Londres. Hoje, atua na Universidade de Georgetown, em Washington. Em 2010 foi homenageado com o prêmio John Murray Courtney, a mais alta honraria concedida pela Sociedade Teológica Católica da América, por seu “extraordinário e distinto êxito em Teologia”.

É autor de inúmeros livros e artigos dos quais destacamos *Grace and the Human Condition* (New York: Michael Glazier, 1993), *Culture and Eschatology: The Iconographical Vision of Paul Evdokimov* (Culture and Eschatology, 2011); *Dragon and the Eagle: Toward a Vietnamese American Theology* (California: ISAAC, 2009). Em dois números do Cadernos de Teologia Pública foram seus artigos *Diálogo Inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* (Cadernos Teologia Pública, número 86, 2014) e *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis? Insights ou percepções das igrejas asiáticas* (Cadernos Teologia Pública, número 38).

Confira a entrevista.



Uma das coisas mais significativas que Francisco fez é dar-nos uma imagem radicalmente nova do que o papado deve ser

IHU On-Line - Passados mais de dois anos de pontificado, quais são as marcas mais significativas deixadas na Igreja pelo Papa Francisco?

Peter Phan - É providencial que esta entrevista aconteça logo após a promulgação da encíclica *Laudato Si'*: *Sobre o cuidado da casa comum*¹. Do ponto de vista das violentas críticas -por aqueles que pensam que a crise ecológica foi inventada por liberais anticapitalistas e inimigos do ramo petrolífero, especialmente nos Estados Unidos, e daqueles que temem que a Encíclica do Papa poderia ameaçar seus interesses políticos e econômicos -, é claro que a Encíclica de Francisco irá provocar vividas discussões ao redor do mundo. Afinal, abre-se com a tocante citação do *Cântico das criaturas*², também

conhecido como *Cântico do sol*, de seu homônimo, e que sensivelmente chama a Terra de "nossa casa comum".

É ainda muito cedo, é claro, para avaliar tal impacto, nem este é o lugar para resumir e avaliar seu conteúdo. No entanto, seria um sério engano responder à questão acerca das marcas mais significativas deixadas na Igreja pelo pontificado de Francisco focando apenas nessa segunda encíclica ou em sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*³. Esta pode, certamente, ser vista como a magna carta de seu pontificado. Não pretendo de modo algum minimizar a importância dos ensinamentos doutrinários do Papa Francisco, e voltarei a eles depois, se possível. Mas há claramente um novo modo pelo qual Francisco tem exercido seu magistério papal. Este novo modo não é primariamente através de incontáveis documentos, frequentemente cheios de jargão teológico e redigidos em uma quase impenetrável prosa latina, os quais muito poucos

católicos, incluindo bispos e teólogos, leem de cabo a rabo - estou pensando nas estantes de encíclicas e outros documentos oficiais de João Paulo II⁴ que permanecem um mundo fechado para 99,9% da população católica.

Em nosso tempo, há ainda, é claro, a necessidade da função magisterial da Igreja. No entanto, ela deve ser levada a cabo por outros meios mais efetivos, para além da palavra escrita. Esse é um dos modos pelos quais Papa Francisco tem transformado radicalmente a Igreja.

IHU On-Line - De que modo, então, o Papa Francisco tem impactado a Igreja até agora?

Peter Phan - Uma das coisas mais significativas que Francisco fez, literalmente dentro de poucas horas desde sua eleição à Sé de Roma, é dar-nos uma imagem radicalmente nova do que o papado deve ser. Isso através de gestos dramáticos. Nós ainda podemos vê-lo, quando foi apresentado com o *habemus papam* à multidão na praça de São Pedro⁵, apresentando-se a si mesmo simplesmente como o Bispo de Roma. E, ainda, pedindo às pessoas que rezassem a Deus para o abençoar antes que ele as abençoasse, inclinando sua cabeça em uma profunda oração. O mundo inteiro ficou aturdido por aquele silêncio ensurdecedor.

Claramente havia um novo pastor na cidade, um que possui o cheiro de suas ovelhas, e não o Sumo Pontífice - o *Pontifex Maximus* -, um título para o sumo sacerdote do Colégio dos Pontífices na Roma antiga e posteriormente arrogado pe-

1 **Laudato Si'** (português: Louvado sejas; subtítulo: "Sobre o Cuidado da Casa Comum"): encíclica do Papa Francisco, na qual critica o consumismo e desenvolvimento irresponsável e faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Publicada oficialmente em 18 de junho de 2015, mediante grande interesse das comunidades religiosas, ambientais e científicas internacionais, dos líderes empresariais e dos meios de comunicação social, o documento é a segunda encíclica publicada por Francisco. A primeira foi *Lumen fidei* em 2013. No entanto, *Lumen fidei* é na sua maioria um trabalho de Bento XVI. Por isso *Laudato Si'* é vista como a primeira encíclica inteiramente da responsabilidade de Francisco. A revista **IHU On-Line** publicou uma edição em que analisa e debate a Encíclica. Confira em <http://bit.ly/1NqbhAJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Cântico das criaturas**: também conhecido como *Cântico ao Sol*, foi composto por São Francisco de Assis (1181-1226) pouco antes de sua morte. Sobre São Francisco, confira a obra *Em nome de São Francisco. História dos Frades Menores e do franciscanismo até inícios do século XVI*, publicada pela edito-

ra Vozes, escrita por Grado Giovanni Merlo. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Evangelii Gaudium**: Alegria do Evangelho (em português), é a primeira Exortação Apostólica pós-Sinodal escrita pelo Papa Francisco. Foi publicada no encerramento do Ano da Fé, no dia 24 de novembro do ano de 2013. Como a maioria das exortações apostólicas, foi escrita após uma reunião do Sínodo dos Bispos, neste caso, a XIII Assembleia Geral Ordinária sobre A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã. O tema principal é o anúncio missionário do Evangelho e sua relação com a alegria cristã, mas fala também sobre a paz, a homilética, a justiça social, a família, o respeito pela criação (ecologia), o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, e o papel das mulheres na Igreja. Ainda critica o consumo da sociedade capitalista e insiste que os principais destinatários da mensagem cristã são os pobres. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana, de 16 de outubro de 1978 até a data da sua morte, sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Praça de São Pedro** (em italiano Piazza di San Pietro): situa-se em frente à Basílica de São Pedro, no Vaticano. Foi desenhada por Bernini no século XVII em estilo clássico mas com adições do barroco. Ergue-se um obelisco do Antigo Egito no centro. (Nota da **IHU On-Line**)

los imperadores romanos e papas. Francisco assina seus documentos com um simples “*Franciscus*”, sem adorná-lo com PP⁶, como seus predecessores estavam acostumados a fazer. Ele não usa vestes papais⁷. Ao invés disso, suas vestes litúrgicas são exatamente como - e ainda mais simples do que - aquelas de qualquer outro bispo. Nenhuma declaração magisterial ou colegialidade episcopal pode ser mais visualmente poderosa do que as vestes do Papa Francisco.

Há ainda sua decisão em viver na Casa Santa Marta⁸ ao invés de morar no Palácio Apostólico⁹. Na Casa, celebra sua missa diária e reza para pessoas comuns, faz suas refeições ao estilo de um refeitório comum com pessoas comuns. Não há refeição privada com o Papa como um sinal de honra reservado às elites. Papas têm piedosamente afirmado ser *Servus servorum*¹⁰, mas apenas agora nós vemos o que o título implica de prático em seu estilo de vida pessoal. Com esses humildes gestos, bem como centena de outros, tais como abraçar um homem

desfigurado, lavar e beijar os pés de jovens prisioneiros, incluindo uma menina islâmica na Quinta-Feira Santa, comer à mesma mesa que os trabalhadores manuais do Vaticano, rejeitar as férias de verão em Castel Gandolfo¹¹, Francisco tem transformado o papado para melhor. Nenhum papa futuro poderá retomar o estilo de vida real sem sentir dores na consciência sobre como o Vigário de Cristo crucificado deve viver.

IHU On-Line - Algumas atitudes, essas mais corriqueiras, que fazem de Francisco um papa menos formal, são gestos que futuros papas não irão necessariamente repetir. Há outras coisas na vida do Papa Francisco até agora que implique um ensinamento doutrinário permanente?

Peter Phan - Para responder a sua questão eu devo discutir em detalhes alguns dos ensinamentos do Papa Francisco contidos em seus escritos *Evangelii Gaudium* e *Laudato Si'*. Com especial referência ao cristianismo asiático, uma vez que o foco da nossa conversa está sobre as formas pelas quais o Papa Francisco pode falar significativamente aos católicos na Ásia.

Antes de fazê-lo, gostaria de apontar outro gesto do Papa Francisco que terá um impacto permanente na vida espiritual da Igreja. Os Papas Paulo VI¹², João Paulo II

e Bento XVI¹³ escreveram grandes e profundos volumes sobre a penitência e a necessidade da prática do sacramento da Reconciliação, popularmente conhecido como Confissão. Mas nós nunca vimos eles se confessarem. A impressão é reforçada pelo fato de que eles são “*Santos Padres*” - como são chamados - e não precisam ir à confissão como o resto de nós, pecadores. Estou certo de que todos esses têm ou tiveram confessores pessoais aos quais eles regularmente confessavam seus pecados. Mas é precisamente esse o ponto. Esses são confessores particulares e a confissão é feita privadamente. Quantos católicos podem ter confessores individuais, como *personal trainers*, aos quais eles confessam em privado, quando querem?

E então, aparece o Papa Francisco na basílica de São Pedro na Quarta-Feira de Cinzas. Ele deveria ouvir confissões, mas quando o mestre de cerimônias o conduziu ao confessionário, o Papa indicou ao monsenhor totalmente atordoado que ele - o Papa - queria se confessar. E não a um confessor particular em privado. Francisco simplesmente caminhou a um dos confessionários, ajoelhou-se, fez o sinal da cruz, e fez sua confissão. Imagine o choque do pobre padre sentado naquele confessionário! De modo muito mais poderoso do que encíclicas e dissertações sobre o sacramento da Penitência, a confissão pública do Papa Francisco trouxe de volta a necessidade da confissão.

Gostaria de apontar também que a forma de ensinar do Papa Francisco está bastante em sintonia

moveu melhorias nas relações ecumênicas com os Ortodoxos, Anglicanos e Protestantes, o que resultou em diversos encontros e acordos históricos. (Nota da **IHU On-Line**)
¹³ **Bento XVI**, nascido Joseph Aloisius Ratzinger (1927): foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma, foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

6 PP: Pontífice dos Pontífices. (Nota do entrevistado)

7 As vestes papais são compostas de sapatos vermelhos, o anel dourado do pescador, a preciosa cruz peitoral cravada de pedras suspensa por uma corrente de ouro, abotoaduras com gravações em relevo, batina de seda, mozeta vermelha, camauro de arminho e diversas outras insígnias de poder. (Nota do entrevistado)

8 **Casa de Santa Marta**: é o alojamento em que ficam os cardeais eleitores durante os conclaves. A Casa Santa Marta foi reformada pelo Papa João Paulo II, em 1996, e anteriormente se chamava Abrigo Santa Marta. Desde que foi eleito Papa, Francisco optou em viver em Santa Marta, ocupando apenas um de seus aposentos. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Palácio Apostólico** (em italiano: Palazzo Apostolico), também conhecido como Palácio Papal, Palácio Sagrado ou Palácio do Vaticano, é a residência oficial do Papa na Cidade do Vaticano. É um complexo de construções situadas ao lado da Basílica de São Pedro, que compreende hoje cerca de 11 mil e 500 aposentos e 20 pátios: os Apartamentos Papais (escritórios de governo da Igreja Católica Romana), o Museu do Vaticano e a Biblioteca Apostólica Vaticana. No conjunto existem mais de mil salas (em italiano: stanze). Entre as mais famosas incluem-se os afrescos admiráveis da Capela Sistina, da Capela Nicolina, da Sala Régia e das Stanza della Segnatura de Rafael. (Nota da **IHU On-Line**)

10 *Servus servorum*: em tradução livre “servos dos servos”. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Castel Gandolfo**: é uma cidade localizada a 24 quilômetros ao sudeste de Roma, no Lazio, região da Itália. Com vista para o Lago Albano, Castel Gandolfo tem uma população de aproximadamente 8 mil 834 habitantes e é considerada uma das cidades mais belas da Itália. Dentro dos limites da cidade encontra-se o Palácio Apostólico de Castel Gandolfo, que serve como residência de verão e retiro de férias para o papa. Apesar de o palácio estar localizado dentro das fronteiras de Castel Gandolfo, tem estatuto extraterritorial como uma das propriedades da Santa Sé e não está sob jurisdição italiana. Hoje, é a residência oficial do Papa emérito Bento XVI. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Papa Paulo VI**: nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, Paulo VI foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica, de 21 de junho de 1963 até 1978, ano de sua morte. Sucedeu ao Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, e decidiu continuar os trabalhos do predecessor. Pro-

com o modo de ensino dos mestres espirituais asiáticos. Confúcio¹⁴, o mestre da sabedoria chinesa *par excellence*, era relutante, como Jesus, em aceitar o título de “mestre”. E não arrogava o ensino como uma profissão. O guru hindu pode apenas ensinar seu discípulo através da virtude de sua própria iluminação. Em ambos os casos, o ensino é mais efetivamente realizado através de exemplo pessoal do que por doutrinação intelectual.

IHU On-Line - Ainda sobre *Laudato Si'*, há algo nela que seja especificamente relevante para a Ásia e para o cristianismo asiático?

Peter Phan - Se me permite uma hipérbole, tudo em *Laudato Si'* é relevante para a Ásia. A Encíclica se refere à poluição ambiental, mudança climática, contaminação da água e do solo e perda da biodiversidade. Se você pensa que essa destruição ecológica é apenas um ciclo natural, e não uma produção humana, ande por Pequim, Manila, Bangkok e Ho Chi Minh, para mencionar apenas algumas poucas cidades asiáticas, e encha seus pulmões com ar e mate sua sede com água não filtrada. Claro, se você é um turista de um país rico, você pode se hospedar em um hotel cinco estrelas com ar-condicionado e beber água Perrier ou algo mais nutritivo.

E as pessoas pobres dessas cidades e países? Eis aqui o que o Papa Francisco diz sobre elas: “provavelmente os impactos mais sérios [da mudança climática] recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chama-

dos serviços do ecossistema como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não possuem outras disponibilidades econômicas nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e gozam de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção” (LS 25). Qualquer asiático (e qualquer africano ou latino-americano) será profundamente grato ao Papa Francisco por sua preocupação com seu bem-estar.

“
Claramente havia um novo pastor na cidade, um que possui o cheiro de suas ovelhas, e não o Sumo Pontífice

Entretanto, se eu tiver de escolher partes da Encíclica que sejam as mais relevantes para a Ásia, eu selecionaria o capítulo 4 (Ecologia Integral) e o capítulo 6 (Educação ecológica e espiritualidade). No capítulo 4, o Papa insiste que a ecologia não é apenas um assunto ambiental, econômico e social, mas também um assunto cultural. Dadas as ricas culturas da Ásia, os asiáticos entusiasticamente aplaudem o papa quando diz que “o desaparecimento de uma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal. A imposição de um estilo hegemônico de vida ligado a um modo de produção pode ser tão nocivo como a alteração dos ecossistemas” (LS 145).

O capítulo 6 ressalta a necessidade de rejeitar os “mitos” de uma “modernidade baseada na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem

regras)” e de viver “uma ética da ecologia” que valorize a “solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão” (LS 210). Essa “ética ecológica” ressoa profundamente no ideal asiático de harmonia universal, que tem sido um constante ensinamento das religiões asiáticas e da Federação das Conferências dos Bispos Asiáticos - FCBA.

A Encíclica e a Exortação

Perpassando toda a Encíclica do Papa Francisco sobre o “cuidado com a nossa casa comum” está sua profunda preocupação com os impactos da destruição ecológica sobre os pobres. Essa preocupação pelos pobres é o mote da *Evangelii Gaudium*. Eclesiologicamente, está incorporada na visão que Francisco tem da Igreja como “uma Igreja pobre para os pobres” e como um “hospital de campanha”. A Igreja, insiste repetidamente o Papa, não deve existir para si mesma, mas deve “ir adiante” - para a periferia do mundo, “acima de tudo aos pobres e doentes, àqueles que são desprezados e ignorados” (EG 46). O papa continua, e diz: “eu prefiro uma Igreja ferida, machucada e suja porque esteve nas ruas, do que uma Igreja que não é saudável por estar confinada e presa à sua própria segurança [...] Mais do que meu receio de extraviar-se, minha esperança é que nós sejamos movidos pelo medo de permanecer calados dentro de estruturas que nos dão uma falsa ideia de segurança, dentro das regras que fazem de nós duros juizes, dentro dos hábitos que nos fazem sentir a salvo, enquanto à nossa porta as pessoas estão famintas e Jesus não cansa de nos dizer ‘Deem vós mesmos de comer’ (Mc 6, 37)” (EG 49).

Eu não me lembro de nenhum papa, na memória recente, que tenha dito algo como isso, tão direta e simplesmente, de maneira tão apaixonada e eloquente. Como asiático, eu acho gratificante - e humilde - que as ideias e sentimen-

¹⁴ **Confúcio** (551-479 a.C.): nome latino do pensador chinês Kung-Fu-Tzu. É a figura histórica mais conhecida na China como filósofo e teórico político. Sua doutrina, o confucionismo, teve forte influência sobre toda a Ásia oriental. (Nota da **IHU On-Line**)

tos do Papa Francisco têm sido expressos repetidamente pela FCBA e pelos teólogos asiáticos nos últimos 50 anos. Em vista disso, eu gostaria de transformar a questão “Francisco, um Papa para a Ásia?” em uma sonora afirmação: “Francisco, um Papa para a Ásia!”

IHU On-Line - Qual o impacto do Papa Francisco sobre o catolicismo asiático? Quais os desafios a serem enfrentados por um latino-americano, mais precisamente, por um papa argentino, para se conectar intelectual, pastoral e espiritualmente com os povos da Ásia, um continente tão diferente?

Peter Phan - Há muitas similaridades entre a América Latina e a Ásia, a despeito da distância geográfica e de suas diferenças culturais. Ambos os continentes pertencem ao assim chamado “Terceiro Mundo”, caracterizado por grandes populações e pobreza massiva. Politicamente, muitos países dos dois continentes têm sofrido por conta do colonialismo, de conflitos armados e de guerras próximas, especialmente durante a Guerra Fria¹⁵, além de ditaduras militares. Religiosamente, a Igreja Católica na Ásia e na América Latina deve suas origens às mesmas missões ibéricas (portuguesas e espanholas), sendo muitas delas lideradas por jesuítas, e compartilham de um grande número de devoções populares.

Assim, como um argentino que exerceu seu ministério pastoral como padre e bispo durante a Guerra Fria, assim como durante o brutal comando da ditadura militar de direita, Papa Francisco pode simpatizar pessoalmente com católicos em países como as Filipinas, Vietnã, Timor Leste, Índia e Coreias (do Norte e do Sul). Todos

¹⁵ **Guerra Fria:** nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da **IHU On-Line**)

esses lugares têm sido explorados pelo colonialismo e têm sido vitimados por governos ditatoriais.

Igualmente mergulhado no catolicismo ibérico, o Papa pode prontamente sintonizar-se com as devoções à Maria e aos santos, assim como com muitas práticas de piedade popular que são muito difundidas no catolicismo asiático. Por exemplo, católicos asiáticos podem facilmente entender e prontamente concordar com as tocantes palavras de Francisco sobre a piedade popular em *Evangelii Gaudium*: “Para compreender esta necessida-

“

A confissão pública do Papa Francisco trouxe de volta a necessidade da confissão

de, é preciso abordá-la com o olhar do Bom Pastor, que não procura julgar, mas amar. Só a partir da naturalidade afetiva que dá o amor é que podemos apreciar a vida teologal presente na piedade dos povos cristãos, especialmente nos pobres. Penso na fé firme das mães ao pé da cama do filho doente, que se agarram a um terço ainda que não saibam elencar os artigos do Credo; ou na carga imensa de esperança contida numa vela que se acende, numa casa humilde, para pedir ajuda a Maria, ou nos olhares de profundo amor a Cristo crucificado” (EG 125). Sim, há inúmeros rosários, velas e estátuas do Cristo sofredor em muitas das casas asiáticas católicas.

IHU On-Line - E o que dizer acerca da diversidade de religiões, que é bastante difundida na Ásia, mas praticamente ausente na América Latina, onde o Cristianismo predomina? Alguém

como Bergoglio, que cresceu em um país cristão como a Argentina, pode entrar em diálogo com pessoas que professam outras fés?

Peter Phan - É verdade que o Papa Francisco cresceu em um ambiente quase que exclusivamente cristão - e mais precisamente, católico -, assim como o Papa João Paulo II. Mas assim como seu predecessor, como arcebispo de Buenos Aires, Francisco havia formado uma profunda amizade com os judeus, tal como o Rabino Abraham Skorka¹⁶, com quem ele divide a autoria de *Sobre el cielo y la tierra*¹⁷. Ainda que experiência em diálogo inter-religioso ajude, ainda mais necessária é a atitude requerida para tanto, que Bergoglio descreve de maneira esplêndida: “O diálogo nasce de uma atitude respeitosa para com as outras pessoas, de uma convicção de que a outra pessoa tem algo de bom a dizer. Ele pressupõe que nós possamos abrir espaço em nosso coração para o ponto de vista do outro, sua opinião e suas propostas. O diálogo engendra uma calorosa recepção, e não uma condenação preventiva. Para dialogar, deve-se saber como abaixar a guarda, abrir as portas da casa e oferecer acolhida”¹⁸.

As viagens à Ásia

Até agora, o Papa Francisco viajou duas vezes para a Ásia. A primeira foi para a Coreia, de 13 a 18 de agosto de 2014, por ocasião do 6º Dia da Juventude Asiática. Durante sua passagem pelo país, beatificou 124 mártires coreanos. A segunda viagem foi ao Sri Lanka (de 12 a 15 de janeiro de 2015) e então às Filipinas (15 a 19 de ja-

¹⁶ **Abraham Skorka** (1950): rabino argentino, biofísico e escritor. É, ainda, reitor do Seminário Rabínico Latino-Americano em Buenos Aires, rabino da comunidade judaica Benei Tikva, professor de bíblica e literatura rabínica no Seminário Rabínico Latino-Americano e professor honorário de Direito hebraico na Universidad del Salvador, em Buenos Aires. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ Sobre o céu e a terra (São Paulo: Paralela, 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ Sobre o céu e a terra, XIV. (Nota do entrevistado)

neiro de 2015)¹⁹. Com respeito ao diálogo inter-religioso, o país de maior interesse é o Sri Lanka, onde de acordo com o censo de 2011, 70,19% dos 21 milhões de habitantes são budistas Theravada²⁰; 12,6% hindus Shaivitas²¹; 9,7% islâmicos (principalmente sunitas); e 7,4% cristãos (6,1% católicos romanos e 1,3% de outras denominações). Mas o diálogo inter-religioso não é menos urgente nos outros dois países com o Cristianismo como suas religiões majoritárias. Na República da Coreia (Coreia do Sul), 30% da população de 52 milhões são cristãos (20% protestantes, 10% católicos), 23% são budistas e 46% não professam nenhuma fé. Nas Filipinas, aproximadamente 90% da população de 100 milhões é de cristãos, e o diálogo com os islâmicos é um tema emergente, uma vez que uma porção considerável de sua população (11%) segue o islamismo sunita.

No Sri Lanka, por conta do convite de improviso feito por Banagala Upatissa²², o principal monge do templo budista Agrashravaka, em Colombo, o Papa Francisco mudou sua agenda para fazer uma visita ao templo. Foi o segundo papa, sendo precedido por João Paulo II, a visitar um templo budista. A visita coincidiu com o ritual sagrado de abertura do caixão que contém as relíquias de dois discí-

pulos de Buda²³. O Papa ouviu respeitosamente os monges entoando suas orações cantadas durante a cerimônia. Federico Lombardi²⁴, o porta-voz do Vaticano, fez questão de ressaltar que o Papa não rezou ou meditou durante a visita, em um esforço aparente para mostrar

“ O ensino é mais efetivamente realizado através de exemplo pessoal do que por doutrinação intelectual

que não havia nenhum sincretismo religioso envolvido. Durante sua visita, Francisco canonizou o missionário indiano do século XVII no Sri Lanka, Joseph Vaz²⁵, e aproveitou

23 Buda: é um título dado na religião budista àqueles que despertaram plenamente para a verdadeira natureza dos fenômenos e se puseram a divulgar tal redescoberta aos demais seres. “A verdadeira natureza dos fenômenos”, aqui, quer dizer o entendimento de que todos os fenômenos são impermanentes, insatisfatórios e impessoais. Tornando-se consciente dessas características da realidade, seria possível viver de maneira plena, livre dos condicionamentos mentais que causam a insatisfação, o descontentamento, o sofrimento. O primeiro buda, Sidarta Gautama, foi um príncipe da região do atual Nepal que se tornou professor espiritual, fundando o budismo. Na maioria das tradições budistas, é considerado como o “Supremo Buda” de nossa era, Buda significando “o desperto”. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Federico Lombardi (1942): sacerdote jesuíta, presbítero e teólogo italiano. É diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, nomeado pelo Papa Bento XVI em julho de 2006, em substituição a Joaquín Navarro-Valls, que exercera o cargo por 22 anos. Estudou Matemática e Teologia na Alemanha e foi colaborador da revista dos jesuítas *La Civiltà Cattolica*. Em 1984 foi eleito Provincial dos jesuítas na Itália, cargo que exerceu até 1990, quando se tornou diretor de programas, e depois diretor geral da Rádio Vaticana. Foi, de 2001 a 2013, diretor geral do Centro Televisivo Vaticano (CTV). (Nota da **IHU On-Line**)

25 Joseph Vaz (1651-1711): foi um sacerdote oriental e missionário no Sri Lanka, conhecido como Ceilão. Vaz chegou ao Ceilão durante a ocupação holandesa, quando os ho-

a oportunidade para exortar aos católicos do Sri Lanka que seguissem o exemplo de Vaz em “transcender as divisões religiosas a serviço da paz” e conclamar todos os habitantes à prática da tolerância religiosa.

IHU On-Line - Sobre a declaração de Federico Lombardi, acerca de o Papa não ter rezado ou meditado durante sua visita ao templo budista. Na sua opinião, o Papa poderia ter orado ou meditado? Não seria uma coisa natural a oração comum entre praticantes de diferentes religiões na Ásia?

Peter Phan - É uma questão difícil e controversa. Em outubro de 1984, o Papa João Paulo II reuniu um grupo de líderes de diferentes religiões em Assis, Itália, para rezarem pela paz mundial. O Cardeal Ratzinger, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé²⁶, expressou sua forte oposição a tal plano por temer que o espetáculo de líderes de diferentes religiões rezando juntos daria margem a um escândalo de “sincretismo religioso”. Para evitar esse perigo, uma clara distinção foi feita entre “estar junto para rezar” e “reunir-se para rezar junto”, sendo apenas a primeira alternativa permitida. De fato, em Assis, os líderes religiosos não rezaram juntos uma oração comum, mas reuniram-se em

landeses quiseram impor o Calvinismo como a religião. Ele viajou por toda a ilha levando a Eucaristia e os sacramentos aos grupos clandestinos de católicos. Mais tarde, em sua missão, encontrou abrigo no Reino de Kandy, onde ele pôde trabalhar livremente. Na época de sua morte, Vaz tinha conseguido reconstruir a Igreja Católica na ilha. Como resultado de seus trabalhos, Vaz é conhecido como o Apóstolo do Ceilão. Em 1995, foi beatificado pelo Papa João Paulo II em Colombo. Foi canonizado em 14 de janeiro de 2015 pelo Papa Francisco. (Nota **IHU On-Line**)

26 Congregação para a Doutrina da Fé: a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos do Vaticano. Fundada pelo Papa Paulo III, em 21 de julho de 1542, com o objetivo de defender a Igreja da heresia. É historicamente relacionada com a Inquisição. Até 1908, era denominada como Sacra Congregação da Inquisição Universal, quando passou a se chamar Santo Ofício. Em 1967, uma nova reforma, durante o pontificado de Paulo VI, mudou para o nome atual. (Nota da **IHU On-Line**)

19 O sítio do IHU publicou materiais sobre a viagem e também sobre a repercussão depois da passagem de Francisco pela Ásia. Confira em <http://bit.ly/1YSuID>. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Teravada:** literalmente “Ensino dos Sábios” ou “Doutrina dos Anciões”, é a mais antiga escola budista. Foi fundada na Índia. Relativamente conservadora, é a escola que mais se aproxima do início do budismo, e por muitos séculos foi a religião predominante na maioria dos países continentais do Sudeste Asiático. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Shaivismo:** é um ramo do hinduísmo que venera Shiva como Deus supremo. Adeptos do Shaivismo são chamados shaivitas. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Banagala Upatissa:** líder religioso budista. Exerce a função de chefe do templo que fica no Sri Lanka. Partiu dele o convite ao Papa Francisco para visitar seu templo. O convite teria sido feito já em outro encontro entre os dois, ocorrido no Vaticano. (Nota da **IHU On-Line**)

um mesmo lugar para rezar, cada um dentro de sua própria tradição religiosa.

Estritamente falando, a oração comum entre judeus e cristãos é possível, uma vez que os cristãos fazem uso do saltério hebraico em sua liturgia, bem como na oração privada e, de fato, o cristão deve rezar como Jesus, o judeu, o fez. Acerca do Islã, o Papa João Paulo II afirmou que cristãos e islâmicos adoram o mesmo Deus e, portanto, é possível, a princípio, para cristãos e islâmicos rezarem juntos. Além disso, em 1964, durante sua visita à Índia, o Papa Paulo VI citou a célebre oração hindu: “Conduza-me do irreal ao real, das trevas conduza-me à luz, da morte conduza-me à imortalidade”, e disse: “Essa é uma oração que pertence também a nosso tempo. Hoje, mais do que nunca, ele deve erigir-se em todo coração humano”. Pareceria, assim, que não é teologicamente impossível para os seguidores de religiões monoteístas rezarem juntos a Deus, não obstante suas diferentes concepções de divindade.

Por outro lado, a oração comum entre budistas e cristãos apresentaria sérias dificuldades, uma vez que o budismo, como uma filosofia, é não-teísta (note-se: não “ateísta”, no sentido de negar explicitamente a existência de Deus). Além disso, no budismo Theravada, Siddhartha Gautama²⁷ não é visto como divino, como o é Jesus no Cristianismo, mas como

²⁷ **Sidarta Gautama:** é popularmente dito e escrito simplesmente Buda. Foi um príncipe da região do atual Nepal que se tornou professor espiritual, fundando o budismo. Na maioria das tradições budistas, é considerado como o “Supremo Buda” de nossa era. A época de seu nascimento e de sua morte é incerta: na maioria, os primeiros historiadores do século XX datavam seu tempo de vida por volta de 563 a.C. a 483 a.C. Gautama, também conhecido como Sākyamuni ou Shakyamuni, é a figura-chave do budismo: os budistas creem que os acontecimentos de sua vida, bem como seus discursos e aconselhamentos monásticos, foram preservados depois de sua morte e repassados para outros povos pelos seus seguidores. Uma variedade de ensinamentos atribuídos a Gautama foram repassados através da tradição oral e, então, escritos cerca de 400 anos após a sua morte. (Nota da IHU On-Line)

um iluminado (*buddha*), um sábio e um mestre compassivo que não deve ser adorado. Talvez seja essa a razão pela qual o Papa Francisco não rezou ou meditou com os monges no templo Agrashravaka. No entanto, no budismo Mahayana (popular), embora Buda não seja encarado como divino, as pessoas rezam a ele, como aos santos no Catolicismo, pedindo por suas bênçãos e sua assistência. Não há, é claro, nenhuma objeção teológica para que qualquer um, incluindo os cristãos, reze a Buda pedindo por suas bênçãos, uma vez que ele é uma pessoa virtuosa.

“

Se nossa comunicação não pretende ser um monólogo, deve haver abertura de coração e mente para aceitar indivíduos e culturas

IHU On-Line - Houve alguma ocasião na qual Papa Francisco rezou com crentes não cristãos?

Peter Phan - Durante sua visita à Turquia, de 28 a 30 de novembro de 2014, Francisco visitou a Mesquita Azul, em Istambul. Ele tirou seus sapatos antes de entrar na mesquita. Em um gesto de harmonia inter-religiosa, estando ao lado do grande Mufti Rahmi Yaran e voltado à Meca, Francisco inclinou a cabeça e rezou em silêncio por vários minutos, naquilo que o porta-voz vaticano descreveu como um “momento de silenciosa adoração” conjunta a Deus.

Outro exemplo significativo da oração inter-religiosa do Papa Francisco é sua oração ao final da

Laudato Si'. Na conclusão daquilo que ele chama sua “extensa reflexão” sobre a ecologia, o Papa propõe que nós ofereçamos duas orações: “uma que podemos partilhar todos quantos acreditam num Deus Criador Onipotente, e outra pedindo que nós, cristãos, saibamos assumir os compromissos para com a criação que o Evangelho de Jesus nos propõe” (LS 246). Esta é, até onde sei, a primeira vez que um documento papal compõe explicitamente uma oração inter-religiosa lado a lado com uma oração cristã. Seria fascinante comparar as duas orações e destacar suas similaridades e diferenças.

Papa Francisco espera que sua oração inter-religiosa seja compartilhada por todos que professam a fé em um Deus criador, não apenas, como mencionei antes, judeus, islâmicos e hindus, mas também pessoas das assim chamadas religiões primais. No entanto, ela também pode ser compartilhada, sugiro eu, por budistas que, embora filosoficamente não professem a crença em (mas não necessariamente neguem) um Deus criador, possam substituir o nome de Deus por aquele de Buda, e rezar por auxílio em nossa tarefa de cuidar da nossa casa comum.

IHU On-Line - Papa Francisco também visitou a Coreia e as Filipinas. Como avalia essas viagens e qual a mensagem aos cristãos asiáticos?

Peter Phan - A Coreia do Sul é um dos três países asiáticos onde o cristianismo é a religião majoritária (sendo os outros as Filipinas e o Timor Leste) e o único país na Ásia onde o catolicismo foi introduzido não por missionários ordenados estrangeiros, mas por católicos coreanos leigos. É também uma das potências econômicas mundiais. O mercado econômico da Coreia é o 13º no mundo e é uma das grandes economias do G-20. Politicamente, é o único país do mundo que ainda é dividido, por conta de uma ideologia política, em Norte e Sul.

Papa Francisco adequou sua mensagem a essa divisão da Coreia ao exortar que a Igreja Católica coreana trabalhe para a paz e pela reconciliação nacional. Para a juventude coreana, que é tentada pela riqueza material e pelo hedonismo, ele lançou o desafio de adorarem a Deus “pelo serviço aos pobres, aos solitários, aos enfermos e aos marginalizados”.

IHU On-Line - Há atualmente alguma forma especial de opressão e marginalização na Ásia às quais as palavras e apelos do Papa Francisco se dirijam?

Peter Phan - Entre os pobres e marginalizados, Papa Francisco tem dirigido sua atenção à tragédia dos imigrantes e dos refugiados, assim como às centenas de milhares de imigrantes aterrorizados e empobrecidos que arriscaram suas vidas para chegar aos portos europeus; especialmente da Itália, vindos da África mediterrânea. Nas últimas décadas, a Ásia também tem experimentado um grande fenômeno de migração, frequentemente sob a forma de vítimas de guerras e trabalhadores braçais, sobretudo em direção aos países mais ricos, como Japão, Coreia, Hong Kong e Singapura, assim como ao Oriente Médio.

Esses imigrantes sofrem abusos físicos, tráfico sexual, discriminação trabalhista e traumas emocionais. Devido ao fato de que seus sofrimentos são menos expostos, suas vozes não são ouvidas, seus rostos não são vistos. Mas as palavras e apelos do Papa Francisco, em nome dos imigrantes e refugiados, têm dado esperança aos imigrantes asiáticos e, assim espero, irão atrair a atenção dos poderes internacionais em favor deles.

IHU On-Line - Para além do diálogo inter-religioso e do trabalho pela justiça, paz e reconciliação, o que o senhor destaca da fala do Papa Francisco sobre as culturas asiáticas e a necessidade da inculturação do Evangelho na Ásia?

Peter Phan - A Federação das Conferências dos Bispos Asiáticos tem assumido três tarefas principais da missão evangelizadora da Igreja na Ásia: libertação, diálogo inter-religioso e inculturação na forma do diálogo. Papa Francisco tem coisas profundas a dizer também sobre a terceira tarefa. Falando aos representantes da FCBA reunidos no Santuário dos Mártires em Haemi, na diocese de Daejeon, em 18 de agosto de 2014, ele disse: “sobre este vasto continente, que é a morada de grande variedade de

culturas, a Igreja é chamada a ser versátil e criativa em seu testemunho do Evangelho, através do diálogo e da abertura para com todos. De fato, o diálogo é uma parte essencial da missão da Igreja na Ásia (cf. *Ecclesia in Asia*, 29).

No entanto, ao tomar o caminho do diálogo com indivíduos e culturas, qual deve ser nosso ponto de partida e o ponto fundamental de referência que nos guia a nosso destino? Certamente é nossa própria identidade, nossa identidade como cristãos. Nós não podemos travar um diálogo real, a menos que estejamos conscientes de nossa própria identidade. Tampouco pode haver diálogo autêntico, a menos que sejamos capazes de abrir nossas mentes e corações, em uma receptividade sincera e empática, àqueles com os quais falamos. Um sentido claro de identidade e uma capacidade para empatia são então o ponto de partida de todo diálogo. Se nós queremos falar livre, aberta e frutiferamente com os outros, devemos ser claros acerca de quem somos, do que Deus tem feito por nós e o que é que Ele nos pede. E se nossa comunicação não pretende ser um monólogo, deve haver abertura de coração e mente para aceitar indivíduos e culturas. ■

LEIA MAIS...

- “*Ser religioso é ser inter-religioso*”. Entrevista com Peter Phan, publicada na **IHU On-Line**, edição 403, de 24-09-2012, disponível em <http://bit.ly/1PkFXVx>.
- *Salvação Universal, Identidade Cristã, Missão da Igreja*. Artigo de Peter Phan, publicado pela revista italiana *Adista* e reproduzido em **Notícias do Dia**, de 15-10-2009, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1N34O1y>.
- *Diálogo Inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II*. Artigo de Peter Phan, publicado em **Cadernos Teologia Pública**, número 86, de 2014, disponível em <http://bit.ly/1EmWAt9>.
- *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis? Insights ou percepções das igrejas asiáticas*. Artigo de Peter Phan, publicado em **Cadernos Teologia Pública**, número 38, disponível em <http://bit.ly/1IKpFAC>.

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

A encruzilhada do Curdistão socialista

Por Bruno Lima Rocha

“Após o início da guerra civil da Síria, vem chamando atenção do Sistema Internacional a possível construção de uma sociedade de base igualitária na região mais conflitiva do planeta. Na região oeste do Curdistão (Rojava) e ao sul do Curdistão iraquiano, a esquerda curda está implantando um sistema social cooperativo, democrático e não sectário. Os inimigos deste projeto são muitos, consistindo hoje em uma encruzilhada de possibilidades e desafios políticos e militares”, destaca Bruno Lima Rocha, professor de Ciência Política e de Relações Internacionais.

Bruno Lima Rocha tem doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atua como docente de Ciência Política e Relações Internacionais e também como analista de conjuntura nacional e internacional. É editor do portal Estratégia & Análise, onde concentra o conjunto de sua produção midiática, analítica e acadêmica.

88

Introdução

O advento da primavera árabe e a rebelião sunita contra o governo Assad na Síria oportunizou o exercício de soberania da população curda residindo dentro dos limites deste Estado falido. Em novembro de 2013, isto se concretizou no estabelecimento dos três cantões de Rojava (oeste em curdo), Efrin, Kobane e Cizire, implicando na construção de uma sociedade de tipo socialista, democrática e feminista. As instâncias de poder são de acesso coletivo, os cargos executivos rotativos e a economia tem base familiar, cooperativa e com experimentos de coletivização.

A resposta à tamanha ousadia societária veio com o avanço do jihadismo mais brutal, operado através do Estado Islâmico (ISIS), cujo cerco a Kobane durou mais de 120 dias, resultando no equivalente à Batalha de Stalingrado para os povos do Curdistão. Com a vitória da esquerda em Kobane e as seguidas derrotas militares impostas aos wahhabitas comandados por Al-Baghdadi (líder do ISIS cuja origem vem de um racha da Al-Qaeda, no Iraque), chamaram a atenção mundial para a luta armada iniciada em 1984 e cuja repressão na Turquia implicou em mais 40 mil mortos e em 3.800 vilas e vilarejos removidos pelas forças armadas kemalistas (os militares turcos têm sua origem moderna na reconstrução do Estado promovida por Kemal Atatürk). Desde o início do conflito na Síria, o governo de Ankara apoia de forma implícita e por vezes explícita o Estado Islâmico e faz o possível para aumentar a repressão

sobre Rojava e as linhas de apoio do outro lado da fronteira.

A partir de julho de 2015, após a vitória eleitoral do HDP (Partido Democrático do Povo), frente política da esquerda do Curdistão dentro da Turquia, o Poder Executivo vem utilizando suas potestades especiais e intensificando a incidência militar contra as forças curdas. Alegando bombardear e reprimir o ISIS e tendo o aval da OTAN (a Turquia tem o segundo maior contingente da Aliança do Atlântico Norte) para criar uma zona tampão de 100 quilômetros a partir da fronteira com o Estado falido da Síria, Erdogan e os conspiradores militares do alto-comando (as conhecidas redes Ergenekon) praticamente obtiveram carta-branca de seus pares para exterminar esta impressionante experiência democrática.

Breve trajetória e contexto do PKK

O Oriente Médio vive um momento dramático, dando sequência aos mais de cem anos de conflitos ininterruptos, boa parte destes promovido pelo interesse das potências ocidentais, como também pelo jogo realista e amoral das potências regionais. Os países com ascensão regional e atualmente com status de Estados-pivô na região são Israel, Arábia Saudita, Turquia e Irã. Neste seleto clube outrora participava o Egito no período de Nasser, mas desde os acordos de Camp David (1978), selando a paz entre Egito e Israel tendo em troca a plena devolução do deserto do Sinai, o país que



‘Os curdos não têm outros amigos além de suas montanhas’. Logo, controlar as montanhas implica em salvaguardar a reserva estratégica do PKK

foi o berço do moderno pan-arabismo inclinou-se para os interesses de sua nobreza e cleptocracia de Estado, abandonando os discursos de emancipação dos árabes.

O pensamento e a postura mais à esquerda vêm sendo progressivamente abandonados por uma concorrência de tipo sectária entre as elites dirigentes dos Estados ali localizados. A grande exceção a esta regra é a esquerda curda, representada pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), cujo embrião remonta ao ano de 1973 e a fundação fora em 1978. Os curdos são considerados a maior nação sem Estado no planeta e a busca pela criação de um Estado-nacional de maioria curda e modelo socialista centralizado foi o objetivo estratégico do PKK até o ano de 1999. Desde então, esta força político-militar passou por dez anos de reconstrução e debates internos, remodelando seu programa e ultrapassando qualquer marco de luta nacionalista. A partir de 2010, o PKK tornara-se o núcleo duro e irredutível de um gigantesco movimento social e popular dos povos do Curdistão (curdos e não curdos) vivendo - majoritariamente - como cidadãos de segunda categoria debaixo da soberania e opressão de Turquia e Irã, e de forma mais autônoma dentro dos territórios dos Estados falidos da Síria e do Iraque.

A força político-militar a rivalizar com o PKK é oriunda do domínio oligárquico do clã Barzani, líder incontestado do Partido Democrático do Curdistão (KDP) e homem forte do regime à frente do Governo Regional Curdo (KRG), cuja capital é Irbil e ocupa uma mancha territorial no Curdistão iraquiano. Ao contrário da força liderada por Abdullah Ocalan, o KDP é considerado coirmão do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), legenda do presidente islamita turco, Recep Erdogan e inimigo estratégico do PKK. Após a primeira guerra do Iraque, a região onde hoje se localiza o KRG passou por uma guerra civil entre a direita curda (KDP e os clãs oligarcas aliados) e o PKK. Os primeiros foram

apoiados pela Turquia, Irã, financiados por empresas transnacionais de petróleo - detentoras de contratos de exploração - e com auxílio da aviação militar dos EUA. Isto resultou em uma vitória pontual da direita e uma trégua armada com a esquerda curda. O empate estabilizou os santuários do PKK nas montanhas do Curdistão, controlando suas rotas e podendo operar como autodefesa de massas contra os ataques da Turquia e do Irã.

O objetivo estratégico da Turquia

O provérbio oriundo desta região e mais conhecido internacionalmente é emblemático da situação. Este afirma que “os curdos não têm outros amigos além de suas montanhas”. Logo, controlar as montanhas implica em salvaguardar tanto a reserva estratégica do PKK como o local de treinamento de novos militantes do partido e voluntários das forças de autodefesa popular (o HPG). A partir dos acampamentos, o PKK alimenta as forças coirmãs do PJAK (Partido da Vida Livre no Curdistão) no Irã e o PYD (Partido da União Democrática) na Síria.

Pela lógica do conflito, o avanço turco por terra na Síria e sobre as montanhas do Curdistão rompe - de fato - com o cessar-fogo estabelecido pelo PKK e visa tanto acabar com a soberania popular no oeste do Curdistão como aniquilar as bases político-militares de seus adversários permanentes. Diante do avanço da Turquia, o governo da direita curda aplaudira a iniciativa, vendo nesta ofensiva militar a chance ideal para dar fim à única força política capaz de quebrar a hegemonia pró-ocidental nos domínios do KRG. A única saída para o Curdistão socialista é garantir um impasse militar contra a Turquia e, na sequência da vitória definitiva sobre o ISIS, também derrotar a direita curda em todos os níveis. ■

Expediente

Coordenadora do curso: Profa. Ms. Gabriela Mezzanotti

Editor da coluna: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

#Dossiê Agrotóxicos

Seminário coloca em foco as consequências do uso de agrotóxicos

Evento vai abordar os problemas ambientais e o risco para a saúde que podem ser causados por essas substâncias

Por Leslie Chaves

O Seminário Agrotóxicos: Impactos na Saúde e no Ambiente colocará em pauta o importante debate acerca do uso desses produtos químicos e os profundos e extensos reflexos que essa prática pode provocar. O evento acontece na próxima segunda-feira, 24-08-2015, a partir das 9h, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

O evento contará com as conferências de três pesquisadores especializados no tema. Falando sobre o “**Uso combinado de Agrotóxicos e o impacto na saúde**”, abre as discussões Karen Friedrich, doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, onde também leciona. É também professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e integrante do GT Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco.

Leonardo Melgarejo, doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e coordenador do GT Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia, vai tratar do tema das “**Políticas Públicas para redução no uso de agrotóxicos**”, na segunda conferência da manhã.

Durante a tarde seguem os debates com a exposição “**Agrotóxicos, ambiente e sustentabilidade**”, realizada por Fernando Carneiro, doutor em Epidemiologia pela Universidade

Federal de Minas Gerais - UFMG, com pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da **Universidade de Coimbra, Portugal**. É pesquisador e Diretor da Fiocruz Ceará e colaborador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília - UnB.

Como parte da programação do Seminário também será lançado o “**Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**”, uma pesquisa de fôlego e ampla sobre o tema.

O material reúne em suas 600 páginas uma série de informações científicas que buscam o diálogo com a sociedade a partir de uma linguagem, diagramação e inserção de recursos gráficos que procuram facilitar a compreensão e o uso do material.

Os três conferencistas debaterão os aspectos mais importantes do livro, a partir das 19h30min, no Auditório Padre Bruno Hammes, na Unsinos. “O diferencial do dossiê foi reunir um grande grupo de cientistas e organizações preocupados com estas questões e analisar o conhecimento disponível de maneira integrada”, ressalta o pesquisador Fernando Carneiro.

Ainda é possível se inscrever na atividade. Mais informações e o caminho para as inscrições estão disponíveis diretamente no link <http://bit.ly/1J2kpbs>, no sítio do IHU. ■

LEIA MAIS...

Desperdício e perda de alimentos: Impactos sociais, econômicos e ambientais



Edição 452 - Ano XIV - 01-09-2014
Disponível em <http://bit.ly/1rtNN5E>

Em maio de 2014, realizou-se na Unisinos o XV Simpósio Internacional IHU tendo como tema “Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio”. O evento inspirou e suscitou o tema de capa da IHU On-Line número 452, pois a perda e o desperdício de alimentos implicam em enormes impactos sociais, econômicos e ambientais, como atestam os pesquisadores que participam do debate travado nas páginas desta edição. Contribuem para as discussões Altivo de Almeida Cunha, Paulo Waquil, Alfons López Carrete, Patrícia Barbieri, Celso Luiz Moretti, Walter Belik e José Esquinas Alcázar. A edição conta ainda uma completa reportagem sobre o desperdício de alimentos.

Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio



Edição 442 - Ano XIV - 05-05-2014
Disponível em <http://bit.ly/1DYvgqq>

Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio foi o tema do XV Simpósio Internacional IHU, que ocorreu em maio de 2014 na Unisinos. O objetivo do evento foi debater e indicar perspectivas para o direito ao alimento e à nutrição nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas da conjuntura brasileira. Nesta direção, o número 442 da IHU On-Line reúne especialistas em diversas áreas do conhecimento para antecipar as discussões sobre o tema do evento. Contribuem para o debate José Esquinas-Alcázar, Esther Vivas, Walter Belik, Maria Emília Lisboa Pacheco, Francisco Menezes, Alan Bojanic, Renata Menasche e Ligia Amparo da Silva Santos.

#DossiêAgrotóxicos

Agrotóxicos: uma conta alta que a sociedade ainda não se conscientizou de que pagará

Para Fernando Carneiro, é urgente que se faça esse debate que envolve o futuro do meio ambiente, da saúde pública e da economia do Brasil

Por Leslie Chaves

O Brasil sustenta duas posições de destaque no campo do agronegócio: é o maior consumidor de agrotóxicos e um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo. Essas duas colocações estão imbricadas e, segundo Fernando Carneiro, são a expressão de um modelo de economia para o campo e para o país. Para o pesquisador, os danos causados pelos agrotóxicos se estendem por diversas áreas, como a social, ambiental, política e econômica, e devem continuar reverberando ao longo do tempo em função dos desequilíbrios que provocam e intensificam. “Essa conta nunca é mostrada para a sociedade, é uma conta que está escondida e é pouco estudada pela academia”, aponta em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Fernando Carneiro é graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, especialista em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Ciências da Saúde pelo Instituto Nacional de Salud Pública de México e doutor em Epidemiologia pela UFMG, com pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tendo como orientador o Prof. Boaventura de Sousa Santos. Atualmente é pesquisador da Fiocruz Ceará e do Núcleo de Estudos em Saúde Pública - NESP da UnB. Também coordena o GT Saúde e Ambiente da Abrasco e o Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e das Águas - Teia de Saberes e Práticas - OBTEIA.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a importância do debate sobre o uso de agrotóxicos?

Fernando Carneiro - O debate sobre o uso de agrotóxicos é emblemático, simbólico para pensarmos o futuro do nosso país. Portanto, não é um debate trivial, pois o agrotóxico é a melhor expressão de um modelo de economia para o campo e para o país que tornou o Brasil o maior exportador de *commodities* do planeta e também o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Então esse deba-

te é expressão e resultado dessa conjuntura.

No mês de maio, por exemplo, mais de 50% de nossa pauta de exportação foram os produtos primários agrícolas. Essa reprimarização da economia, onde exportamos bens primários com valor agregado para a manufatura da indústria, teve seu ciclo de prosperidade, principalmente, durante o governo Lula, mas agora também boa parte dessa crise econômica de 2015 é um sinal do esgotamento desse modelo.

Então o agrotóxico, ao mesmo tempo que é uma expressão desse modelo baseado na revolução verde, mecanização no latifúndio, na concentração da terra, está dando mostras de que não é sustentável para o desenvolvimento do país. Ao sabor de qualquer crise internacional, abala-se a produção da economia, além de ser um modelo que contamina as pessoas e o meio ambiente. Essa conta nunca é mostrada para a sociedade, é uma conta que está escondida e é pouco estudada pela academia. Com o interesse de salvar esse modelo, o que



O agrotóxico é a melhor expressão de um modelo de economia para o campo e para o país

se faz hoje, a exemplo do Legislativo e do Executivo, é maximizar tal modelo, e não buscar alternativas, como a agroecologia, que se baseia na biodiversidade, ancorada num pensamento de futuro sustentável de país.

Toda essa discussão sobre os agrotóxicos nos leva a debater um projeto de futuro, a crise de investimento do país e a crise do modelo de desenvolvimento, com essa marca brasileira de maior exportador de *commodities* do planeta. Realmente não é um assunto trivial, e é de interesse de toda a população, tanto dos que vivem no campo quanto dos que vivem na cidade.

IHU On-Line - Com que objetivo foi criado e qual é o papel do Dossiê Abrasco nas discussões sobre o uso de agrotóxicos?

Fernando Carneiro - A ideia do dossiê surge no final de 2011 justamente quando existia um total domínio desse pensamento, que é muito divulgado pela mídia, de que não há nada a fazer, de que temos de nos sujeitar ao modelo do agronegócio, da cultura de concentração de terra, do uso de agrotóxicos, e de que não há outro caminho. Então, quando se colocou isso de forma muito acentuada, tanto no plano acadêmico quanto no plano do governo, no campo científico, nós, enquanto pesquisadores de questões da saúde pública, percebemos que era importante apresentarmos o ponto contraditório.

Na ciência se costumam fazer artigos científicos, que muitas vezes são retalhos de pensamentos a partir dos quais não se tem condições

de fazer uma análise mais detalhada a respeito do tema. Então nossa ideia, e acho que foi o diferencial do dossiê, foi reunir um grande grupo de cientistas e organizações preocupados com estas questões e analisar o conhecimento disponível de maneira integrada. Não negamos esse conhecimento, mas, por exemplo, ao analisarmos o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA¹, identificamos cada composto químico encontrado e o que cada estudo dizia sobre tais elementos, que implicações teriam, e tudo isso foi discutido à luz de um conselho plural.

Durante o processo de discussões nesse conselho, vimos que tudo o que foi debatido era muita coisa para fecharmos o livro, ou em uma parte. Também identificamos diversos momentos políticos muito importantes para o Brasil: o Congresso Mundial de Nutrição, no início do ano de 2012; no meio desse mesmo ano a Cúpula dos Povos² e a

1 Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA: foi iniciado em 2001 pela Anvisa, com o objetivo de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal que chegam à mesa do consumidor. O PARA é coordenado pela Anvisa, que atua em conjunto com as Vigilâncias Sanitárias - VISA e com os Laboratórios Centrais de Saúde Pública - Lacen. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Cúpula dos Povos: foi um evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. O evento aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho de 2012 no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. O grupo responsável pela organização da Cúpula dos Povos foi o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 - CFSC. O comitê reuniu uma grande diversidade de organizações brasileiras atuantes em várias áreas como direitos humanos, desenvolvimento,

Rio+20³; e no final o Congresso da Abrasco⁴. Assim, fomos lançando partes do dossiê de acordo com a temática desses eventos. Então a primeira parte foi ligada à segurança nutricional. Nós nos surpreendemos com o impacto na mídia, na sociedade, e isso nos deu energia para continuar esse trabalho voluntário e militante. Na Cúpula dos Povos, tinha-se uma perspectiva de movimento e lançamos a segunda parte: "Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade", e no congresso da Abrasco, o maior da América Latina, discutimos a ecologia de saberes.

Nesse momento, quando falamos de ecologia de saberes, trazemos não só o conceito científico, mas também os saberes dos movimentos sociais que lutam por um outro modelo de desenvolvimento. Essa é uma outra grande novidade do dossiê. Ele não valoriza só o conhecimento científico, mas também os outros diversos saberes, como os oriundos das lutas desses povos pela sua sobrevivência e por um outro modelo social. Isso nos fez inovar na forma e no conteúdo

trabalho, meio ambiente e sustentabilidade. (Nota da **IHU On-Line**).

3 Rio+20: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - CNU-DS, conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de 190 nações que propuseram mudanças, sobretudo no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNU-DS, aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia e outros. (Nota da **IHU On-Line**).

4 Congresso da ABRASCO: o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva é considerado um dos mais importantes fóruns científicos da área em todo o mundo. Participam do evento milhares de sanitaristas, epidemiologistas, cientistas políticos, cientistas sociais, comunicadores, especialistas em políticas públicas, profissionais e trabalhadores da saúde, gestores e técnicos da saúde, além de militantes de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil atuantes na área da saúde. O congresso, que também é conhecido como Abrascão, acontece a cada três anos e sedia a Assembleia Geral da entidade, que define sua nova diretoria e conselho. (Nota da **IHU On-Line**)

do dossiê. Os 45 autores, a grande maioria acadêmicos, são também lutadores sociais com notável experiência na temática. Esse trabalho promove um diálogo de saberes que vai além da ciência, complementando-a com outros olhares e ideias.

Com os estudos realizados para a construção do dossiê se concebe um ciclo onde não só é denunciada a situação do que está acontecendo no país, de forma qualificada, como também é tratado um rol de alternativas e propostas no campo da agroecologia para superar os problemas. Posso dizer que essa é a grande novidade do livro que está sendo lançado.

IHU On-line - Como está o trabalho de divulgação do Dossiê Abrasco?

Fernando Carneiro - Nós já temos agendados pelo país mais de 30 lançamentos, em vários locais, como universidades, encontros de estudantes, encontros científicos, eventos no campo do cinema, e estamos nos desdobrando para atender a quantidade de solicitações de lançamentos. Também estamos lançando o dossiê nos movimentos sociais, que o identificam como material de insumo para luta. Então, estamos percebendo que o livro não está se direcionando só para a academia, mas também os movimentos sociais estão o entendendo como uma ferramenta de luta e estão lançando em seus congressos, sendo uma boa reflexão para esses atores sociais. A mídia também tem nos procurado para fazer reportagens a partir do que leem no dossiê.

A novidade agora é que esse material está tendo uma boa recepção na América Latina. A nossa ideia é de que isso também incentive movimentos de outros países a fazerem dossiês a partir das suas realidades. Estamos providenciando a tradução do dossiê para o espanhol e vamos lançá-lo no Congresso Latino-Americano de Agroecologia, da Sociedade Latino-Americana de Agroecologia - SOCLA, em outubro agora, na Argentina. Então,

vamos lançar em La Plata a versão em espanhol e acreditamos que seja um estímulo para que outros países da América Latina também possam desenvolver seus dossiês nessa perspectiva crítica e integrada, reunindo vários cientistas e movimentos sociais. A expectativa é abrirmos uma frente de desdobramentos nessa região.

“

A discussão sobre os agrotóxicos nos leva a debater um projeto de futuro, a crise de investimento do país e a crise do modelo de desenvolvimento

IHU On-Line - O senhor comentou que as próximas etapas das pesquisas da Abrasco abordariam os eixos agrotóxicos urbanos e guerra química contra populações vulnerabilizadas. Em linhas gerais, de que tratam esses dois eixos e como estão as pesquisas sobre esses desdobramentos?

Fernando Carneiro - Nós ainda estamos nos organizando para isso, porque vai envolver muita dedicação, já que é um tema bastante polêmico. No caso dos agrotóxicos urbanos, o grande problema é a questão da saúde, e nós como militância da saúde coletiva vamos discutir um tema que vai envolver muitos conflitos, realmente um grande desafio. O que eu posso adiantar que nós já estamos vendo como outra preocupação é a utilização, pelo Ministério da Saúde, do Malatathion⁵ para o

⁵ **Malatathion:** é um inseticida inibidor da acetilcolinesterase, que não existe naturalmente. Em estado puro é um líquido incolor.

combate à dengue. Essa substância está sendo apontada como um provável cancerígeno humano. Então você imagina, o setor de saúde utilizando para controlar um problema de saúde pública um veneno que pode causar câncer! O debate sobre esse assunto tem de entrar no mérito da própria lógica do programa de controle da dengue no Brasil que, infelizmente, aposta nessas medidas.

Sabemos que para algumas prefeituras a chegada do fumacê⁶ é uma coisa simbólica, pois o veneno aparece e dá uma ideia de efetividade da ação do Estado. Mas, para se ter uma ideia, para o fumacê matar um mosquito alado, a gotícula do veneno tem que entrar em contato com esse mosquito. Então é um método muito ineficaz, porque ele só atinge formas aladas, ou seja, aqueles que estão voando, e as que estão em outros locais não são atingidas, e ainda muitas vezes não tem calibração adequada, etc. Sabemos também que a dengue é uma doença que tem uma determinação socioambiental muito importante, por isso é preciso atuar de forma integrada, por exemplo, atingindo os criadouros, e observando a questão da reserva de água em tempos de crise hídrica. Dessa forma, há uma série de desafios e não podemos nos resumir a implantar uma estratégia que a cada dia se mostra mais ineficaz.

A nossa crítica está muito voltada a isto: ao se tentar resolver um problema de saúde pública, acabar criando outro. Então nós vamos incorporar mais pesquisadores com conhecimento sobre o tema, buscando identificar estudos que tenham avaliado esse problema, para contribuir para um debate visando um aprimoramento do programa de

Requer assessoria profissional para o uso contra insetos em explorações agrícolas e em jardins, para tratar piolhos na cabeça de seres humanos e para tratar pulgas em animais domésticos. Usa-se também para matar mosquitos e a mosca da fruta, em extensas áreas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Fumacê:** técnica de combate de pragas urbanas, como o mosquito da dengue, a partir da pulverização de inseticidas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

controle da dengue, que a própria saúde pública não dá uma linha.

IHU On-Line - De que se trata em linhas gerais especificamente a parte "Agrotóxicos, ambiente e sustentabilidade", que o senhor vai abordar no seminário do IHU?

Fernando Carneiro - Vou trabalhar principalmente a discussão do impacto sobre os ecossistemas e as relações que isso tem com o atual modelo de desenvolvimento brasileiro para a agricultura, além da questão da Sustentabilidade, uma palavra muito utilizada hoje.

Esse processo de busca de lucro rápido, entre outras coisas, gerou um capitalista mais inteligente, que tem visto que seu próprio lucro não traz dinheiro, porque quando ele está exportando o produto dele, também está exportando água, solo, etc. Assim, os meios de produção estão se exaurindo, o que vai dificultando a própria reprodução desses produtos nessa lógica de organização. Esse modelo está chegando ao seu limite, e há um reconhecimento da própria Embrapa⁷ sobre

⁷ **Embrapa:** a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é uma instituição

isso. Recentemente a Embrapa está reavaliando a gestão das técnicas de aprimoramento das grandes monoculturas, e está vendo que é importante diversificar a produção de forma a reutilizar a terra horizontalmente e também trabalhar verticalmente, ou seja, trabalhar com as florestas, e plantações consorciadas⁸. As-

pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Criada em 26 de abril de 1973, tem como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Cultivo de plantas em consórcios: é praticado há séculos, sobretudo por pequenos produtores das regiões tropicais, na tentativa de obter o máximo de benefícios dos recursos disponíveis. O consórcio de culturas é caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia. As plantas podem ser semeadas ou plantadas ao mesmo tempo ou terem época de implantação levemente defasada, mas compartilham dos mesmos recursos ambientais durante grande parte de seus ciclos de vida, fato que leva a forte interatividade entre as espécies consorciadas e entre elas e o ambiente. Essa técnica é extremamente interessante especialmente quando se quer maximizar o aproveitamento da água disponível no solo ou do período chuvoso, tornando-se fundamental em regiões do Brasil onde, ao longo do ano,

sim se diminui a possibilidade do que se batiza de pragas, que nada mais são do que insetos que são inimigos naturais que se reproduzem em grande escala. A praga é uma invenção do homem, porque em função dos desequilíbrios naturais ela encontra terreno fértil para se reproduzir.

Então é um tema que não está só no campo da contra-hegemonia, mas também se inscreve no debate da própria sobrevivência desse modelo. Também vou falar um pouco sobre os desafios do Plano Nacional de Agroecologia, do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, que são políticas recentes que ainda não se desenvolveram plenamente e que são fundamentais para que se transforme a realidade para que realmente possamos ter um pouco mais de sustentabilidade em nosso processo de produção agrícola. ■

ocorrem duas épocas bem distintas, uma chuvosa e outra seca (que pode durar até 6 meses). Compondo o Sistema Plantio Direto - SPD, a consorciação de culturas, além de proporcionar uma série de outros benefícios, como o auxílio no controle de plantas daninhas, promove excelente cobertura viva e morta do solo, durante o maior período de tempo possível. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Dossiê Abrasco: o grito contra o silêncio opressivo do agronegócio.* Entrevista com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-05-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1gEr7wZ>.
- *O perigo dos agrotóxicos.* Artigo de Fernando Carneiro, publicado nas **Notícias do Dia**, de 29-01-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1gEr7wZ>.
- *Agroecologia. Uma proposta para reduzir os agrotóxicos.* Entrevista com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 26-09-2012, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Epw0Q1>.
- *Um terço dos alimentos consumidos pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos.* Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-05-2012, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1J6Ma6k>.
- *Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos.* Entrevista com Fernando Carneiro, publicada na **IHU On-Line**, edição 377, de 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/1hA5oa9>.

#DossiêAgrotóxicos

Informação, protagonismo social e políticas públicas na promoção de uma agricultura amigável

Para Leonardo Melgarejo, para a transformação do modelo de agronegócio do país são fundamentais a divulgação intensa de informações e o empoderamento dos cidadãos

Por Leslie Chaves

O imaginário construído em torno das políticas agrícolas brasileiras reforça a ideia de que a única possibilidade de gerar produção suficiente para abastecer o país e o mercado de exportação é o modelo de monocultura de latifúndio, que é sustentado pelo uso de agrotóxicos. De acordo com Leonardo Melgarejo, a importância das discussões sobre esse tema é desconstruir esse pensamento e mostrar que não há base científica para a manutenção desse sistema agrícola dominante que causa profundos danos ao meio ambiente e à saúde. “A mudança é inexorável: não há razão técnica para que nossa sociedade continue induzindo mães a levarem para seus filhos comida com veneno”, ressaltou em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Munida de informação, a população tem a possibilidade de tomar decisões

mais sustentáveis na escolha de seus alimentos e pressionar por mudanças. Assim, segundo o pesquisador, também “o debate sobre os agrotóxicos é importante, porque ajuda a construir consciências e formar cidadãos dispostos a ir além do papel de consumidores passivos”.

Leonardo Melgarejo é graduado em Engenharia Agrônoma e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade de Santa Catarina - UFSC. Atualmente é engenheiro agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, membro do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade e coordenador do GT Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a importância do debate sobre o uso de agrotóxicos?

Leonardo Melgarejo - A sociedade precisa de informações para atuar de forma consciente, para exercer com eficácia seu poder de influência sobre as políticas públicas e sobre as alternativas apre-

sentadas pelos mercados. As decisões de compra, mesmo em suas opções individuais mais simples, quando em conjunto, assumem enorme peso político. Atitudes coletivas, sociais, de rejeição a riscos podem alterar a oferta de produtos que causam problemas para a saúde. E os agrotóxicos se enquadram nesta moldura.

O Brasil é o campeão mundial no uso de venenos agrícolas que causam diversos tipos de doenças, em boa parte do tipo incurável, apenas porque as pessoas acometidas pelas doenças não sabem que isso poderia ter sido evitado. E aqueles venenos também causam problemas sociais, incluindo-se entre as causas da crise financeira, porque



Até o Papa faz alertas pedindo mudanças de comportamento individual, para que o mundo se altere

passam pelo Sistema de Saúde Pública. Os produtores são afetados, o ambiente é afetado e os consumidores são afetados.

Os mais jovens e os mais velhos são as grandes vítimas e isso fragiliza a base estrutural de milhares de famílias rurais e urbanas. Embora seja verdade que estes venenos facilitam o manejo das grandes lavouras, não é real a crença de que nossa agricultura não pode viver sem eles, e que os pequenos agricultores se beneficiam de seu uso. Quem ganha mesmo com isso são as indústrias de veneno, as empresas de propaganda e as redes de comunicação. E todos estes, de forma muito natural se empenham em ocultar informações que ajudariam a reduzir os problemas. Afinal, por que agiriam de outra forma, se existem pelo objetivo de maximizar lucros? Então, o debate sobre os agrotóxicos é importante porque ajuda a construir consciências e formar cidadãos dispostos a ir além do papel de consumidores passivos. Este debate constrói pontes e passagens que permitem ultrapassar o bloqueio imposto pela grande mídia, apontando as fragilidades da mitologia que dá sustentação ao modelo agrícola dominante, que é viciado em agrotóxicos.

O debate também possui efeito pedagógico na medida em que revela ao cidadão comum seu poder real, anunciando que ele cresce quando é orientado para necessidades coletivas, quando se soma aos interesses da maioria. No de-

bate dos agrotóxicos o interesse da maioria é fugir dos venenos. E as empresas se preocupam ao perceber que nos últimos anos a indignação da sociedade já vence o medo de passar fome. A sociedade sabe que vem sendo enganada e orientada a agir contra seus próprios interesses. Até o Papa faz alertas neste sentido, pedindo mudanças de comportamento individual, para que o mundo se altere. Para isso, basta que a sociedade se assenhore de um fato básico: isto não precisa ser assim! Podemos produzir comida sem veneno e ela não precisa custar mais caro do que a comida envenenada que hoje encontramos em todos os supermercados. Para que isso mude, basta que a sociedade diga "não". Não aos agrotóxicos, não aos transgênicos, não à comida que causa doenças. Estamos avançando neste rumo e os debates têm sido fundamentais neste sentido.

IHU On-Line - O Brasil, desde 2008, é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Que significado tem essa marca? Quais são as dificuldades de sair dessa posição?

Leonardo Melgarejo - Mais de 60% dos agrotóxicos jogados no território brasileiro caem sobre lavouras transgênicas de soja, milho e algodão. Estas lavouras são fonte de ganhos milionários para seis empresas que detêm patentes das sementes modificadas. A elas não interessa qualquer mudança, e elas influenciam sobre

o que se decide nas assembleias legislativas, na câmara federal e no senado. Elas também influenciam sobre órgãos de fiscalização e agentes de governo. E pagam por campanhas milionárias, voltadas à formação de uma opinião pública favorável ao chamado "agronegócio".

Existem ainda outros interesses internacionais que motivam agentes que operam a seu serviço, em nosso país. Estes, em conjunto, estão levando o Brasil rumo à "alternativa" de se consolidar como colônia exportadora de matérias simples, não transformadas. Um novo ciclo de exploração, como tantos que já vivemos no passado, onde a economia depende dos minérios aos grãos e de quase nada mais além disso. Para aqueles interesses, no que diz respeito à agricultura, as grandes lavouras, as monoculturas se revelam como principal alternativa para ocupação do território nacional, esvaziando o campo para implantar blocos uniformes que agridem a natureza, criam necessidades ampliadas para o uso de venenos. Sua proposta é de conter as reações da natureza em operações de guerra. Guerra química.

Só de glifosato, na safra de 2003 foram utilizados 187 milhões de litros, em sua maior parte jogados de avião. Conforme o Instituto Nacional do Câncer - INCA, neste caso (do glifosato), assim como em outros, estamos jogando de avião algo que causa câncer. Apenas uma terça parte do que os aviões agrícolas derramam no nosso território alcança o alvo. O resto envenena solos, águas, animais e pessoas. Quando falamos em câncer causado pelo consumo de um veneno que está no grão de milho, nos referimos apenas a uma pequeníssima quantidade daquela parcela da calda tóxica jogada de avião, que atingiu o alvo. Imaginem o resto.

A dificuldade para sair desta situação reside na ausência de políticas

públicas que estimulem de forma relevante a transição de modelos produtivos e levem à expansão na oferta de alimentos limpos. Isso se dá desta forma porque a sociedade é mal informada e ainda não se fez consciente de que suas decisões de compra mudarão o que ocorre no Brasil. Este modelo agrícola foi criado com base em muitos anos de subsídios e estímulos, montanhas de recursos em créditos, pesquisas e apoio à comercialização. Com muito menos do que isso, com uma parcela daqueles esforços sociais, desde que orientados para a agroecologia, poderíamos construir uma agricultura pujante, amistosa com a natureza e eticamente responsável para com os consumidores dos produtos colhidos, onde alimentos deixariam de ser confundidos com mercadorias.

Acredito que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara apontam caminhos para mudanças radicais, que, se implementadas, poderão retirar o Brasil desta posição incômoda, de "maior consumidor de agrotóxicos". Infelizmente, mesmo depois de anunciadas, estas iniciativas continuam em disputa dentro do governo. Elas se chocam com os interesses daquelas empresas e dos políticos comprometidos com seus interesses. Sua consolidação e avanço efetivo dependem do apoio da sociedade e, portanto, da disseminação de informações que estimulem o protagonismo social, na luta contra os agrotóxicos.

IHU On-Line - Pesquisas indicam que cada brasileiro consome por ano uma média de 7,3 litros de agrotóxicos. No Rio Grande do Sul a média chega a 8 litros por ano. Por que esse número é maior no Estado?

Leonardo Melgarejo - Estes cálculos são realizados dividindo o volume aplicado pela população

residente na área em questão. Assim, a média nacional é afetada por regiões como a Amazônia, onde ainda são utilizados pequenos volumes de venenos agrícolas. Mas vale lembrar que o Rio Grande do Sul também apresenta heterogeneidades. Na região do Planalto, a média

“
Podemos produzir comida sem veneno e ela não precisa custar mais caro do que a comida envenenada que hoje encontramos em todos os supermercados

supera os 11 Kg per capita, e na região de Torres ela é inferior a sete.

Em outras palavras, quanto maior o avanço das lavouras transgênicas, quanto mais consolidado o agronegócio exportador de *commodities*, maior o uso de agrotóxicos, e quanto menor a densidade populacional, relativamente ao volume aplicado, maior a média de consumo.

Mas a situação é pior do que parece. Apesar de assustadores, estes números revelam algo ilusório, por pelo menos dois motivos. Primeiro porque o volume de contrabando não está considerado no cálculo do volume de venenos aplicados. E no Rio Grande do Sul ele é por demais expressivo. Então, talvez nossa média real supere os 12 litros. O segundo motivo está no fato de que não precisamos de um balde de veneno para contrair moléstias incuráveis. Basta uma "subdose", algo muito inferior ao mensurável, para

causar dano em uma célula e deflagrar, com o tempo, a emergência de tumores malignos.

IHU On-Line - O senhor poderia falar um pouco sobre o trabalho da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - Agapan?

Leonardo Melgarejo - A Agapan trabalha com acompanhamento de temas associados à preservação do ambiente natural e da qualidade de vida. Faz isso há mais de 40 anos, e vem construindo credibilidade por conta da consistência de suas posições. Estudamos os assuntos de nosso campo de interesse e estamos seguros de que nossas posições se alicerçam no conhecimento científico mais atualizado. Por isso nos sentimos à vontade para defender os argumentos que divulgamos, em qualquer instância. E como organização não governamental, sem fins lucrativos, fazemos isso com intuito de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, levando em conta perspectivas de longo prazo. Nosso principal papel é este: estudar, compreender e informar para auxiliar a sociedade a interpretar e reagir a problemas que se avolumam, desde seu início, antes que se transformem em dramas coletivos ou crises sem solução.

IHU On-Line - De que forma o senhor avalia a atuação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos - Pronara? O que representam os resultados obtidos?

Leonardo Melgarejo - O Pronara ainda está em disputa. O principal resultado obtido, até o momento, diz respeito à sua própria existência. Sua construção, como proposta, é fruto de ampla articulação envolvendo diversos ministérios e várias organizações sociais, do campo e da cidade. Para que se tenha uma ideia, até o Ministério da Agricultura e a Embrapa participaram de sua formulação. Neste sen-

tido, o Pronara é exemplo de êxito em termos de formulação porque representa amplo acordo político, voltado ao possível, onde todas as partes abriram mão de expectativas idealizadas. Porém, e ainda assim, as reações se avolumam, inclusive dentro do próprio governo e com liderança do próprio ministério da agricultura. O Pronara deve ser defendido pela sociedade, ou não terá sobrevivência e não será possível que alcancemos, como nação, os objetivos ali acordados.

IHU On-Line - De que maneira o senhor vê o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica? Como ele tem sido uma alternativa ao uso de agrotóxicos?

Leonardo Melgarejo - O Pronara, antes referido, se trata de uma condição necessária ao sucesso do Planapo. O plano prevê incentivos à produção orgânica, que são fundamentais para o sucesso da implantação de novos sistemas produtivos. São essenciais, mas não são suficientes. Quando se estimula a produção de base agroecológica sem observar o que se passa no mundo das monoculturas sustentadas por uso massivo de sementes transgênicas e agrotóxicos, surgem contradições que exigem medidas específicas, para serem superadas.

Observemos o caso da pulverização aérea de agrotóxicos. Conforme as condições do vento e de umidade do ar, as partículas podem se deslocar por quilômetros... Observemos o caso das relações de evaporação e precipitação de agroquímicos, como o glifosato: sua aplicação massiva gera, por estes processos de evaporação-condensação e precipitação, verdadeiras chuvas de veneno que ameaçam qualquer tentativa de produção orgânica, independente das medidas de controle que venham a ser implementadas. Observemos o fato de que os agrotóxicos são isentos de impostos e têm sua utilização estimulada na maioria dos estados, enquanto produtos de base agroecológica e a liberação de insetos para controle biológico se mostram onerosos e dificultados. Observemos o amplo desconhecimento de produtores, consumidores e mesmo de legisladores e membros do judiciário, quanto a particularidades relacionadas aos venenos agrícolas e seu uso. Levemos em conta as facilidades de registro de agrotóxicos, o baixo custo e a quase ausência de reavaliações, e perceberemos um vasto emaranhado de condições e mecanismos que dão estímulo e suporte ao uso de agrotóxicos.

Portanto, o sucesso do Planapo exige enfrentamento àqueles mecanismos. E esta é a missão do Pronara: orientar medidas para a redução das facilidades que estimulam o uso de venenos e abrir espaço para o avanço da consciência social e das iniciativas que ampliarão a produção orgânica e de base agroecológica.

O Planapo precisa do Pronara, assim como este precisa do protagonismo social, que, por sua vez, depende do acesso a informações e dos debates sobre o uso de agrotóxicos e suas implicações. O papel do Instituto Humanitas Unisinos é muito relevante neste sentido, e tem sido desempenhado de acordo com a responsabilidade social e os valores éticos que o definem.

A Agapan reconhece este papel e lhe atribui enorme relevância. Acreditamos que a persistência do IHU e a ação dos cidadãos que aqui se formam farão a diferença nesta luta que é de todos, e que ainda se estenderá por décadas. Basta persistirmos. A mudança é inexorável: não há razão técnica para que nossa sociedade continue induzindo mães a levarem para seus filhos comida com veneno. Não há justificativa para que esta informação se mantenha oculta e não há razão para que, sendo conhecida, se faça ignorada. ■

LEIA MAIS...

- *“A batalha é difícil, mas temos que vencer a guerra contra os agrotóxicos”*, afirma Sem Terra. Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 28-06-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1N7py8q>.
- *Soja transgênica: “lavouras tomarão banhos dos três venenos”*. Entrevista com Leonardo Melgarejo publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-10-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1UHGx2D>.
- *Agricultura x monocultura: o empobrecimento do bioma*. Entrevista com Leonardo Melgarejo publicada na **IHU On-Line**, edição 247, de 10-12-1007, disponível em <http://bit.ly/1J4A8pL>.

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Palestina e Israel. A luta pela Paz Justa

Edição 408 - Ano XII - 12-11-2012

Disponível em <http://bit.ly/1DSReed>

A IHU On-Line 408 debate o grave e dramático conflito de mais de 50 anos e discute os desafios, os limites e as possibilidades de uma "Paz Justa". Assessora a edição Nancy Cardoso Pereira, mestre e doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo - Umesp, com pós-doutorado em História Antiga pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, pastora da Igreja Metodista e membro do Palestine Israel Ecumenical Forum (PIEF)/World Council of Churches (WCC). O número conta com as contribuições de Silvia Feraboli, David M. Neuhaus, Rifat Odeh Kassis, Viola Raheb, Manuel Quintero Pérez, Yusef Daher, Marc H. Ellis, e Marcelo Buzetto. Participam igualmente do debate com seus depoimentos Eduardo Minossi de Oliveira e Érico Teixeira de Loyola.



Ressentimento, vingança e ódio. É possível dissolvê-los no perdão?

Edição 388 - Ano XII - 09-04-2012

Disponível em <http://bit.ly/1HLuAj2>

A concessão do perdão e a dissolução do ressentimento e do gozo do ódio é a temática que norteia a edição 388 da IHU On-Line. Debatem o assunto os psicanalistas Mario Fleig, Abrão Slavutsky e José Luís Caon, o padre Julio Lancellotti, o filósofo Luiz Filipe Pondé e o muçulmano Daniel Yussuf Abu Tariq. Os estudiosos discutem diversas perspectivas dos sentidos do perdão e do ato de perdoar, aos outros e a si próprio. Completam esse número as contribuições de Jair Krischke, Álvaro Pires, Taysa Schiocchet, Jose Casanova, María Trinidad García Leiva, Danilo Bilate, Henrique Rodrigues, André Luís Leite de F. Sales, Milton do Prado Franco Neto, e o artigo de Castor Bartolomé Ruiz.



Fé, justiça e diálogo inter-religioso e intercultural

Edição 337 - Ano X - 02-08-2010

Disponível em <http://bit.ly/1N7yKd0>

Estimulada pela realização, em São Leopoldo, RS, da reunião latino-americana dos coordenadores e diretores dos Centros Sociais da Companhia de Jesus, a IHU On-Line 337 busca entender melhor a inspiração destes centros sociais espalhados pela América Latina e o serviço que tentam prestar. Para isso, o número conta com entrevistas com alguns dos diretores e pesquisadores que atuam nessas organizações. Contribuem para a discussão Alfredo Ferro Medina, Antônio José Maria de Abreu, João Inácio Wenzel, José Ivo Follmann, Mauricio García Durán, Octavio Figueroa, Roberto Jaramillo Bernal, Thierry Linard de Guertechin, Pedro Miguel Lamet, Cesar Sanson, André Langer e Darli de Fátima Sampaio.



2º CICLO DE ESTUDOS

ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.
TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTOS DA VIDA
E O COMUM



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

13 DE AGOSTO A
05 DE NOVEMBRO DE 2015

Acesse ihu.unisinos.br para mais informações

Os marcos e ferramentas éticas das tecnologias de gestão

Cadernos IHU ideias, em sua 223ª edição, traz o artigo *Os marcos e ferramentas éticas das tecnologias de gestão*, de Jesús Conill. No texto, ele procura demonstrar que a razão técnica não é inimiga da razão ética, mas que a transformação moderna da ciência e da técnica em tecnociências impôs, por seu enorme poder material e simbólico, valores que devem ser enquadrados em uma ética humanista da responsabilidade. Leia mais em <http://bit.ly/1J56xMQ>.



Bem-Viver. Impactos na América Latina - Prof. Dr. Xavier Albó

Data: **Quinta-feira 27 de agosto de 2015 às 17h30**
Palestrante: **Prof. Dr. Xavier Albó - Centro de Investigación y Promoción del Campesinato - CIPCA - Bolívia**
Local: **Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU**

O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre recursos naturais - Prof. Dr. Xavier Albó

Data: **Quinta-feira 27 de agosto de 2015 às 20h**
Palestrante: **Prof. Dr. Xavier Albó - Centro de Investigación y Promoción del Campesinato - CIPCA - Bolívia**
Local: **Auditório Maurício Berni - UNISINOS**



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu